UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALAN RIPOLL ALVES

MEIO AMBIENTE E ARQUITETURA – A PARTICIPAÇÃO IDENTITÁRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO POLONESA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

CURITIBA

2014

ALAN RIPOLL ALVES

MEIO AMBIENTE E ARQUITETURA – A PARTICIPAÇÃO IDENTITÁRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO POLONESA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/ UFPR).

Orientadores:

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Prof[a]. Dr[a]. Cristina de Araújo Lima

CURITIBA

2014

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233

Alves, Alan Ripoll
Meio ambiente e arquitetura: a participação identitária do agricultor familiar no contexto da imigração polonesa, na Região Metropolitana de Curitiba / Alan Alves Ripoll – Curitiba, 2014.
364 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Orientadora: Profa: Dra: Cristina de Araújo Lima
Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná.

1. Imigração polonesa - Paraná. 2. Agricultura familiar. 3. Propriedade rural - Organização. 4. Imigrantes poloneses - Arquitetura. I. Título.

CDD 325.8162

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores doutores: Carlos Alberto Cioce Sampaio (orientador-PPGMADE), Cristina de Araújo Lima (UFPR), Key Imaguire Júnior (UFPR), Leticia Peret Antunes Hardt (PUC/PR) e Leonardo Brandão (FURB) após realizarem a argüição da tese de doutorado apresentada pelo candidato **Alan Ripoll Alves**, intitulada: "*Meio Ambiente e Arquitetura: a participação identitária do agricultor familiar no contexto da imigração polonesa, na Região Metropolitana de Curitiba*", deliberaram pela Aprovação (X) Reprovação ( ). Com menção: Distinção ( ) Louvor (X). Tendo o candidato completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBS: Indicação de publicação de um livro

Curitiba, 20 de novembro de 2014.

Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Drª. Cristina de Araújo Lima

Dr. Key Imaguire Júnior

Drª Letícia Peret Antunes Hardt

Dr. Leonardo Brandão

À Alice Lótus, eternamente florida no meu coração

AGRADECIMENTOS

Fazer transparecerem estas palavras é um verdadeiro privilégio para o autor, pois, para ele, este estudo, mesmo identificado como um produto de esforço individual, na realidade contou com diversas mãos e mentes, a fim de que pudesse ser concretizado.

Seria um descaso da minha parte não considerar alguns nomes como participantes diretos desse processo, fornecendo-me elementos, realces, desarranjos e reelaborações, interpretações múltiplas – e por que não dizer coragem para continuar –, os quais me permitiram construir este documento. Por isso, cito, com imenso orgulho, os também autores Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, orientador da pesquisa, e Profª. Cristina de Araújo Lima, coorientadora. Ambos agraciaram-me, no decorrer do nosso convívio, com seus valores ímpares, fundados na amizade, competência e ética frente às questões ambientais e humanas.

Aos membros da banca, pela honra de poder contar com a colaboração dos mesmos. Ao Prof. Key Imaguire Júnior, a principal referência teórica e profissional deste estudo, que modestamente permitiu-me criar um esboço sob visão alternativa do seu trabalho precursor, concedendo aos autores desta tese a sensação de seguirmos os passos do mestre. À Profª. Letícia Peret Antunes Hardt, uma das docentes mais destacadas da área de Planejamento Urbano e Regional no Estado do Paraná, e ao Prof. Leonardo Brandão, com não menos reconhecimento, atuante na seara da História Contemporânea, assim como na do Desenvolvimento Regional. Ao Prof. Miguel Luiz Contani, do Departamento de Comunicação da UEL, inestimável amigo, colega de programa e parceiro de publicações, pela revisão e crítica no contexto inicial deste trabalho, bem como nobreza em participar como suplente nessa banca.

Aos coordenadores e a todos os professores do PPGMADE, com os quais tive a chance de evoluir profissionalmente e me interessar ainda mais pelo universo das ciências ambientais e pela interdisciplinaridade. Destaco, nesse rol, os professores Maria do Rosário Knechtel, de quem sou profundo admirador, José Luiz Fernandes Cerveira Filho e Eleusis Ronconi de Nazareno. Sou grato também à Cássia, à Iolanda e ao Guilherme, pelo apoio na Secretaria.

Aos queridos colegas de PPGMADE, de quem jamais esquecerei e deixarei de buscar aproximação: Alessandro, Anésio, Ariadne, Arnildo (este, pai e irmão),

Bruno, Caetano, Cláudia, Corina, Dailey (pelas referências fornecidas e pelos diversos convites para viagens de campo, os quais sempre precisei refutar), Danielle, Fernando, Gabriela, João, Juliana (esta, que se tornou eternizada em minha vida), Júlio (Prigogine, amigo transcendental), Jurandir, Marcelo (pelos mesmos motivos atribuídos à Dailey e pela incessante disponibilidade em me ajudar), Maria Carolina, Pedro, Pollyana, Priscila, Rafaela, Regiane, Rômulo, Rosilene, Thaís e Thiago.

Deixo expressa a minha gratidão à população brasileira por manter tantas instituições de ensino superior públicas e de qualidade a uma parcela da população, e, no meu caso, por ter financiado a maior parte da minha formação educacional.

A UFPR, Universidade do Mate – conforme diria o Prof. Wachowicz –, no auge dos seus quase 102 anos de existência, por suas atuações em nível de ensino, pesquisa e extensão.

A CAPES, por tornar viável a mim e a milhares de estudantes brasileiros a oportunidade de estudarmos com amparo de bolsas.

A todos os meus professores e excelentes colegas que tive, desde a pré-escola (da época da tia Magnólia) até os do doutorado, os quais me deixaram lições e exemplos imensuráveis.

À Profª. María Mercedes Medina Acosta – do Instituto de Teoría de la Arquitetura y Urbanismo, da Facultad de Arquitetura (Farq)/ Universidade de la República (UdelaR), Uruguai – a quem também considero minha orientadora, por toda sua atenção, responsabilidade e carinho comigo, na minha rápida estada em seu país, possibilitando-me conhecer um pouco de uma realidade tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante da que tenho. À Profª. Ana Vallarino Katzenstein – do Instituto de Deseño da Farq/ UdelaR, excepcional em suas ideias e nos seus trabalhos. Não poderia deixar de mencionar a Profª. Maria Calone, pelas suas importantes informações técnicas no uso da madeira, bem como Susana Martinez Benia e Astrid Sánchez, as quais gentilmente contextualizaram os seus temas de pesquisa a este estudo através de um seminário. Sou igualmente grato ao Prof. Reto Bertoni, da Facultad de Ciencias Sociales/ UdelaR, por seus *insights* sociológicos.

Ao IPHAN, por meio do Prof. José La Pastina Filho, que literalmente me apresentou às casas de araucária do Paraná, e da Célia Regina Carrano de Oliveira, que me concedeu prodigiosas bibliografias.

Ao Prof. Aloísio Leoni Schmid, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, por me proporcionar percepções fundamentais quando ainda dava os primeiros passos nesta pesquisa.

Ao Prof. Guy Tapie, da École Nationale Supérieure d'Architecture et de Paysage/ Université de Bordeaux, pela visão urbanístico-sociológica e pelo debate globalizado sobre o tema da tese.

À Solange de Oliveira Rocha e ao Eduardo Marcomini, do Arquivo Público do Paraná, por me concederem acesso ao material fotográfico e bibliográfico do acervo do Prof. Wachowicz.

Ao Marcos Saboia, da Cinemateca de Curitiba, pela exibição exclusiva de duas películas sobre poloneses no Paraná.

Ao Roberson Maurício Caldeira Nunes, da Casa da Memória, que me forneceu relevante material fotográfico.

À Rosina Coeli Alice Parchen, Coordenadora do Patrimônio Cultural, e ao Aimoré Índio do Brasil Arantes, historiador, ambos da Coordenação do Patrimônio Cultural do Governo do Estado do Paraná, pelo acesso a referências restritas e pelos ensinamentos de arquitetura e história do Paraná.

Ao Diego José Teider, Designer Gráfico da Coordenação de Marketing/ PUC - PR, por gentilmente compartilhar suas fotografias, experiências e outros trabalhos sobre casas de madeira na Região Metropolitana de Curitiba.

Ao Jorge Luan Rodrigues Teixeira, Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional - UFRJ, por me disponibilizar e sugerir importantes referenciais teóricos no seu campo de domínio.

À Profª Milena Kanashiro, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEL, por me autorizar o uso das plantas das colônias por ela revisadas e apresentadas na sua tese.

À Márcia Moraes, da Biblioteca do Museu Paranaense, pelo auxílio com novas leituras.

Ao Paulo José da Costa, da Fígaro Loja de Cultura, por compartilhar precioso material fotográfico e vídeo sobre os imigrantes poloneses.

Ao Prof. Eduardo Nadalin, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPR, por solicitamente participar deste estudo através da tradução do resumo para a língua polonesa.

Às instituições Biblioteca Pública do Paraná, IPPUC, ITCG e SESC Paço da Liberdade, além das bibliotecas da UdelaR, pelo pronto atendimento oferecido e empréstimo de materiais.

Aos poloneses – ou melhor, polacos –, ontem imigrantes, hoje, paranaenses e brasileiros, que, com desbravamento e sabedoria, cunharam marcas que farão para sempre parte do Paraná.

Aos meus amigos, de curta e longa data, por sua presença constante. Não poderia deixar de ressaltar um deles – a quem também dedico este singelo trabalho –, meu amigo Luéler Paiva Elias, que, com sua simplicidade e carisma característicos, rapidamente cruzou o céu estrelado de Fortaleza, à semelhança de um cometa, deixando-nos com profunda saudade.

Aos companheiros de Hostel Roma, minha primeira casa e escola em Curitiba. Jamais imaginaria que do quarto de onde admirasse a estátua “O Semeador”, de Zaco Paraná, iniciaria minha aproximação do tema da imigração polonesa no Paraná.

À minha família, cuja integração desafia o tempo e se apropria das novas gerações, brincando de se tornar eterna. Dentre os membros, enalteceria os meus inesquecíveis avós, os grandes responsáveis pelo amor familiar que cultivamos até o presente. Sem dúvida, ficariam muito orgulhosos ao me verem chegar tão longe.

Aos adorados Célia e Augusto, que me acolheram e ajudaram em diversas mudanças trazidas pelo destino, tornando-se fundamentais para que eu me tornasse a pessoa que sou.

Aos meus amados pais, Marta e Claudionor, e ao meu irmão, Ícaro, por estarem comigo a todo o momento, ensinarem-me o pouco que sei, reconhecerem-me como sou, mostrando-me que o mundo é muito maior do que imagino, sem necessariamente tê-lo que temer. Agradeço-lhes por tudo isso, mas lhes sou mais grato ainda – e para isso não há limites – por me amarem de forma única.

E, por fim, àquelas que representam o mais perfeito laço de união materna, amigas antes mesmo de terem se visto, cúmplices de uma jornada infinita. Elas que estiveram comigo desde o início deste estudo, crescendo junto a mim e me revelando a mais sublime essência do viver. À Juliana e à Alice, por me terem me iluminado com plenitude.

No casarão

Nasci num casarão velho, de esquina,
Escondido entre salsos pensativos.

E foi lá que a minha alma, ainda menina,
Olhando dia e noite os poentes vivos,
Aprendeu a viajar no pensamento.

Eu fui uma criança sem infância.

Senti, desde pequena, esse tormento
Que o sonho traz depois de cada ânsia,
E que é o maior dos males que conheço!

Às vezes, noite alta, eu levantava,
Vestia minha roupa pelo avesso
E saía sozinha (a lua espiava!)
Para olhar as estrelas e os céus altos ...

O quintal era um mundo diferente,
Que eu percorria sem temer assaltos.

Meu corpo, que já era um pobre doente,
Tiritava de frio e de emoção
Quando o vento arrepiava os velhos salsos
Que arrastavam os braços pelo chão ...

Meia-noite ... Fantasmas ... Bruxas brancas ...

Eu sozinha vagando pelo escuro ...

Minha casa fechada com mil trancas,
E as pedras a cair do velho muro ...

Quando a lua fugia, já cansada,
Meus passos, silenciosos, apagados,
Voltavam pelas pedras da calçada
Que a nossa casa tinha de um dos lados.

De manhã: os olhares, as perguntas ...
(Eu estava tão branca. Tão sem cor.
As olheiras iguais às de defuntas ...)

- "Era o vento!" "Era o frio!" "Era o calor!":
A mentira que achava na ocasião ...

E de noite, outra vez, às escondidas,
Abandonava o velho casarão ...

Lila Ripoll
Poetisa, pianista e militante comunista brasileira

RESUMO

Esta tese efetuou um resgate do processo iniciado com a imigração polonesa no Estado do Paraná e que culminaria com a permanência da casa de araucária como um dos remanescentes das inter-relações entre o meio ambiente e a arquitetura, no âmbito da manifestação histórico-cultural do agricultor familiar. Questionaram-se, nesse sentido, as possíveis mudanças ocorridas a partir das construções originadas desse período e a organização adquirida pela propriedade rural em decorrência da expansão do espaço urbano, bem como de outras interferências dele oriundas. O *corpus* do trabalho foi estruturado dentro de um recorte cronológico que se iniciaria em 1871 e alcançaria os dias atuais, com ocorrências levantadas em 12 locais, cujas origens estariam vinculadas a colônias com imigrantes poloneses, localizadas em quatro municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Para tal investigação, fez-se uso de método analítico-histórico, de caráter exploratório e natureza qualitativa, assumindo, como instrumentos de pesquisa, a entrevista, a fotografia, o desenho e a representação esquemática. Assentada nos princípios da interdisciplinaridade, a revisão teórica adotada sustentou o pressuposto de que a arquitetura popular, em seus conceitos básicos, presumia a interação entre o ambiente artificialmente criado e o meio a ele externo, como se o primeiro fosse uma extensão do segundo, e vice-versa. Partiu-se, portanto, da ideia de que, para se compreender uma construção, seria necessário interpretar a sua funcionalidade dentro de um contexto, considerando desde os elementos atuais presentes na mesma até aqueles que fossem antecessores a ela. Entre os locais analisados, esse processo se tornaria claro por uma relação de identidade entre o descendente de imigrantes poloneses e os elementos que compusessem o seu universo de vivência, fazendo emergir, por um lado, a manifestação de eventos como nostalgia, tradicionalismo e religiosidade e, por outro, um cenário de descaracterização nas colônias estudadas, em grande parte devido à influência exercida pelos centros urbanos, com o crescimento da atividade industrial, da especulação imobiliária e da facilidade de acesso. Considerando tanto os aspectos materiais quanto imateriais da construção em madeira na formação da paisagem, o papel por ela desempenhado no estabelecimento de moradias, na participação identitária do agricultor e no exercício de atividades laborais, os resultados obtidos convergiram para o fato de que, em três das 12 colônias inicialmente consideradas na pesquisa, foram encontradas propriedades rurais que representavam uma dinâmica morfofuncional a partir dos seus componentes, caracterizando-se pela geração de inter-relações entre a casa de araucária e outras construções em madeira, no espaço tipicamente destinado à agricultura de base familiar. Tal constatação permitiria afirmar que a participação identitária do imigrante polonês havia transpassado várias décadas em meio a profundas transformações na ambiência rural, mostrando-se resistente por intermédio da própria agricultura, que teria sido por séculos a base produtiva da sociedade polonesa. O exame desse percurso, por sua vez, forneceria valiosos subsídios para a compreensão das mudanças históricas, culturais, políticas e socioeconômicas que contribuíram para consolidar o Paraná do presente.

Palavras-chave: Arquitetura de imigrantes poloneses. Araucária. Agricultor familiar. Organização da propriedade rural. Dinâmica morfofuncional.

ABSTRACT

This thesis recovered the process initiated with the Polish immigration to the State of Paraná, which would lead the araucaria wooden house to becoming a reminiscent of the interrelations between environment and architecture, in the scope of the historical-cultural expression of the elementary farmer. To that purpose, it inquired into the changes brought about by the constructions completed along this period and the organization achieved by the rural property as a consequence of the expansion in the urban space, and of further interferences. The working corpus followed a chronological timeline that had been started in 1871 and reached current days, with data raised in 12 locations in four municipalities of the Metropolitan Area of Curitiba (RMC), whose origins were linked to colonies with Polish immigrants. To achieve this purpose, the research used the analytical historical methodology in its exploratory character and qualitative nature, by adopting, as a procedure, the interview, the photography, the drawing and the schematic representation. Based on the principles of interdisciplinarity, the theoretical review sustained the presupposition that the popular architecture, in its basic concepts, would presume the interaction between the environment artificially created and the environment external to it, as though the first would be an extension of the second, and vice-versa. The departing point, therefore, was the idea that in order to understand a particular type of construction, it was necessary to be able to interpret its functionality within a context, by considering either of the elements pertaining to it, the current and the previous. Among the places analyzed, this process was to become clear by a relation of identity between the descendent of Polish immigrants and the elements that would compose their universe of living, thus causing to emerge, on one hand, the manifestation of events such as nostalgia, traditionalism and religiosity and, on the other, a scenario of undoing in the characterization of the studied colonies, to a greater extent as a consequence of the rules imposed by the urban centers, with the growth of industrial activity, real state speculation and increased access. By considering both the material and the immaterial aspects of the wooden construction in the formation of the landscape, the role played by it in the settlement of homes, in the identitary participation of the elementary farmer and in the handling of labour activities, the results obtained suggested that in three of the 12 colonies initially considered in the research, rural properties were found to represent a morphofunctional dynamics based on their components, so characterized by the generation of interrelationships between the araucaria built house and other wooden built units, in the space typically destined to the family based agriculture. Such perception would allow for the statement that the identitary participation of the Polish immigrant had gone through various decades amid profound transformations in the rural ambience, thus showing resistance through the agriculture itself, which had been for centuries the productive basis of the Polish society. The exam of such a course would, in its turn, provide valuable indicators for the comprehension of the historical, cultural, political and socioeconomic changes that contributed to consolidate the Paraná of the present.

Keywords: Architecture of Polish immigrants. Araucaria. Elementary farmer. Organization of the rural property. Morphofunctional dynamics.

STRESZCZENIE

Niniejszą tezą doktorską podjęliśmy próbę ocalenia procesu, który rozpoczął się wraz z polską imigracją w Stanie Parana, a którego wynik byłby utrwaleniem domów z araukarii jako jedną z pozostałości powiązania środowiska z architekturą, w ramach przejawu historyczno-kulturowego rolników rodzinnych. Zakwestionowano zatem zmiany, które można było nastąpić ze względu na budowanie w owym okresie i urządzanie, które nabywały własności wiejskie wskutek rozszerzania przestrzeni miejskiej oraz innych interferencji pochodzących z takiego rozszerzania. Dane niniejszej pracy zorganizowano w sposób chronologiczny, od roku 1871 do dnia dzisiejszego, przedstawiające przykłady zbadane w 12 miejscowościach, których pochodzenie uważano za związane z polskimmi osadami w 4 gminach kurytybskiego okręgu metropolitarnego (Região Metropolitana de Curitiba - RMC). W naszych badaniach posłużyliśmy się metodą analityczno-historyczną, o charakter rozpoznawczy i o rodzaj jakościowy, przyjmując jako narzędzia wywiady, fotografowania, rysunki oraz schematyczne reprezentacje. Przyjęty w pracy przegląd teoretyczny opiera się na zasadach interdyscyplinarności i podtrzymuje założenie, że architektura ludowa, w swoich podstawowych pojęciach, zakładała interakcję między stucznie stworzonym a naturalnym środowiskiem zewnętrznym, jakby jeden byłby przedłużeniem drugiego i odwrotnie. W niniejszej pracy założyliśmy również, że pojęcie budowli wymaga zinterpretowania jej funkcjonalności w danym kontekście, biorąc pod uwagę nie tylko elementy obecne w niej dziś, lecz także elementy, które ją poprzedzają. W zbadanych miejscowościach, taki proces byłby jasny dzięki stosunkowi utożsamienia potomków polskich imigrantów z elementami, które składają ich miejsce doświadczenia, powodując, że w zbadanych osadach zjawią się z jednej strony nostalgia, tradycjonalizm i religijność, a z drugiej strony, pozbawienie ich cech charakterystycznych, w dużą miarę ze względu na wpływ ośrodków miejskich, ze wzrostem aktywności przemysłowej, spekulacji nieruchomości oraz łatwości dostępu. Biorąc pod uwagę i aspekty materialne i aspekty niematerialne drewnianych budowli w ukształtowaniu się krajobrazu oraz rolę budowli w założeniu mieszkań, w tożsamościowym uczestnictwie rolników i w ich aktywnościach pracy, wyniki osiągniętych w naszej pracy pokazują, że w 3 z 12 osad zbadanych znaleziono własności wiejskie reprezentujące pewną dynamikę morfofunkcjonalną pomiędzy swoimi składnikami, charakteryzujące się stworzeniem powiązania domów z araukarii z innymi drewnianymi budowlami w miejscach typowo przeznaczonych do rozwoju rolnictwa rodzinnego. Takie odkrycie pozwoliłoby stwierdzić, że uczestnictwo tożsamościowe polskich imigrantów przez dziesięciolecia podlegał głębokim przemianom w środowisku wiejskim, ukazując się odporne za pośrednictwem samego rolnictwa, które przez wieki byłoby podstawą produkcyjną polskiego społeczeństwa. Badanie tego procesu, z kolei, zapewniłoby cenne subsydia do zrozumienia przemian historycznych, kulturowych, politycznych i społeczno-ekonomicznych, które przyczyniły się do konsolidacji dzisiejszej Parany.

Słowa kluczowe: Architektura polskich imigrantów. Araukaria. Rolnik rodzinny. Urządzanie własności wiejskiej. Dynamika morfofunkcjonalna.

RESUMEN

La presente tesis rescata el proceso iniciado con la inmigración polaca en el Estado de Paraná, que culmina con la permanencia de la casa araucaria como una de las evidencias de las interrelaciones entre el medio ambiente y la arquitectura, dentro de la manifestación histórica y cultural del agricultor familiar. En este sentido, se cuestionan los posibles cambios derivados de las construcciones originadas en este período y la organización de la propiedad rural, fruto de la expansión del espacio urbano y sus respectivas consecuencias. La estructura del trabajo está dada dentro de un esquema cronológico que abarca desde 1871 hasta la actualidad; con eventos identificados en 12 lugares que tienen origen y vinculación con las colonias de inmigrantes polacos y que están ubicados en cuatro municipios de la Región Metropolitana de Curitiba (RMC). Para esta investigación, se hizo uso del método analítico-histórico, exploratorio y cualitativo, adoptando como herramientas de investigación la entrevista, la fotografía, el diseño y la representación esquemática. Basada en los principios de interdisciplinariedad, la revisión teórica adoptada apoya la hipótesis de que la arquitectura popular en sus conceptos básicos supone la interacción entre el ambiente creado artificialmente y el medio que lo circunda, como si el primero fuese una extensión del segundo y viceversa. Se plantea así la idea de que, con el fin de comprehender una construcción, sería necesario interpretar su funcionalidad dentro de un contexto, teniendo en cuenta los elementos presentes en la misma y aquellos que eran predecesores a ella, inclusive. A partir de los lugares analizados, pudo evidenciarse, por un lado, la relación de identidad entre el descendiente de inmigrantes polacos y los elementos que componen su experiencia del universo, lo cual da lugar a la manifestación de eventos con carácter nostálgico, tradicional y religioso, y, en un segundo momento, a un escenario de descaracterización en las colonias estudiadas, en gran parte debido a la influencia de los centros urbanos, el crecimiento de la actividad industrial, la especulación inmobiliaria y facilidad de acceso. Considerando tanto aspectos materiales como inmateriales de la construcción de madera en la formación del paisaje, el papel que desempeñó este material en el levantamiento de las viviendas, en la identidad del agricultor y en el ejercicio de las actividades profesionales, los resultados convergen sobre el hecho de que, en tres de las 12 colonias inicialmente consideradas en la investigación, se encontraron propiedades rurales que representan una dinámica morfo-funcional a partir de sus componentes, caracterizadas por la generación de interrelaciones entre la casa araucaria y otros edificios de madera en el espacio normalmente destinado a la agricultura familiar. Este hallazgo indica que la identidad del inmigrante polaco ha atravesado por profundos cambios en el ambiente rural, a lo largo de varias décadas, mostrándose resistente a través de la propia agricultura, la cual ha sido por siglos la base productiva de la sociedad polaca. En perspectiva, este viaje proporciona información valiosa para la comprensión de los cambios históricos, culturales, políticos y socioeconómicos que ayudaron a consolidar el actual Estado de Paraná.

Palabras clave: Arquitectura de inmigrantes polacos. Araucaria. Agricultor familiar. Organización de la propiedad rural. Dinámica morfo-funcional.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 ORGANOGRAMA DA PESQUISA COLETIVA DO GRUPO AGROBIO 34

FIGURA 2 *FLOW SHEET* TRAZENDO AS PRINCIPAIS FASES DA PESQUISA 40

FIGURA 3 POLONESAS AO LADO DAS CARROÇAS NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO, NO LARGO CORONEL ENÉAS, EM CURITIBA. AO FUNDO A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA HOFFMANN 92

FIGURA 4 COLONAS POLONESAS PROVAVELMENTE COMERCIALIZANDO PRODUTOS CASEIROS OU AGRÍCOLAS NA CAPITAL 102

FIGURA 5 MOVIMENTO DAS CARROÇAS DOS COLONOS, NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO. AO FUNDO, A CATEDRAL DE CURITIBA 108

FIGURA 6 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS DOZE COLÔNIAS CONSIDERADAS NA PESQUISA 153

FIGURA 7 PLANTA DA COLÔNIA PILARZINHO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO PILARZINHO 177

FIGURA 8 PLANTA DA COLÔNIA ABRANCHES E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO ABRANCHES 180

FIGURA 9 PLANTA DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO SANTA CÂNDIDA 182

FIGURA 10 PLANTA DA COLÔNIA ORLEANS E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO ORLEANS 187

FIGURA 11 PLANTA DA COLÔNIA SANTO INÁCIO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO SANTO INÁCIO 190

FIGURA 12 PLANTA DA COLÔNIA D. AUGUSTO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO AUGUSTA 193

FIGURA 13 PLANTA DA COLÔNIA D. PEDRO II E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA D. PEDRO II ... 197

FIGURA 14 PLANTA DA COLÔNIA THOMAZ COELHO E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA THOMAZ COELHO 200

FIGURA 15 PLANTA DA COLÔNIA LAMENHA E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO LAMENHA PEQUENA 203

FIGURA 16 PLANTA DA COLÔNIA RIVIERE E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO RIVIERA 206

FIGURA 17 PLANTA DA COLÔNIA MURICY E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA MURICY 209

FIGURA 18 PLANTA DA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS 211

FIGURA 19 ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR (a) 1ª MORADIA, (b) 2ª MORADIA, (c) PAIOL, E (d) PARTE DE UM DOS LOTES DA PLANTAÇÃO 231

FIGURA 20 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 1ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E CRIAÇÃO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 237

FIGURA 21 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E CRIAÇÃO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 242

FIGURA 22 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, CRIAÇÃO E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 248

FIGURA 23 DESENHO DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO. NELE SE PODEM OBSERVAR A 1ª E A 2ª MORADIAS (AO FUNDO E À FRENTE CENTRALIZADOS, RESPECTIVAMENTE), O PAIOL (À ESQUERDA) E PARTE DA PLANTAÇÃO (EM DUAS PARTES À FRENTE) 250

FIGURA 24 ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR (a) MORADIA, (b) PAIOL, (c) BARRACÃO E UM DOS CRIADOUROS, E (d) PARTE DE UM DOS LOTES DA PLANTAÇÃO 255

FIGURA 25 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 1ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA E TRABALHO, ALÉM DA RELAÇÃO

ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 264

FIGURA 26 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA E TRABALHO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 270

FIGURA 27 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, CRIAÇÃO E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 278

FIGURA 28 DESENHO DA PROPRIEDADE EM MURICY. NELE SE PODEM OBSERVAR A MORADIA (À ESQUERDA), O BARRACÃO E UM DOS CRIADOUROS (AO FUNDO CENTRALIZADO), O PAIOL À DIREITA E UMA PEQUENA PARTE DA PLANTAÇÃO TAMBÉM À DIREITA 280

FIGURA 29 ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR 1 - 1ª MORADIA, 2 - 2ª MORADIA, 3 - BARRACÃO E UM DOS LOTES DE PLANTIO MENORES, E 4 - PLANTAÇÃO EM UM DOS LOTES DE PLANTIO MAIORES 287

FIGURA 30 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA A PARTIR DA ÚNICA CONSTRUÇÃO PRESUMÍVEL NA 1ª FASE COM OS DOIS LOTES MENORES, POSSUINDO A MESMA FUNÇÃO DE MORADIA E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTA E OS DOIS LOTES MAIORES 293

FIGURA 31 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E ARMAZENAMENTO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 300

FIGURA 32 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO 307

FIGURA 33 DESENHO DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS. NELE SE PODEM OBSERVAR A 1ª E A 2ª MORADIAS (À

DIREITA E À ESQUERDA, RESPECTIVAMENTE) E O PAIOL AO FUNDO CENTRALIZADO 309

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 VARIAÇÕES DA ESPÉCIE *Araucaria angustifolia* ENCONTRADAS NO BRASIL 58

QUADRO 2 EFETIVO DA SILVICULTURA, NO ANO DE 2006, EM TERMOS DE PÉS DE ARAUCÁRIA PLANTADOS E CORTADOS ENTRE 01/01/06 E 31/12/06 E SEUS PERCENTUAIS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS, GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA CORTADA 68

QUADRO 3 NÚMERO DE HABITANTES NA ZONA RURAL, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SEU PERCENTUAL, ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SEU PERCENTUAL EM ESPAÇOS DE REFERÊNCIA DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDOS NA PESQUISA 83

QUADRO 4 DISTRIBUIÇÃO DA PRIMEIRA LEVA DE IMIGRANTES POLONESES CHEGADA AO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS CLASSES SOCIAIS 92

QUADRO 5 NÚMERO DE ESCOLAS POLONESAS E DE ALUNOS EM QUATRO ESTADOS EM 1914 138

QUADRO 6 NÚMERO DE ESCOLAS POLONESAS E DE ALUNOS EM CINCO ESTADOS EM 1937 139

QUADRO 7 COLÔNIAS DE IMIGRANTES POLONESES E DE OUTRAS NACIONALIDADES ESTABELECIDOS NO PARANÁ 142

QUADRO 8 COLÔNIAS COM IMIGRANTES POLONESES E DE OUTRAS NACIONALIDADES LOCALIZADAS EM QUATRO MUNICÍPIOS DA ATUAL RMC 156

QUADRO 9 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS QUE COMPUSERAM O ARCABOUÇO TEÓRICO DO ESTUDO 158

QUADRO 10 MATRIZ ANALÍTICA DA PESQUISA 173

QUADRO 11 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA COLÔNIA ABRANCHES EM 1909 178

QUADRO 12 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA 183

QUADRO 13 FORMAÇÃO DA COLÔNIA ORLEANS COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO 185

QUADRO 14 FORMAÇÃO DA COLÔNIA SANTO INÁCIO COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NA DIVISÃO POR SEXO 188

QUADRO 15 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA SANTO INÁCIO 189

QUADRO 16 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA D. AUGUSTO 192

QUADRO 17 FORMAÇÃO DA COLÔNIA D. PEDRO II COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO EM 1876 194

QUADRO 18 FORMAÇÃO DA COLÔNIA D. PEDRO II COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO EM 1877 195

QUADRO 19 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA D. PEDRO II 196

QUADRO 20 FORMAÇÃO DA COLÔNIA THOMAZ COELHO COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NA DIVISÃO POR SEXO 198

QUADRO 21 FORMAÇÃO DA COLÔNIA LAMENHA COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO 201

QUADRO 22 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA LAMENHA 202

QUADRO 23 FORMAÇÃO DA COLÔNIA RIVIERE COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO 204

QUADRO 24 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NAS OITO COLÔNIAS SURGIDAS DURANTE O GOVERNO LAMENHA LINS 213

QUADRO 25 FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS COLÔNIAS PRÓXIMAS A CURITIBA EM 01/01/1878 214

QUADRO 26 PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS EM PROPRIEDADES DE COLÔNIAS POLONESAS EM 1886 215

QUADRO 27 PERCENTUAL DE SEMENTES UTILIZADAS NA PROPRIEDADE SEGUIDA PELO PERCENTUAL DE USO –

ENTRE PARÊNTESES – DAS SEMENTES NA COLÔNIA 216

QUADRO 28 QUANTIDADE DE ANIMAIS MAIS COMUMENTE CRIADOS EM PROPRIEDADES DAS COLÔNIAS, EM 1886 217

QUADRO 29 CARACTERÍSTICAS DOS TAMANHOS DOS LOTES E SUA CONCENTRAÇÃO NAS COLÔNIAS FUNDADAS NO GOVERNO LAMENHA LINS 218

QUADRO 30 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 234

QUADRO 31 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 236

QUADRO 32 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 239

QUADRO 33 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 241

QUADRO 34 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 245

QUADRO 35 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO 247

QUADRO 36 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 260

QUADRO 37 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 263

QUADRO 38 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 267

QUADRO 39 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 269

QUADRO 40 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 274

QUADRO 41 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY 276

QUADRO 42 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 290

QUADRO 43 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 292

QUADRO 44 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 296

QUADRO 45 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 299

QUADRO 46 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 303

QUADRO 47 RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS 306

QUADRO 48 GERAÇÃO DE UMA ARQUITETURA ÚNICA E POSSIVELMENTE INTUITIVA DE ACORDO COM AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA 310

QUADRO 49 ENFRAQUECIMENTO DA ATIVIDADE CAMPONESA/ AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXO, (+ -) MÉDIO E (+) ALTO 311

QUADRO 50 INTERFERÊNCIA CAUSADA PELO MEIO URBANO CONFORME AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA 311

QUADRO 51 PRESENÇA DE NOSTALGIA, RELIGIOSIDADE E TRADIÇÃO EM FUNÇÃO DAS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA 312

QUADRO 52 NÍVEL DE AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO DA COLÔNIA EM RELAÇÃO ÀS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXO, (+ -) MÉDIO E (+) ALTO 313

LISTA DE SIGLAS

AgroBIO	Grupo Agro/Biodiversidade
Ciar	Centro Industrial de Araucária
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
DCE	Divisão de Cadastro e Estatísticas
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FOM	Floresta Ombrófila Mista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INP	Instituto Nacional do Pinho
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização Não-Governamental
PPGMADE	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RPPNM	Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal
RVPSC	Rede de Viação Paraná - Santa Catarina
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
UE	União Europeia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTC	Unidade de Trabalho Contratada
UTF	Unidade de Trabalho Familiar

SUMÁRIO

PRÓLOGO 25
1 INTRODUÇÃO 29
1.1 DA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR 31
1.2 DA PROBLEMATIZAÇÃO DA TESE 35
1.3 DA DEFINIÇÃO DE TERMOS 42
2 ESPAÇO NATURAL, HÁBITAT CONSTRUÍDO: A AGRICULTURA FAMILIAR E A IMIGRAÇÃO POLONESA 52
2.1 FLORESTA COM ARAUCÁRIA: REMINISCÊNCIAS DE UM PASSADO RECENTE 55
2.1.1 Biologia das araucárias 55
2.1.2 A formação da Floresta com Araucária 59
2.1.3 Paisagem metamorfoseada 62
2.2 A AGRICULTURA COMO PONTO DE PARTIDA 69
2.3 O IMIGRANTE POLONÊS E A REALIDADE NA CAPITAL E ARREDORES 86
2.3.1 Curitiba e áreas de imigração adjacentes 102
2.4 ARQUITETURA DE MADEIRA EM CASAS DE ARAUCÁRIA 109
2.4.1 Casa e microuniverso 113
2.4.2 Casa de araucária 116
2.4.3 Identidade materializada 132
3 METODOLOGIA 147
3.1 PERCURSOS DO ESTUDO 147
3.2 OBJETOS DE ANÁLISE 150
3.2.1 Definição da escolha das colônias 151
3.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS 157
3.3.1 Entrevista 162
3.3.2 Fotografia 163
3.3.3 Desenho 165
3.4 ETAPAS DA COLETA DE DADOS 167
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 170
4.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS COLÔNIAS 175
4.1.1 Pilarzinho 175

4.1.2 Abranches 178
4.1.3 Santa Cândida 181
4.1.4 Orleans 183
4.1.5 Santo Inácio 188
4.1.6 D. Augusto 191
4.1.7 D. Pedro II 194
4.1.8 Thomaz Coelho 198
4.1.9 Lamenha 201
4.1.10 Riviere 204
4.1.11 Muricy 207
4.1.12 Antônio Rebouças 210
4.2 ANÁLISE INTEGRADA DAS COLÔNIAS 212
4.2.1 No passado 212
4.2.2 No presente 219
4.3 COLÔNIAS E PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS 227
4.3.1 Propriedade em Thomaz Coelho 227
4.3.2 Propriedade em Muricy 251
4.3.3 Propriedade em Antônio Rebouças 281
4.4 COMPARAÇÃO E SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS 310
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 316
REFERÊNCIAS 325
APÊNDICE
APÊNDICE 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA 339
ANEXOS
ANEXO 1 COBERTURA FLORESTAL NO PARANÁ - 1890 A 1980 (ADAPTADO) 341
ANEXO 2 PADRÕES DE USO DO SOLO NA RMC - 2000 342
ANEXO 3 EXTENSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NO PARANÁ EM 1876 343
ANEXO 4 PLANTA DE CURITIBA - 1894 344
ANEXO 5 ESTRADA DE FERRO CURITIBA-PARANAGUÁ E MADEIREIRAS 345
ANEXO 6 COLÔNIAS E NÚCLEOS COLONIAIS DO PARANÁ - 1881 349
ANEXO 7 ATIVIDADES NA ÁREA DE AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS NAS COLÔNIAS DO PARANÁ 350
ANEXO 8 HABITAÇÕES DE POLONESES DE DIFERENTES TIPOS E

ÉPOCAS NAS COLÔNIAS DO PARANÁ 351
ANEXO 9 INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE DIFERENTES COLÔNIAS NO PARANÁ 353
ANEXO 10 CAPA DE KALENDARZ LUDU (1934) E IMAGENS DE NOTÍCIAS PROVINDAS DAS COLÔNIAS 354
ANEXO 11 ESTRADAS UTILIZADAS NO DESLOCAMENTO DOS COLONOS DO PARANÁ 357
ANEXO 12 MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS EM DIFERENTES FASES DA COLONIZAÇÃO POLONESA NO PARANÁ 358
ANEXO 13 POVOAMENTOS EM DIFERENTES FASES DA COLONIZAÇÃO POLONESA NO PARANÁ 359
ANEXO 14 POEMAS PÓS-MODERNOS NA LÍNGUA POLONESA 360
GLOSSÁRIO 362

PRÓLOGO

As lembranças são como alimento para a alma, amadurecem-na, permitindo-lhe ir um pouco mais além. Fora com esse sentimento que me incumbi de garimpar novas reflexões, apoderando-me de inquietudes, ao mesmo tempo em que procurava alcançar um estado de compactação cognitiva.

Não sei ao certo o porquê de ter me visto no direito de avançar, dentro da minha formação educacional, para um curso de doutorado, sem me dar uma pausa para incorporar as lições recebidas anteriormente. Em alguns momentos, titubeei diante da decisão e me perguntei se deveria de fato dar esse passo, já que tantos profissionais competentes, muitos dos quais com larga experiência em suas carreiras, só o faziam após alguns anos de graduados.

No entanto, creio que o meu ímpeto em aprender a partir de uma condição desafiadora se sobrepôs às incertezas e ao temor que havia criado, levando-me a sair de Fortaleza, Ceará, para estudar em Curitiba, local onde jamais estivera e sobre o qual tinha poucas informações. Romper laços, até então, aparentemente desatáveis e me inserir em um programa interdisciplinar, área ainda vítima de paradoxos no ensino superior, era o que precisava para consolidar essa mudança.

Nutria das pós-graduações anteriores – em Gestão Ambiental Urbana, na especialização, e em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no mestrado – algumas ideias, remanescentes das pesquisas realizadas, que, por um motivo ou outro, não se tornaram exequíveis. Carregava no âmago o desejo de pô-las em questão um dia, de vê-las observadas, moldadas e, até mesmo, rejeitadas por quem as quisesse fazer.

Fui concebido paraense, nasci gaúcho, criei-me porto-velhense, fluminense, como gaúcho novamente, fortalezense e agora me via na chance de me tornar curitibano. Tudo por conta da profissão de militar do meu pai, que me possibilitou conhecer diferentes contextos, despertando minha curiosidade.

Mal imaginava, contudo, o que a vida havia me reservado para quando cá chegasse. Os primeiros meses de adaptação a um dia a dia globalizado de um *hostel* – onde a língua portuguesa, às vezes, era preterida por outras – não foram tão fáceis. Se conviver com pessoas de todas as partes não era simples, no lado de fora, na histórica Rua Barão do Rio Branco, comecei a enxergar elementos que

viriam a mudar minha trajetória. Passei a perceber em cada canto que explorava do Centro de Curitiba um pouco de história, e isso me levava a outros lugares.

A pé, de ônibus, bicicleta, orientado ou vagando, fiquei meses registrando e construindo aquela que seria a minha cidade. Desde o início, não interpretava o que via tal qual um turista, a quem um canteiro de flores, por exemplo, pudesse causar admiração. Tratava de analisar as construções, a natureza, o povo de forma integrada e, à semelhança de um quebra-cabeça, buscava estabelecer algumas associações entre eles. Muitas, por sua vez, esbarravam na minha falta de informação e outras, em aspectos que decidi levantar através deste estudo.

Os vestígios que guardo da infância têm cor, cheiro, aroma e ruído. Ter perdido a sensibilidade pueril é algo que lamento todos os dias, principalmente por ter sido ela a responsável por me conduzir em direção ao tema deste trabalho.

O roçar de tabuões de araucária, que se abraçavam suavemente no assoalho liso, seco e vibrante, a cada pisada que ouvia deitado na cama, embalando os meus sonhos, representa uma das doces recordações que tenho da casa dos meus avós. Penso que objetos também possam se tornar importantes por transmitirem junto às pessoas percepções únicas, muitas vezes, carregadas de vitalidade.

Sequer poderia imaginar, naquele tempo, que os tabuões nos quais pulava para fazer barulho provinham de uma árvore similar àquelas que cruzava, em meio aos passeios de bicicleta, nas buscas por pinhões e folhas secas para queimar no fogo. O fato de as crianças serem poupadas de determinadas constatações, seja pela pouca vivência, seja pela ingenuidade, mostrou-me a necessidade de valorizar cada fase da nossa existência de modo especial, haja vista que, mesmo com todos os esforços, somos incapazes de acompanhar a dinâmica do tempo.

Hoje, as casas, os paióis, as barricas e toras de madeira que compunham os cenários dos meus dias são representados de outra forma no meu interior. Não utilizaria a palavra desilusão para definir o que senti depois de ter compreendido essas mudanças, porque existem valores que não podem ser perdidos, porém, não havia como não refutar o desconforto por ter sido indiretamente cúmplice de um passado que deixou marcas intransponíveis.

Se refletirmos sobre os impactos para os quais somos colaboradores, por meio do consumo de petróleo e dos seus derivados, do uso de agrotóxicos ou da poluição em diferentes escalas, para citar alguns casos clássicos, imagino que o

sentimento de culpa tende a se tornar cada vez mais constante em nossas vidas, sabendo-se que nós próprios somos prejudicados por essas práticas.

Entretanto, creio que a severidade de uma tormenta pode ser seguida por períodos de brisa, e o mesmo se espera para a sociedade atual, à proporção em que os anos decorrem. A maior preocupação persiste, sobretudo, em quanto tempo será ainda necessário para que essa alteração ocorra?

Prefiro acreditar que não iremos replicar nem dar continuidade aos erros pretéritos indefinidamente. Presenciamos manifestações de esgotabilidade de recursos naturais, respostas às mudanças climáticas e diversos outros eventos no quotidiano, como prova de que o “tempo de recuperação” do meio ambiente não vem sendo respeitado. Muitos dos problemas causados pelo homem, por sinal, são irreparáveis, e podem gerar efeitos progressivos, caso não se desenvolva uma conscientização majoritariamente compartilhada na sociedade, em prol do espaço natural. Algo necessita ser feito.

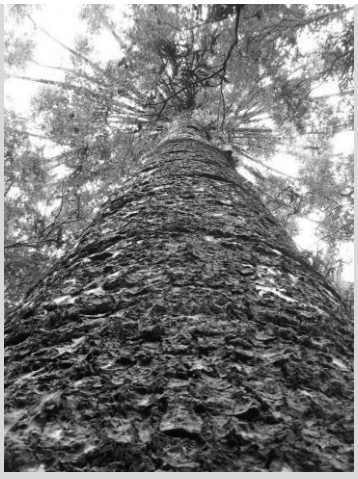
Por fim, a chegada da minha filha Alice, há quase três anos, foi outra surpresa que tive desde a vinda a Curitiba. Com ela pude recordar os traços que resistiram da minha infância, imaginar como eram as sensações e percepções que possuía diante da natureza e, acima de tudo, sonhar novamente com as araucárias: as árvores que admiradas de baixo dão a ideia do infinito.

Convido-os através das próximas páginas a também fazerem parte dessa história.

Sonho da Polônia

Meu coração de polaco voltou
coração que meu avô
trouxe de longe pra mim
um coração esmagado
um coração pisoteado
um coração de poeta.

Paulo Leminski



1 INTRODUÇÃO

Adentrar no universo da arquitetura sem ser um profissional da área foi, antes de uma descoberta, uma atividade minuciosa. O resgate de componentes básicos, ligados à sua história e formação, revelou-se obrigatório para o entendimento das funcionalidades, representações e de outros aspectos envolvidos na organização dessa seara. Transpor paradigmas erguidos a partir de disputas conceituais, dentro da própria arquitetura, selecionando informações, que fossem ao encontro de um pensamento integrado, consistiu em um desafio permanente na etapa exploratória do trabalho.

As variações entre o que era considerado de domínio da arquitetura e o que estava ligado a outro campo do conhecimento foram, na visão simplificada do autor, unificados e discutidos em suas particularidades, buscando sempre que possível o diálogo entre eles. Assim ocorreu ao se comunicarem posicionamentos teóricos da arquitetura com a biologia, sociologia, história, geografia, dentre outras ciências, e estas entre si, em determinados momentos.

Apesar de definidas em suas esferas de atuação, algumas mais, outras menos flexíveis ao debate de questões antrópicas, tentou-se tirar proveito dos avanços obtidos em cada segmento, dentro do assunto em análise, principalmente devido à interpretação holística por ele requerida.

Fundamentos de origem biológica foram vistos como relevantes para a constituição do pano de fundo da pesquisa, não só por tratarem de recursos naturais, do homem *per se*, mas também por corresponderem a um campo de maior domínio por parte do autor. Além disso, a sinergia quase que mutualística entre a arquitetura e a biologia, desvendada sob múltiplos ângulos, carece de uma contribuição mais universal, livre de referenciais exatos, estáticos, mórficos.

A arquitetura, em seus conceitos elementares, deixou bastante clara a importância da interação entre o ambiente construído e o meio a ele externo, como se o primeiro fosse uma extensão do segundo. Tendo a arquitetura como item participante da paisagem, e vice-versa, definiu-se por adaptar tal raciocínio aos demais elementos do contexto observado, incluindo-se aí tanto componentes materiais quanto imateriais nele atuantes.

A capacidade de inferir – por meio de estudos prévios, situações que provavelmente compuseram um panorama pretérito, como os que fizeram parte da história de um povo, da formação de urbes e do desenvolvimento de uma nova cultura – foi peça chave ao diagnóstico que se propôs. As migrações do autor a um passado não tão distante (a partir de 1871), no intuito de recapitular e fornecer outras leituras de episódios relacionados ao *corpus* desta discussão, impuseram-se, portanto, para alcançar a compreensão de um processo intenso sob o ponto de vista de sua natureza sistêmica. O passado, no decorrer de alguns trechos do estudo, misturou-se com presente, fazendo-se cúmplice de olhares comuns na sociedade atual. Não se pode deixar de pensar em Prigogine, nesses instantes, por quem o tempo foi tratado junto à incerteza e ao universo do caos (PRIGOGINE & STENGERS, 1992, 1996).

Dissertar acerca de uma temática permanentemente em curso trouxe vantagens por permitir observações *in loco*, de mais fácil registro, ao passo que interpretar eventos passados reservou algumas limitações; a maior delas, na concepção deste autor: a dependência de dados de terceiros. A confiabilidade dessas fontes não foi cá questionada – até porque sem elas este e vários outros trabalhos não seriam possíveis –, contudo, muitas das percepções de natureza intimista, que fugiam do âmbito da informação fotográfica, documental e científica, por exemplo, deixariam de ser captadas por esse motivo. Essa carência, infelizmente, mostrou-se insuperável diante das restrições que uma pesquisa como esta possuía.

Ainda que a possibilidade de falhas a respeito do tratamento de dados mais fosse algo esperado, preferiu-se não abdicar da precisão científica, reconstrução e interpretação dos fatos sempre que fosse viável. Presumiu-se que muitas passagens desse assunto seriam, com o transcorrer dos anos, reveladas ou, ao menos, contariam com menor parcialidade em seus registros do que o presente. A partir de uma proposta de construção coletiva, conduzida por um grupo de pesquisa formado por sete doutorandos[1] da Turma IX e cinco professores[2] integrantes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), da

[1] Alan R. Alves, biólogo; Anésio C. Marques, agrônomo; Bruno Gasparini, advogado; Dailey Fischer, bióloga; Júlio C. B. V. Silva, agrônomo; Jurandir de Souza, antropólogo; e Marcelo Limont, biólogo.

[2] Alfio Brandenburg, sociólogo; Carlos Alberto C. Sampaio, administrador; Cristina F. Teixeira, socióloga; Naína P. Estades, socióloga; e Valdir F. Denardin, economista.

Universidade Federal do Paraná (UFPR), deu-se início à elaboração de um texto comum.

1.1 DA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR

A turma ingressa no ano de 2010, assim como a anterior, foi selecionada para discutir o macrotema “Natureza, Sociedade e Mudanças Globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos e estratégias locais e globais”.

Vários foram os momentos desse processo, cuja tônica seria perceber aspectos comuns de pesquisa no campo da interdisciplinaridade (HEEMANN, 2004). As linhas de estudo biodiversidade e agrobiodiversidade serviram como eixos de comunicação entre os, até então, projetos de tese dos doutorandos, na intenção de articular profissionais de diferentes áreas e definir um espaço e assunto como referências para “identificar temas de pesquisa que não fossem apenas pertinentes do ponto de vista científico, mas também em relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente em um contexto preciso” (ZANONI *et al*., 2002, p. 22). Desta forma, surgiu o Grupo Agro/Biodiversidade (AgroBIO), oriundo da fusão entre os preestabelecidos Grupo da Crise Alimentar e Grupo da Biodiversidade, estimulado pela ideia de fortalecimento dos “laços” de trabalho interdisciplinar no programa.

A criação do AgroBIO – que juntamente com o Grupo Crise da Urbanização compôs as duas equipes de professores e doutorandos da Turma IX – representou o desafio em vislumbrar conexões, transversalidades e problemas comuns, interpretados sob distintos olhares (PPGMADE, 2011).

Promoveram-se ao todo 24 encontros presenciais, desde a primeira reunião – em meados de maio de 2011 – até a entrega do texto-base, em setembro do mesmo ano. O contato frequente, acompanhado de extensa revisão teórica e visitas de campo, orientou a concepção da problemática de pesquisa da equipe, sustentada em quatro pilares, que merecem apreciação: planejamento territorial; redução e perda da biodiversidade; áreas protegidas e manejo de recursos naturais; e agricultura familiar, práticas e conhecimentos tradicionais (PPGMADE, 2011).

Uma vez delimitado o contexto de análise, dada a complexidade das relações identificadas, decidiu-se pela elaboração de algumas perguntas norteadoras, as quais pudessem sintetizar os múltiplos aspectos observados, na certeza de que as mesmas deveriam ser lapidadas durante a produção dos

trabalhos individuais, mais adiante. Assim, pretendeu-se responder às seguintes questões (PPGMADE, 2011, p. 43-44):

- A partir das perspectivas do planejamento territorial e das dinâmicas ecossocioprodutivas no meio rural, quais as relações de uso e conservação dos recursos naturais na Porção Sul do Bioma Mata Atlântica[3]?
- De que modo a racionalidade econômica hegemônica interfere nas manifestações de riscos, vulnerabilidades e resiliências, e, consequentemente, na formulação de políticas públicas?
- De que forma o uso dos recursos naturais nos diversos arranjos socioprodutivos do meio rural pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida humana e conservação desses recursos naturais?
- Em que medida a racionalidade, em suas diferentes dimensões, influencia os processos de uso e conservação dos recursos naturais?

Dentro do quadro considerado, levando-se em conta alguns fatores, como área de estudo e conceitos-chave, segundo os interesses de pesquisa de cada doutorando, tais quais a discussão da agricultura familiar e do conservacionismo de florestas e demais formações nativas, chegou-se ao objetivo de "essencialmente analisar o uso e a conservação dos recursos naturais na Porção Sul do Bioma Mata Atlântica, nas perspectivas do planejamento territorial e das dinâmicas

[3] Segundo a Lei nº 11.428/06, conhecida também como Lei da Mata Atlântica, esse bioma é composto por uma série de tipologias ou unidades fitogeográficas, constituindo um mosaico vegetacional, abrangendo total ou parcialmente 17 Estados brasileiros (MMA, 2006). Acredita-se que a Floresta Atlântica já cobriu continuamente cerca de 15 % do território brasileiro e hoje restam menos de 27 % do seu total, dispersos em fragmentos florestais pequenos e isolados (MMA, 2007, 2011; FUNDAÇÃO ... & INPE, 2011).

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica:** período 2008-2010. Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas_2008-10_relatorio%20final_versao2_julho2011.pdf>. Acesso em: 16 set. 2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**: Atualização - Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília: MMA, 2007.

_____. **Lei nº 11.428/06**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=526. Acesso em: 13 ago. 2011.

ecossocioprodutivas no meio rural sob as escalas regional e local” (PPGMADE, 2011, p. 4).

A elevada fragmentação dos hábitat e a redução da biodiversidade têm ocasionado, nas últimas três décadas, marcante impacto nos ecossistemas que compõem o Bioma Mata Atlântica. O processo de ocupação humana e o ritmo de destruição promovido têm gerado interferências na manutenção dos recursos naturais desse bioma, tornando-o um dos mais ameaçados de extinção no mundo (IBGE, 2012). A Porção Sul do Bioma foi escolhida por abranger os temas de todas as teses do Grupo AgroBIO e por ser representante das várias mudanças ocorridas nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil desde o período da colonização até os dias atuais.

A equipe ainda desejou buscar, de forma específica (PPGMADE, 2011, p. 4):

- Compreender como a racionalidade econômica hegemônica interferia nos diferentes processos de uso e conservação dos recursos naturais e, consequentemente, nas manifestações dos riscos, vulnerabilidades e resiliências em um cenário amplo;
- Analisar a contribuição do planejamento territorial no uso e na conservação dos recursos naturais;
- Analisar a contribuição das dinâmicas ecossocioprodutivas para a melhoria da qualidade de vida humana e conservação dos recursos naturais; e
- Identificar as influências da racionalidade, em suas diferentes dimensões, na formulação e execução de políticas públicas direcionadas ao uso e à conservação dos recursos naturais, e vice-versa.

Partindo-se da premissa de que a **racionalidade econômica hegemônica** (lado esquerdo do organograma a seguir) exercia um papel determinista sobre os processos de **uso e conservação dos recursos naturais** (tema central de pesquisa do grupo), acreditou-se que tal influência (identificada pela seta curva azul escura, no lado esquerdo do organograma) “condicionaria o estado de conservação dos diversos biomas brasileiros, bem como suas diferentes formas de utilização e apropriação pela sociedade” (PPGMADE, 2011, p. 9) (FIGURA 1).

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA PESQUISA COLETIVA DO GRUPO AGROBIO
FONTE: PPGMADE (2011)

A **Porção Sul do Bioma Mata Atlântica** (área de estudo) expressaria uma relação de extremos: de um lado, o desenvolvimento socioeconômico, motivado em grande parte pela agricultura; e de outro, a conservação de recursos naturais, com várias áreas prioritárias e o menor índice de cobertura florestal original do território brasileiro. Sugerir-se-ia ainda: (a) a perspectiva do **planejamento territorial**, cuja escala e nível de análise propostos eram, respectivamente, o regional e o institucional, vista como uma das formas de orientar processos de tomada de decisão sobre o uso e a conservação dos recursos naturais; e (b) a perspectiva das **dinâmicas ecossocioprodutivas**, com escala local e nível comunitário, voltada para o estudo de modelos alternativos e suas influências na relação ambiente-sociedade (PPGMADE, 2011).

Além da temática comum e da área de estudo, um dos aspectos que amparou os arranjos de pesquisa do Grupo AgroBIO foi a inter-relação entre as perspectivas e as escalas de análise (representadas pela dupla seta azul escura horizontal, disposta no centro do organograma). Após a conclusão do modelo, esperou-se, por conseguinte, que as teses ligadas a ele dessem prosseguimento, de

forma direcionada, mas não excludente, por um dos eixos delimitados (PPGMADE, 2011).

Defendeu-se que a influência das relações econômicas (da **racionalidade econômica hegemônica**), nos processos de uso e conservação dos recursos naturais, refletia-se na sociedade por meio dos **riscos, vulnerabilidades e resiliência** (lado direito do organograma); categorias que Hogan e Marandola Jr. (2009) enxergaram como novas possibilidades de se abordar e enfrentar problemas ambientais (as duas setas curvas, em tonalidade azul escuro, sinalizam relações que estão consolidadas na sociedade) (PPGMADE, 2011).

Um questionamento – com base na possibilidade de minimização dos riscos, considerando as vulnerabilidades e a chance de incremento da resiliência dos sistemas – pretendeu verificar se o caminho inverso (percorrido pelas setas curvas transparentes do organograma) poderia se configurar como uma tendência ou mesmo, um percurso irreversível dentro da realidade visualizada: **conseguimos influenciar os processos de uso dos recursos naturais e estes, uma vez influenciados ou até modificados, poderiam contribuir para a transformação da racionalidade econômica hegemônica?** (PPGMADE, 2011).

Tomando essa indagação como ponto de partida para as pesquisas individuais, esperou-se, com isso, fazer convergirem, em um futuro próximo, as principais impressões levantadas através de cada trabalho. A expressão gráfica desse esforço coletivo pode ser visualizada pelo símbolo “∞” (lemniscata), figurado como uma sequência *ad infinitum* dos elementos relacionados (PPGMADE, 2011).

1.2 DA PROBLEMATIZAÇÃO DA TESE

Em continuidade ao percurso iniciado na primeira fase deste estudo, a qual se denominou de construção coletiva da pesquisa, surgiu o momento de sobrepor as ideias existentes, em busca de fatores compatíveis e também contrastantes entre as duas situações, de modo a delinear os próximos passos.

Partir de uma condição em que o referencial era um território de larga escala, a Porção Sul do Bioma Mata Atlântica, abrangendo, na investigação do Grupo AgroBIO, os Estados do Paraná e de Santa Catarina praticamente por inteiro, para uma área de estudo em escala bem menor, ainda que com dimensões representativas, trouxe ao autor mais segurança, por torná-lo mais acessível ao

deslocamento. No entanto, algumas sinuosidades marcariam esse caminho de definição, pois muitas eram as variáveis a serem pensadas frente ao problema que se possuía.

Debater a arquitetura[4] emergindo de uma base de formação socioambiental demandou ressalvas, já que as limitações técnicas, conceituais e analíticas por parte do pesquisador eram evidentes. Somado a isso, careceu-se, da mesma forma, de uma formação mais aprofundada na seara da história, a qual possibilitasse enquadrar, em um mesmo plano, o imigrante, o espaço de estudo e a agricultura familiar, no processo de "materialização" das características da pequena propriedade rural, por intermédio da arquitetura. De certa maneira, o que se desejava interpretar a partir desse fluxo de informações, encontrava-se representado na ainda hipotética "movimentação natural" da propriedade rural, por meio de suas construções e dos seus respectivos usos, conforme a atribuição dada aos recursos naturais, na interligação entre a propriedade e o espaço que a cercava, assim como nas manifestações histórico-culturais reveladas pelo agricultor familiar – no caso específico deste trabalho, pelo agricultor imigrante polonês.

A delimitação da problemática do grupo, estabelecida a partir dos quatro parâmetros previamente citados, mostrou-se também essencial à identificação do problema deste estudo, pois os dois eixos tidos como norteadores do mesmo – a racionalidade econômica hegemônica e os riscos, vulnerabilidades e resiliência (GIDDENS, 2002; HOGAN & MARANDOLA JR., 2009; BECK, 2011) –, mediados pelas relações de uso e conservação dos recursos naturais (FIGURA 1), seriam variáveis compartilhadas por ambos os casos.

Com base nisso, estaria a referida racionalidade econômica predominante, desencadeadora de riscos, vulnerabilidades e resiliências no presente, relacionada às mudanças ocorridas nas propriedades rurais da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), tendo em vista as alterações geradas nas construções elaboradas com madeira de araucária e a influência do processo de urbanização[5] sobre as colônias de imigrantes poloneses?

[4] A conceituação de arquitetura será tratada no tópico 1.3 DA DEFINIÇÃO DE TERMOS.

[5] A urbanização implica a passagem do rural para o urbano, tendo sido focalizada a partir de conceito que se classificaria como comportamental, estrutural e demográfico e privilegiaria na caracterização do urbano variáveis que se enquadram nesses três grandes grupos. Para o grupo comportamental, o processo de urbanização é descrito através da mudança de comportamento dos grupos sociais. Segundo a conceitual estrutural, a urbanização se explicaria por condições econômicas e sociais. A

Cruzando-se essa hipótese com aquelas que subsidiaram os diálogos do Grupo AgroBIO, destacaram-se aspectos que faziam referência a cenários semelhantes, constituídos a partir de processos que levaram à devastação de grande parte do Bioma da Mata Atlântica, e mais propriamente da Floresta com Araucária, influenciando sob diversas formas aquele contexto. Essa transformação na paisagem e o papel desempenhado pela casa de araucária[6] para o legado histórico desse período, por sua vez, voltarão a ser discutidos na fundamentação teórica e nos resultados deste estudo.

Na atualidade, todos os Estados da Região Sul, em especial o Paraná, guardam resquícios do que fora a Floresta com Araucária até cerca da metade do século XIX, quando se iniciou a exploração massiva de sua madeira. Promover-se-ia à época uma verdadeira alteração da paisagem, que não tardaria muito a se alastrar por toda a região, ocasionando efeitos de ordem catastrófica (THOMÉ, 1995).

As repercussões desse fenômeno foram tamanhas que os registros deixados parecem ser insuficientes para descrever tudo o que houve.

A ocorrência de ciclos de produção sequenciados, como o do café e da erva-mate, aliados à construção de vias de escoamento para o litoral, contribuiu decisivamente para o destino tido pela Floresta com Araucária. Por meio dos apanhados históricos do período, perceber-se-ia que, em todo lugar, seria possível encontrar madeira de araucária, da grande propriedade ao pequeno lote, de uma barrica com erva-mate para exportação até uma casa que serviria de abrigo ao madeireiro (MARTINS, 1995; CASTELLA & BRITEZ, 2004; WACHOWICZ, 2001; MARQUES, 2014).

A arquitetura, nesse contexto, participaria como confluência de parte dos eventos materiais e imateriais existentes, permitindo às construções registrar momentos da história, pensamentos e expressões socioculturais que se desenvolveriam naquela conjuntura. Em torno dessa visão, estruturou-se o objetivo geral desta pesquisa, conforme dito em páginas antecedentes, parcialmente intuitivo e observacional, mas solidamente sustentado por literatura especializada:

---

interpretação demográfica do processo de urbanização postula que a urbanização é um processo de concentração populacional (IPARDES, 1983, p. 6-7).

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Redefinição do conceito de urbano e rural**. Curitiba: IPARDES, 1983. 84 p.

[6] Termo criado por Imaguire Júnior (1993).

- **Analisar as inter-relações entre o meio ambiente e a arquitetura, segundo o processo de manifestação histórico-cultural do agricultor familiar, enfatizando-se, neste estudo, as influências da imigração polonesa no âmbito de doze colônias situadas em quatro municípios da RMC, no período de 1871 a 2014.**

Buscando uma abordagem mais precisa com foco no elemento humano observado e no desenvolvimento da agricultura familiar, em função da sua importância local, objetivou-se especificamente:

- **Contribuir no resgate da trajetória descrita pela expansão da agricultura familiar sob a perspectiva da arquitetura em madeira, observando o papel desempenhado pela construção no estabelecimento de moradias e no exercício de atividades laborais; e**
- **Complementarmente à meta anterior, tratou-se de interpretar a geração de uma dinâmica morfofuncional[7] dos elementos da propriedade rural, tendo como base a presença da madeira de araucária nos locais analisados e a participação identitária do agricultor na ocorrência desse processo.**

Os principais autores considerados neste estudo foram: Balhana (1969), Wachowicz (1976a, 1976b, 1977, 1981); Coelho Netto (1993); Imaguire Júnior (1993); Bourdieu (2007); Bollnow (2008); Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008); Imaguire Júnior e Imaguire (2011); e Batista (2011).

Após esta fase inicial de definição da estrutura do trabalho, estabeleceu-se a ligação que uma etapa apresentaria em relação à outra, de modo que suas informações pudessem ser compartilhadas, a fim de permitirem algumas afirmações ao final, bem como questões a serem respondidas por outras pesquisas (FIGURA 2).

A tese é apresentada em cinco capítulos, incluindo esta introdução. A estrutura apresenta como sequência uma revisão teórica, seguida da metodologia e apresentação dos resultados e discussão.

Na introdução, é encontrado um relato da experiência coletiva realizada no Grupo AgroBIO, figurando com outros elementos balizadores deste estudo.

[7] Este termo será mais bem discutido nos subcapítulos 3.2 OBJETOS DE ANÁLISE e 4.3 COLÔNIAS E PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS.

O segundo capítulo, destinado ao levantamento teórico, apresenta, em sua subdivisão temática, um encadeamento que se buscou construir de modo silogístico, tendo, como premissa maior, a biologia das araucárias, a formação da Floresta com Araucária, e a significação da paisagem metamorfoseada; e, como premissa menor, o foco na agricultura e a realidade nela imprimida pela presença do imigrante polonês em sua influência cultural e histórica. A abordagem, em toda essa fundamentação teórica, culmina com a noção de arquitetura em madeira em casas de araucária.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos. Aqui a estruturação visa mostrar o critério adotado para a seleção das colônias, o raciocínio seguido quando da decisão de adotar os instrumentos explicitados, como formas de coleta de dados, e a projeção dessa conduta no modo de apresentar essas informações e encaminhá-las para a etapa de análise.

O quarto capítulo realiza as análises por meio de um guia erigido em dois eixos: o conceitual e o empírico, cada um contendo categorias, subcategorias e variáveis relacionadas. O eixo conceitual é voltado ao primeiro objetivo específico e o empírico, ao segundo objetivo específico. As variáveis levantadas, em ambos, são também examinadas em torno de questões e/ou afirmações de pesquisa, e através de um conjunto de critérios definidos para fazer o melhor uso possível das conceituações realizadas no arcabouço teórico. Três colônias tiveram suas características analisadas individual e integradamente.

As considerações finais, quinto capítulo, contém um apanhado da concepção do estudo e formula suas principais inferências, no sentido de responder ao questionamento que deu origem à pesquisa.

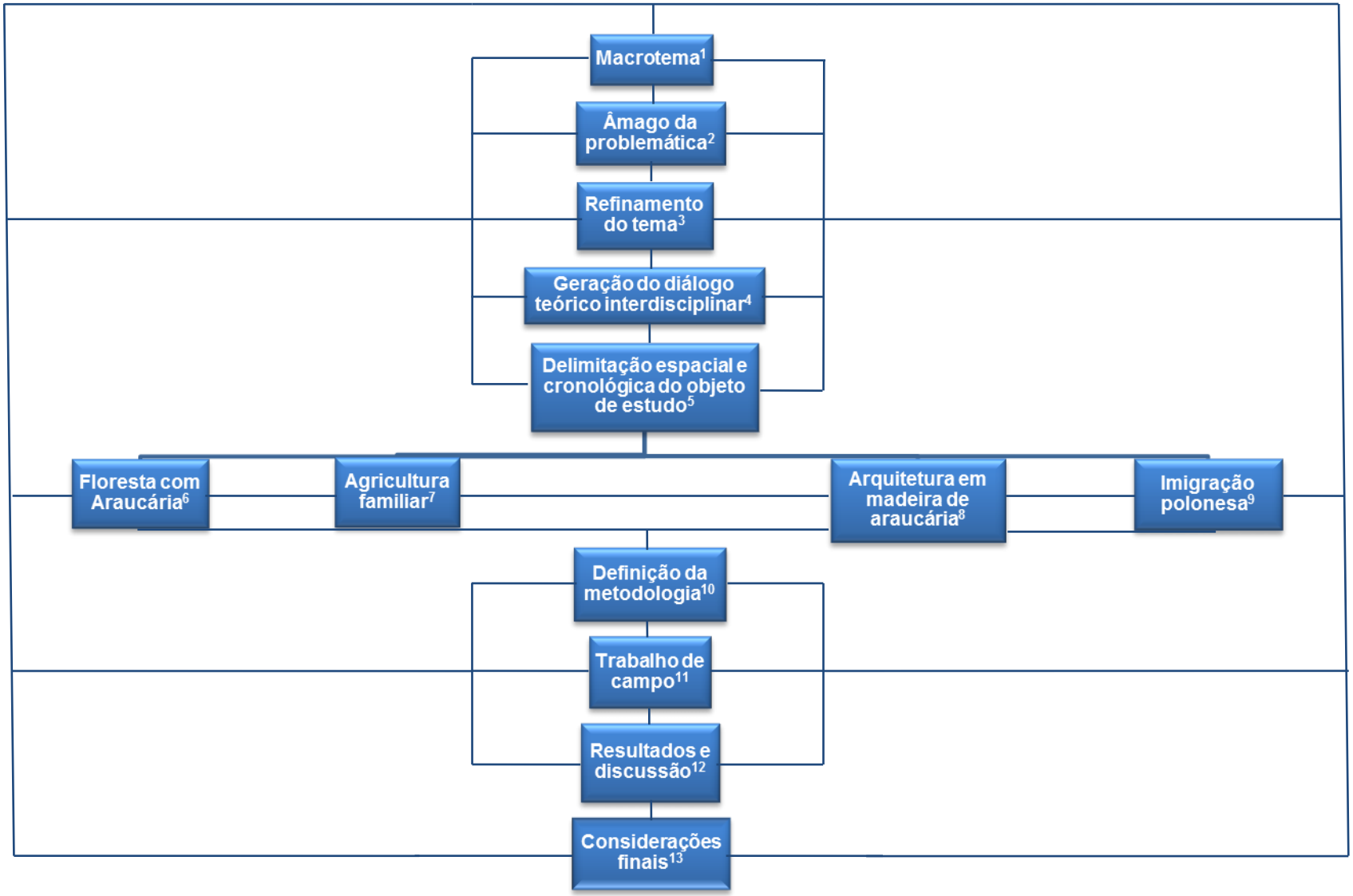


FIGURA 2 - *FLOW SHEET* TRAZENDO AS PRINCIPAIS FASES DA PESQUISA
FONTE: O AUTOR (2014)

Cada uma das etapas da ilustração poderia ser transcrita do seguinte modo:

(1) “Natureza, Sociedade e Mudanças Globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos e estratégias locais e globais”. Deste tema geral, dezessete teses foram produzidas pela Turma IX;

(2) Através de uma pergunta norteadora, determinada a partir da problematização geral do Grupo AgroBIO, pode-se chegar à uma área de abordagem propícia à investigação científica;

(3) Nesta fase, buscou-se selecionar algumas categorias e subcategorias analíticas, conceituais e empíricas, por meio do estudo (tópicos 3.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS e 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO);

(4) Estabelecido o tema da tese, buscou-se contextualizá-lo aos demais temas de tese do grupo, de modo a se concatenar ações, convergir esforços e permitir um diálogo ao longo da pesquisa, assim como após os resultados e reflexões alcançados por cada estudo;

(5) Análise da possível relação entre a racionalidade econômica predominante – geradora de riscos, vulnerabilidades e resiliências na atualidade – e as mudanças ocorridas nas propriedades rurais da RMC, no intervalo entre 1871 e 2014, considerando-se as alterações propagadas às construções de madeira de araucária e a influência do espaço urbano sobre as colônias de imigrantes poloneses (tópico 1.2 DA PROBLEMATIZAÇÃO DA TESE);

(6) Compreendido como cenário natural de ocorrência da maior parte dos eventos tratados pelo estudo, foi analisada sob o viés biológico, socioeconômico e da paisagem natural e modificada;

(7) Considerada hoje a forma de agricultura predominante no Brasil, consistiu (a princípio, fora do campo conceitual que se tem no momento, e, posteriormente, próxima ao que se concebe na atualidade) na principal atividade dos imigrantes poloneses nas primeiras décadas da colonização, tanto como atividade de subsistência quanto de comercialização em pequena escala. Representou um vínculo à paisagem local, que contaria ainda com a participação destacada da araucária, sob sua forma natural no meio e modificada em madeira, na organização das construções;

(8) Como produto da interação tratada anteriormente, a arquitetura em madeira no Paraná, por meio da casa de araucária, além da unicidade em suas

características conformacionais, corresponderia a um dos poucos registros locais do que restou do período da colonização por imigrantes, na segunda metade do séc. XIX e no início do séc. XX;

(9) Dentre os diversos imigrantes que chegaram ao Paraná, o imigrante polonês representaria um grupo particular pelo universo de relações que abarcava, mostrando-se um fator-chave para a análise da arquitetura em madeira e da agricultura familiar, por intermédio de sua participação identitária no contexto apresentado anteriormente;

(10) A escolha dos objetos de análise passou por diferentes critérios, que incluíram a seleção das colônias a serem visitadas, bem como dos instrumentos metodológicos maias adequados à coleta e representação dos dados;

(11) Buscou-se identificar propriedades rurais que se enquadrassem aos parâmetros estabelecidos, fundamentando-se em uma metodologia debatida coletivamente;

(12) A partir das informações levantadas em nível teórico e prático, efetuou-se uma análise individual e integrada das colônias e, posteriormente, das propriedades de interesse dentro da temática; e

(13) Visou-se estabelecer uma síntese não conclusiva do estudo realizado, retomando a problemática inicial e aproximando a mesma dos resultados alcançados. Novos questionamentos seriam esperados a partir da interpretação dos resultados obtidos.

1.3 DA DEFINIÇÃO DE TERMOS

Os tratamentos buscados para determinados termos tentaram, de toda maneira, aliar o vocabulário arquitetônico (no sentido de “criação do espaço”) ao biológico, perpassando pelo caminho historiográfico, sempre que possível, em preferência às terminologias adotadas por outras áreas próximas, que também faziam uso desses vocábulos.

A começar, poder-se-ia mencionar o conceito de arquitetura. Para Vitrúvio (1965), arquitetura significaria a utilidade, solidez e beleza (*utilitas*, *firmitas*, *venustas*) (do espaço), concepção que seria reinterpretada por Alberti (1485) como solidez, comodidade e prazer (*necessitas*, *commoditas*, *voluptas*). Perret *apud* Zahar e George (1959) defenderia a arquitetura como sendo a arte de organizar o espaço. Le Corbusier (2004) a interpretaria como um ato de vontade consciente. Blondel

(1750) enquadrá-la-ia na construção, distribuição e decoração. Boudon (1971) diria que a arquitetura era o belo, o verdadeiro e o útil. De acordo com Lúcio Costa *apud* Corona e Lemos (1972, s/p.), arquitetura seria:

> (...) construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa. Seria ainda a arte concebida e realizada no sentido de criar um espaço ao mesmo tempo humano – pelo homem que o necessita e não vive só, mas em aglomerados, social – pela realidade material que o origina e plástico – pela intenção deliberada que preside o aparecimento da obra arquitetônica, que além do mais deve ser bela.

Entretanto, apesar de todos esses conceitos, acreditar-se-ia que as definições de Guimard, conforme Uhlfelder (1998) – baseada na arquitetura como sentimento, lógica e harmonia – e a de Nervi, de acordo com Bontempi (2003) – que sustenta a função, a forma e a estrutura –, desde que complementadas uma pela outra, seriam as que melhor atenderiam o campo da arquitetura sob o viés que se pretendeu adotar neste trabalho.

O uso dos termos espaço, território, paisagem e lugar também mereceu atenção, pois apareceriam comumente na linguagem arquitetural, da mesma forma que seriam corriqueiros na Geografia, História e outras ciências que dependeriam de um contexto físico para a construção dos seus diálogos (BOUDON, 1971; MARSH, 1983; BACHELARD, 1993; SCHAMA, 1995; GIDDENS, 2002; ROGER, 2007; BOLLNOW, 2008). Nesse caso, a distinção entre os empregos possíveis de cada palavra se mostrou essencial, haja vista o risco de se banalizar os seus empregos pela utilização meramente instintiva, desprovida de qualquer sustentação.

Desse modo, tendo-se em mente o objeto da arquitetura como sendo a produção do espaço, aquilo que seria concebido como semiologia do espaço, semiologia da arquitetura e semiologia do espaço arquitetural, pode-se, partindo de uma tipologia determinada por Coelho Netto (1993), considerar o termo espaço, segundo os interesses desta tese, como:

(a) Trabalhos de inspiração nos métodos linguísticos e que procurariam ter o espaço como uma possibilidade de se interpretar desde unidades significantes até discursos mais amplos;

(b) Estudos da “dimensão verbal” da arquitetura, nos quais se poderia fazer a “representação” do espaço arquitetural por meio de fotos, esquemas, desenhos, dentre outros recursos;
(c) Análise das relações entre espaço mental e espaço físico;
(d) Pesquisas acerca dos modos de percepção do ambiente construído; e
(e) Resgate dos antigos “estudos de estilo”, em que se exploraria morfológica e sintaticamente a obra de arquitetos da madeira (no caso deste estudo, de mestres carpinteiros). Tal exercício, por sua vez, tornar-se-ia mais visível no capítulo 2.4 ARQUITETURA DE MADEIRA EM CASAS DE ARAUCÁRIA, destinado à discussão sobre as casas de araucária no Estado do Paraná.

A manipulação dos dados fornecidos pela antropologia, como ponto de partida, permitiria a identificação de um primeiro eixo de oposições da demarcação do espaço arquitetural: interior *versus* exterior. Nessa relação, poder-se-ia reconhecer, além do confronto entre esses dois ambientes, uma via de transição que seria fundamental ao homem, no seu processo de sobrevivência e perpetuação: a capacidade de passar de um espaço interior para um exterior, e de realizar o contrário, condição que lhe permitiria maior independência desde os primeiros tempos pré-históricos, em que a organização em sociedade sequer existia. A geração dessa consciência – a ação de um fator tanto psicológico quanto social – faria com que houvesse um maior domínio do plano estritamente material (possibilitando à espécie proteção contra o tempo, as feras e os outros homens), mas também uma maior compreensão do limite entre os espaços, o que teria talvez incutido o surgimento de alguns valores e comportamentos manifestados até os dias atuais, como: na “divisão sexista” do espaço; na restrição do mesmo por questões de classe social, religiosidade e burocracia; e mesmo, como um “vínculo etológico” (comportamental) da espécie humana ao grupo animal, na relação de controle do espaço pelo guerreiro diante do seu adversário, assim como ocorre entre os leões e com outras espécies animais, dentro de suas relativas particularidades (ZEVI, 1978; COELHO NETTO, 1993).

A produção arquitetural, à semelhança de outro sistema de produção propriamente dito, apropriar-se-ia do espaço, por meio também dos produtos da natureza, e conferir-lhe-ia uma forma adequada às necessidades humanas (COELHO NETTO, 1993). Isso, apesar de ser do conhecimento de quase todos os

arquitetos, como a semiologia confirmaria, Zevi (1973) diria, contudo, que seriam poucos os profissionais que compreenderiam aquilo que realmente importaria na (e orientaria uma) configuração arquitetural, por sua condição, muitas vezes, implícita: o espaço.

> [...] identifica-se o todo como um conjunto unitário que o indivíduo nunca conhece inteiramente, mas que ele não deixa de reconhecer. E não um conjunto (na verdade, um aglomerado) como os de hoje, onde o espaço é inteiramente hostil ao indivíduo (que não pertence a ele), não lhe dando nenhuma informação além do mínimo exigido pelo utilitarismo [...], e que o homem não conhece nem em parte nem no todo [...] (COELHO NETTO, 1993, p. 10).

Essas indagações também perturbariam outras correntes de saber, como a geografia, em que o espaço poderia ser visto enquanto macrocomplexidade de um território, que, por sua vez, poderia ter sua definição confundida dentro da própria geografia. Por esse e outros motivos, vinculados a escolas distintas, de restrita comunicação e concordância em seus próprios cenários de atuação, que uma linguagem acessível, tolerada basicamente, revelar-se-ia pouco provável na discussão de determinados temas. Esse problema repercutiria largamente em escalas que variassem desde a tradução textual até a elaboração de tratados internacionais (SANTOS, 1986, 2006).

Creu-se que as perspectivas e as questões sobre as quais se pretenderia dar conta deveriam conduzir às escolhas dos termos mais propícios nesta discussão. A mera substituição de um conceito por outro, apenas pelo fato de o primeiro contar com mais suporte literário do que o segundo, não significaria que aquele seria mais eficaz funcionalmente, apenas passível a menor contestação. Atendo-se novamente ao exemplo da geografia, evidenciar-se-ia que, na escola latino-americana, o conceito de território se distinguiria daquele defendido pela anglo-saxônica, em que seria preterido pelo conceito de lugar, que, por sinal, assemelhar-se-ia à definição de região no início do séc. XX (HAESBAERT, 2010).

Nessas condições, defender-se-ia o que Sampaio (2010) questionaria: como estudar o espaço, mas também o território, o lugar, o *habitus* e outros conceitos sem fazê-lo correlativamente, em duplo sentido, com os demais contextos: local, microrregional, regional, nacional e internacional?

Apenas na última centúria é que a questão do espaço vivenciado passaria a receber um novo olhar, envolvendo principalmente Buytendijk – com trabalhos sobre

a estrutura do espaço concretamente vivenciado, dispostos no anuário Situation – e Bachelard[8], com um conjunto de obras a respeito dos quatro elementos[9], e talvez a sua produção mais destacada nesse âmbito, A poética do espaço (1957), em que também atingiria a partir do lado filosófico raízes que tocariam a constituição espacial da existência humana, perpassando o efeito da temporalidade (BOLLNOW, 2008).

> O espaço não se reduz, para nós, a relações geométricas, que determinamos como se nós mesmos, limitados aos simples papel de curiosos observadores científicos, nos encontrássemos externos a ele. Vivemos e agimos no espaço e no espaço se dá tanto nossa vida pessoal como a vida coletiva da humanidade (MINKOWSKI, 1933, p. 17).

Os fatos históricos funcionariam como passagens demarcadoras desse tempo decorrido, uma forma *grosso modo* de estabelecer referências para espaços que seriam permanentemente alterados, usufruídos e pensados, sem maiores pretensões. Conforme dissertaria Bollnow (2008), ele seria preenchido por conceitos que mudariam de acordo com os diferentes lugares e regiões, nem por isso deixando de ser um meio neutro e constante. Essa propriedade seria fortemente conservada no discurso de Graf von Dürckheim (1932), no qual o espaço seria entendido como o conjunto de elementos significativos nele experimentados, já que se trataria de uma forma de expressão, conservação e realização do sujeito que nele viveria e vivenciaria, e com ele se relacionaria.

Parece que ambas as percepções (entenda-se aqui como a capacidade de integrar emoções, aspirações e pensamentos) convergiriam no ponto em que se refeririam à pluralidade de elementos e à complexidade da construção do espaço, maleável em função dos diferentes indivíduos que dele seriam constituintes e geradores de interpretações.

Dentro dos objetivos desta pesquisa, o espaço seria observado por intermédio do contexto focalizado, da mesma forma como integrante de uma abordagem “regional”, entendido sob um viés mais empírico, entre o moderno-

---

[8] SITUATION. **Beiträge zur phänomenologischen Psychologie und Psychopathologie**. Utrecht, Antuérpia, 1954.

[9] BACHELARD, G. **L’eau et lês rêves**. Paris, 1942.
_____. **L’air et les songes**. Paris. 1943.
_____. **La terre et les rêveries de la volonté**. Paris, 1948.
_____. **La terre et lês têveries du repôs**. Paris, 1948.

cosmopolita e o tradicional-provinciano, o global e o local, em um recorte que buscaria propositalmente regionalizar algumas questões.

Pelo regionalizar buscar-se-ia complementarmente orientar as contribuições disciplinares, os regionalismos e as identidades regionais participantes do universo em estudo, enfatizando suas características ambientais, únicas, que permitiriam a manifestação de processos que talvez não tivessem ocorrido em nenhuma outra parte do mundo. Poder-se-ia falar inclusive, neste caso específico, no termo biorregião[10], pela inclusão da história e da cultura humana no mundo natural, conferindo-lhe um estado fluido, dinâmico e amplamente aberto[11] (INGOLD, 2000, 2005; GIDDENS, 2002; HAESBAERT, 2010).

A arquitetura, no entanto, mostrar-se-ia bastante resistente a algumas dessas aberturas, preferindo se centralizar em determinados referenciais, como o de lugar, tal qual afirmaria Norberg-Schulz (1980), ao dizer que a arquitetura realizaria a produção de lugares. Reforçando esse raciocínio, Fiore (2005) citaria que obras arquitetônicas não se encontrariam em lugares ou fariam parte de lugares, mas que também corresponderiam a lugares ou conjunto de lugares em si mesmas. Iria mais além ainda ao aliar o que seria o propósito da arquitetura ao de lugar, destacando que aquela deveria proporcionar ao ser humano uma base existencial, a qual teria, junto à função de abrigo e suporte instrumental, um caráter próprio de revelar e dar uma forma concreta a significados que estivessem no ambiente, ao passo que o lugar deveria sustentar essas condições, permitindo-lhe essa flexibilidade.

Entretanto, “seria intrínseco da arquitetura que ela fosse infinitamente vulnerável a mudanças nos arredores” (SCRUTON, 1979, p. 26), o que tornaria o fato de ela ser lugar ou conter lugares essencial, considerando-se sua miscibilidade com o meio ao redor, bem como sua relação com o tempo cronológico.

Zevi (1978) apontaria uma analogia interessante na tarefa de interpretar a arquitetura, o que a tornaria distinta das outras atividades artísticas. Considerando que a pintura funcionaria em duas dimensões, embora pudesse sugerir até três ou quatro; a escultura atuaria em três dimensões, sem que houvesse a inclusão do homem, que participaria apenas como observador; a arquitetura se apresentaria

[10] McGINNIS, M. **Bioregionalism**. Londres: Routledge, 1999.

[11] CARR, M. **Bioregionalism and Civil Society**: democratic challenges to corporate globalism. Vancouver e Toronto: UBC, 2004.

como uma grande escultura escavada, em que o homem pudesse penetrar e caminhar, na qual a pintura também se poderia fazer presente.

Se essa percepção fosse analisada a partir dos fundamentos históricos da arquitetura, perceber-se-ia que diferentes concepções espaciais seriam e continuariam sendo geradas pelos numerosos fatores que a compusessem, incorporados ao longo do desenvolvimento da civilização (ZEVI, 1978). Esse aspecto se mostraria importante porque possibilitaria valorizar obras que passassem despercebidas diante de grandes produções ou nomes conhecidos, pois todas possuiriam uma linguagem arquitetural que permitisse classificá-las de acordo com um discurso do arranjo espacial (o espaço em si mesmo) ou um discurso sob a forma artística (em que houvesse um arranjo eclético do espaço) (COELHO NETTO, 1993).

O arquiteto atuaria como uma espécie de douto, que acumularia conhecimentos eruditos – técnicos, formais e funcionais – e produziria o que se chamaria de arquitetura (BATISTA, 2011). Para Bardi (1992), o homem do povo seria de fato o arquiteto de verdade.

Na arquitetura popular, não existiria autoria individual e sim, uma produção coletiva, carregada de saberes hereditários, de domínio público, responsáveis inclusive pela configuração das cidades, tendo como marca absoluta o reflexo da diversidade cultural do povo que representaria; aquilo que se denominaria de tradição construtiva (BATISTA, 2011). Sendo própria das camadas intermediárias da população, ocorreria em contraposição às correntes acadêmicas e vanguardistas, pois suas contribuições, muitas vezes, não interessariam a vários arquitetos (WEIMER, 2005).

Existiriam, no presente, tradições construtivas que remontariam aos primórdios da humanidade, por não terem completado ainda seu ciclo de existência, enquanto outras tradições teriam surgido mais recentemente (FATHY, 1980). Esta substituição seria algo inerente ao homem, que, com a descoberta de novos recursos e o esgotamento de outros, possibilitaria a manutenção da propriedade construtiva.

Os primeiros estágios da arquitetura popular ou tradicional envolveriam o emprego de materiais diretamente do meio natural, sem necessariamente terem sido alterados sob os pontos de vista físico e mecânico, devido ao uso na construção (BATISTA, 2007, 2011). Tal aspecto, segundo Saia (1978), mereceria ser estudado

pelos arquitetos contemporâneos porque permitiria, na atualidade, a escolha de esquemas construtivos mais satisfatórios, despretensiosos, sensíveis no que tangesse à plasticidade, pois apresentariam maior significado social. Além disso, suas construções tenderiam a ser simples, em virtude das limitações econômicas e de matéria-prima, o que as levaria a apresentar boa adaptabilidade ao local em que se encontrassem inseridas. Isso reforçaria a identificação que esse tipo de arquitetura possuiria com o saber empírico no melhor aproveitamento de materiais disponíveis, na época certa de extração da madeira, caso esta fosse o recurso utilizado, dimensões em vãos e beirais, dentre vários outros detalhes construtivos, cuja técnica formal, muitas vezes, não se mostraria capaz de atender similarmente (BATISTA, 2011).

Um dos fatores que mais chamaria atenção a este estudo, contudo, seria o potencial edificador da construção popular, em que a cada geração aconteceria um significativo progresso em relação à anterior até que se atendesse a solução precisa, ou próxima disso, de modo que o equilíbrio ambiente-construção se estabelecesse[12]. Esse fluxo se repetiria instintivamente em diferentes grupos, situações geográficas e representações arquitetônicas (BATISTA, 2007, 2011).

Não se pretenderia aqui diferenciar a arquitetura popular da erudita, fomentando debates anteriores, muitos dos quais necessários, sobre o que cada uma corresponderia e se haveria de fato alguma distinção entre as mesmas. Defender-se-ia, porém, que ambas poderiam influenciar uma à outra, ou sofrer as mesmas influências na maior parte dos casos. Enquanto a arquitetura erudita seria aquela produzida por pessoas dotadas de conhecimentos formais e institucionalmente adquiridos, a arquitetura popular, tradicional, também dita vernacular[13], seria proveniente do esforço de gente comum (*average people*, expressão com que se compatibilizaria melhor, na língua inglesa). Essa diferenciação atribuída conceitualmente não impediria que algumas edificações provenientes de saberes populares fossem eleitas como eruditas, fosse por sua

[12] Convém se mencionar aqui o conhecimento do *bricoleur* (responsável por desenvolver a arquitetura popular), o qual não permitiria que a produção excedesse a capacidade de sustentação do sistema estabelecido e extrapolasse, em consequência, seu tênue equilíbrio (cultural ou ambiental) (BATISTA, 2007).

[13] Do termo vernáculo, próprio da região em que existe, castiço (FERREIRA, 1993).

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário de língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577 p.

complexidade arquitetônica, fosse pela sua importância histórica, como ocorreria na arquitetura residencial barroca, por exemplo (BATISTA, 2007, 2011).

A arquitetura popular poderia ser considerada de especial importância ao Paraná por ser vista como o grande produto cultural do ciclo econômico da madeira. Nos remanescentes desse período encontrar-se-iam gravados episódios que marcariam o destino de todo o Estado, que poderia ter sua história dividida em dois grandes marcos: a fase que antecederia o ciclo da madeira e a que viria após ele.

Este estudo inspirar-se-ia nesse contexto e buscaria analisá-lo através de um olhar formado pelos elementos que estivessem presentes naquela época e permanecessem até a atualidade, sofrendo mudanças, interferências, assim como progressos em determinados aspectos. A raridade com que a arquitetura popular paranaense se organizaria, não somente por causa de suas características, mas também por todos os processos que do seu meio fariam parte, levaria a permanecer por muitos anos como um valioso tema de pesquisa.

Embasando-se nesse panorama, notar-se-ia que seria possível aproximar a arquitetura popular ao que Bourdieu (1996) denominou de *habitus*, comportamentos associados produzidos por uma classe particular de condições de existência, os quais estivessem ligados a gostos, sistemas de disposições duráveis e representações. O *habitus* permitiria estabelecer diferenças, discernir e distinguir valores socioculturais por corresponder a um estilo de vida, um conjunto de escolhas e a categorias sociais, dimensões entendidas neste estudo como manifestações do agricultor familiar descendente de imigrantes poloneses.

Araucária

Araucária
Nasci forte e altiva,
Solitária.
Ascendo em linha reta
- Uma coluna verde-escura
No verde cambiante da campina.
Estendo braços hirtos e serenos

Não há na minha fronte
Nem veludos quentes de folhas
Nem risos vermelhos de flores,
Nem vinhos estoantes de perfumes.
Só há o odor agreste da resina
E o sabor primitivo dos frutos.

Espalmo a taça verde no infinito.
Embalo o sono dos ninhos
Ocultos em meus espinhos,
Na silente nudez do meu isolamento.

Helena Kolody

2 ESPAÇO NATURAL, HÁBITAT CONSTRUÍDO: A AGRICULTURA FAMILIAR E A IMIGRAÇÃO POLONESA

Olhando-se ao redor, a menos que se esteja em uma região inóspita ou desabitada, seria praticamente esperado nos depararmos com algum tipo construção. O ser humano, em sua essência atômica, por si só representaria, assim como qualquer animal, rocha e matéria, uma construção, uma organização caracterizada pela sua unicidade estrutural.

Desde os mais simples seres vivos em termos morfofisiológicos, que reuniriam potencial para se agregar, formando colônias ou complexos com elementos bióticos e abióticos, até os indivíduos com maior grau de desenvolvimento na escala evolutiva encontrariam nas construções um recurso para sua sobrevivência. Um momento particular dessa jornada se daria quando a viabilidade dessa organização a partir do próprio corpo, no caso dos microrganismos, possibilitaria, com o surgimento de novos seres, a composição independente das construções, ou seja, o desacoplamento da “casa” do corpo vivo.

Interpretar uma estrutura física, viva ou não, tal qual um produto de relações programadas, estáveis ou irreversíveis, em meio ao universo de formas e reações que se conhecesse e supusesse existir, seria subestimar ao extremo o sentido da existência, fosse ela baseada na presença de energia, fosse na de outro referencial (a)dimensional, como o simples acaso.

O fluxo de alterações ocorrido em uma escala, que, nessa situação, converia ser considerada como atemporal, levou-nos provavelmente à realidade material que se teria hoje, da qual faríamos parte como elementos e também agentes transformadores.

De fenômenos biológicos, passando pelo desenvolvimento do pensamento cognitivo, até se chegar a um possível âmbito que compreendesse valores como o desejo e a necessidade, inúmeras teriam sido as revoluções que acompanhariam o homem na sua trajetória.

Dos seus primordiais representantes, que integrassem contextos bastante distintos daqueles que se reconheceria na atualidade, em que o homem desempenhasse um papel – por que não dizer – mais equitativo, em relação a outros animais, ou próximo, em termos de participação ecossistêmica, dos demais integrantes daquele meio, atuando ora como predador, ora como presa, protagonista

e coadjuvante de eventos naturais – diluindo-se aí a ideia de dominação, criada a partir da visão do *Homo sapiens* contemporâneo – haveria invariavelmente em todas essas condições uma busca pela construção dentro do espaço.

Parafraseando Darwin (2003; INGOLD, 1990), a sobrevivência da espécie, no entanto, só se tornaria possível porque ela se mostraria capaz – do mesmo modo que outras espécies que também perdurariam – de se adaptar ao ambiente no qual ela se encontrasse, aprimorando mecanismos eficazes, permitindo-lhe inclusive realizar migrações e explorar outros lugares, além do que tivesse sido o seu local de origem.

À semelhança de um grão de pólen carregado pelo vento, no que os ecólogos e botânicos chamariam de anemofilia, o ser humano, por intermédio de condições favoráveis, poderia se disseminar amplamente para as mais variadas regiões do planeta, fixando-se nesses lugares.

Longe de levar o leitor a pensar em "privilégio seletivo", com o qual teria sido presenteada em muitos aspectos a espécie humana, em meio a tantos outros seres, por prevalecer e alcançar o estágio de desenvolvimento atual, independentemente da forma com que esse "sucesso" teria se dado, acreditar-se-ia que parte dessa conquista poderia ser atribuída à criação da moradia com fins diversos: o hábitat[14] construído.

As fugas de predadores em algumas regiões teriam propiciado a exploração de cavernas, a formação de tocas, a escalada em árvores e o acesso a espaços que se tornariam estratégicos, no sentido de obter uma interação máxima com o hábitat, ocultando-se de suas fragilidades temporariamente, permitindo um passo importante dentro da sobrevivência da espécie. De um tempo de vida restrito, o homem, com progressivos aprimoramentos – inicialmente comportamentais individuais e, posteriormente, sociais –, aos poucos atingiria condições de independência, que lhe conduziriam a uma vida média cada vez maior em relação às outras espécies.

O contato do homem com o meio, na intenção de estabelecer uma morada, provavelmente teria se estreitado quando necessidades essenciais – como proteção, abrigo, local para acasalamento e simples conforto – em uma interpretação lógica

[14] Hábitat é o lugar, ou posicionamento físico, no qual um organismo vive. A definição de um hábitat depende do ponto de vista; é estritamente uma questão de conveniência (RICKLEFS, 1996). Hábitat também pode ser entendido como a circunscrição em que se vive, cresce e se desenvolve naturalmente qualquer ser organizado, sem ter havido processos de aclimatação. O termo é ainda empregado com o sentido de local de moradia, vivenda, habitáculo (CORONA & LEMOS, 1972).

quase que instintiva, precisassem ser asseguradas. Presumir-se-ia ainda que o interesse de armazenamento, estoque e consumo de alimentos também teria motivado os primeiros representantes a formarem os seus próprios refúgios.

A construção, nesse contexto, permanentemente faria parte do ideal humano, como meio de proteção, isolamento ou mesmo, conquista territorial. Ao se transformar a matéria, conferindo-lhe uma forma que justificasse sua utilização, abrir-se-ia caminho para uma possibilidade infinita de criações, entre as quais a de construir.

Se mirada a organização das antigas civilizações, a formação de monumentos, templos e ambientes para morada corresponderia a itens fundamentais no conjunto das construções de muitos povos, que cunhariam nesses locais características relacionadas ao sentimento, estado político e à cultura da época. Grupos de diferentes origens representariam por meio de edificações, passagens históricas, fenômenos naturais, adaptações às condições climáticas predominantes, além de mudanças na vida social e econômica, buscando transcrever valores que diriam muito mais do que a matéria puramente representada.

A consolidação das ciências exatas, aplicadas, bem como a melhor compreensão dos fatores sociais predominantes em cada período, conduziria ao arranjo de uma rede cognitiva, baseada no enfoque da concretização em detrimento da abstração, à qual o homem se encarregaria de conferir dinamicidade através do uso. As expressões racionalistas, atreladas a determinados episódios e interesses, receberiam pela orientação da arquitetura e da engenharia conformações que identificariam cronologicamente vários povos. Os registros arquitetônicos transporiam séculos, sofrendo alterações, nesse intervalo, que seriam determinantes para o cenário presente.

Ao se conciliar uma edificação com a natureza circundante, criar-se-ia um redutor de diferenças, capaz de atenuar as desigualdades entre a imagem criada e a naturalmente presente. Ao mesmo tempo em que se distanciaria da heterogeneidade ambiental, caminhar-se-ia para uma prática humana à qual compreendesse sua história. Haveria probabilidade de esse movimento possuir uma relação inerente aos hábitos do passado, mesmo muitas vezes esquecido, tal qual a manifestação de um instinto que inviabilizasse o desprendimento total de um ser ao

seu hábitat natural. Na espécie humana, denominar-se-ia isso de saudosismo; em nível de natureza animal, preferir-se-ia falar em elo biológico.

Não se pretenderia discutir a que grau de proximidade talvez tivesse chegado essa relação entre o homem e sua vivenda no princípio, haja vista as incertezas históricas que dominariam esse campo. Pensar-se-ia, porém, que a mutabilidade de cenários, gerada pela busca de novos hábitat (ainda que, em menor proporção, a estabilidade tivesse mediado determinadas fases desse processo), tornar-se-ia um dos grandes diferenciais para a permanência da espécie humana e a formação da sociedade no decorrer dos tempos.

2.1 FLORESTA COM ARAUCÁRIA: REMINISCÊNCIAS DE UM PASSADO RECENTE

2.1.1 Biologia das araucárias

Na Era Mesozóica, durante os Períodos Jurássico e Cretáceo, há cerca de 250 milhões de anos, teriam surgido as primeiras espécies do gênero *Araucaria* (KOCH & CORRÊA, 2002).

A araucária é uma planta majoritariamente dióica[15], gimnosperma[16], com ciclo de vida longo e polinização marcadamente do tipo anemórfila[17] (RAVEN, 2007; GONÇALVES, 2011).

De acordo com Koch e Corrêa (2002), hoje, todas as espécies de araucárias habitam o Hemisfério Sul do planeta, ainda que sejam exóticas corriqueiras no Hemisfério Norte. Apenas duas espécies vivem na América do Sul: a *Araucaria angustifolia* (Bertoloni) Otto Kuntze – encontrada no Brasil, na Argentina e, em

[15] Suas flores masculinas e femininas nascem separadas (em inflorescências chamadas de “estróbilos”), somente masculinas ou somente femininas (RAVEN, 2007; GONÇALVES, 2011). Esta organização, contudo, apresenta exceções, como é o caso de algumas araucárias, monóicas, com flores masculinas e femininas na mesma planta, descobertas inicialmente por Reitz e Klein (1966), em Santa Catarina. Esses pesquisadores consideraram tal alteração reprodutiva uma resposta aos traumas provocados por cortes rasos e agentes parasitas (KOCH & CORRÊA, 2002).

[16] As sementes não estão encerradas em ovários (GONÇALVES, 2011).

[17] O pólen dos estróbilos masculinos é transportado pelo vento em direção aos estróbilos femininos (RAVEN, 2007).

pequena escala, no Paraguai[18] – e a *Araucaria araucana* (Mol.) C. Koch, no Chile e na Argentina. As demais espécies se situam no Pacífico: Austrália, Papua Nova Guiné, Nova Caledônia, Vanuatu (ex-Nova Hébridas) e Ilha Norfolk (KOCH & CORRÊA, 2002).

A *Araucaria angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze[19] pertence à família Araucariaceae e é nativa da flora brasileira, ocorrendo principalmente em florestas de altitude (MARCHIORI, 1996). Pode chegar a 50 m de altura e 180 cm de diâmetro. Apresenta folhas coriáceas, glabras[20], agudíssimo-pungentes, de 3 a 6 cm de comprimento e 10 mm de espessura. Quando jovem, possui copa no formato de cone, ao passo que quando adulta essa estrutura adquire a conformação umbeliforme, de taça ou candelabro. Seu tronco é revestido por uma casca externa marrom-arroxeada, de aparência rugosa e áspera, com espessura em torno de 7 cm. A casca interna é resinosa e de coloração rosada (KOCH & CORRÊA, 2002; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Na Região Sul do Brasil, a polinização acontece entre os meses de agosto e outubro. O pinhão é o produto do amadurecimento do óvulo fecundado juntamente com as folhas modificadas que o revestem. Uma árvore feminina gera, por ano, em média 80 inflorescências, sendo que cada uma origina em torno de 90 pinhões. A disseminação natural, por sua vez, acontece por intermédio da gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus* (Vieillot, 1818)), que depois de cavar com o bico um pequeno buraco no solo, deposita o pinhão para escondê-lo (THOMÉ, 1995; KOCH & CORRÊA, 2002).

A árvore em questão leva aproximadamente cinquenta anos para chegar à fase adulta, contando com anéis de crescimento no lenho, os quais permitem estimar seus ciclos de crescimento.

(i) Variações da *Araucaria angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze

[18] Como espécie exótica, também está presente no Uruguai (obs. pess.).

[19] A espécie, descrita cientificamente por Antonio Bertoloni, no século XIX, tinha como nome original *Columbea angustifolia*, o qual, posteriormente, em virtude da semelhança com a *Araucaria araucana*, predominante no Chile, teve o seu nome alterado para a forma em que é conhecida atualmente (KOCH & CORRÊA, 2002).

[20] Desprovida de tricomas ou pelos (GONÇALVES, 2011).

Os indígenas brasileiros inicialmente batizaram a espécie de várias formas, algumas persistentes até os dias atuais, como *curii*, *cori*, *curi* e *curiúva*. Outras nomenclaturas lhe viriam a ser atribuídas, de acordo com o local de sua ocorrência: araucária (PR, SC e SP); pinheiro do Paraná e pinheiro-araucária (PR), pinheiro (SP, PR, SC e RS), pinho (RS) e pinhão (RJ), para citar as mais usuais[21] (KOCH & CORRÊA, 2002).

Em parte, essa diversidade se dá em função das variações que ocorrem na espécie, tanto em termos morfológicos quanto fisiológicos, na coloração dos pinhões, no seu período de amadurecimento, na forma das folhas e dos ramos, assim como em outras estruturas e funções, que não são consenso na comunidade científica, pois se pensa também que possam se tratar de variações populacionais (KOCH & CORRÊA, 2002). Acreditando-se, contudo, na existência dessa diferenciação, o QUADRO 1 expõe esses casos e algumas características que permitem distingui-los:

[21] Poderiam ser mencionadas ainda as denominações: pinheiro-caiová, pinheiro-cajuva, pinheiro-chorão (RJ), pinheiro-elegante, pinheiro-macaco, pinheiro-macho-fêmea, pinheiro das missões, pinheiro de ponta branca, pinheiro-preto, pinheiro-rajado, pinheiro são josé, pinheiro-branco e pinheiro-brasileiro (MG, RS e SP). Na Argentina, a espécie é chamada de *pino paraná* e *pino misionero, pino blanco* e *pino de misiones*. No Paraguai, conhece-se a espécie por *kuri'y*. Na língua inglesa, é reconhecida como *Brazilian pine*, *Parana pine, Paraná-pine* e *candelabra tree* (KOCH & CORRÊA, 2002; IUCN, 2014).

Nome científico	*Nome vulgar*	*Características*
A. angustifolia var. *sancti-josephi* Reitz & Klein	Pinheiro são-josé ou pinhão são-josé	É considerada a variação a primeiro apresentar amadurecimento dos pinhões no ano, entre os meses de fevereiro e março[22]
A. angustifolia var. *alba* Reitz & Klein	Pinheiro-branco	Produz pinhões brancos ou branco-amarelados, os quais ficam avermelhados quando secos
A. angustifolia var. *angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze	Pinheiro-brasileiro	Seus pinhões são vermelhos e amadurecem nos meses de abril e maio
A. angustifolia var. *indehiscens* Mattos	Pinheiro-macaco	Possui pinhões maduros de setembro até janeiro, que não caem no chão, mesmo depois desse estágio de desenvolvimento
A. angustifolia var. *nigra* Reitz & Klein	Pinheiro-preto	Forma pinhões vermelho-escuros, quase negros
A. angustifolia var. *caiova* Reitz & Klein	Pinheiro-caiová, cajová ou cajuvá	Tem o amadurecimento dos pinhões nos meses de junho e julho
A. angustifolia var. *semi-alba* Reitz & Klein	Pinheiro-de-ponta-branca ou pinhão-de-ponta-branca	Produz pinhões dessa coloração nas pontas
A. angustifolia var. *striata* Reitz & Klein	Pinheiro-rajado	Origina pinhões vermelhos e com estrias vermelho-escuras desde a ponta até a base
A. angustifolia var. *elegans* (Hort.) Reitz & Klein	Pinheiro-elefante	Destaca-se pelo seu grande porte, ramos delgados e numerosos, e folhas menores e mais próximas umas das outras

QUADRO 1 - VARIAÇÕES DA ESPÉCIE *Araucaria angustifolia* ENCONTRADAS NO BRASIL
FONTE: KOCH E CORRÊA (2002, p. 37) (ADAPTADO)

[22] Apesar dessa maturação precoce, conforme a Portaria nº 047/2012 do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a colheita e a comercialização do pinhão só são permitidas a partir do dia 15 de abril de cada ano (IAP, 2014).

IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **Colheita do Pinhão será permitida a partir do dia 15**.
Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=155. Acesso em: 02 fev. 2014.

Entre tantas possíveis variações, a *Araucaria angustifolia* – daqui por diante, apenas referida como araucária – possui uma marca que a diferencia das demais espécies de araucária: a silhueta retilínea com galhos ramificados apenas no topo, quando na fase adulta, conferindo-lhe sua fisionomia particular. Essa característica, associada à sua constituição lenhosa, acabaria paradoxalmente mudando para sempre sua história, ao revelar propriedades totalmente favoráveis ao seu corte (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

A araucária, no estágio adulto, destaca-se por não apresentar nós cruzados pelo engastamento dos galhos nas partes inferiores do caule, o que possibilita a extração de peças de madeira de alta qualidade, com comprimentos entre 6 e 10 m, sem falhas. Esse diferencial permitiria que, no passado, exemplares com mais de cem anos, com altura superior a 25 m e diâmetro maior do que 1 m, pudessem fornecer madeira para a estrutura completa de até uma casa de 60 m^2 (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Com uma densidade de 0,55 g/cm^3, a araucária é considerada uma madeira leve (*softwood*), além de clara e macia, tornando-se extremamente maleável na carpintaria. Isso, sem dúvida, viria a facilitar bastante o trabalho dos imigrantes carpinteiros e marceneiros que chegassem ao Paraná, acostumados a lidar com uma madeira de qualidade inferior na Europa. No entanto, o que mais mesmo chamaria a atenção a partir da segunda metade do séc. XIX, dada a abundância da araucária na Floresta Ombrófila Mista (FOM)[23] e suas pronunciadas qualidades, seria o seu desmatamento sem precedentes (LORENZI, 1992; SANQUETTA *et al.,* 2002).

2.1.2 A formação da Floresta com Araucária

Ao longo do Período Terciário, na Era Cenozoica, há aproximadamente 23,5 milhões de anos, a Terra passou por profundas alterações geológicas, que culminaram no encontro de placas tectônicas e no seu conseguinte soerguimento,

[23] A FOM se caracteriza por uma predominância da araucária no seu estrato superior, abrangendo uma Região de Clima Pluvial Subtropical, com altitudes entre 500 e 1.200 m, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com manchas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CASTELLA & BRITEZ, 2004).

CASTELLA, P. R.; BRITEZ, R. M. (Org.). **A Floresta com Araucária no Paraná**: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Brasília: MMA, 2004. s/p..

dando origem às formações que hoje se concebe como Alpes, Andes, Himalaia, à escarpa da Serra do Mar paranaense e à Região dos Planaltos (KOCH & CORRÊA, 2002).

Com essa organização, no que hoje representaria a Região Sul e parte da Região Sudeste do Brasil, o relevo combinado com fatores de ordem climatológica favoreceria o surgimento, após anos de evolução, da Floresta com Araucária. Entre avanços e retrocessos, decorrentes das instabilidades ambientais preponderantes na época, a distribuição que se tem no presente dessa formação teria sido distinta há milhões de anos. Acredita-se que, antes da separação total dos continentes, existiriam representantes da Floresta com Araucária no Hemisfério Norte, condição que, conforme afirmado, não se manteria na atualidade[24]. Atribuiu-se à condição de maior estabilidade climática alcançada pela Terra a melhor adaptação da família Araucariaceae aos hábitat por ela ocupados no presente. Com isso, chegou-se à existência de aproximadamente 30 espécies do gênero *Araucaria* e em torno de 20 espécies dos gêneros *Agathis* e *Wollemia* (KOCH & CORRÊA, 2002).

Há cerca de 100 mil a 12 mil anos, provável intervalo de ocorrência da última glaciação, as espécies de araucária estariam em um patamar organizacional muito próximo ao que se encontravam pouco tempo atrás, antes das principais intervenções antrópicas (MELO JÚNIOR, 2012).

No passado, o clima frio e seco o qual predominava no que atualmente se identificaria como as regiões Sul e Sudeste favoreceria a expansão da araucária. Por meio do aquecimento dessas regiões, as formações com araucária ficariam, em sua maior parte, restritas a áreas com relevo de maior altitude e temperaturas mais amenas, ocupando extensões com menos de 500 m de altitude apenas quando se tratassem de linhas de escoamento de ar frio, onde se encontrariam associadas principalmente à palmeira-jerivá (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman) (KOCH & CORRÊA, 2002).

Considerando-se a ocupação original da Floresta com Araucária do que representaria, na atualidade, o Sul do Estado do São Paulo ao Norte do Rio Grande do Sul e do cimo da Serra do Mar ao extremo Oriente, da Argentina, poderiam ser identificados cinco estágios de sucessão da sua formação, com base na dominância

[24] Foram encontrados fósseis de uma espécie semelhante à araucária na Grã-Bretanha. No próprio Nordeste brasileiro, já foram localizados vestígios de uma ancestral à araucária, que teria habitado a região entre os Períodos Jurássico e Cretáceo (KOCH & CORRÊA, 2002).

da araucária (THOMÉ, 1995, p. 23-24):

(a) Araucária e campo: nesse ambiente a araucária estaria acompanhada de vegetação mais antiga, vestígio do clima mais seco no passado do que o atual. Destacar-se-iam as espécies das famílias Compositae, Leguminosae e Graminae. As araucárias dessa associação geralmente se encontrariam em fase adulta e de envelhecimento;

(b) Araucária e associações pioneiras: em áreas menos elevadas do que no primeiro caso, junto a mananciais hídricos e nas partes úmidas, os denominados capões, em que a araucária seria precedida por outras espécies que preparassem o solo para seu avanço. Ter-se-iam os representantes: guamirim (*Myrceugenia euosma* e *Gomidesia sellowiana*), aroeirinha (*Schinus weinmannifolius*), guaraperê (*Clethra scabra*), guabirobeira (*Camponanesia xanthocarpa*), canela lageana (*Ocotea pulchella* Mart.), guaçatunga (*Casearia decandra*), camboim (*Siphoneugenia reitzii*), bracatinga (*Mimosa scabrella* Benth), caúna (*Ilex microdonta*), pessegueiro bravo (*Prunus sellowi*), branquilho (*Sebastiana klotzschiana*), camboatá (*Matayba elaeagnoides*) e açoita-cavalo (*Luehea divaricata*). Este tipo de associação seria a organização predominante na área abrangida por este estudo, a RMC;

(c) Araucária e canela lageana: a araucária, no estrato mais alto, e a canela lageana, no estrato inferior, porém, com copa de maior densidade, contribuiriam para a formação de um microclima nos bosques em que ocorressem, impedindo o crescimento de plantas jovens no seu interior. A imbuia (*Ocotea porosa* (Ness) L. Barroso) poderia também ser observada nessa associação;

(d) Araucária e imbuia: mais comum no Norte da Região do Contestado, em Santa Catarina, e no Centro do Paraná, essa organização, à semelhança da anterior, formaria agrupamentos com cobertura fechada, o que justificaria de certo modo o reduzido número de espécies acompanhantes – cedro (*Cedrela fissilis* Vell.), canela-sebo (*Ocotea puberula*), erva-mate (*Ilex paraguaiensis* Saint-Hilaire[25]),

[25] A erva-mate cresce intimamente relacionada à araucária e, em menor grau, à imbuia. Pertencente à família Aquifoliaceae, foi cientificamente descrita por Auguste de Saint-Hilaire, em 1822. Era conhecida como “erva do paraguai” e logo teve o seu uso ligado à produção do *mati* (palavra de origem *guíchua*, que significa cuia ou cabaça). Seu emprego inicial se deu pelos índios Guarani e remonta há mais de 500 anos, tendo sido adotado posteriormente pelos espanhóis e portugueses. Os indígenas missioneiros também foram os responsáveis pelo reconhecimento da erva-mate no mercado internacional (THOMÉ, 1995).

guabiju (*Eugenis pungens*) e sapopema (*Sloanea lasiocoma* K. Schum.), dentre outros arranjos considerados pioneiros; e

(e) Araucária e matas mistas: encontrar-se-iam no Oeste de Santa Catarina, Norte do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul, onde se sobressairiam as espécies típicas da Mata Pluvial Subtropical e, em menor proporção, do Leste da Serra Geral, já comunicadas à Mata Atlântica. Poderiam ser incluídas nesse grupo espécies como o angico (*Piptadenia rigida*) e o palmito (*Euterpe edullis*).

Outras espécies não menos importantes[26] poderiam ser encontradas compondo essas associações, elevando a complexidade organizacional e funcional dessa floresta.

Segundo Bolòs, Cervi e Hatschbach (1991), nas áreas de ocorrência da Floresta com Araucária, já foram identificadas em torno de 1.500 espécies botânicas, além de epífitas, musgos e fungos[27]. Klein (1984) cita que, dentre as aproximadamente 352 espécies arbóreas dessa formação, 13,3% são a ela exclusivas, 45,7% se desenvolvem preferencialmente na mesma e 41,0% são provenientes de outras regiões, sendo mais discretas em relação às primeiras.

2.1.3 Paisagem metamorfoseada

A história conta que a partir de 1728 teria se iniciado o desbravamento pela atual Região Sul do país, por intermédio da construção da Estrada do Real Caminho do Viamão, entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e Sorocaba, em São Paulo. O tropeirismo ganharia impulso e com ele viriam as primeiras fazendas e acampamentos no território ocupado pela Floresta com Araucária (KOCH &

---

[26] Aparecem também junto às araucárias o pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii* Klotz), canela-sassafrás [*Ocotea odorifera* (Vell.) Rohwer], ipê-amarelo [*Tabebuia alba* (Cham.) Sandw.], canjerana [*Cabralea canjerana* (Vell.) Mart.], pitangueira (*Eugenia uniflora* L.), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa* Berg.), açoita-cavalo (*Luehea divaricata* Mart.), aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), pimenteira [*Capsicodendron dinisii* (Schwake) Occhioni], miguel-pintado (*Matayba elaeagnoides* Radlk.) e cambará [*Gochnatia polymorpha* (Less.) Cabr.] (KOCH & CORRÊA, 2002).

[27] O Museu Botânico de Curitiba, conhecido também como Museu Gerdt Hatschbach, possui catalogadas cerca de 410 espécies de plantas lenhosas oriundas da Floresta com Araucária somente no Paraná (PMC, 2014).

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Museu Botânico**. Disponível em: http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/museu-botanico-smma/340. Acesso em: 05 jan. 2014.

CORRÊA, 2002).

À proporção em que o avanço para o interior da Província do Paraná ocorresse, abrindo caminho para o que seria denominado de Estrada da Mata, o indígena, habitante pioneiro, ver-se-ia progressivamente recuado a áreas cada vez menores.

Pela crescente tomada de espaço, repetir-se-ia, no Sul do Brasil, não só a perda de um patrimônio sociocultural ímpar, mantido a partir da interação entre os povos nativos e os elementos naturais da região, como também de recursos florestais que jamais seriam recuperados (THOMÉ, 1995).

A própria comercialização da erva-mate, descoberta a partir dos indígenas, viria a influenciar negativamente esse cenário exploratório, o que se tornaria ainda mais grave, quando esse ciclo fosse, anos mais tarde, continuado pelo de extração da madeira (THOMÉ, 1995; KOCH & CORRÊA, 2002).

O Império não disporia inicialmente de uma política definida de exploração da araucária, o que de certa forma retardaria em alguns anos o seu controle, enquanto a industrialização da erva-mate seguisse a passos largos. Isso, todavia, não impediria que, nesse mesmo período, acontecesse um crescimento exponencial das madeireiras, que passariam a empregar mão de obra local e vinda de fora, bem como a produzir matéria prima para produtos diversos, desde casas até barricas para embalar a erva-mate exportada (KOCH & CORRÊA, 2002). Tal exploração predatória não teria se limitado à araucária, atingindo também espécies como a imbuia, a canela e o cedro, no Sul; e a peroba, no Norte da Província (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Acredita-se que a madeira, para fins de construção, teria sido inicialmente requisitada durante o Governo Marquês de Pombal no Brasil-colônia, a partir de 1755. Seu objetivo principal seria reconstruir Lisboa e restaurar as embarcações portuguesas. Entretanto, o que se observaria mais na frente seria uma extração voltada à obtenção de espaços para atividades agrícolas, principalmente a cafeicultura, que vinha se fortalecendo. A madeira retirada por ora não apresentaria participação significativa no mercado colonial (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

Por contrassenso, estimam-se que em 1913 cerca de 148.000 ton. de madeira de pinho de riga (*Pinus sylvestris*)[28] teriam sido importadas da Europa,

[28] Conhecido também como pinheiro silvestre, pinheiro da escócia, pinho nórdico, casquinha nórdica ou casquinha (ZAMBRANO FIGUEROA, 2010).

taxas que só reduziriam anos mais tarde, quando a partir da Primeira Guerra Mundial o Brasil mudaria à condição de exportador (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993; IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011).

No Paraná, a extração da madeira teria começado nas florestas litorâneas, que desde 1801 teriam fornecido madeira ao Rio de Janeiro, fluxo que seria incrementado em 1826, quando corresponderia a aproximadamente 8,21% do volume de saída de mercadorias da Comarca em direção aos grandes centros do litoral brasileiro e do Rio da Prata (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

Em 1825, com base nas mudanças que iam se definindo no território brasileiro, o Governo Imperial resolveria restringir o corte de madeiras com uso na construção por meio de um decreto, o qual viria a determinar as "madeiras de lei"[29]. Contudo, esta medida e outras tentativas entrariam em contradição e, por influências diversas, tornar-se-iam ineficazes na preservação da madeira. A própria taxação elevada sobre o uso da terra desflorestada, classificada inclusive como improdutiva, tornar-se-ia forte estímulo à extração madeireira (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

Perceber-se-ia, com o passar dos anos, a definição de uma economia marcadamente predatória em relação à madeira: de modo direto, na extração descontrolada de "madeiras de lei", com alto valor no mercado a curto prazo; e de forma indireta, através do desmatamento intensivo, com fins de utilização agrícola e, posteriormente, pecuária (MARTINS, 1989).

Imaguire Júnior e Imaguire (2011) sugeririam a compreensão do histórico do uso da madeira no Brasil através de três fases: (1ª) Extração do pau-brasil e de "madeira de lei" da Mata Atlântica para fins navais e de edificação; (2ª) Extração da

---

ZAMBRANO FIGUEROA, F. M. **Avaliação de madeira de peroba-rosa por método não destrutivo utilizando emissão de ondas de ultrassom para peças estruturais do patrimônio histórico**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

[29] "Madeira de lei" é aquela que resiste bem ao tempo, às intempéries, aos animais xilófagos, à umidade permanente etc. A "madeira de lei" é sempre dura de ser trabalhada, é pesada, quase sempre mais densa que a água, e de cor carregada. A denominação "madeira de lei" perpetuou-se na língua, designando as antigas madeiras classificadas pelas autoridades da colônia como boas especialmente para construções navais, executadas nos estaleiros del'Rey. Era costume, também, dizer-se "madeira do Rei". Era proibida a derrubada de árvores que dessem aquelas madeiras separadas para o governo e o passou a chamá-las de "madeiras de lei", lei que justamente visava a preservação de espécies úteis ao Estado. É errônea a explicação que diz ser "madeira de lei" aquela que atende às exigências das "Leis" relativas à construção (CORONA & LEMONS, 1972). A madeira de araucária, por sua vez, não é incluída nesse decreto, possivelmente por ser pouco conhecida, sendo mais familiar a indígenas e tropeiros. Sobre isso, defende-se que o senso de "superioridade" da madeira importada teria prevalecido sobre a madeira brasileira, retardando-lhe sua exploração (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993; IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011).

araucária e outras madeiras, como a peroba e a imbuia, para abastecer a construção civil e a indústria moveleira, na atual Região Sul; e (3ª) Extração de madeiras amazônicas para suprimento do mercado nacional e estrangeiro, e obtenção de espaço para pastagens.

No Paraná, a atividade exploratória da madeira seria alavancada pela abertura da Estrada da Graciosa, em 1873, comunicando Curitiba a Antonina, e pela implantação da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, em 1885. Com estas duas vias, a produção escoaria do planalto até o litoral, de onde seria enviada a diversos destinos. Em outras localidades, o transporte ferroviário e fluvial também se desenvolveria, tornando mais rápido e eficiente o comércio da madeira. A ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, da mesma forma que a precursora Estrada da Mata, representariam igualmente um acesso estratégico aos locais de interesse na época (KOCH & CORRÊA, 2002).

Junto aos caminhos criados, cresceriam as serrarias e, com elas, vilas e vilarejos. Calculou-se que, no final do séc. XIX, haveria cerca de 64 serrarias no Estado, que passariam a ser em torno de 108, em 1906. Esse acentuado avanço mobilizaria consigo aproximadamente 1.158 operários, o que consistiria em 24,5% da mão de obra da indústria local (KOCH & CORRÊA, 2002).

A madeira extraída seguia principalmente para o Rio de Janeiro; Europa, onde a Inglaterra representava um cliente razoável até a década de 1950; e a Região do Rio da Prata, principalmente Argentina, que era o comprador externo mais constante (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

O Brasil se tornaria um dos maiores exportadores de “madeira de lei” do mundo, enquanto o Paraná gradativamente se transformaria em campos, lavouras e pastagens. Destacar-se-iam, protagonizando essas intervenções, nomes de influência na política e economia da então Província, como o multimilionário Percival Farquhar[30], proprietário da Southern Brazil Lumber and Colonization, empresa responsável por devastar a região entre Ponta Grossa e União da Vitória, nas primeiras décadas do séc. XX (DUDEQUE, 2001).

[30] Farquhar foi ainda dono de minas de carvão na Europa Central; de engenhos de açúcar em Cuba; da Companhia Telefônica Brasileira; da Rio de Janeiro Light & Power; das ferrovias Mogiana e Paulista; do controle acionário da Argentina Railway e Uruguay Railway, que esteve conectada à Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil, de Porto Alegre; construiu a ferrovia Madeira-Mamoré; e a Companhia Aços Especiais Itabira-Acesita, da Itabira Iron Ore, que se tornaria a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) durante a Segunda Guerra Mundial (DUDEQUE, 2001).

O interesse pela madeira direcionaria a construção de estradas, que se estenderiam conforme a mata era devastada. A disputa política seria permanente e a posse de terras dotadas de madeira significaria mais do que uma simples expansão territorial, representaria também a geração de riquezas. A reanexação do Território do Iguaçu pelos constituintes paranaenses e catarinenses, em 1946, reformulando a região fronteiriça, possibilitaria a aquisição de terras por pedido de título de posse em cartório. A União decidiria a concessão das mesmas juntamente com os governos estaduais, sem consultas entre si, gerando um descompasso administrativo que permitiria conceder lotes a praticamente quem os requeresse. O resultado dessa situação seria a posse de terras sob a incerteza de sua legalidade, aspecto que culminaria na desvalorização produtiva do espaço e exploração desenfreada de madeira. Em consequência, os conflitos sociais se espalhariam, muitos dos quais terminando em chacinas e disputas intermináveis entre vários “proprietários de um mesmo lote” (DUDEQUE, 2001).

Até a Primeira Guerra Mundial o mercado de madeira brasileiro sofria concorrência do pinho de riga, produzido na Região de Riga, Letônia, de qualidade inferior à araucária, mas com mais tradição tanto nacional quanto internacionalmente. Todavia, com a eclosão da guerra, a comercialização da madeira europeia seria prejudicada, restando à araucária o sinistro papel de substituí-la. Em um curto período, a araucária passaria a atender as demandas dos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires (KOCH & CORRÊA, 2002).

A atividade exploratória da madeira, em ascensão, acabaria incorporando vários trabalhadores recém demitidos pela indústria da erva-mate, que à época já se encontraria em decadência, face à produção argentina. Por se tratar de uma atividade nômade, pelos caminhos em que resolvia crescer – tal qual um tornado que por onde passasse deixaria rastros de devastação – a indústria madeireira não estabelecia vínculos com as terras onde extraía seus recursos nem contribuía para a fixação de núcleos populacionais (WACHOWICZ, 2001).

Segundo a Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (RVPSC), em relatório de 1937, a produção de 201 serrarias paranaenses cadastradas à rede era de aproximadamente 3.430.000 mil dúzias de tábuas por ano. O Instituto Nacional do Pinho (INP), criado em 1941, divulgou que havia na Região Sul 2.843 serrarias registradas, das quais 738 se situavam no Paraná, em 1948. Quatro anos mais

tarde, a Divisão de Cadastro e Estatísticas (DCE), que compunha o INP juntamente com outros órgãos, mencionou que em torno de 3,2 bilhões de metros cúbicos de madeira de araucária haviam sido extraídos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Vinte anos depois, o Brasil exportaria[31] cerca de 1 bilhão de metros cúbicos, sendo que 45% desse montante proviria de Santa Catarina e 55% do Rio Grande do Sul e do Paraná, já com reservas em forte decadência. Nestes dois últimos, diagnosticou-se através de documentação uma trajetória semelhante: o uso das áreas desmatadas para fins agrícolas em curto prazo. Quando exauridas, eram abandonadas e substituídas por outras em que o ciclo pudesse ser reiniciado (KOCH & CORRÊA, 2002).

Destacar-se-ia, entre as descrições do período, aquela elaborada por Reinhard Maack, a qual sintetizaria com precisão a voracidade com que a alteração da paisagem local ocorria:

> O que os homens do Paraná executam pelas derrubadas e queimadas do mato não pode ser descrito. Em nenhum outro país do mundo o mato é tão absurdamente destruído como aqui, e enormes áreas cobertas de matas, que no ano de 1926 me impressionaram pela sua primitiva grandiosidade, encontrei em 1930 como capoeira (MAACK, 1931, s/p.)[32].

Apesar da fundação do INP, em 1941, a situação pouco mudaria no que se referisse à exploração da araucária. Com o término da Segunda Guerra Mundial, por meio do parecer técnico de Tom Gill, membro do Comitê Interino para Florestas e Produtos Florestais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)[33], a madeira de araucária chegaria a ser recomendada na reconstrução de países afetados pela guerra na Europa, contudo, apenas a Inglaterra se tornaria exportador representativo da madeira paranaense até cerca de 1950, período em que seria ultrapassada pela Argentina (IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011).

---

[31] O Brasil exportou em média 11 milhões de toneladas (18,5 bilhões de metros cúbicos) de madeira (essencialmente de araucária) entre 1915 e 1960. Os principais consumidores eram Argentina e Alemanha Ocidental. Em patamar bem abaixo viriam Holanda, Uruguai, França, Irlanda, Ilhas Canárias, Noruega, Israel, Suécia, Bélgica, Luxemburgo, Austrália, Áustria, Canadá, Estados Unidos, Itália, Porto Rico e União Sul Africana (KOCH & CORRÊA, 2002).

[32] MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: BRDE/ IBPT/ UFPR/ Max Roesner, 1931. 350 p.

[33] FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Parana pine** – a source of wood for reconstruction in Europe. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-x5340e/x5340e0a.htm. Acesso em: 03 fev. 2014.

No país, São Paulo e Rio de Janeiro, que experimentavam crescimento urbano acentuado, e o surgimento de Brasília, em 1960, alavancariam a demanda pela madeira de araucária, a qual passaria a servir de matéria-prima nas principais construções da época (IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011) (ANEXO 1).

Na atualidade, tendo-se em vista o pouco que restou da Floresta com Araucária, a araucária apresenta um ritmo de reflorestamento superior ao de exploração, embora esta última seja atividade proibida (IAP, 2006)[34] (QUADRO 2).

Espaço de referência	*Pés plantados entre 01/01/06 e 31/12/06*	*Pés cortados entre 01/01/06 e 31/12/06*
Brasil	1.893 (0,18)	388 (0,08)
Sul	1.609 (0,35)	266 (0,17)
Paraná	667 (0,38)	109 (0,19)
Noroeste Paranaense	-	-
Centro Ocidental Paranaense	3 (0,08)	12 (1,72)
Norte Central Paranaense	8 (0,09)	0 (0,02)
Norte Pioneiro Paranaense	6 (0,08)	0 (0,02)
Centro Oriental Paranaense	138 (0,17)	2 (0,01)
Oeste Paranaense	18 (0,17)	2 (0,13)
Sudoeste Paranaense	46 (0,38)	8 (0,49)
Centro-Sul Paranaense	126 (0,85)	51 (1,70)
Sudeste Paranaense	280 (1,53)	28 (0,60)
RMC	42 (0,39)	7 (0,14)
Curitiba	14 (0,39)	4 (0,17)
Campo Largo	1 (0,05)	1 (0,57)
São José dos Pinhais	2 (0,70)	0 (0,10)
Araucária	4 (26,66)	1 (16,71)
TOTAL	**4.857**	**879**

QUADRO 2 - EFETIVO DA SILVICULTURA, NO ANO DE 2006, EM TERMOS DE PÉS DE ARAUCÁRIA PLANTADOS E CORTADOS ENTRE 01/01/06 E 31/12/06 E SEUS PERCENTUAIS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS, GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA CORTADA
FONTE: IBGE/ MDA (2006)

Constata-se pelos dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/ MDA, 2006)

[34] IAP. **Portaria IAP nº 063/06**. Estabelece restrições para a emissão de informação de Corte com Declaração de Origem (Formulário D) para o corte de *Araucaria angustifolia* (pinheiro do paraná), plantados. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/PORTARIAS/P.ORTARIA_2006_63.pdf. Acesso em: 27 set. 2014.

que em apenas um dos espaços de referência considerados, o Centro Ocidental Paranaense, a proporção de corte superou à de plantio de araucária. O restante dos espaços, em sua maioria, contaria com um número ou percentual de plantio maior do que o de corte da araucária. Esse processo, todavia, não deveria ser confundido, em hipótese alguma, com uma tentativa de reconstituição da Floresta com Araucária.

2.2 A AGRICULTURA COMO PONTO DE PARTIDA

Na segunda metade do século XIX, pairava sobre o Leste europeu um estado de absoluta falta de liberdade. Enquanto na maior parte do continente o capitalismo se firmava como modo de produção predominante, a Europa Central ainda estava fundamentada no regime feudal. Isso fazia com que, consequentemente, a terra se sobrepusesse em termos de valor a qualquer outro bem (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Alemães e russos estabeleciam políticas de “despolonização” e “desucranização” em toda região, reprimindo povos locais em seu direito ao idioma e à religião próprios[35] (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Entretanto, o que se tinha nas esferas de domínio austríaco era uma pronunciada falta de terras aos camponeses galicianos, pois a economia agrária, baseada na servidão[36], ia paulatinamente se desagregando sob a influência do capitalismo, que se expandia na região. Esse processo acarretaria a significativa perda da qualidade de vida desses camponeses, o que teria contribuído, juntamente com outros fatores, para a posterior emigração dos mesmos ao Brasil (WACHOWICZ, 1974).

Antes de se abordar essa etapa, valeria a pena analisar a realidade do camponês antes de sua partida, nos seus espaços originais de produção, considerando sua organização característica. Essa retomada permitiria compreender o que teria conduzido os imigrantes a assumirem determinados comportamentos, no

[35] A Europa Oriental era constituída majoritariamente pelos galicianos católicos: do rito grego os ucranianos e do latino, os polacos (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

[36] A servidão na Galícia austríaca acabaria apenas em 1848, ao passo que na região de ocupação russa isso só aconteceria em 1864 (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

sentido de definirem uma identidade na nova terra.

De acordo com dados estatísticos das potências ocupantes da Galícia, no séc. XIX – hoje um território dividido entre as provinciais ocidentais da Ucrânia, os *oblasts*, e as *voivodias*, províncias orientais da Polônia –, cabia à cada família camponesa galiciana cerca de 3,8 ha de terra, porém, menos de 35% das propriedades eram menores do que 2,0 ha. Ainda assim, os proprietários desses lotes, os *chalupniki* ou *zagrodniki*, correspondiam à "classe média" local, socialmente acima dos apenas arrendatários *komorniki*, e dos *parobki*, que atuavam somente como mão de obra nos latifúndios da época. Mesmo os *chalupniki*, muitas vezes, por questão de sobrevivência, necessitavam se empregar como trabalhadores braçais nos *folwark*, o que não os livrava de condições extremas durante alguns períodos. Os *komorniki* possuíam, no máximo, uma choupana própria e não raramente todos os membros da família compartilhavam do mesmo teto. Durante os invernos rigorosos, à semelhança dos *chalupniki*, comumente dividiam sua habitação com animais domésticos, a fim de se manterem aquecidos. Os *parobki*, por sua vez, não contavam com nenhum bem material, dedicando-se exclusivamente ao trabalho servil (WACHOWICZ, 1974, 1981).

Essa hierarquia por classes seria refletida até no ordenamento dos bancos das igrejas – em que os *chalupniki* se sentariam atrás dos *kmiecie*, considerados grandes e médios proprietários pelos aldeões, mas que não chegavam a ser verdadeiros latifundiários[37] e estes, na frente das demais classes de camponeses. Estas e outras situações seriam, por fim, reproduzidas em diversas instâncias entre os imigrantes no Brasil (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Dentre esses grupos de camponeses, os *chalupniki* e os *komorniki* corresponderiam à maior parte dos galicianos que migrariam para o Brasil. Em menor proporção, estariam os artesãos e intelectuais, que também se estabeleceriam predominantemente em colônias. Os filhos e netos desses imigrantes, ao fluírem da zona rural, a partir de 1950, transformariam Curitiba na

[37] A propriedade de um *Kmiec* não ocupava mais de 50 ha, não obstante, possibilitava-lhe manter sua família e construir uma casa mais espaçosa e de arquitetura melhorada em relação a de outras classes de camponeses, bem como financiar um estudo mais prolongado de algum dos filhos (geralmente o primogênito), que geralmente herdava os bens paternos, enquanto os demais se ocupavam de outras funções. Contudo, a distância social entre um *kmiec* e as outras categorias aldeãs era muito acentuada, manifestando-se desde o posicionamento central de sua residência, em função da localização periférica das moradias de outros proprietários, até outras condições diferenciadas na aldeia (WACHOWICZ, 1981).

segunda maior cidade eslava da América, atrás somente de Chicago, nos Estados Unidos da América (EUA)[38] (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Os imigrantes eslavos que chegariam ao Brasil teriam pela frente um cenário bastante distinto daquele encontrado na Europa. Ainda que tivessem vindo em busca de terras para a produção agrícola, essa prática, anteriormente protagonista dos interesses que moviam os imigrantes, passaria a disputar espaço com atividades que encontrassem condições únicas no Sul do Brasil, levando-os a se manifestarem de forma diferenciada (WACHOWICZ, 1974).

Esse aspecto, todavia, não lhes isentaria de um difícil período de adaptação, no qual precisariam conviver com múltiplas limitações, a exemplo dos elevados preços cobrados por utensílios e apetrechamentos[39], os quais seriam em sua maioria importados e que, conforme os imigrantes, poderiam ter sido trazidos com eles, caso soubessem da realidade que encontrariam no seu destino. Outra dificuldade corresponderia à falta de sementes de cereais e de verduras às quais estivessem acostumados nas suas regiões de origem. Essa situação faria com que nas cartas encaminhadas a parentes e conhecidos, atreladas geralmente ao convite para vinda ao Brasil, surgissem pedidos para que trouxessem esses e outros produtos da Polônia ou do Porto de Bremen, de onde normalmente embarcavam:

> Quem vier que traga bastante (...) Podem trazer consigo sementes: centeio, trigo, feijão, batata salsa, alho, maçã, peras, ameixas, toda espécie de ervas que se encontram na Polônia[40].
>
> Não se desperdice objetos de cozinha e traga consigo tudo o que puder. Leve igualmente sementes de hortaliça, como: repolho, cebola, cenoura, beterraba, salsinha (...)[41].
>
> Tragam consigo toda sorte de cereais e outras sementes; tudo que cresce na Polônia[42].

[38] Chicago recebeu imigrantes polacos, os quais se tornaram operários urbanos, compondo a maioria da classe proletária local. A formação de novas estruturas sociais, em substituição aos processos de desorganização familiar e comunitária, que caracterizavam os imigrantes em seu país, tratou-se de um fenômeno de destaque dentro desse macrolaboratório étnico (THOMAS & ZNANIECKI, 1919).

[39] Ferramentas para a lavoura, além de utensílios de carpintaria, como martelos, puas, serras, cepilhos, formões, verumas, dentre outros (WACHOWICZ, 1981).

[40] SUPERINTENDÊNCIA do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná. *Ibid.*, cartas nº 30 e 31.

[41] *Ibid*., carta nº 58.

[42] *Ibid*., carta nº 38.

E as sementes, os apetrechos e novos instrumentos seriam de fato trazidos pelos poloneses: o picador de palha, o magoal, o moinho manual, o *radnik*, a alfange e a lâmina de ferro semicircular (ver GLOSSÁRIO) (WACHOWICZ, 1974).

Com o tempo, a paisagem local seria moldada à forma de cultivo introduzida pelo imigrante polonês, confundindo-se com plantações de centeio, batata e repolho (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2007). Os brasileiros, por sua vez, reconheceriam os méritos dos poloneses na agricultura e os considerariam os melhores na prática do desmatamento para fins agrícolas[43].

A princípio, os colonos, desprovidos de qualquer orientação, chegariam a trabalhar de modo similar aos que faziam na Polônia, derrubando o mato e arando o terreno. No entanto, logo perceberiam que não poderiam seguir essa técnica devido aos cepos que permaneceriam no solo. Passariam a seguir, então, o tradicional sistema de queimadas, já utilizado pelos nativos. Derrubariam a mata do trecho selecionado para cultivo, privando de corte árvores muito grossas, como imbuias e araucárias, por exemplo, e atearam fogo no mato depois de seco. Plantar-se-iam milho e semear-se-iam centeio e trigo, dentre outras culturas, no meio dos tocos carbonizados. Estando os cepos praticamente erradicados ou apodrecidos, o terreno já poderia ser considerado de capoeira, no qual a terra pudesse ser revolvida com arado, permitindo o seu uso por mais um ou dois anos, seguido de período de descanso, em que devesse ser coberto por capoeira. Esse método, todavia, não deixaria de trazer consequências também aos imigrantes, conforme destacou Gluchowski (1927), para as colônias próximas a Curitiba, onde, após um intervalo de 25 a 50 anos de exploração da terra, somente com o uso de adubos sintéticos ou naturais se obteriam colheitas satisfatórias.

No que se referia à limitação das propriedades, os poloneses tornar-se-iam responsáveis pelo declínio do estilo de vida seminômade que prevalecia nas populações ocupadas com o gado no interior paranaense. Essas mudanças se tornariam projetadas na estrutura econômica e social da região (WACHOWICZ, 1974).

Os colonos se afeiçoariam a criar vários animais, como porcos, galinhas e vacas leiteiras (ANEXO 5). Faziam manteiga e a levariam juntamente com ovos,

---

[43] **Preglad Emigracyjny**. Lwów. Ano II, 1893. p. 29.

galinhas, verduras, entre outros produtos, para vender na cidade. A erva-mate também viria a ocupar um importante papel em algumas colônias. Seria plantada em linhas, armazenada em paióis e transportada em carroças até os seus consumidores em Curitiba. Entre 1930 e 1990, o linho viria a ser cultivado em certas colônias, abastecendo fábricas que se instalariam nas redondezas (MAROCHI, 2006).

Entretanto, o forte da produção agrícola estaria em satisfazer as necessidades da família. O trigo e o centeio, usados para fazer broas, ocupariam uma posição de destaque entre os cultivos. Inclusive o fubá não seria comprado, pois ele poderia ser obtido a partir do milho moído em moinho. Dessa forma, o trabalho nas terras dos poloneses progressivamente se revelaria mais produtivo do que nas propriedades dos caboclos. Além das técnicas diferenciadas, a instrumentação empregada pelos colonos também lhes favoreceria em muitos aspectos. Os caboclos não conheciam o arado ou a grade, preferindo a enxada, a foice e o machado, condição que, na prática, deixá-los-ia em desvantagem diante dos poloneses (IAROCHINSKI, 2000; MAROCHI, 2006).

A descrição de um pároco, em uma carta da época, permitiria fornecer uma ideia de como seria o cenário ao chegar a uma colônia nos arredores de Curitiba:

> No primeiro dia estranhamos a nova moradia. Em redor tudo era silêncio e vazio. Somente existem algumas casinhas distantes. Em contrapartida, o panorama era exuberante. Em todas as direções veem-se outeiros. A terra é requebrada, sendo cultivada nas ladeiras ou então encontra-se coberta de mato, do qual desponta o pinheiro. A vegetação está murcha e o solo deserto, pois aqui é pleno inverno. Apesar da estação, o panorama é verde e nas hortas viçam o repolho e a batatinha. A nossa colônia estende-se por três milhas e as moradias dos colonos acham-se disseminadas pelos morros e canhadas.
> Ao lado da casa, acham-se outras construções: paiol e estrebaria para o gado. Nas hortas veem-se laranjeiras e algumas vezes pés de bananeira (SUPERINTENDÊNCIA do Centenário ..., 1971, s/p.).

Nesse sistema de produção predominante nas colônias polonesas, evidenciar-se-ia a participação de todos os membros da família, desde crianças até idosos, nas mais variadas funções, de forma a manter o autoconsumo e a geração de excedente, visando à comercialização em pequena escala. Esse aspecto, desenvolvido no transcorrer das primeiras décadas da colonização polonesa, permitiria associar tal tipo de organização a um modelo muito próximo do que atualmente se conceberia como agricultura familiar (WANDERLEY, 2009).

Segundo Piñeiro (2004), a produção familiar se caracterizaria por ser uma

forma de produção e reprodução que combinaria o trabalho familiar sobre a terra de posse, estando vinculado aos distintos mercados e podendo acumular capital. O objetivo da produção familiar seria produzir bens agropecuários para vendê-los no mercado e de tal maneira obter um retorno que lhe permitiria manter as necessidades reprodutivas do grupo familiar. Os imigrantes poloneses teriam sido possivelmente grandes responsáveis por influenciar esse modo de produção no Paraná e, particularmente, no que hoje representa a RMC.

Atualmente, no Brasil, o marco legal da agricultura familiar está apoiado sobre a Lei nº 11.326/06, que é utilizada como referência na elaboração de censos agropecuários. Antes dela, definições muito próximas já vinham sendo empregadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em projetos de pesquisa como o FAO/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outros. A referida lei, considerando-se o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural, parte dos seguintes requisitos (art. 3º) (IBGE/ MDA, 2006, s/p.):

> I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
> II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III – tenha renda familiar predominantemente e majoritariamente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e
> IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No entanto, tendo-se em vista as particularidades dos contextos passado e presente, mostrar-se-ia imprescindível discutir o papel dos imigrantes poloneses e dos seus descendentes dentro do sistema por eles estabelecido. Conceitualmente, sem exageros, poder-se-ia afirmar que os historiadores e sociólogos que vêm apresentando, nos últimos anos, a trajetória dos poloneses no Brasil teriam se acomodado ao classificá-los simplesmente como camponeses, negligenciando possíveis comparações ou reenquadramentos entre os mesmos com os agricultores de outras categorias, em especial, a familiar.

Piñeiro (2003, 2004) apontou três classificações, que aqui são utilizadas como ponto de partida para uma nova interpretação: de como estaria organizado e, com o tempo, teria se adaptado o agricultor de origem polonesa. Essa retrospectiva serviria para repensar um conjunto de relações que teriam se conservado, desde antes da partida para o Brasil, ou se alterado em resposta às condições cá

encontradas pelo pequeno produtor, camponês e produtor familiar.

Existe uma grande tendência em considerar o termo pequeno produtor como sinônimo de agricultor familiar, porém, alguns estudiosos como Piñeiro (2003, 2004) expressam desconformidade em relação a essa sinonímia. Defendem que se por um lado o termo pequeno produtor designa produtores que não são medianos nem grandes – e aqui se questiona esta classificação fundamentada na variável tamanho da área explorada, revelando-se uma categoria imprecisa, da qual podem emergir indagações, como: onde se põe o limite? O que é pequeno e o que é mediano? Quem e como se decide a separação entre uma e outra categoria? – por outro lado se observa uma classificação que beira o arbitrário, fundamentada em critérios quantitativos, desconsiderando, por exemplo, condições que remetem à influência exercida pela atividade agrícola na qualidade do solo (ou o tipo de ecossistema ou a sua distância aos mercados) na determinação de um produtor “pequeno”.

Tal questão se reflete também na produtividade, a qual pode ser alta ou baixa, dependendo da atividade realizada e da riqueza do solo (estendendo-se o raciocínio ainda para a influência de fatores ambientais locais, que podem ser mais limitadores em determinados meios do que em outros), nos quais o mesmo tamanho da área de uma propriedade pode levar a performances distintas entre dois ou mais pequenos produtores, caso estejam sujeitos a diferentes contextos. Logo, tomando como referência a crítica de Piñeiro (2004), pode-se afirmar que o binômio pequeno produtor é de pouca utilidade na construção de uma definição científica do agricultor familiar e a variável tamanho da exploração pouco contribui nessa caracterização.

Dessa forma, defende-se que o melhor conceito de agricultor familiar se define por razões sociais de produção, na qual uma exploração de caráter familiar é aquela em que se trabalha com mão de obra predominantemente de origem familiar. O trabalho familiar deve ser aplicado a uma parcela de terra em posse (não necessariamente uma propriedade) do grupo familiar. Este poderá contratar mão de obra permanente ou temporária, porém, sempre em quantidades menores do que o trabalho dedicado pela família. Se o trabalho contratado supera o trabalho efetuado pela família, entende-se que houve uma conversão da exploração familiar para a exploração de caráter empresarial (PIÑEIRO, 2004).

Distinguido o agricultor familiar do pequeno produtor, discute-se, nesse momento, o termo camponês, que também auxilia a caracterizar o agricultor familiar.

Dois fatores podem ser elencados para o início dessa diferenciação, a qual, no caso do imigrante polonês no Paraná, remete a raízes históricas que foram transladadas para um novo destino, gerando outras relações, inéditas, com o meio: uma delas é o capital (econômico e patrimonial) e a outra, o vínculo com os mercados.

Uma significativa parte dos imigrantes poloneses que veio ao Brasil era de uma região em que ainda perdurava o feudalismo como modo de produção. Em suas origens, os termos camponês e agricultor familiar designavam sujeitos sociais notoriamente distintos, no entanto, à medida que o capitalismo foi avançando, algumas das características que antes os diferenciavam, no presente, deixaram de fazê-lo. É por isso que se necessita ter maior precisão analítica no momento de compará-los, pois é bem possível que se tenha, no caso específico do imigrante polonês, a transformação de um agricultor que se caracterizava como camponês em sua pátria e que, no Brasil, teria se transformado progressivamente em agricultor familiar (WANDERLEY, 2009).

No que diz respeito ao capital, admite-se que o agricultor familiar é capaz de acumulá-lo. Não obstante, para o camponês a capacidade de acumular capital não é tão clara, pois há uma corrente teórica que argumenta que a acumulação de capital é impossível para os camponeses (devido a extrações a que são submetidos por outras classes ou pelo Estado) e outra linha a qual defende que para muitos camponeses é possível acumularem capital, podendo até se capitalizarem, enriquecerem e, portanto, converterem-se em capitalistas de origem camponesa (PIÑEIRO *et al.*, 1983).

É de igual importância analisar o capital patrimonial: para o camponês, a situação mais frequente, segundo Piñeiro (2003, 2004), é a da família trabalhando a terra fiscal, contando com poucas ferramentas. Por isso, considera-se que, embora muitos camponeses possam ter capital patrimonial, a ausência do mesmo identifica uma família camponesa.

Conforme dito anteriormente, outra característica que diferencia a produção familiar da produção camponesa é o vínculo com os mercados. Dessa forma, pode-se afirmar que para a produção familiar o vínculo com os mercados é fundamental e cotidiano: em primeiro lugar porque a produção familiar produz para os mercados de produtos e só consome em parte aquilo que produz; em segundo, a produção está ligada aos demais mercados, como o mercado de insumos, dinheiro, trabalho e

terras. Isso se deve à sua forma de produzir, com o objetivo de comercializar seus produtos, fazendo-se necessário se comunicar com os diferentes mercados, seja para comprar insumos, seja para contratar mão de obra, solicitar créditos, adquirir ou vender terras etc. (VERGER, 2009).

Piñeiro (2003) sustentou ainda que a produção camponesa teve o objetivo de produzir para o consumo próprio, de maneira que os camponeses só venderiam no mercado os excedentes que não pudessem ou não quisessem consumir, o que os levaria a uma vinculação quase inexistente a outros mercados. Além do mais, para os camponeses a compra e a venda da força de trabalho estaria frequentemente alteradas por relações do tipo comunitária, de apadrinhamento, clientelismo ou dominação, que fariam com que não existisse ou não ocorresse plenamente um mercado de trabalho. As terras com certa frequência tampouco entrariam no mercado pela existência de terras comunitárias, colônias estatais ou parcelas de reforma agrária (que não pudessem ser compradas ou vendidas livremente) ou pela ocorrência (cada vez menor) de sistemas de inquilinismo (em suas distintas modalidades e denominações segundo a sociedade), nos quais o camponês usufruísse a terra de um grande proprietário em troca da prestação da sua força de trabalho.

> A diversidade de saberes e de modos de convivência com os recursos naturais proporciona aos camponeses a possibilidade real de autonomia econômica e social perante o capital, mesmo que seja relativa em função das correlações de forças políticas: sabem produzir e melhorar suas sementes, mudas e criações; sabem controlar e conviver com a biodiversidade; criam, recriam, adaptam as suas tecnologias a cada local, fazem da etnoagrobiodiversidade um modo de ser e de produzir. Convivem criticamente com as novas ofertas de saberes gerados pela ciência e tecnologia burguesas, sem ser a elas subordinado. E isso é intolerável pelo capital (MARTINS DO CARVALHO, 2007, p. 45)[44].

A agricultura familiar demonstra parcialmente essas características, já que se dá de modo autônomo, permitindo aos membros da família assumir o tipo de produção que mais lhe convir. Isso significa, por outro lado, o acesso à terra de maneira independente, seja ela própria ou não, e por outro, a reprodução geracional, pela qual os filhos dos agricultores são socializados como trabalhadores nas atividades agropecuárias e a transmissão da propriedade ocorre dentro da família

[44] MARTINS DO CARVALHO, H. **Desarrollo rural y agricultura familiar**. Una perspectiva latinoamericana. Montevidéu: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía, 2007. s/p..

(BRUMER, 2009).

Dentro da produção da agricultura familiar, a diversificação é mais do que uma estratégia: ela é a garantia de sua preservação. Diz-se que, antes da busca do lucro, os agricultores procuram combinar a força de trabalho disponível com as necessidades de consumo dos membros de suas famílias, embora inseridos em sociedades capitalistas. Esse talvez seja o ponto de separação entre o que distingue a agricultura familiar da agricultura patronal (empresarial ou capitalista), apesar de a própria agricultura familiar também revelar um grupo heterogêneo, apresentando casos extremos.

Nesse momento, verifica-se o quanto a questão rural segue sendo importante na atualidade, não como sistema de produção ou sociedade diferencial, tal qual foi outrora, e sim, como fonte e força simbólica e identitária para as sociedades que se encaminham a um processo de globalização acelerado, ancorando-as em suas profundidades culturais. Provavelmente, no futuro, será uma referência a relações de convivência, sistema de pertencimento, substrato de relações primárias, quiçá as únicas provedoras de sentido frente à ação coletiva globalizada (BENGOA, 2003).

Como elemento de destaque nesse cenário, sobressai-se a figura participativa da mulher, no papel de agricultora junto às tradicionais funções de mãe e organizadora do lar. De acordo com o que foi mencionado anteriormente, a agricultura familiar não é um todo homogêneo, possuindo divisões e hierarquias internas, que variam em diferentes países e regiões e resultam de fatores tais como sistemas de cultivo, formas de propriedade da terra, introdução de novos produtos e de novas tecnologias, assim como de mudanças nas relações de produção e nas posições de classe e *status* das mulheres (BRUMER, 2009).

Nas colônias de imigrantes poloneses no Brasil, identificava-se com nitidez a presença da mulher nas atividades do campo, muitas vezes, junto aos filhos, situação que foi progressivamente decrescendo com o tempo. Atualmente, na maior parte da América Latina, a participação das mulheres nas atividades agrícolas está em torno de 20%, o que se associa com as vantagens relativas que elas têm em encontrar emprego nas cidades (no trabalho doméstico, em serviços ligados à alimentação e à saúde, nas indústrias, e em outros) (BRUMER, 2009).

As mulheres – e de um modo geral também as crianças e os jovens –

ocupam uma posição subordinada no contexto da produção agrícola familiar. Dentro das colônias polonesas, a realidade não foi e não é diferente. Enquanto os homens realizam as tarefas que requerem maior força física (tais como lavrar, cortar lenha, derrubar árvores e fazer cercas) e os trabalhos envolvendo a utilização de máquinas, as mulheres geralmente fazem as atividades mais rotineiras, ligadas à casa e ao trabalho agrícola (a exemplo do trato dos animais – normalmente os menores, como galinhas, porcos e animais domésticos –, a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. Elas ainda se responsabilizavam pela preparação dos alimentos, incluindo a produção de conservas, pães, broas e doces diversos (BRUMER, 2009).

Podem-se atribuir algumas características, socialmente desenvolvidas, que naturalizam a subordinação das mulheres às mais diversas atividades (BRUMER, 2009):

(a) Aptidão para executar tarefas repetitivas, tediosas e intensivas;
(b) Capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo (uma característica de grande parte das atividades executadas no âmbito doméstico);
(c) Possibilidade de associar ao trabalho suas responsabilidades na esfera da reprodução, trazendo os filhos junto com elas para a roça ou afastando-se de suas residências por pouco tempo;
(d) Sua disponibilidade para envolver-se preferencialmente em trabalhos temporários, concentrados em determinados períodos durante o ano ou ocupando apenas alguns dias da semana ou algumas horas durante o dia;
(e) Sua maior habilidade para execução de algumas tarefas que requerem dedos pequenos e ágeis, assim como a permanência em posição desconfortável (como trabalhar agachada) por bastante tempo; e
(f) A maior docilidade (o que implica a maior aceitação das exigências do trabalho e menor número de reivindicações).

Em um estudo conjunto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaboraram o Censo Agropecuário 2006[45], o qual permitiu estabelecer um panorama da agricultura

[45] Ressalta-se que a produção do questionário aplicado pelo Censo Agropecuário é anterior ao sancionamento da Lei nº 11.326/06 e, por esta razão, os centros responsáveis pela pesquisa procuraram adequar o questionário ao enunciado legal. Outro esclarecimento importante é sobre a

familiar sob uma ótica tanto local quanto em nível nacional. Através dessa ferramenta ficou possível se compreender como algumas relações poderiam se encontrar organizadas em uma propriedade rural, facilitando o entendimento individual e contextual dos objetos de estudo deste trabalho (IBGE/ MDA, 2006).

Dos vários critérios usados para a construção do censo, mereceram ser citados alguns que faziam referência direta aos elementos tratados por esta tese (IBGE/ MDA, 2006, s/p.):

a) Variáveis utilizadas para categorização da agricultura familiar: Unidade de Trabalho Familiar (UTF), Unidade de Trabalho Contratada (UTC) e renda total do empreendimento;
b) Tipo de agricultor: patronal 1, patronal 2, patronal 3, agricultor familiar[46], Instituição de Utilidade Pública, Governo e não-identificado;
c) Classificação do público-alvo do Pronaf: não familiar[47], Pronaf A[48], Pronaf B[49], Pronaf C[50], Pronaf D[51], Pronaf E[52] e não pronafiano[53]; e

---

unidade de pesquisa utilizada no censo: o estabelecimento agropecuário. O conceito de agricultura familiar está ligado à unidade familiar, enquanto que o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja a de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário. Assim, há uma pequena superestimação do público pertencente à agricultura familiar no levantamento executado, por considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar (IBGE/ MDA, 2006).

[46] Se quem dirigia o estabelecimento = produtor (titular) diretamente; ou produtor (titular) através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco; ou produtores (no caso de explorações comunitárias), e UTF maior que a UTC, e Área Total do Estabelecimento menor ou igual que a Área Máxima Regional por Região Geográfica (AREAM) (IBGE/ MDA, 2006).

[47] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário não atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06, então, o mesmo seria classificado como não familiar;

[48] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06 e a pelo menos uma das alternativas: obtenção das terras através de crédito fundiário, títulos oriundos de reforma agrária ou estabelecimento participante de projeto de assentamento de famílias. Então, o mesmo seria classificado como Pronaf A;

[49] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06 e se todas as seguintes alternativas fossem atendidas: não ter havido, em 2006, empregados temporários por 180 dias ou mais; os registros no questionário do Censo Agropecuário acusassem zero ou branco para os respectivos totais de empregados permanentes homens e mulheres. Então, neste caso, aplicou-se um teste lógico, considerando a renda familiar com rebate – calculando-se 30% da renda familiar com rebate, o valor obtido, se menor ou igual a R$ 3.000,00, classificaria o estabelecimento agropecuário como Pronaf B;

[50] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06 e se todas as seguintes alternativas fossem atendidas: não ter havido, em 2006, empregados temporários por 180 dias ou mais; os registros no questionário do Censo Agropecuário acusassem zero ou branco para os respectivos totais de empregados permanentes homens e mulheres. Então, neste caso, aplicou-se um teste lógico, considerando a renda familiar com rebate –

d) Classificação do estabelecimento segundo as formas de relações de trabalho (FAO/ INCRA): só mão de obra familiar, mão de obra familiar e empregados temporários, mão de obra familiar e empregados temporários e permanentes, mão de obra familiar e serviços de empreitada, mão de obra familiar e demais condições, e não classificado.

Com base nessas e em outras variáveis, compilou-se algumas das informações trazidas pelo Censo Agropecuário 2006, as quais servirão de embasamento para as discussões levantadas mais adiante neste texto. Determinados dados metodológicos, como os objetos de análise a partir de municípios, precisaram ser adiantados para esta parte, de modo a propiciar algumas analogias e a consolidação das hipóteses apresentadas dentro da temática em questão.

Segundo o Censo (2010), o Brasil apresentava 160.925.804 hab. (84,36%) e a RMC 3.199.357 hab. (91,57%) que residiam na zona urbana, ao passo que os da zona rural correspondiam a 29.829.995 hab. (15,64%) e 294.385 hab. (8,43%) para os mesmos referenciais, respectivamente. Dos municípios que fizeram parte desta pesquisa, constatou-se que a menor parte da população também se concentrava na zona rural, a saber: Curitiba (183.500 hab./ 6,00%), Campo Largo (18.206 hab./ 16,20%), São José dos Pinhais (27.315 hab./ 10,34%) e Araucária (8.918 hab./ 7,49%) (IBGE, 2010). No tocante ao número de estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e à agricultura familiar, bem como à área

---

calculando-se 60% da renda familiar com rebate, o valor obtido, se menor ou igual a R$ 16.000,00, classificaria o estabelecimento agropecuário como Pronaf C;

[51] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06 e se todas as seguintes alternativas fossem atendidas: não ter havido, em 2006, empregados temporários por 180 dias ou mais, quanto o quantitativo entre os empregados permanentes homens e mulheres de 14 anos ou mais, e empregados permanentes homens e mulheres de menos de 14 anos, fossem menor que 3. Então, neste caso, aplicou-se um teste lógico, considerando a renda familiar com rebate – calculando-se 70% da renda familiar com rebate, o valor obtido, se maior que R$ 16.000,00 e menor ou igual a R$ 45.000,00, classificaria o estabelecimento agropecuário como Pronaf D;

[52] Para o mesmo caso, calculando-se 80% da renda familiar com rebate, o valor obtido, se maior que R$ 45.000,00 e menor ou igual a R$ 80.000,00, então, o estabelecimento agropecuário seria classificado como Pronaf E; e

[53] Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326/06 e se nenhuma das alternativas anteriores não fosse atendida, então, o mesmo seria classificado como não pronafiano.

por eles ocupada, expõe-se o QUADRO 3, que sintetiza essas informações em diferentes espaços:

Espaço de referência	*Número de habitantes*	*Número de estabelecimentos*	*Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)*
Brasil	29.829.995 (15,64%)	4.366.267 (84,36%)	80.102.694 (24,01%)
Sul	4.125.995 (15,07%)	849.693 (84,45%)	13.054.511 (31,25%)
Paraná	1.531.834 (14,67%)	302.828 (81,61%)	4.252.659 (27,63%)
Noroeste Paranaense	112.598 (16,60%)	29.281 (77,62%)	452.402 (20,20%)
Centro Ocidental Paranaense	65.957 (19,74%)	16.766 (78,68%)	274.615 (24,26%)
Norte Central Paranaense	170.609 (8,37%)	41.390 (76,26%)	556.473 (23,06%)
Norte Pioneiro Paranaense	109.266 (20,00%)	23.342 (78,70%)	308.451 (22,82%)
Centro Oriental Paranaense	105.487 (15,30%)	14.627 (76,29%)	187.928 (11,27%)
Oeste Paranaense	175.467 (14,39%)	43.750 (82,21%)	648.420 (37,43%)
Sudoeste Paranaense	151.245 (30,42%)	39.531 (88,88%)	566.616 (58,26%)
Centro-Sul Paranaense	179.160 (32,92%)	33.589 (81,20%)	514.190 (26,60%)
Sudeste Paranaense	167.660 (41,42%)	34.666 (88,00%)	496.091 (43,95%)
RMC	294.385 (8,43%)	25.886 (84,98%)	247.474 (30,15%)
Curitiba	183.500 (6,00%)	12.125 (82,65%)	104.372 (31,78%)
Campo Largo	18.206 (16,20%)	2.002 (82,42%)	18.444 (38,73%)
São José dos Pinhais	27.315 (10,34%)	2.468 (83,49%)	15.924 (42,89%)
Araucária	8.918 (7,49%)	1.309 (85,11%)	13.912 (53,84%)

QUADRO 3 - NÚMERO DE HABITANTES NA ZONA RURAL, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SEU PERCENTUAL, ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SEU PERCENTUAL EM ESPAÇOS DE REFERÊNCIA DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDOS NA PESQUISA
FONTE: IBGE (2010) (ADAPTADO)

Percebe-se através do quadro que a zona rural ainda hoje, apesar de submetida a um forte êxodo na segunda metade do século passado, concentra um contingente populacional bastante vasto, superior, no caso do Brasil (29.829.995 hab.) (IBGE, 2010), à população da maioria dos países da União Europeia (UE), a saber: Áustria (8,3 milhões hab.), Bélgica (10,7 milhões hab.), Bulgária (7,6 milhões hab.), Chipre (800.000 hab.), Croácia (4.398.150 hab.), Dinamarca (5,5 milhões hab.), Eslováquia (5,4 milhões hab.), Eslovênia (2,0 milhões hab.), Estônia (1,3 milhões hab.), Finlândia (5,3 milhões hab.), Grécia (11,2 milhões hab.), Hungria (10 milhões hab.), Irlanda (4,5 milhões hab.), Letônia (2,3 milhões hab.), Lituânia (3,3 milhões hab.), Luxemburgo (500.000 hab.), Malta (400.000 hab.), Países Baixos (16,4 milhões hab.), Portugal (10,6 milhões hab.), República Checa (10,5 milhões hab.), Romênia (21,5 milhões hab.) e Suécia (9,2 milhões hab.) (UE, 2014).

O próprio município de Curitiba, possuindo somente 6,00% da sua população habitando a zona rural, o menor entre todos os espaços de referência considerados, revela-se parcialmente rural ao apresentar uma população nesse meio superior a de todas as microrregiões do Estado do Paraná, algumas com histórico agrícola mais forte do que a capital, como é o caso do Noroeste Paranaense (16,60%), Centro Ocidental Paranaense (19,74%), Norte Central Paranaense (8,37%), Norte Pioneiro Paranaense (20,00%), Centro Oriental Paranaense (15,30%), Oeste Paranaense (14,39%), Sudoeste Paranaense (30,42%), Centro-Sul Paranaense (32,92%) e Sudeste Paranaense (41,42%). À exceção da RMC, em que 294.385 hab. (8,43%) vivem em áreas rurais – a maior parte na capital, 183.500 hab. –, todas as outras microrregiões do Estado possuem uma população rural inferior à de Curitiba (ANEXO 2).

A respeito do número de estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, verifica-se que a maioria deles está no Oeste Paranaense (43.750), embora o percentual de participação dos mesmos na zona rural seja superior no Sudoeste Paranaense (88,88%). Novamente Curitiba se destaca por conter praticamente a metade dos estabelecimentos agropecuários da RMC (12.125 de 25.886), aproximando-se do total verificado no Centro Oriental Paranaense (14.627) e Centro Ocidental Paranaense (16.766).

A área abrangida pelos estabelecimentos agropecuários do Paraná mostra-se mais extensa no Oeste Paranaense (648.420 ha), enquanto a RMC corresponde à segunda microrregião menos extensa (247.474 ha). Tal aspecto denota a elevada

concentração desses estabelecimentos e o intenso uso do solo para fins agrícolas na região (ANEXO 2). Nesse cenário, destaca-se o município de Araucária, no qual os estabelecimentos agropecuários ocupam 53,84% de toda a zona rural, percentual próximo ao do Centro-Sul Paranaense (58,26%) e bem superior ao da maioria dos outros espaços de referência.

Entretanto, há de se observar que, em meio ao universo rural, a agricultura familiar brasileira tem se mostrado extremamente heterogênea, com famílias que vivem e exploram minifúndios apenas para sua subsistência, muitas vezes, em condições de extrema pobreza (BRANDENBURG, 1999). As políticas existentes em prol dessa situação, por intermédio principalmente do Pronaf, parecem inertes frente às limitações demonstradas pela agricultura familiar.

Conforme o Censo Agropecuário 2006, a estrutura agrária brasileira se encontraria a tal ponto concentrada que os estabelecimentos não familiares, ainda que representassem no período do levantamento 15,6% do total dos estabelecimentos agropecuários, abrangeriam 75,7% da área ocupada, ou seja, uma área média de 309,18 ha dos estabelecimentos familiares. Um dos motivos que se poderia atribuir a esse estado seria a tardia valorização da agricultura na sociedade contemporânea (IBGE/ MDA, 2006).

Do final da década de 1950 até o final da de 1960, a agricultura latino-americana, de uma maneira geral, esteve estagnada, ocasionando um consequente movimento migratório em direção às cidades. Esse fenômeno teria atingido inclusive muitas das colônias de imigrantes no Paraná. A agricultura foi subestimada em sua capacidade de atender à crescente demanda por alimentos das populações urbanas, de suprir as indústrias de matérias-primas e participar mais fortemente das exportações, colaborando para o também sucesso do setor secundário (BRUMER, 2009).

Cerca de 30 milhões de pessoas teriam sido envolvidas no êxodo rural entre 1960 e 1980 no país. Nos cinco anos seguintes, esse ritmo migratório teria se reduzido, mas haveria, em contrapartida, a difusão dos minifúndios e a busca de formas não capitalistas ou menos organizadas de produção agrícola. Uma resposta viria mais tarde com a redução em 23% (aproximadamente 5,5 milhões de postos de trabalho) da população ocupada na atividade agrícola, a maioria constituída de agricultores familiares (IBGE/ MDA, 2006). Na América Latina, de um modo geral, os países estariam empregando formas alternativas de capitalização interna aos

estabelecimentos produtivos, minimizando a atuação do agricultor familiar em benefício de agentes considerados mais vantajosos ao processo de globalização e de políticas das agências internacionais (BRUMER, 2009).

O Censo Agropecuário 2006 calculou em 12,3 milhões (74,4% do pessoal ocupado) – dois terços homens e um terço mulheres – o número de agricultores familiares no Brasil, enquanto 4,2 milhões (25,6%) seria a quantidade de pessoas ocupadas em estabelecimentos não familiares (IBGE/MDA, 2006).

Comparação interessante dentro desse cenário de predominância ocorre quando se reflete acerca do preconceito social que existe sobre o agricultor familiar. Essa manifestação pode ser percebida nos mais distintos contextos, inclusive o do imigrante polonês no Brasil, notadamente no Paraná.

Associados à figura do polaco, quase um sinônimo para agricultor na sociedade local, na primeira metade do séc. XIX, os descendentes de poloneses, que procuravam ascender na estrutura social do meio paranaense, deparavam-se com diversas barreiras, que dificultavam a mudança de ocupação e a abertura em centros urbanos maiores, como Curitiba e Ponta Grossa, por exemplo. Ser de origem polonesa, filho ou neto de agricultor familiar (camponês a princípio) era admitir *ipso facto* que se pertencia a uma camada mais baixa da sociedade (WACHOWICZ, 1981).

Não seria à toa que, intrinsecamente às atrações geradas pelo meio urbano, favorecendo o êxodo rural, dentro de uma dinâmica gigantesca desencadeada em curto período de tempo, ocorreria uma perda significativa da identidade típica do meio rural, que, até então, predominaria no Brasil. Com os descendentes de imigrantes poloneses, em suas colônias, não teria sido diferente.

2.3 O IMIGRANTE POLONÊS E A REALIDADE NA CAPITAL E ARREDORES

Durante a Idade Média, o feudalismo era o sistema predominante em um grupo de monarquias, mais influentes do ponto de vista político-administrativo: França, Inglaterra e Santo Império, compreendendo o papado. De outro lado, apareciam quatro monarquias fundamentais formadoras do centro físico da Europa feudal católica, menos destacadas nesse sistema do que as primeiras, porém, de marcante participação na periferia oriental, dentre elas, destacava-se a Polônia (WACHOWICZ, 1981).

Essas diferenças de estágios de desenvolvimento econômico persistiriam por muitos anos, tanto que, no séc. XIX, a Europa continuaria *grosso modo* dividida nos dois blocos que predominavam na Idade Média. Uma parte estaria representada pelos países em constante desenvolvimento; a outra, por sua vez, revelar-se-ia ainda fincada no modo de produção feudal (WACHOWICZ, 1981).

O regime senhorial se apresentava acentuado na Polônia, ao passo que no ocidente se encontrava em forte decadência. Em plenos séculos XVII e XVIII, quando a Europa Ocidental já ensaiava os primeiros passos rumo à Revolução Industrial, na Polônia, a classe camponesa, as diversas modalidades de artesãos e profissionais de pequenos e médios núcleos urbanos demonstravam dependência aos nobres da região. Mesmo com o mercantilismo em ascensão em grande parte da Europa, a Polônia não encontrava espaço para crescimento frente ao sistema agrário predominante (WACHOWICZ, 1981).

O estado de retenção permanente – atrelado a valores culturais, políticos e sociais – gerou, no caso polonês, um fenômeno típico: a formação de um destacado nacionalismo. Devido à ocupação sofrida por três potências vizinhas, onde relações desarmônicas culminaram na exploração, derrota e outros efeitos negativos decorrentes de um processo de tomada territorial, emergiu na Polônia um espírito nacionalista diferente do de outros países europeus. A condição de serem membros de um Estado visto como arcaico por outras nações mais desenvolvidas fez com que os poloneses se tornassem desconfiados diante dos estrangeiros dotados de interesses na Polônia, fechando-se em ressentimentos e em uma postura de permanente defesa, mais ligada a um amor próprio de povo ferido e humilhado do que a interesses nacionais propriamente ditos (WACHOWICZ, 1981).

Decorridas as Guerras Napoleônicas[54], entre 1799 e 1815, a população europeia se elevaria de cerca de 188 milhões (no início do séc. XIX) para aproximadamente 450 milhões de habitantes na época da Primeira Guerra Mundial (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Tamanha expansão demográfica no continente não veio acompanhada de um crescimento proporcional dos postos de trabalho, que, além de ter a demanda urbana aumentada, passariam a também ser disputados pelos trabalhadores rurais

[54] Nesse período, o exército francês, comandado por Napoleão Bonaparte, entrou em combate com quase todos os países da Europa, destacando-se a Prússia, Áustria, Rússia e Inglaterra, que acabou por derrotá-lo (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

atraídos por oportunidades em indústrias, gozando de pleno desenvolvimento. Em curto período, começariam a se manifestar os primeiros fluxos migratórios em direção aos países novos da América, que buscavam fornecer condições para o devido acolhimento. Extensas, pouco povoadas e exploradas, recém-independentes e com amplo potencial de crescimento, essas nações exerceriam pronunciada influência sobre europeus dispostos a emigrar (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Na segunda metade do séc. XIX, algumas circunstâncias políticas e econômicas europeias forçariam a emigração das nações ainda não organizadas como Estados centrais – tais quais a Alemanha e a Itália, que estavam passando por processos de unificação – e aquelas que já eram Estados centrais – o que incluía um vasto grupo, a exemplo da Rússia e da Áustria-Hungria, de ondem partiriam os imigrantes eslavos para o Sul do Brasil (LAROCCAR JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Egressos de uma parte da Europa em condições arcaicas, os emigrantes poloneses vieram para o Brasil trazendo consigo ressentimentos e estereótipos de sua terra de origem, que seriam aqui diversamente reproduzidos, seja por meio da manutenção da rivalidade contra imigrantes de nações inimigas na Europa, seja pela organização social que resolveram adotar em sua maioria (WACHOWICZ, 1981).

Os poloneses haviam passado recentemente pela desagregação da economia agrária, de cunho feudal até então, que progressivamente estava se convertendo para uma economia de concorrência capitalista, já consolidada na Europa Ocidental há bastante tempo. Somada a essa mudança, o camponês da Polônia estava sujeito a campanhas sistemáticas de governos estrangeiros para lhes tirar a propriedade da terra. Além disso, as perseguições geradas contra a língua, a cultura e a sua forma de organização alicerçada no sistema agrário motivaram essa população a emigrar para diferentes nações, dentre elas o Brasil (WACHOWICZ, 1981).

Ao contrário do que aconteceu em outros países americanos, em geral, a imigração no Brasil foi planejada e subvencionada (até a década de 1930) pelo Poder Público. Em 1865, o governo imperial ordenou que os cônsules brasileiros na Europa pagassem a diferença de preço de passagem para quem aceitasse preterir a emigração para os EUA em detrimento do Brasil. Após 1867, o império ofereceria passagem gratuitamente aos pretensos imigrantes, bem como concederia terras para a instalação e desenvolvimento de atividades agrícolas. Nesse entremeio, no

entanto, mereceriam ser ressaltados dois aspectos: a fome de terras que, junto aos motivos citados, movia os imigrantes poloneses em direção ao território brasileiro; e a promulgação da Lei de Terras, em 1850 (WACHOWICZ, 1981; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008; MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Os primeiros sinais da abolição no país, por volta de 1850, levaram os grandes proprietários rurais, que constituíam a elite econômica agrária, a buscar inibir a obtenção de terras por meio de sua apropriação pela posse. Com a possível libertação dos escravos e a chegada dos imigrantes, havia o risco de não mais existir mão de obra às grandes propriedades, já que todos procurariam terras no interior. Nesse contexto, estabeleceu-se a Lei nº 601/1850, também conhecida como Lei de Terras, a qual determinou a partir da sua aprovação que somente sob a autorização real as terras poderiam ser ocupadas por compra e venda. O Estado se tornaria proprietário das terras ainda não ocupadas – as quais só poderiam ser adquiridas por intermédio de compra em leilão, mediante pagamento à vista, cancelando o valor de tomada por posse – e as terras ocupadas, por sua vez, poderiam ser regularizadas como propriedade privada (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Dentro dessa realidade, o camponês polonês recebeu, no Brasil, terras devolutas ou vendidas pelos grandes proprietários luso-brasileiros. Aplicou desde o início o chamado regime de propriedade *homestead*, em que a classe de pequenos proprietários sobrevive em contraposição à formação de latifúndio, propiciando a consolidação de uma classe média agrícola, fundamentada na agricultura de subsistência (WACHOWICZ, 1981).

Executando uma análise de todo o panorama criado a partir dessa conjuntura de fatos, é possível elencar alguns propósitos que teriam sido determinantes na concretização da política imigratória brasileira (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013):

- Desenvolvimento da ocupação de províncias brasileiras por meio da formação de núcleos coloniais, os quais pudessem favorecer o abastecimento agrícola das cidades em formação;
- Introdução da mão de obra europeia para a renovação das estruturas existentes;
- Elevação da mão de obra assalariada visando o estímulo do comércio e novos serviços de infraestrutura nas províncias e no país como um todo;

- Aumento e diversificação da população;
- Permissão da implantação de culturas agrícolas variadas, a exemplo do café, trigo, linho e outras, favorecendo não só a agricultura, como também outras atividades relacionadas, a navegação dos rios e o povoamento de suas margens;
- Geração de mudanças de ordem social, política e econômica, a fim de dissolver o tripé latifúndio, monocultura e escravidão;
- Fortificação do exército para defesa do território e proteção das fronteiras; e
- Favorecimento das artes e incentivo ao conhecimento em prol da melhoria do Estado.

Como o café era o principal produto de exportação brasileiro no período, o risco de não dispor de mão de obra suficiente poderia afetar a economia do país. Essa condição levou o Estado a buscar atender a necessidade de mão de obra nas fazendas de café, bem como a criar dezenas de núcleos coloniais nas províncias do Sul, a fim de favorecer a produção agrícola de subsistência (WACHOWICZ, 1981).

Na sua fase inicial, a emigração polonesa esteve ligada à alemã. Se no decorrer das primeiras décadas do séc. XIX o fluxo emigratório alemão se mostrou relativamente fraco, a partir da década de 1840 cresceria de forma significativa, atingindo o auge na década seguinte. Os territórios prussianos, habitados por populações polonesas, também faziam parte dessa dinâmica, motivada por alguns episódios que teriam agravado o cenário na região (WACHOWICZ, 1981).

A região da Silésia, na Polônia prussiana, em meados do séc. XIX passou por uma severa crise econômica, alimentada pela queda nas colheitas em decorrência de seguidas catástrofes ambientais. Como essa região juntamente com a Rússia era responsável por atender parte da Europa Ocidental, multiplicaram-se os efeitos decorrentes desse quadro, que viria a ser mais agravado pela Guerra da Criméia, a qual deteria o escoamento de cereais produzidos na Rússia para a Europa Ocidental. Essa situação fez com que o custo de vida na região aumentasse muito, afetando profundamente a população por meio da subnutrição[55] e propagação

[55] Jornais e periódicos católicos, os quais apelavam para a caridade pública, documentavam pelas longas listas de pedintes a miséria que acometia grande parte da população (GRONIOWSKI, s/d; PRZEGLAD KATOLICKI, 1890, 1891, 1892).

GRONIOWSKI, K. **Polska emigracja zarobkowa w Brazylii**.

PRZEGLAD KATOLICKI. Warszawa. Números dos anos de 1890, 1891 e 1892.

de doenças, como o tifo, a cólera e a disenteria, entre as décadas de 1840 e 1850 (BROZEK, 1969).

Em 1854, partiria da Silésia o primeiro grupo de emigrantes para os EUA. No domínio prussiano, todavia, o camponês se encontrava ainda sob a representativa influência do proprietário de terras, muitas vezes, alemão ou germanizado através da língua[56]. Esse elemento, como em várias relações da época, criava uma separação de classes, que, com o tempo e a migração sazonal, promoveu a aproximação entre as massas camponesas dos três domínios (REGIERUNGSBEZIRK, 1855-1858).

No interior dessa atmosfera conturbada, surgiria, na década de 1860, mais um fator determinante na decisão do agricultor polonês em emigrar: o maior recrutamento do exército prussiano, em resposta às constantes guerras externas (WACHOWICZ, 1981).

Mesmo com o agravamento dia após dia da situação do país, muitos camponeses relutavam em emigrar, deixando familiares e um passado que, apesar de toda dor e sofrimento, possuía valores inestimáveis para sua cultura e modo de vida. Tão forte era essa relação que a emigração era mal vista por praticamente todos os setores da sociedade polonesa. Grupos nacionalistas defendiam a necessidade de mostrar resistência étnico-cultural face às nações ocupantes, enquanto outros segmentos protestavam que a emigração ocasionaria a diminuição da mão de obra e o seu consequente encarecimento (KROK, 1893; WACHOWSKI, 1981).

Tornaram-se emigrantes tanto indivíduos das aldeias mais isoladas e conservadoras quanto habitantes de cidades e localidades mais abertas ao contato. Exceto pela denominada *inteligentzia*, uma considerável parte da população polonesa se dispôs a buscar novos caminhos em outro lugar. As comunidades mais atrasadas – provenientes, no geral, de Siolkowice – seriam as responsáveis por enviar a maior quantidade de emigrantes ao Brasil, que escolhiam o país pelo fato de este disponibilizar terras para cultivo em abundância, assim como, a partir de 1890, transporte marítimo gratuito. Quando chegasse ao Brasil, o emigrante teria ainda financiada a sua fixação no lote escolhido na colônia, permitindo-lhe, portanto, dar continuidade ao exercício da agricultura, tornando-se proprietários de lotes,

[56] A língua germânica era falada preferencialmente pelas classes de *status* mais elevado, ao passo que o polonês se caracterizava por ser a língua das classes proletárias, notadamente agrícolas (REGIERUNGSBEZIRK, 1855-1858).

conforme os padrões agrários poloneses, de grandes dimensões (WACHOWICZ, 1981).

De acordo com os levantamentos de Kutyma (1969), os primeiros imigrantes aportados no Brasil, oriundos de Siolkowice, estariam organizados segundo as categorias agrícolas do campesinato polonês do seguinte modo (QUADRO 4):

Categoria	*Número de famílias*	*%*
Chalupniki	12	37,5
Komorniki	9	28,1
Artesãos	4	12,5
Kmiec	3	9,4
Não identificados	4	12,5

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DA PRIMEIRA LEVA DE IMIGRANTES POLONESES CHEGADA AO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS CLASSES SOCIAIS
FONTE: KUTYMA (1969)

Teriam emigrado para o Brasil, além de camponeses, porém, em menor número, artesãos, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, alfaiates, segeiros, dentre outros profissionais (WACHOWICZ, 1981) (FIGURA 3).

FIGURA 3 - POLONESAS AO LADO DE CARROÇAS NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO, NO LARGO CORONEL ENÉAS, EM CURITIBA. AO FUNDO A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA HOFFMANN
FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA (COLEÇÃO FAMÍLIA GROFF) (S/D)

Ainda que poloneses de origem, identidade e auto-reconhecidos como tal, os poloneses – e, consequentemente, os imigrantes – eram chamados de alemães, russos ou austríacos em conformidade à região ocupada de onde provinham. Essa condição teria permanecido até por volta de 1918, quando seria assinalado o ressurgimento da Polônia (GOULART, 1984).

Até 1890 a emigração polonesa para o Brasil foi diminuta, sem o envolvimento de grandes massas populacionais. Paralelamente, ocorria em regiões próximas à fronteira com a Prússia, a emigração camponesa aldeã – mais habituada ao processo emigratório –, que se deslocava rumo a grandes centros urbanos, principalmente Chicago, nos EUA (THOMAS & ZNANIECKI, 1918). Em 1889, a emigração proveniente de todo o Império Russo para o Brasil foi de somente 12 indivíduos. Um ano depois esse fluxo já atingiria 29.226 indivíduos, caracterizando nesta e em outras regiões o fenômeno que foi denominado de “febre brasileira” (WACHOWICZ, 1981).

À época, foram fundados escritórios de recrutamento nos países europeus que se mostravam mais propensos à emigração, vinculando-se a eles uma influente propaganda catalisadora. Livretos e brochuras relacionados a condições oferecidas no Brasil eram divulgados por agentes em busca de voluntários a emigrar. No entanto, essa propaganda não tardaria a ser distorcida, adquirindo conotações enganadoras e exploratórias da ignorância e psicologia do camponês polonês. Chegou-se a apresentar o Brasil como sendo a continuação do paraíso bíblico. Os folhetos traziam frutos tropicais gigantescos, como laranjas, bananas, abacaxis e outros, todos considerados exóticos e de consumo restrito na Europa. A terra – dita como de extrema fertilidade – e o clima tropical – mencionado como um fator de economia, por evitar maiores gastos com vestuário, mesmo no inverno – foram outros dois atrativos fortemente expostos (WACHOWICZ, 1981).

Hempel (1973), no Brasil, interrogou centenas de emigrantes sobre suas estadias em Bremen, no Norte da Alemanha, de onde geralmente partiam em direção ao país. De acordo com ele, nem todos respondiam com sinceridade, porque tinham vergonha da “burrice”, segundo o que os mais sinceros testemunhavam. Sofreram intensa exploração, direta ou indiretamente pagavam estadias e eram convencidos a comprar bugigangas que lhes eram apresentadas como indispensáveis no Brasil.

A Província do Paraná também teria feito parte de uma lenda, inventada em aldeias polonesas, sob a influência da política estrangeira, que lobrigava tomar suas terras.

> Dizia a lenda que o Paraná até então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era a terra em que corria leite e mel. Então, a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e lhe predestinou o Paraná. Tal decisão da Virgem Maria havia sido comunicada ao Papa, o qual, sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então, o Papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuísse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudessem viver felizes, expandindo seu cristianismo (WACHOWICZ, 1981, p. 45).

Na posição de católico fiel, o camponês se via ainda mais preso à natural tentação de deixar sua difícil realidade por meio de tudo o que emanava a febre brasileira. Mal imaginava ele, porém, que antes mesmo de partir para o Brasil, alguns estigmas permaneceriam atrelados ao seu modo de vida, construído ao longo de séculos pela história de seu país.

O agricultor polonês estava acostumado ao servilismo e à prestação de serviços na reserva senhorial, dedicando-se tanto ao sustento de sua família quanto à produção do senhor feudal. Ele não possuía liberdade própria, não podia deixar a propriedade a ele concedida – até porque ela pertencia ao seu senhor – e deveria seguir o que fosse determinado no sistema de produção. A decadência do feudalismo frente ao capitalismo, vigente já há vários séculos na Europa Ocidental, implicaria a mudança não só da vida do camponês, mas também a necessidade de se adaptar à nova realidade. Abolidas as obrigações senhoriais, o camponês alcançaria a sua liberdade quase que plena, contudo, permaneceria ainda amarrado a laços do passado (WACHOWICZ, 1981).

As emigrações até então realizadas pelo camponês – predominantemente o aldeão – ocorriam, no geral, para fugir da proletarização. O que ele tinha adiante, dessa vez, corresponderia a um cenário distinto, sustentado por um sistema capitalista, no qual o individualismo seria um dos elementos regentes. O camponês – criado de uma forma em que respondia pelo senhor feudal, por ele mesmo e sua família – deveria se reeducar para assumir, no máximo, os dois últimos. Além disso, o estabelecimento dessas relações acarretaria o surgimento de outras experiências

inéditas, como a concorrência e a competição, afetando a própria conjuntura familiar do agricultor, caracterizada na Polônia pela sua extensão (WACHOWICZ, 1981).

Nos registros do período, constariam informações de que a adaptação completa da mentalidade do camponês às novas circunstâncias teria levado de duas a três gerações. Durante essa fase de transição, seja no indivíduo que continuaria a vida no campo, seja naquele que optaria por pequenos núcleos urbanos, observar-se-ia a manifestação da instabilidade e uma busca constante por proteção e segurança (WACHOWICZ, 1981).

Do mesmo modo que empregado no tempo do Império, o governo republicano brasileiro resolveu adotar um sistema de função do imigrante à sua propriedade, definindo, para isso, a escolha de uma área em que uma colônia pudesse ser criada, medida e subdividida em pequenas propriedades, as quais conteriam cinco, seis ou até oito alqueires, conforme a fertilidade do solo e a sua localização. Todo indivíduo masculino maior de idade tinha direito a receber um lote de terra. Para a fixação do imigrante, o governo concederia auxílio para a construção de sua primeira morada (cem anos antes de qualquer política de acesso à habitação própria direcionada aos próprios cidadãos brasileiros) – invariavelmente de madeira –, bem como algumas ferramentas de uso agrícola, como enxadões, foices, machados, facões etc., dependendo do tamanho da família. Em decorrência da dificuldade de sustento do imigrante no período que antecedia à primeira colheita, este era convidado a trabalhar (em troca de um a dois mil réis por dia, segundo as condições locais) na construção das denominadas estradas coloniais, que conectavam os lotes a uma estrada menor (vicinal) e esta a uma estrada principal (tronco) (WACHOWICZ, 1981; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

O título definitivo da propriedade fornecida pelo governo só era atribuído após a quitação de toda a dívida contraída pelo imigrante, a dívida colonial. O pagamento da mesma era normalmente parcelado e só começava a ser feito depois de sete, oito ou mais anos de fixado o imigrante (WACHOWICZ, 1981).

A terra sempre representou algo de grande valia ao agricultor polonês. Tê-la em quantidade era uma condição que talvez nunca se concretizasse caso permanecessem em seu país, mesmo após a decadência do modo de produção feudal. Possuir farta quantidade de madeira ou mesmo lenha para consumo doméstico – a fim de suportar os longos e severos invernos poloneses – também

significava *status* social, pois indicava indiretamente o tamanho da propriedade possuída. Por esses motivos, deve ter causado grande surpresa aos primeiros imigrantes verificar suas expectativas superadas nesse aspecto (WACHOWICZ, 1981).

As comparações da realidade encontrada no Brasil com a situação da Polônia se tornaram inevitáveis: “Comunico-vos que tenho tanta madeira quanto o senhor Mostoski”[57]. A grandiosidade das matas brasileiras foi exaltada em muitas cartas que descreviam a familiares e pretendentes a emigrantes as impressões iniciais dos recém-chegados:

> Digo-vos que não vistes e ninguém viu na Europa tamanhas árvores como nós temos em nossa colônia. É pena cortá-las, pois são árvores tão lindas. Quem tivesse uma dessas árvores (na Polônia), vangloriar-se-ia e nós as cortamos e queimamos[58].
>
> Os pinheiros são menos grossos e altos, mas são diferentes do que na Polônia, porque não possuem nós na parte baixa. Fornecem muita madeira. Nós não os serramos, porém, partimos com cunhas de ferro, lascando tabuinhas, e tábuas de diversos tipos são rachadas como cartas de baralho (...). Minha casa já está pronta. Agora construímos casas para os outros. (...) Eu mesmo fabriquei os móveis com machado, porque aqui não há outro costume. Cada um tem que fazer sozinho[59].

Tal observação era plenamente justificável. As araucárias, as quais se referiam os camponeses poloneses, ocupavam naquela época uma área aproximada de 200.000 km^2, que comportava cerca de 10 bilhões de metros cúbicos de madeira. Devido a essa enorme proporção, a Floresta com Araucária, em termos de potencial madeireiro com relação à área de abrangência, poderia ser considerada a maior da história do Brasil e da América Latina (THOMÉ, 1995).

A madeira de araucária, não obstante, seria empregada pelo imigrante não apenas como lenha, mas principalmente como importante material de construção[60].

---

[57] SUPERINTENDÊNCIA do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Vol. VIII. Curitiba, 1977. Carta nº 62.

[58] SUPERINTENDÊNCIA (...). *Ibid*., carta nº 56.

[59] POLINARI, M. **Fontes para a História do Paraná**: cronistas dos séculos XIX e XX. Curitiba: SEEC, 1990, p. 21-22.

[60] A palavra madeira, do português, tem sua origem no vocábulo latino *materia*, que corresponde à matéria, madeira de construção, assunto, objeto. O jargão dos carpinteiros preferiu adotá-la como de uso corrente para sua matéria-prima, dando-lhe o sentido de *materia*, consagrando-a como material de construção por excelência, em detrimento da difusão do vocábulo lenha (ao contrário do que ocorreria na língua italiana com a palavra *legno*) (BRAGA, 2003).

Esse uso viria a iniciar um período único na história da Arquitetura em Madeira, transpassando diferentes fases, que receberiam forma em sintonia com os eventos que marcariam a colonização no Sul do Brasil. A compatibilidade entre a nação acolhedora – por servir de cenário ambiental, socioeconômico, político e cultural – e os povos que foram recebidos, em meio às naturais divergências e problemas que faziam parte desse processo migratório e adaptativo, revelou-se marcante na definição do futuro de algumas províncias, como foi o caso do Paraná.

No ano de 1829, ocorreu a primeira tentativa de colonização do imigrante europeu no Paraná. Pela intermediação do tropeiro e latifundiário João da Silva Machado, que anos mais tarde se tornaria o Barão de Antonina, foi obtido autorização da Corte para que fosse fundado um núcleo de imigrantes alemães às margens do Rio Negro. Em 1833, outros 100 imigrantes se somariam à população inicial, consolidando a primeira tentativa concreta de estabelecimento de imigrantes europeus não portugueses na Província do Paraná (WACHOWICZ, 2001).

Naquela época, o problema da escassez de mão de obra se agravava na província. Outrora exportadora de produtos de subsistência, chegou a precisar importá-los, em grande quantidade, durante determinados períodos. Além disso, o Paraná passava por um dos seus principais ciclos econômicos – o da produção de erva-mate, que subtraía significativamente a mão de obra da agricultura de subsistência. Poderiam ser consideradas ainda duas atividades que teriam interferido nesta última: o comércio de animais com o Sul, notadamente com o Rio Grande do Sul; e as práticas de pastoreio nos Campos Gerais. Logo, perceber-se-ia que, por influência de hábitos, tradições e do favorecimento do mercado, a população da província atribuiria à agricultura de subsistência uma posição limitadíssima (WACHOWICZ, 2001).

Com uma população de somente 80.000 habitantes[61] em 1860, o Paraná encontraria na imigração europeia uma alternativa para obter mão de obra à lavoura

---

BRAGA. M (Org.). **Conservação e restauro**: madeira, pintura sobre madeira, douramento, estuque, cerâmica, azulejo e mosaico. Rio de Janeiro: Reditora Rio, 2003.

[61] Uma década antes a província apresentava em torno de 60.000 habitantes e sete distritos, concentrados em núcleos do litoral e nas regiões de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava e Rio Negro (RELATÓRIO ..., 1859).

RELATÓRIO do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato do Mattos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

de subsistência. Caberia a Adolfo Lamenha Lins – que assumiria a presidência da Província do Paraná, em maio de 1875; período que se estenderia até julho de 1877 –, o papel de promover a imigração europeia para a província.

> Por sua posição geographica, felizes condições topográficas, amenidade do clima e fertilidade do solo, o Paraná é a provincia do imperio mais apropriada para receber em seu seio imigrantes de todos os paizes, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma patria onde encontrem o seu bem estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos.
> Situada entre 23º e 27º 30' de latitude e 5º e 11º 30' de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro, goza esta provincia do mais variado clima, quer na região do littoral, quer nos bellos planaltos entre as serras d'onde nascem magestosos rios, que dão vida e belleza aos campos e ás florestas.
> A sua natureza é explendida; quem não a conhece attribuirá á fantasia a mais pallida descripção de suas riquezas naturaes.
> Com taes elementos, o Paraná está destinado a ser mais cedo ou mais tarde o ponto para onde devem principalmente affluir as correntes da immigração espontanea.
> Mas para isto é preciso pôr em jogo, por sabias e bem combinadas medidas, os meios proprios para chegar a tão desejado fim[62].

Exerceria função primordial nesse contexto, interligando as principais rotas que serviriam de deslocamento do fluxo migratório, a Estrada da Graciosa. Por ordem do Conselheiro Antônio José de Franca e Hortas, Presidente e Capitão-general da Província de São Paulo, à qual o Paraná se encontraria subordinado à época, a estrada seria aberta em 1807. No entanto, até 1820 a travessia da Graciosa não demonstraria condições de satisfazer às necessidades do trânsito entre as então vilas de Curitiba e Paranaguá, o que levaria as câmaras dessas localidades a buscarem providências. Através da Carta Régia, de 18 de julho de 1820, dirigida a João Carlos Augusto de Oeynhausen-Gravenburg, o Marquês de Aracati, Governador da Capitania de São Paulo, ficaria determinado que este deveria atender as reclamações e incumbir o Coronel de Milícias de Curitiba, Inácio de Sá Soto-Maior, de realizar as devidas mudanças na estrada, tornando-a mais cômoda. A partir de 1824 esta passaria pelas primeiras modificações técnicas para também comportar veículos. Entre 1866 e 1873 sofreria alterações quase que por completo, permitindo desempenhar suas reais funções no processo de desenvolvimento do Paraná. Sua importância como caminho onipresente, comunicando o litoral à já capital Curitiba, perduraria até 1866, quando passaria a dividir com a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba o papel de cortar a Serra do Mar.

[62] RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Provincia do Paraná, Typ. da Viuva Lopes, 1876.

Tal compartilhamento, entretanto, conduziria a Estrada da Graciosa ao abandono por muitos anos, sendo somente reconstruída no Governo Carlos Cavalcanti (1912-1916) (MARTINS, 1995) (ANEXO 3).

Por intermédio da Graciosa, rumariam as primeiras levas de imigrantes para a capital, onde permaneceriam nela mesma, nos seus arredores ou marchariam para outros distritos. Trazidos pela necessidade de aumentar a população da província recém-criada, tinham a grande missão de também melhorar a agricultura e, consequentemente, a economia do Paraná. Sobre esta realidade se pronunciaria Francisco Liberato de Mattos, então Presidente da Província.

> É para lamentar que esta provincia, cujos terrenos produzem com abundância a mandioca, o arroz, o café, a canna, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os generos alimenticios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porem tenho que continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, apparecerá a abastança dos generos alimenticios e abundantes sobras do consumo iro dar nova vida ao commercio de exportação dos productos agrícolas[63].

Dentro desse contexto, os eslavos migrariam, em sua maioria, para o Paraná, ainda que um número representativo de poloneses teria seguido para o Rio Grande do Sul e de ucranianos para Santa Catarina. Ao longo do tempo, espalhar-se-iam pelo Brasil, com destaque para o Oeste Paranaense. Originados predominantemente da Região da Galícia – no geral, de Gorlice, Malopolska e Podkarpacie, de domínio austríaco naquele período (atualmente, a região que abrangeria as províncias ocidentais da Ucrânia e as províncias orientais da Polônia) – foi e até o presente seria associada a diferentes conflitos[64]. Com os términos do Império Austro-Húngaro e da Primeira Guerra Mundial, a Galícia seria incorporada à Polônia independente de 1939, quando sua parte oriental voltaria a pertencer à Ucrânia. As alterações no território e os problemas de reconhecimento no mesmo continuariam a se estender pelos últimos anos. Hoje, a Oeste incluiria Cracóvia, uma das “capitais religiosas” da Polônia, e a Leste, Lviv, na Ucrânia, considerada “capital

[63] RELATÓRIO do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembléa Legislativaa Provincial em 7 de janeiro de 1858.

[64] Quando ocorreu a invasão mongol, no séc. XI, a Galícia se tornou refúgio da cultura ucraniana. Entre o séc. XIV e o final do séc. XVIII, após o fim do domínio tártaro, a região se tornaria território polono-lituano, o qual mais tarde viria a ser incorporado ao Império Austro-Húngaro ou Rutênia (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

cultural galiciana". Esta, por sua vez, seria chamada de Lwow, na Polônia, e Lemberg, na Áustria, o que refletiria as incertezas ainda remanescentes na Europa Central (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Em uma minoria, teria vindo ao Paraná imigrantes eslavos de Kiev – que, apesar de ucranianos, seriam denominados de russos, no Brasil –, e poloneses da Silésia (na época, ainda prussiana) e de Gdansk (pertencente à Rússia). Esse número de silesianos e prussianos poderia ser facilmente contrastado na maior colônia eslava ao redor de Curitiba – Thomaz Coelho, no presente, dividida entre Araucária, Campo Largo, Lapa e Curitiba –, onde 82% dos habitantes seriam galicianos e o restante principalmente silesianos e prussianos. A diferenciação entre essas precedências seria repassada aos contextos das repartições públicas brasileiras, que utilizaria expressões como "polacos austríacos", "polacos russos" ou ucranianos (chegados a partir de 1896) para se referir aos indivíduos dos quais trataria em seus serviços (WACHOWICZ, 1977).

> Eles atravessaram o oceano nos porões de terceira classe dos navios de emigrantes, local onde se encontravam, amontoados e assustados, poloneses, ucranianos e italianos, todos súditos do já moribundo império austríaco[65].

Os primeiros colonos poloneses no Brasil foram conduzidos a Brusque, Santa Catarina. Lá "reencontraram" os não amistosos vizinhos à época, alemães, colonos no país há algumas décadas. Os pobres foram fortemente hostilizados, o que forneceria indícios de que elementos reportados da Europa influenciariam a localização dos imigrantes (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Temendo a germanização dos poloneses e a consequente repetição do fenômeno que estava ocorrendo no Velho Continente, Saporski[66] e o padre Antônio Zielinski planejaram, com base no que havia feito H. Blumenau na Província de Santa Catarina: colonizar a Província do Paraná. Saporski, de fato, conseguiria a autorização imperial para concretizar esse objetivo, no entanto, os imigrantes

[65] Relato de Antoni Hempel, de 1891, *apud* ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das Delícias**: um estudo da imigração ucraniana. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1993. p. 49.

[66] Filho de um *kmiec*, Sebastião Wós, que se preparava para ingressar na Universidade de Breslau, encontrava-se envolvido com ideias nacionalistas quando foi recrutado para servir o exército prussiano. Decidiu, então, alterar o seu nome para Sebastião Edmundo Wós Saporski e emigrar para a América do Sul (WACHOWICZ, 1981).

recrutados na Silésia[67], convencidos pelos alemães, partiriam para Santa Catarina em 1869 sem receber ordem de Saporski para o embarque, que estaria providenciando seu local de destino na Província do Paraná. Seriam conduzidos à Colônia Príncipe Dom Pedro, no loteamento Sixteen Lots, onde sofreriam exploração pelos agentes e fornecedores de víveres. Saporski os encontraria posteriormente, exaustos de tanto derrubar matas. Sua fixação no Paraná, apenas dois anos mais tarde, não sucederia sem atritos e desentendimentos com as autoridades e reimigrantes alemães já lá fixados (SAPORSKI, 1972).

Um ano havia se passado desde a chegada dos primeiros imigrantes poloneses a Santa Catarina e Saporski não tinha conseguido, até então, por meios legais, a permissão do Diretor da Colônia para a transferência dos colonos ao Paraná. Dessa forma, Saporski decidiu convencer alguns imigrantes – em número de 13, na maioria homens – a deixarem a colônia, mesmo sem terem obtido licença de saída das autoridades locais. Tinham o propósito de reunir, posteriormente, em Curitiba cada família ao seu representante. Mesmo encontrando uma série de empecilhos, como a falta de documentos, dinheiro e a própria intervenção policial, a mando da presidência da província, um grupo composto principalmente por mulheres e crianças (46 ao todo) partiu tempos depois, em direção ao Porto de Itajahy. Lá foram recebidos pelo Comandante Isac e embarcados no paquete a vapor São Francisco, depois de terem sido abrasileirados os seus nomes e sobrenomes. O destino seria o Porto de Antonina, de onde seguiriam por carroças até Curitiba, onde seriam aguardados. Na capital, finalmente, estabelecer-se-iam nas Mercês e no Pilarzinho, onde fundariam a primeira colônia polonesa de Curitiba, em 1871 (GOULART, 1984).

Estabelecidos no rocio de Curitiba, os poloneses seriam vistos como concorrentes aos granjeiros alemães, que forneciam lenha, leite, queijo, manteiga, verduras e outros produtos à população da capital (WACHOWICZ, 1981). Anos mais tarde, os poloneses ampliariam aos imigrantes ucranianos a arraigada rivalidade fora de seu próprio país (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008) (FIGURA 4).

[67] Saporski, por meio de cartas aos seus patrícios e conhecidos em Siolkowice, conseguiu atrair em 1869 a primeira leva de 16 famílias, as quais, em seguida, somaram-se outras 16 famílias, totalizando 164 pessoas (WACHOWICZ, 1981).

FIGURA 4 - COLONAS POLONESAS PROVAVELMENTE COMERCIALIZANDO PRODUTOS CASEIROS OU AGRÍCOLAS NA CAPITAL
FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA (S/ D)

Após o fim da Guerra Franco-Prussiana, a emigração polonesa de terras prussianas seria retomada. Um grupo de 258 pessoas, a maioria da Pomerânia, atraído pelos primeiros fluxos de poloneses para os arredores de Curitiba, partiria da Polônia em 1873[68], localizando-se na Colônia Abranches. Em 1875, silesianos fundariam a Colônia Santa Cândida, nos arredores de Curitiba. Um ano depois, 390 indivíduos oriundos da Pomerânia e Silésia ingressariam nas colônias Santo Inácio e Orleans. Em 1878, a Colônia Inspetor Carvalho receberia 500 imigrantes (SUPERINTENDÊNCIA ..., 1971; IAROCHINSKI, 2000; BOSCHILIA, 2004).

2.3.1 Curitiba e áreas de imigração adjacentes

A “Ata de Levantamento do Pelourinho” (1668), que outorgou a Mateus Leme o título de Capitão Povoador, foi o primeiro documento conhecido acerca do ordenamento urbano da aldeia de Curitiba. O mesmo, contudo, ficou por 25 anos

[68] Outra leva, de 500 pessoas, partiria da mesma região para a Província de Santa Catarina no mesmo ano (IAROCHINSKI, 2000).

incompleto, quando em 1693 os “homens bons” se reuniriam para indicar os juízes, o procurador e o escrivão que comporiam a Câmara Municipal (NAVOLAR, 2011).

A definição do sítio inicial da cidade teria se dado por volta de 1200 a partir dos trilhados descritos pelos tupis-guaranis, os quais persistiriam até a atualidade. Os mais relevantes comunicariam o litoral ao Primeiro Planalto: Estrada da Graciosa, Itupava e Arraial Grande (atual Avenida Marechal Floriano). Outras vias mereceriam destaque: Caminho Novo (atual Avenida Manoel Ribas), Estrada da Marinha (atual Avenida João Gualberto), Caminho da Mata (Avenida Batel) e Caminho da Borda do Campo. Todas elas se originariam no que é hoje o Centro de Curitiba (NAVOLAR, 2011).

Esses caminhos eram bastante precários a princípio, sendo aprimorados somente no séc. XVII pelos faiscadores de ouro, que se dirigiam ao planalto. Ocorria de muitas novas vilas surgirem durante esses trajetos, em áreas já constituídas como Freguesias, reconhecidas pela Igreja desde 1656. Curitiba foi um desses casos de ocupação dos sertões serra acima (NAVOLAR, 2011). Nesse contexto, Navolar (2011, p. 23-37) tratou de dez fatos urbanizadores no processo de ordenamento de Curitiba, a mencionar:

(a) O desenho inicial - Documentos antigos revelaram as orientações para a implantação do sítio inicial da cidade, onde se pode comparar o traçado original da “vila” de Nossa Senhora da Luz de Curitiba com a cidade portuguesa de Salvaterra, em 1295.

(b) A Villa - Em 04 de novembro de 1668, a antiga aldeia passa à condição de Villa, mas as primeiras Posturas Municipais só viriam em 1721, com a necessidade de organização da posse e distribuição de terras.

(c) O Código de 1829 - O primeiro Código de Posturas de Curitiba foi antecedido pelo Regimento das Câmaras Municipais do Império (1828), o qual estabelecia o primeiro zoneamento para a cidade, com base na construção autorizada para cada região: “nas ruas principais casas de pedra e cal, taipa de pilão ou estuque nas ruas afastadas do quadro urbano principal, as choupanas de pau a pique cobertas de palha” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1829, s/p.); assim como na principal economia vigente, a exportação da erva-mate. Alguns anos antes da

promulgação desse código, Saint-Hilaire (1820, s/p.)[69] descreveria Curitiba da seguinte forma:

> Curitiba (...) deve o seu nome à prodigiosa quantidade de araucária brasiliensis que cresce nos seus arredores. Em guarani curii significa pinho e tiba reunião, reunião de pinheiros
> (...)
> Essa cidade tem a fórma quasi circular e se compõe de 220 casas pequenas e cobertas de telhas, quasi todas só ao res do chão, porém em grande número construídas de pedra. Cada casa, como em Minas e Goiaz, tem o seu quintal, mas aqui não se vê, nessas espécies de jardins, nem bananeiras, nem mamoeiros, nem cafeeiros: são macieiras, pecegueiros e outras árvores frutíferas da Europa que se costuma plantar.
> (...)
> Curitiba não é menos deserta durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil. Quasi todos os habitantes são aqui agricultores que não ocupam suas casas senão aos domingos e nos dias de festa, quando se desobrigam dos seus deveres religiosos.
> (...)

(d) A elevação de Curitiba à condição de capital - Com a emancipação da Província do Paraná, estabelecida a partir dos contornos da chamada Quinta Comarca de São Paulo, em 1853, Curitiba foi confirmada como sua sede, em 05 de fevereiro de 1848, por sua posição geográfica estratégica em relação ao território. Esse motivo se tornaria ainda mais evidente quando o governo provincial tratou de ocupar o Segundo e o Terceiro Planaltos – ainda com representativa presença indígena –, a fim de utilizá-los em prol da política de imigração europeia, entendida como adequada aos interesses do Paraná, sendo firmada anos mais tarde (IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011).

Em 1857, a cidade tinha uma população de apenas 3.000 hab. – formada predominantemente por “reinóis portugueses e castelhanos, índios guaranis administrados, negros africanos escravizados e descendentes mestiços não elitizados, dessas três raças elaboradoras” da história da ainda recente cidade de Curitiba[70] (MARTINS, 1995, p. 349) – e apresentava baixo crescimento até 1873, quando foi finalizada a Estrada da Graciosa. Por meio desta rota, o capital

[69] SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Comarca de Curitiba**. Brasiliana. v. 315. 1ª ed. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/106/Viagem-a-comarca-de-Curitiba. Acesso em: 2 fev. 2014.

[70] (...) Pelas atividades verificadas pela estatística, 802 curitibanos eram lavradores e 99 comerciantes. Havia 15 engenhos de erva-mate e 13 fazendas de criar. A maior produção agrícola era muito milho, feijão, aipim, batatas, algum trigo. Ocupam-se os habitantes da criação de toda espécie de gado (MARTINS, 1995, p. 409-410).

excedente do comércio, principalmente exportador[71], da erva-mate se concentraria na capital, o que aumentaria a política dos farrapos (ervateiros) em relação aos cascudos (tropeiros).

(e) Os imigrantes - Trata-se do fato urbanizador mais relevante para este trabalho, pois além de ter um efeito na economia agrícola local, permitiria o enriquecimento da multiplicidade étnica da capital. A primeira experiência com não portugueses se daria em Assungui, a cerca de 100 km de Curitiba, em 1859, a qual não vingaria devido à falta de estrutura para escoamento da produção. Apenas no governo linista, entre 1875 e 1877, a política imigratória ganharia impulso, fundamentada em alguns princípios (WACHOWICZ, 1987, p. 150-151):

- As colônias, em hipótese alguma, deveriam ficar localizadas longe dos grandes centros consumidores;
- Os núcleos coloniais deveriam ser situados nos terrenos anexos às estradas carroçáveis já existentes: Graciosa, que ligava Paranaguá a Curitiba; Mato Grosso, que comunicava a capital aos Campos Gerais; e Assungui, carroçável em alguns quilômetros para o Norte de Curitiba;
- Uma simples estrada vicinal, partindo da estrada tronco, bastaria para conectar os núcleos à capital;
- A verdade sempre deveria ser mencionada ao imigrante a respeito da nova pátria, em vez de ilusórias descrições e exageradas promessas;
- O transporte dos locais de procedência até as colônias seria facilitado, evitando privações e tratamento inadequado;
- Os lotes de terra oferecidos localizar-se-iam próximo a centros populosos e seriam comunicáveis entre si por estradas de rodagem;
- O direito de propriedade, com chance de adquiri-la por pagamento normalmente parcelado, permitiria ao colono se aproximar da terra que habitava;
- O imigrante maior de dez anos receberia auxílio de fixação de 20$000rs, além de apoio para compra de utensílios e sementes;
- Como não teriam condições de obter uma primeira colheita em tão curto prazo, depois de fixados, os imigrantes atuariam na construção de estradas da colônia,

[71] O Paraguai, maior produtor de erva-mate no período, sofreria algumas restrições e priorizaria a partir de 1813 atender o mercado interno, abrindo espaço para o desenvolvimento de outros mercados (NAVOLAR, 2011).

sendo remunerados para isso. Após a conclusão das mesmas, o financiamento governamental seria interrompido;

- As colônias mais distanciadas da capital receberiam uma escola e uma capela;
- A produção colonial seria destinada ao abastecimento de mercado urbano próximo, o que agilizaria o pagamento da terra adquirida pelo imigrante junto ao governo; e
- As novas gerações que mantivessem o contato com a agricultura deveriam ser orientadas a se deslocarem para o interior, de modo que não se tornassem urbanizadas, garantindo, portanto, a conservação da mão de obra agrícola.

Nessa mesma fase de urbanização de Curitiba, haveria, com base no planejamento de engenheiros europeus contratados, partindo do sítio tradicional, a primeira expansão da cidade no sentido Leste-Oeste por meio da atual Rua XV de Novembro. Tal orientação só seria alterada com a construção da Estação da Estrada de Ferro (fundada em 1880) (na atual Avenida Sete de Setembro) e da Rua da Liberdade (hoje Barão do Rio Branco) (BOLETIM ..., 1985) (ANEXO 4).

(f) O Código de Posturas de 1895 - Foi aprovado quando Curitiba já possuía quase 35.000 hab. e cerca de 3.100 edificações, influenciando a normatização da produção da arquitetura.

(g) A Comissão de Melhoramentos – Criada no Governo Cândido Ferreira de Abreu[72], em 15 de julho de 1913, inspirada na experiência de Paris na Era Haussmann[73] (final do séc. XIX), tinha a função de atuar como suporte cientificista e positivista do executivo. Destacou-se, no âmbito do tema desta pesquisa, por

[72] Cândido de Abreu (1856-1919) exerceu um mandato de apenas 11 meses, no qual buscou ações de controle da produção da arquitetura inclusive para fora do quadro urbano da cidade. Foi considerado o arquiteto dos “ervateiros”, que já eram tão influentes quanto os tropeiros na política local (DICIONÁRIO ..., 2014)

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. **Cândido de Abreu**. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/abreu_candido.htm. Acesso em: 13 mar. 2014.

[73] George-Eugène Haussmann (1809-1891), advogado, administrador, funcionário público, político, foi nomeado Prefeito de Paris por Napoleão III. Ao longo de 17 anos, com a participação de diversos arquitetos e engenheiros, remodelou o planejamento da capital francesa (ENCYCLOPÉDIE LAROUSSE, 2014).

ENCYCLOPÉDIE LAROUSSE. **Georges Eugène, baron Haussmann**. Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Georges_Eug%C3%A8ne_baron_Haussmann/123312. Acesso em: 25 abr. 2014.

transformar os antigos caminhos para as colônias agrícolas em ruas trafegáveis. Provém desse período quase a metade dos bens tombados em Curitiba.

À semelhança do que se sucedeu na Paris de Haussmann, Curitiba começava a experimentar "sentimentos de perda" em decorrência da urbanização crescente. Nestor Victor[74] (1913), a pedido de Afonso Camargo, Presidente da Província, descreveria o panorama em alteração:

> Aquelas pitorescas chácaras de outrora já perderam o seu caráter vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros prédios, que lhes empobreceram a atmosfera e em muitos casos tiraram-lhes grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves *chalets* de madeira, e rarejam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de tabua, cujo aspecto, às vezes, era miserando (VICTOR, 1913, p. 91).

(h) O Código de Posturas de 1920 – Em aproximadamente 30 anos, a população de Curitiba já havia mais do que duplicado, apresentando, em 1920, 78.986 hab. Neste mesmo ano, o Código de Posturas de 1920 seria criado para a produção da arquitetura de interesse histórico (FIGURA 5).

[74] É possível que Nestor Victor, por meio da obra A terra do futuro – impressões do Paraná (1913), publicada na capital brasileira à época, tenha sido o primeiro paranista – "aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense" (CASA ROMÁRIO MARTINS, 1974-1978, s/p.) – ao registrar o crescimento urbano de Curitiba, bem como sua consequente ação sobre as casas de madeira (entenda-se, neste caso, predominantemente de araucária). Criticou também a exploração descontrolada desse recurso, além daquilo que era preterível localmente em função do produto importado (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

CASA ROMÁRIO MARTINS. **Boletim Informativo**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, n. 1 (1974) a 24 (1978).

FIGURA 5 - MOVIMENTO DAS CARROÇAS DOS COLONOS, NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO. AO FUNDO, A CATEDRAL DE CURITIBA
FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA/ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA (FOTÓGRAFO: JOÃO BAPTISTA GROFF. FOTO TIRADA APÓS 1922)

(i) O Plano Agache - Pela segunda vez planejada como objeto único, Curitiba recebeu o Plano Agache[75], implementado em 1943, quando a cidade possuía 127.278 hab.

(j) O Centenário da Emancipação - Em meados do séc. XIX, quando o Paraná ainda era uma província, teve início no Norte Paranaense (Norte Pioneiro ou Norte Velho) o ciclo do café, movimentado por fazendeiros paulistas e mineiros fixados próximo aos Rios Paranapanema, Itararé e Tibagi. Esta fase perduraria nesta região até cerca de 1920, quando chegaria ao chamado Norte Novo (centrado em Londrina e Maringá), desenvolvendo-se até 1950 aproximadamente, e, por fim, teria o seu último momento no Norte Novíssimo, onde o cultivo, no agora Estado do Paraná, declinaria de vez (NAVOLAR, 2011).

[75] O Plano Agache adotou um sistema radial de vias ao redor do centro, estabelecendo as avenidas Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro e Marechal Floriano Peixoto; as galerias pluviais da Rua XV de Novembro; o recuo obrigatório de 5 metros para construções novas; a concentração de fábricas na Zona Industrial atrás da Estação Ferroviária; a previsão de áreas para o Centro Cívico e para o Centro Politécnico; e o Mercado Municipal. Esse planejamento orientaria as autoridades municipais até 1958, quando seria criado o Departamento de Urbanismo da Prefeitura, juntamente à Comissão de Planejamento de Curitiba (Coplac) (PMC, 2014).

PMC. **O Plano Agache**. Disponível em: http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/p.lanoagache. Acesso em: 20 out. 2014.

No transcorrer do ciclo do café, a população do Paraná apresentaria forte avanço, passando de 685.000 hab., em 1920, para 1.230.000 hab. em 1940; 2.115.000 hab. em 1950; e 2.500.000 hab. em 1960, ou seja, elevando-se em cerca de três vezes e meia em somente quatro décadas. Haveria simultaneamente uma progressiva reformulação do cenário até pouco tempo predominante, no qual o Estado, em sua maior parte, já contaria com significativa ocupação por pequenas e médias propriedades agrícolas, ao passo que Curitiba, consolidada como capital administrativa, conformar-se-ia principalmente em direção à prestação de serviços, sofrendo uma urbanização sem precedentes.

(k) O Plano Diretor - No mandato do Prefeito Ivo Arzua, na década de 1960, assim como as principais administrações municipais do país, o planejamento urbano de Curitiba receberia influência do modernismo – literalmente estabelecido no país na década de 1920 –, quando se fortificaria a preocupação com a identidade brasileira. Mário de Andrade[76], durante a Era Vargas, teria papel de destaque nesse processo.

Desenvolver-se-ia ainda em Curitiba a denominada Arquitetura do Poder, que, apesar de contar com a participação de imigrantes (essencialmente italianos), desviar-se-ia do enfoque dado por esta pesquisa.

2.4 ARQUITETURA DE MADEIRA EM CASAS DE ARAUCÁRIA

A árvore representa o vegetal de maior importância para a história da humanidade. É praticamente impossível pensar a existência da espécie humana, desde os seus ancestrais até o presente, sem a participação da árvore no

[76] Poeta, romancista, crítico de arte, folclorista, musicólogo e ensaísta. Criou e dirigiu o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, dentre outras repartições e iniciativas. Elaborou legislação nacional, que seria incorporada à Constituição de 1934, afirmando que: “monumentos históricos, assim como paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação” (BRASIL. Constituição de 1934, s/p.). Três anos mais tarde, com enfoque mais direcionado à preservação de bens artísticos e históricos do que a proposta de Andrade, seria fundado pelo Decreto-Lei nº 25/1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que mais a frente se tornaria o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL. Decreto Decreto-Lei nº 25/1937, 2014).

BRASIL. **Decreto Decreto-Lei nº 25/1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso: 26 set. 2014.

fornecimento de moradia, alimento, proteção, conforto, dentre muitos recursos e condições, os quais só vêm a ressaltar a necessidade de se conhecer mais a fundo essa relação.

Adorada por alguns reis na Antiguidade, determinadas espécies de árvore tiveram valorização reconhecida pelo seu estado como um todo, enquanto ser vivo e representante simbólico dentro de uma cultura. Porém, nenhuma associação se tornaria mais forte, com o transcorrer do tempo, do que aquela estabelecida entre a árvore e a madeira.

Há milhares de anos, juntamente com outras matérias-primas fundamentais, como a pedra e o barro, a madeira vem participando das principais mudanças ocorridas no planeta. Dos grandes impérios às casas contemporâneas, passando pelas travessas das vias ferroviárias – que transportavam vagões carregados de lenha para abastecer as grandes indústrias –, a madeira assumiu tal destaque que o próprio registro das principais informações que se conhece é feito em papel, talvez um dos mais difundidos produtos derivados da madeira. A arquitetura, por sua vez, não se tornaria alheia a esse processo e se expressaria em diversos contextos.

Dentro do conhecimento arqueológico, a madeira ocupa posição de prestígio no crescimento das grandes civilizações. O fato de ter sido mais fácil de trabalhar do que a pedra fez com que ela também se tornasse aplicada nas construções das pirâmides egípcias, seja em estruturas de sustentação, seja na produção de ferramentas. A Bíblia inclusive registrou o uso da madeira de cedro do Líbano na construção do Templo de Salomão (STUNGO, 1999).

Indícios seguros apontam que a utilização inicial de peças de madeira de pequenas secções teria ocorrido em casas de troncos há mais de mil anos antes da Era Cristã, em regiões que corresponderiam ao atual Norte da Europa e Escandinávia. Provavelmente, desde cedo teria se descoberto que era possível aumentar a durabilidade e a qualidade estrutural da madeira a partir de sua combinação com pedras e, anos mais tarde, cerâmicas, metais e outros recursos (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

Teria sido a falta de madeira nos países mediterrâneos o que determinaria o emprego da pedra na construção, apesar de a madeira ter continuado a intervir na atribuição de formas e decoração nas primeiras construções, como seria o caso do templo grego Parthenon, do séc. V a.C., em que se pode contemplar colunas redondas, grossas e estriadas como troncos de árvores. Outra justificativa relevante

para o maior uso da pedra em algumas regiões seria a sua maior resistência em períodos de guerra e eventos como incêndios (STUNGO, 1999).

No entanto, na maioria dos países europeus, a madeira continuou sendo empregada, a exemplo do que aconteceu nas nações escandinavas e bálticas, onde nunca faltou madeira de abeto. Na Inglaterra, ela também apresentava pronunciado uso, ainda que na época de Shakespeare já demonstrasse forte escassez[77]. Nessa fase, teria ocorrido ainda o desenvolvimento de duas técnicas essenciais de construção (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993):

- Armação de madeiras delgadas trançadas, com cobertura também estruturada em madeira, a qual seria preenchida por barro ou argamassa. No Brasil, implantada pelos colonizadores portugueses, receberia o nome de pau a pique ou taipa de mão; e
- Preenchimento dos vãos da estrutura – geralmente simétricos – com tijolos, produzindo o estilo de enxaiméis, que chegaria ao Sul do Brasil com a imigração alemã, na primeira metade do séc. XIX.

A importância da madeira, enquanto material construtivo, dependia do conhecimento em identificá-la como parte de uma produção arquitetônica coerente com o meio em que estivesse situada, sujeitando-se a possíveis adaptações em função da realidade de cada local (SÁNCHEZ *et al*., 1987).

Em quase toda a Europa, até princípios do séc. XVII, a madeira era o material mais frequente em edificações, mas que progressivamente teria perdido espaço, apesar de que, por ironia, tal período tivesse coincidido com o da intensa exploração de madeira nas colônias americanas – principalmente a brasileira. Mesmo assim, nessa época, já havia se estabelecido na Europa a figura muito forte do artífice carpinteiro (STUNGO, 1999).

O carpinteiro exercia praticamente a atividade de um artesão, estando, muitas vezes, ligado a associações gremiais. O aprendiz passava, no geral, de seis a sete anos com um mestre carpinteiro, de quem recebia ensinamentos essenciais ao futuro ofício. A técnica de madeira ocultava poucos, senão nenhum segredo no

[77] Nesse período, cortar uma árvore sem a devida autorização implicava a condenação à forca, tanto que uma construção medieval inglesa que refletia com fidelidade as casas de classe social mais baixa, sem acesso ao que restava de boa madeira (madeira reta), utilizava árvores de tronco arqueado para criar um tipo de armadura para a vivenda situada em cima da estrutura de pés direitos (“estrutura de facas”) (STUNGO, 1999).

séc. XVII, quando se deu o auge dessas associações. À época havia uma clara distinção entre o carpinteiro e o construtor de casas: o carpinteiro era quem podia trabalhar para fazer um objeto de madeira a partir da matéria-prima, a árvore. Fabricava barris, móveis, carroças e casas. O construtor de casas era especializado nessas, ainda que também acabasse por se envolver na elaboração de assoalhos. Era mestre em suas funções, um personagem respeitado na comunidade (STUNGO, 1999).

Ao construtor de casas, pela reputação que ensejava, era primordial que fosse um bom profissional, não por se sentir forçado por normas construtivas ou contratos, mas em nome de sua integridade pessoal. Supervisionava a colocação das pedras de cimentação, a triagem e o corte das árvores, a seleção da carpintaria de armar para cada caso e o levantamento da estrutura. Assegurava-se da conexão das tábuas e tabuões de recobrimento e de tudo aquilo que fosse imprescindível para concluir e completar a casa. Graças ao conhecimento que gozava, gerava desenhos e estabelecia proporções à semelhança dos arquitetos, engenheiros e construtores atuais (STUNGO, 1999).

Contudo, com o avanço do capitalismo na maior parte do continente europeu, os grêmios e sua organização de mestres e aprendizes começaram a declinar, fazendo com que a madeira passasse a ser protagonista em outro cenário: estavam abertas as portas para que ela chegasse às construções do Novo Mundo (STUNGO, 1999).

Nos EUA, no início do séc. XVII, era normal se encontrar construções extraordinariamente parecidas àquelas que povoavam os países de origem dos imigrantes. Na América do Sul, de uma forma geral, esse processo ocorreria de modo particular (STUNGO, 1999).

No Brasil, os indígenas teriam sido os precursores na utilização da madeira na arquitetura de suas habitações. Elaboradas e adequadas de acordo com suas necessidades, crenças e costumes, as construções indígenas alcançaram ampla variedade e distribuição, sendo ainda um dos poucos casos de preservação histórica da arquitetura em madeira encontrados nacionalmente (SÁNCHEZ *et al*., 1987).

Desde os primórdios da colonização brasileira, os imigrantes empregaram em suas construções técnicas e materiais que, até então, não eram comumente utilizados pelos nativos. A pedra e o barro logo se tornariam matérias-primas comuns na arquitetura local, seguidos da madeira, empregada sempre como

complemento da construção portuguesa e não na condição de elemento principal (BATISTA, 2007).

Nas estruturas de telhados, tramas do pau-a-pique, esquadrias e escadas, e nos arranjos de forros e pisos, a madeira assumiu um papel maleável no processo de desenvolvimento da colônia (BATISTA, 2007). Três técnicas construtivas com o uso da madeira, todavia, sobressair-se-iam nesse contexto: taipa de mão, fôrmas para execução de paredes e alvenaria de pedra (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

Após séculos de evolução, a extração da madeira receberia conotações industriais, permitindo-lhe a padronização para fins construtivos. Tal sistema funcionaria de forma simples, empregando farta mão de obra, a qual atuaria desde a venda de kits em madeireiras até a montagem de construções mais complexas, como residências com até três pavimentos mais o porão em alvenaria, igrejas, hospitais, clubes, dentre outras. Nessa trajetória, entre as primeiras edificações do séc. XIX e as da década de 1960, solidificar-se-ia o que Batista (2007) nomearia de lógica construtiva da tábua e mata-juntas (ver GLOSSÁRIO), uma técnica aprimorada em construções de áreas úmidas, que viria a ser complementada por outros elementos que não apenas a madeira, como acessórios metálicos, esquadrias, forros etc.

Em meio a esse estilo naturalmente desenvolvido, emergiriam algumas singularidades – exemplificadas por casas de paredes duplas e com tábuas horizontais, assim como construções baseadas no fechamento externo no sistema “macho e fêmea” (BATISTA, 2007).

Com base na representação construtiva demonstrada pela casa – dentro do universo simbólico, histórico-cultural e organizacional considerado por este estudo –, discutir-se-á no item seguinte como se poderia repensar o seu papel sob uma escala (a)temporal, (i)material e identitária.

2.4.1 Casa e microuniverso

Nas sociedades “economicamente em desenvolvimento”, a casa, em seu arranjo, suas funções e sua decoração, simboliza aos olhos de seus habitantes as estruturas de sua sociedade em relação com o mundo invisível dos ancestrais e o sistema do mundo tal qual ele se representa (MINISTÈRE ..., 1986).

A partir de distintas concepções poder-se-iam sugerir algumas definições para o que seria uma casa.

> (...) a casa é, na verdade, o centro mais importante de adaptação do homem ao meio, (...) uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem (FREIRE, 1936, prefácio).

> É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser "jogado no mundo", como professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço (BACHELARD, 1993, p. 26).

> (...) a casa está no centro do mundo. Demarca o território do próximo e familiar, ao redor do qual, em anel, jaz a distância. A própria casa encontra-se em oposição à distância, como o pertence que mais se caracteriza como nosso, e, portanto, a gente deve amá-la (BOLLNOW, 2008, p. 134).

A tendência primária dos estudos relacionados à habitação geralmente é realizar uma descrição detalhada de sua morfologia geral e de qualquer elemento que a integre, suas relações com fatores geográficos e variáveis econômicas, uma descrição tecnológica do seu processo de construção ou as análises dos elementos estéticos embutidos na sua construção.

Uma segunda tendência seria "ler" a habitação sob um viés simbólico, estudando suas relações com o pensamento religioso ou filosófico da sociedade. Nesse caso, o conjunto da habitação e qualquer componente a ela ligado não seriam observados simplesmente de forma direta, pois a realidade passaria a ser vista como uma luz que se difundiria através de um prisma.

Raros são os estudos concernentes à habitação que se colocam como outra perspectiva, considerando, por exemplo, as relações entre o ocupante e a casa, entre a família e a moradia. A natureza social das relações humanas, incluindo-se nessa esfera o componente familiar e a organização do grupo maior ao qual esteja associada, abrange fenômenos que fogem à rigidez de processos econômicos ou à mera ocupação do espaço em dado período cronológico.

Na maioria das sociedades "economicamente em desenvolvimento", a casa é estreitamente ligada à união por casamento. Através dessa condição criada, não só o local de habitação recebe fins específicos, como também se estabelecem funções e divisões entre os agentes que participam desse ambiente construído. O próprio processo da edificação da casa segue um aspecto ritual ou religioso, instintivamente manifesto na ação técnica e social ligada a uma ação mística: "construir uma casa é perturbar o espírito do sol, arriscando causar desordem na

terra e no curso da água". Da mesma forma, as dimensões da casa devem se conformar aos imperativos religiosos, quando o carpinteiro ergue uma coluna, ele respeita certas correspondências, como medidas escalares e espaciais – esta coluna em relação ao sol, à terra e ao curso da água (MINISTÈRE ..., 1986).

A interpretação de uma vivenda naturalmente atravessa a estrutura do grupo doméstico, os seus hábitos, as suas tradições e atividades recreativas e laborais, considerando a vida cotidiana e o papel individual e coletivo dos membros da casa. Talha-se uma espécie de molde, no qual cada elemento desenvolve uma forma e função, que ao longo do tempo pode ser reproduzido e aprimorado, sempre se referenciando na matriz principal, em que a habitação se sobressai.

A casa em si mesma pode ser explicada como uma redução, uma simbolização do universo no qual o homem existe. As dimensões atribuídas às diferentes partes do edifício respondem aos nomes que são significações precisas e simbolizam determinado elemento ou certa categoria do universo (MINISTÈRE ..., 1986).

No entanto, não basta considerar a casa como um "objeto" em que convergem julgamentos e devaneios, haja vista a fenomenologia de valores nela atuantes. Tal processo requer um esforço no sentido de compreender o habitar nas suas múltiplas variações.

Segundo Bollnow (2008), habitar é uma condição básica da vida humana (...), uma busca pela identificação, enraizamento e pertencimento por meio da casa, encontrada no centro de todo o longe.

Esquivando-se de uma possível exploração infrutífera da definição mais adequada do habitar – ainda que algumas tentativas nos campos geográfico e etnográfico tenham merecido reflexão –, preferiu-se o refúgio no corpo de imagens proposto pela fenomenologia, integrando valores particulares em um fundamental, "procurando a concha inicial em toda moradia, no próprio castelo" (BACHELARD, 1993, p. 24).

Abordar as imagens da casa possibilita transmitir a elasticidade psicológica de sentimentos sustentados na memória e imaginação. Por meio dos elementos da casa, talvez mais do que pelas lembranças, pode-se chegar à essência inigualável de cada casa. Bachelard (1993, p. 26) afirmou que "a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz". Na situação desta pesquisa, buscar-se-ia entender

como esses sonhos teriam se materializado por intermédio da conformação adquirida pela casa e desta em relação ao meio.

Se as necessidades humanas não se limitam ao físico, a casa – como extensão física e imaterial do próprio homem – também não está restringida à função de acolhimento, pois oferece consolo interminável ao ser humano desde o seu nascimento, proporcionando-lhe contínuo conforto (SCHMID, 2005). É nas habitações que um grande número de lembranças se encontra guardado, podendo se tornar ainda mais veladas e especiais se estiverem amarradas a um sótão, porão, a cantos ou corredores, pois em espaços como estes se encontram lembranças dos principais refúgios no período de infância. O saudosismo é como uma sombra que persegue o homem por toda a vida.

Apesar de o indivíduo buscar proteção dentro de casa – ou através de sua casa – contra o meio, este não deixa de se exprimir e modificar a paisagem ao seu redor, impondo a marca da sua presença. Esse fenômeno pode ser observado em nível universal, seja no homem em suas terras de origem, seja no colonizador em território explorado ou pelo estrangeiro fora de seu país. Existe uma tendência naturalmente humana de tornar seu espaço de atuação, incluindo-se aí sua vivenda, uma extensão do seu conforto, onde possa buscar atender seus interesses e necessidades (MARTINS, 1989). Entende-se, neste caso, a casa como um corpo de imagens que conferem ao homem razões ou ilusões da estabilidade, sugeridas pela imaginação da casa como um ser vertical – um apelo à consciência humana de verticalidade – e imaginação da casa como um ser concentrado – que conduz à consciência da centralidade (BACHELARD, 1993).

A habitação permeia um conjunto de relações objetivas e subjetivas, que reduzem e expandem, ao mesmo tempo, a concepção de mundo que dela faz parte, mas que, de alguma maneira, corresponde a um espaço de transição para diferentes etapas da vida, armazenando características que tornam toda casa única.

2.4.2 Casa de araucária

Ao se visualizar a habitação como um espaço para montar e exercer uma série de atividades humanas, abrem-se percursos sobre os quais o ambiente externo age como limitador. Tal “limitação”, de certo modo, gera uma concentração de

esforços em torno da casa, que não se encerram na sua finalização, transpassando os anos e criando uma história própria (CORBELLA & YANNAS, 2003).

Parte desse caminho passa pela construção da moradia. Qual material escolher? Aonde deverá estar localizada? Como será seu tamanho e sua divisão? É bem provável que tais questionamentos, somados a outros, componham as reflexões que antecedem à concretização de uma casa.

Uma morada tem o importante papel de convergir para si pensamentos, labor, ócio, vidas. Para isso, ela precisa ser moldada e se moldar diante de necessidades, desejos e das próprias exigências impostas pelo tempo. Interessante é observar esse decurso em uma casa que já é “viva antes de existir”, uma casa de madeira.

Antes disso, porém, vale reconhecer duas atividades que direta e indiretamente participam da construção de uma habitação de madeira – a marcenaria e a carpintaria. A primeira consiste no trabalho de transformar a madeira, demandando encaixes precisos, delicadeza e a capacidade de valorizar espaços interiores, tornando-se útil principalmente à execução de móveis. A segunda, por sua vez, trata-se de um ofício mais pesado e bruto de corte, beneficiamento e aparelhamento de madeira, que pode ganhar a forma de peças relativamente grandes e pesadas. Ambas, no entanto, em sua essência envolvem a arte na manifestação conjugada entre o homem e a madeira.

> O que caracteriza a obra de arte é, precisamente, esta eterna presença na coisa daquela carga de amor e de saber que, um dia, a configurou. Importa, pois, antes de mais nada, a distinção entre essência e origem, porque nesta diferenciação preliminar reside a chave do entendimento do que seja verdadeiramente arte (COSTA, 1980, p. 5).

Essa carga de amor pode estar representada sob diferentes formas, desde a tectônica das tábuas – movimentadas continuamente, como a vida e o universo, articuladas da sua concepção à materialização (COSTA, 1980; BERRIEL, 2011) – até a conformação atribuída à casa, na condição de um membro a mais da família, erguida para se tornar companheira por toda a vida, pensada para funcionar em suas partes como seu fosse um corpo humano.

A madeira, por sua organicidade e heterogeneidade, propicia aproximar a arte, ou melhor, a construção do natural. As suas propriedades revelam *per se* as diferenças que necessitam ser compreendidas pelo carpinteiro, de maneira que este possa analisar visualmente a madeira, determinando sua aptidão e definindo seu

papel na construção. Os nós e as rachaduras, que na árvore possuíam funções específicas, na madeira de construção precisam ter seu uso adaptado, quando possível, ou, caso contrário, seu emprego é descartado. As características anisotrópica – cujas propriedades variam significativamente de acordo com a direção das fibras – e higroscópica – baseada na quantidade de água adsorvida na madeira, regulando sua dilatação e contração – são outros fundamentos que, empiricamente, na maioria dos casos, são considerados pelo carpinteiro antes de dar início a um trabalho em madeira (BERRIEL, 2011). Conhecer a técnica construtiva de uma casa de madeira implica conhecer o material, os procedimentos e os utensílios aplicados pelos carpinteiros que a construíram (ZANI, 2013).

No Brasil, o indígena, muito antes da colonização, sempre foi um grande usuário da madeira, não só para fins de moradia, mas para a elaboração de suas ferramentas de caça, pesca, plantio e combate, além de adornos e outros utensílios diários.

A oca multifamiliar – formada por uma base de troncos fortes acompanhados de um conjunto de esteios verticais, convergindo no centro da planta – era constituída essencialmente de cipós, embiras e sapé. Teria sido esta durante milhares de anos a moradia predominante em solo brasileiro, até que novas técnicas fossem introduzidas pelo colonizador. No Paraná do séc. XIX, sobressair-se-ia a técnica da taipa de mão, ou pau a pique, de origem remota em outros continentes, muito parecida à do mocambo nordestino, algumas vezes, formado com paredes de massapê (IMAGUIRE JÚNIOR, 1982).

Daí por diante, em todo o Brasil e particularmente no Sul, destacar-se-ia o ecletismo arquitetônico, que se expressaria nos mais diversos contextos, desde religiosos e culturais até políticos e sociais. A imigração europeia, por sua vez, viria a enriquecer o mosaico construtivo sob a forma de casas e outras edificações. Denotava-se que, à semelhança do que ocorreu anteriormente com os povos indígenas, quase todas as soluções de equipamento de trabalho e agenciamento urbano – pontes, cercas e, em bem menor proporção, rodas d’água, moinhos, monjolos e noras – dependiam da madeira como recurso para a sua formação. “Talvez nenhuma outra construção espontânea demonstrou tanta inventiva e criatividade quanto à da madeira” (IMAGUIRE JÚNIOR, 1982, p. 84).

Imaguire Júnior (1982), reconhecendo a dificuldade em determinar cronologicamente as fases que teriam marcado a História da Arte Brasileira, sugeriu que o desenvolvimento desse processo fosse entendido em três períodos, a saber:

- 1º) Período Colonial - Abrangeu os três primeiros séculos de colonização e ocupação, sendo caracterizado pela grande homogeneidade nas incidências, o que permitiu a expansão de tendências próprias, como o Barroco do Nordeste e mineiro;
- 2º) Período do Ecletismo – Com a redução da influência arquitetônica portuguesa, as obras públicas e oficiais seguiram uma linha mais próxima à francesa e inglesa, ao passo que a arquitetura popular também ganhou espaço, contribuindo para que se formasse um todo variável do neoclássico à arquitetura de imigrantes; e
- 3º) Período Moderno - Teve o seu ponto de partida na Semana de Arte Moderna, em 1922, embora para a arquitetura um período de propagação do movimento deva ser considerado em alguns anos mais a frente. Permanece até o presente.

No caso do Paraná, verificou-se que era impossível dissociar a história de ocupação da região da arquitetura em madeira, pois ela documentou uma parte fundamental do seu processo de formação: a chegada, integração, assimilação e transformação dos imigrantes europeus, cujos descendentes se encontram hoje dissolvidos na maioria das cidades paranaenses (URBAN & URBAN, 2004; MIRANDA, 2005).

No cerne da paisagem eclética que então se estabelecia, definir-se-iam, no contexto urbano de Curitiba e dos seus arredores, duas vertentes intrínsecas dentro da organização arquitetônica do Paraná: a Arquitetura em Madeira e a Arquitetura do Imigrante (IMAGUIRE JÚNIOR, 1982):

(a) Arquitetura em Madeira

Segundo o que foi debatido anteriormente, mostrar-se-ia infrutífero precisar um período em que a madeira começasse a ser utilizada para fins de construção, sabendo-se que o seu uso tem sido milenar, nos mais variados campos. Entretanto, é seguro afirmar que no Brasil e, mais especificamente, no Paraná, indígenas,

portugueses e mestiços desde o início da ocupação empregavam a madeira amplamente em prol de seus serviços e suas necessidades, sendo as moradias o destino mais provável.

O Paraná apresentava, em meados do séc. XX, uma área coberta de araucárias de cerca de 8.000 km^2, com densidades que alcançavam, em alguns locais, até 200 pinheiros por hectare. Em 1822, próximo a Curitiba, chegou a ser fundada uma indústria pioneira no desdobro do pinho, a qual fracassaria em menos de uma década. Após alguns anos, todavia, a árvore – cujo tronco alto e praticamente "isento de defeitos", pois os nós nas árvores maduras só apareciam para sustentar a copa, proporcionava peças de alta qualidade, com longos comprimentos – teria o seu potencial construtivo reconhecido como enorme fonte de lucro, gerando um ciclo exploratório de proporções jamais vistas em seu entorno. Ao se deslocar do litoral e do alto da serra, mediado pela construção da estrada de ferro, os interesses econômicos fariam com que o eixo madeireiro se estabelecesse no Primeiro Planalto, disseminando-se, posteriormente, em direção a outras regiões do Estado (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008). A Arquitetura em Madeira, no Paraná, teria parte de sua história consolidada no suceder dessas mudanças.

Nessa trajetória, no entanto, sabe-se que o desempenho da araucária como material de construção tenha deixado a desejar com bastante frequência, não pela sua qualidade em si, mas devido ao extrativismo irracional e imediatista desenvolvido, caracterizando-se, muitas vezes, pela (IMAGUIRE JÚNIOR & IMAGUIRE, 2011, p. 24-25):

- Inadequação do corte - Os indígenas que habitavam o Paraná antes da chegada do colonizador sabiam da necessidade de se executar um corte apropriado, deixando isso em relato:

> [...] o capitão levou-nos ao interior da mata para explicar os critérios de sua escolha. Ele (o indígena) sabia quais as espécies que possuem tronco fino, mas resistente e flexível. Conhecia ainda aquelas que, aparentemente fortes, tinham madeira quebradiça quando secas. Ou as que apresentavam madeira mole, muito sujeitas, portanto, ao ataque de insetos (CHAVES & MAGALHÃES, s/a, s/p.)[78].

[78] CHAVES, L. O.; MAGALHÃES, P. B. A construção da maloca Kamayurá. In: **Índios do Rio Xingu**. Rio de Janeiro: RGE, 1970. s/p..

- Insuficiência de transporte – Tanto a araucária quanto o pinho de Riga e outras madeiras extraídas ficavam comumente estocados ao ar livre junto aos trilhos, por exigência das principais empresas transportadoras da época, a Lumber e a Brazil Railway Company. Esta última, por sua vez, alegava a falta de vagões para o envio, que só ocorria meses depois, sendo entregue “por engano” em mercados a centenas de quilômetros dos corretos; e
- Ausência de fiscalização e de padrões para controle da qualidade.

(b) Arquitetura do Imigrante

O Paraná receberia no séc. XIX, principalmente na segunda metade deste, e, em bem menor proporção, em princípios do séc. XX, forte influência do imigrante europeu, tanto no espaço urbano quanto no rural. Poder-se-ia dividir essas contribuições segundo as etnias participantes desse processo (IMAGUIRE JÚNIOR, 1982, p. 76-77):

- Arquitetura do Imigrante Italiano - Embora tivessem reportado a volumetria idêntica das edificações, com planta de proporções retangulares, a madeira foi largamente empregada como material secundário nas construções – na estrutura de coberturas e, inicialmente, como telhas escamadas, que posteriormente seriam, em sua maioria, substituídas por francesas – ou mesmo, como elemento principal em várias edificações desses imigrantes.
- Arquitetura do Imigrante Urbano - Identificada pelas longas plantas, composição de fachada e presença comum de sótão e balcão, esse tipo de construção foi realizada por imigrantes poloneses e alemães que se estabeleceram em áreas urbanas.
- Arquitetura do Imigrante Alemão - Consistiu, no âmbito da Arquitetura de Imigrantes, no tipo menos estudado no Estado, em decorrência da dificuldade de caracterização de amostras e da identificação de elementos de homogeneidade. Pelo fato de ter sido uma das primeiras imigrações europeias não portuguesas ao Paraná, a análise de sua representação é bastante dependente de registros fotográficos, o que ocorre em menor proporção em Estados vizinhos, como o Rio Grande do Sul, onde estudos mais aprofundados foram feitos nesse sentido (WEIMER, 1983).

- Arquitetura do Imigrante Polonês - Correspondeu ao tipo de maior relevância ao conteúdo deste estudo. Caracterizadas por serem as construções mais primitivas entre as produzidas pelos imigrantes – ainda que não fosse prudente considerá-las como as precursoras das casas de madeira paranaenses – possuíam pequena área e quase nenhuma compartimentação interna, até mesmo porque sua estrutura base era de troncos encaixados nas extremidades, ocupando, portanto, representativa volumetria. Os sótãos foram sempre aproveitados. A madeira só foi utilizada no telhado[79] nas primeiras edificações, sendo, mais tarde, substituída por telhas imbricadas.

As edificações em madeira, inicialmente rudes e primitivas, trouxeram, em sua organicidade e versatilidade, resquícios de uma arte milenar. Nos Lagos Alpinos, habitações de madeira sobre palafitas poderiam ser encontradas há mais de 3.000 anos; em Biskupin, na Polônia, povoados com construções de tronco já existiam no séc. VIII a.C.; e, em várias partes da Escandinávia, era possível evidenciar uma carpintaria tradicional, mas com traços mais elaborados, em casas de troncos encaixados e sobrepostos horizontalmente. Não se imaginava, porém, que cerca de 2.500 anos depois remanesceriam dessas técnicas, transmitidas no decorrer de várias gerações – quase que manifestadas instintivamente –, construções de madeira em uma região específica da América do Sul. As limitações encontradas pelos imigrantes, na falta de instrumentos e ferramentas adequadas, acompanhada da pouca experiência ao clima local, levaria com que as primeiras edificações tipicamente polonesas no Paraná fossem feitas principalmente de troncos falquejados, organizados na horizontal e intertravados nas extremidades, muito similares às construções elaboradas por imigrantes suíços, finlandeses e alemães na América do Norte, no final do séc. XVII[80] (MIRANDA, 2005).

[79] As telhas do tipo *gonty* ou tabuinhas eram obtidas com auxílio de macetes e cunhas. As frestas que ficavam entre as mesmas eram preenchidas com palha de capim, barro, estrume ou cinzas (BOLETIM ..., 1971).

[80] Apesar de no Brasil a arquitetura em madeira ter sido adotada largamente pelo imigrante europeu, esta não alcançaria no país níveis organizacionais na construção comparáveis aos obtidos na América do Norte e na Escandinávia, tendo-se em vista que não ocorreram nacionalmente medidas voltadas ao desenvolvimento industrial da madeira, formação de mão de obra especializada ou mesmo, evolução na construção civil. Ao contrário, tais vias de crescimento foram desestimuladas por intermédio do preconceito diante das edificações em madeira, da elevação do custo deste produto em relação à alvenaria de tijolos, assim como pela ausência de políticas de uso sustentável da madeira. Fortificou-se, nessa esfera interpretativa, o protagonismo à parte assumido pelo imigrante em um contexto totalmente desfavorável à construção em madeira (MIRANDA, 2005).

Assimilando o comportamento da madeira, o imigrante no Brasil logo trataria de desenvolver uma técnica própria, centrada em alguns princípios elementares: a formação de um arcabouço estrutural, o ligeiro afastamento do solo, a disposição vertical das peças de vedo e outras medidas de proteção contra a umidade, como o emprego da cal no revestimento. Além disso, encontrar-se-iam telhados muito altos em duas águas, revestidos por telhas imbricadas, acolhendo o sótão, ao mesmo tempo em que respeitando as condições naturais predominantes. Acessórios funcionais, com também papel estético, a exemplo dos lambrequins ou pingadeiras far-se-iam presentes em muitos casos (BOLETIM ..., 1971).

Da mesma foram que eram obrigados a se enquadrar aos recursos proporcionados pelas florestas da Galícia, de onde a maior parte dos imigrantes poloneses provinha, no Paraná e nos outros Estados do Sul o panorama não seria diferente. Além do mais, nos relatos deixados, o colono não parecia se importar em ter de se adaptar à nova madeira, pelo contrário, revelava-se muito favorável à sua aplicação desde o início, enaltecendo suas vantagens diante das espécies encontradas na Europa Central (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Mesmo assim, os poloneses, ao chegarem ao Brasil, não tinham como partir para a construção de suas moradias imediatamente, seja por uma questão cronológica, seja pela incerteza do destino que teriam em várias situações. Havia também exigências por parte do governo que os pretendentes a colonos ajudassem na demarcação e abertura de estradas, as quais serviriam de acesso às colônias em implantação. Nesse período, os imigrantes eram acomodados em barracões coletivos ou em minúsculas barracas destinadas a cada família. Em muitos casos, quando já se tinham determinados os lotes de estabelecimento, deparando-se com a necessidade de construção de um abrigo inicial, os colonos comumente aprendiam com os caboclos – envolvidos, em sua maioria, com o cultivo da erva-mate – os fundamentos da casa primitiva, à base de madeira roliça, cobertura de sapé e chão batido (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Uma parte dos imigrantes, não obstante, buscou desde o início transplantar diretamente as técnicas trazidas de sua região de origem no cenário encontrado, adaptando-as aos recursos disponíveis:

> Os longos e retos galhos (de araucária) foram separados do tronco e dispostos paralelamente, uns sobre os outros, sobre estacas afixadas no

> solo, duas a duas. A porção superior e leve das estacas foi amarrada com cordões de cipó, retirados da mata circundante. Surgiu a primeira parede e, de modo idêntico, as outras três. A seguir, com os mesmos galhos de pinheiro, com variados entalhes nas extremidades, foi erigida a coberta, também amarrada às paredes já feitas. Longas faixas de casca do pinheiro foram dispostas, tal e qual grandes telhas goivas, sobre o esqueleto pré-armado. Ao final, estava pronta a primeira moradia do imigrante (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008, p. 84).

Como ainda não estava acostumado ao clima do Sul do Brasil, o imigrante polonês, em suas primeiras construções, conservou a característica de elaborar casas com paredes espessas, à semelhança do que fazia em suas terras de origem, no intuito de manter um melhor isolamento térmico frente às baixas temperaturas do inverno polonês. A *dom wegowy*, como era chamada na Galícia a secular casa de troncos horizontalmente dispostos, seria replicada em solo paranaense, só que com algumas adaptações em relação ao estilo original. Nela seriam empregados troncos de araucária, falquejados sob a forma de vigas de 20 x 20 ou 30 x 30 cm, os quais, sobrepostos uns aos outros, com encaixes nas extremidades[81], dispensariam o uso de pregos ou estrutura de estabilização. Apresentava, em planta, formato retangular simples, revestimento em telhado de duas águas – formado por tabuinhas de madeira lascada –, com cumeeira paralela ao lado maior. Manteria ainda a marcante característica da inclinação do telhado, sempre acima dos 30º, a qual, na Europa, mostraria eficiência ao evitar o acúmulo da neve, e, na região de clima subtropical, facilitaria o escoamento da água da chuva (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

As *dom wegowy* requeriam grande quantidade de material para a sua elaboração: em torno de 30 m^3 de madeira cada uma. A pouca altura de suas paredes é justificável ao se calcular que uma viga de pinho de 30 x 30 cm, com 6 m de comprimento, pesava aproximadamente 350 kg, necessitando ser içada até o topo das paredes. Essa estrutura enrijecida, auxiliada por cuidados de conservação, seria uma das justificativas para que exemplares da segunda metade do séc. XIX pudessem ser encontrados em boas condições ainda hoje. Talvez a única modificação realizada ao longo desse período tivesse sido a substituição das tabuinhas de telhado, inicialmente por telhas alemãs do tipo “rabo de castor” e, posteriormente, por telhas francesas de encaixe (em barro queimado), as mais

[81] As sambladuras do tipo cauda de andorinha eram as terminações de acoplamento mais comuns nas casas de tronco (BERNARDO, 2013).

comumente encontradas nas casas de araucária paranaenses (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Cogitar-se-ia outra vertente da ancestralidade do que Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008) viriam a denominar de casas eslavo-paranaenses, desta vez, ligada à casa cabocla paranaense. Enquanto o imigrante inicialmente se voltaria ao uso de vigas de pinho na horizontal, o caboclo, em solução nascida no planalto paranaense, utilizaria tábuas na vertical, formando paredes bem menos espessas e isolantes do que as das *dom wegowy*. Essa organização da madeira permitiria que o escorrimento da água da chuva ocorresse na mesma direção das fibras de madeira das peças utilizadas, uma formação mais favorável ao clima úmido da região. As cozinhas – cultural e organicamente tão importantes à casa eslavo-paranaense[82] – integravam o corpo da casa e, na maioria das vezes, possuíam assoalho de madeira, desligado do solo por uma pequena caixa de ar, que funcionava como isolante, sustentando-se sobre pedras empilhadas ou cepos de madeira dura, sob a ação do próprio peso. As casas caboclas também demonstrariam essa característica arquitetônica. Tal aproximação entre os tipos de construção se tornaria mais convergente, anos mais tarde, quando o telhado alto da moradia dos imigrantes – composto predominantemente por tabuinhas, com provável valor imagético e sentimental ao colono, por lhe remeter às lembranças trazidas da Europa – fosse contrastado com a cobertura presente na casa cabocla, no qual se observaria que o sistema estrutural de ambas as habitações estaria relacionado à formação de um ângulo bastante favorável à força horizontal de vento, contrabalançada pelo peso exercido pelo telhado inclinado, anulando as possíveis forças de soerguimento produzidas pelo vento. Essa amostra de conhecimento empírico só seria cientificamente comprovada, em termos físicos e matemáticos, no final do séc. XX, quando ensaios em túnel de vento fossem realizados[83] (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

[82] Realizando-se uma breve retomada da função imaterial desempenhada pela casa na vida humana, os eslavos, particularmente os poloneses, enxergavam na cozinha o principal espaço de convivência familiar. Nela, além do preparo e consumo de refeições, aconteceriam reuniões, encontros, demonstrações religiosas e uma série de outras relações que, se metaforicamente estendidas à analogia antes realizada da casa a um corpo humano, a cozinha provavelmente seria o cérebro diante da complexidade do seu papel.

[83] A constatação da eficácia dessa técnica construtiva levaria à sua normatização na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pela NBR - 6123 (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

A transição da casa de paredes portantes, *dom wegowy*, para a casa de paredes meramente vedantes – constituída por tábuas de cerca de uma polegada – exigiria a criação de uma estrutura independente, à semelhança do que teria ocorrido antes com as casas luso-brasileiras de pau a pique, construções germânicas de enxaimel e a casa cabocla paranaense. Esse processo de transformação envolveria não só a expressão artística dos mestres carpinteiros, de diversas procedências étnicas, como também a capacidade de interpretação das informações advindas do meio, possibilitando a criação de moradias ambientalmente integradas à paisagem (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Os imigrantes eslavos resistiriam, de início, em construir casas com paredes simples de tábuas, optando por paredes duplas, ainda sob a desconfiança do clima paranaense. No entanto, com o passar do tempo, assimilariam o uso de paredes simples com tábuas de uma polegada e comprimentos a partir de quatro metros, comunicadas externamente por um sistema de mata-juntas de meia polegada. Começava por meio dessa lógica construtiva a se definir o modelo de casa de araucária, o qual atingiria sua maturação por volta de 1910 (BATISTA, 2007; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Alguns estudiosos acreditaram que os imigrantes conheciam as técnicas construtivas para trabalhar com a madeira e que, ao disporem de um recurso favorável às suas habilidades, desenvolveriam intuitivamente esse tipo de arquitetura. Para eles, não haveria referências de um sistema semelhante no Brasil Colonial nem em países europeus (BATISTA, 2007).

Nesse entremeio, ficariam mais claras as influências arquitetônicas exercidas pelos imigrantes europeus no Estado, tendo-se em vista as construções criadas por cada grupo segundo suas características originais. Destacar-se-iam, dentre as etnias que migrariam para o Paraná, os italianos, que, por serem naturalmente afeitos à utilização de pedra e tijolo em suas construções, localmente precisariam se adequar ao uso da madeira, o qual seria muito bem conduzido a partir da influência exercida pelos imigrantes alemães e eslavos. Os colonos alemães confeririam às casas de araucária a sua tradicional volumetria – similar àquela encontrada nas casas de alvenaria do Brasil e da Europa, na fase imigratória –, sobressaindo-se a estrutura de chanfro no telhado. Os ucranianos e principalmente os poloneses, por sua vez, seriam os responsáveis por solidificar o sincretismo dessa arquitetura tipicamente paranaense, que de tão arraigado a esse

último grupo, até o presente seria conhecido como “casa de polaco” (BATISTA, 2007, 2011; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

A casa de araucária, em sua essência, é produzida basicamente com madeira, sendo a maior parte adicionada às paredes – em um esquema de tábuas e mata-juntas[84] –, seguidas do assoalho, forro, esquadrias e tesouras do telhado, o qual, a princípio, segundo previamente discutido, também era feito de madeira (tabuinhas) nas primeiras edificações. Os cepos ou fundações são normalmente em pedra, tijolo e madeiras mais duras que a araucária, como a imbuia, a tarumã ou a sassafrás (BATISTA, 2007; LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

O trabalho pesado de lidar com a madeira, praticamente a única alternativa em grande parte do séc. XIX, em curto prazo contaria com a oferta abundante de material proveniente de serrarias, situadas principalmente ao longo dos caminhos de ferro do Paraná, às vezes, próximas a olarias, fabricantes de telhas (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008). Nesses locais, por sinal, ocorreria, com base em uma leitura semiológica de fotografias da época, uma organização peculiar das casas operárias[85] (feitas, obviamente, de araucária): ficavam normalmente voltadas para a clareira, espaço de trabalho, e com a parte posterior direcionada à floresta, um simples detalhe cenográfico. Interessante destacar ainda que a distribuição desses componentes não acontecia de forma orgânica, circular como uma aldeia indígena, mas em padrões retilíneos (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993), à semelhança de uma estância voltada à produção de carnes no interior do Uruguai. A diferença, nesse caso, estaria apenas no que seria gerado desses processos.

O maior acesso ao material de trabalho estimularia o potencial construtivo dos colonos, gerando o crescimento de vilas e cidades, as quais encontrariam na carpintaria a sua principal ferramenta de planejamento. Consequentemente, delinear-se-iam alguns padrões de construção, variáveis em forma e funcionalidade,

[84] A utilização do sistema construtivo de tábuas e mata-juntas não é exclusivo da casa de araucária, mas uma prática estendida às coníferas no geral – por possuírem fibras longas e troncos retilíneos –, tendo sido observada nos Países Nórdicos, no Chile, Canadá e nos EUA (BATISTA, 2007, 2011).

[85] As características de cobertura com uma água para frente e outra para trás, com aberturas dificilmente ocorrendo para as laterais, elementos considerados totalmente opostos aos predominantes nas casas de araucária produzidas pelos imigrantes, revelariam o forte indício da origem urbana dos construtores das casas operárias. Além disso, o próprio comportamento de, muitas vezes, abandonar o espaço de moradia, em decorrência do esgotamento de recursos, não condizia à condição de criação de uma identidade com o local, tal qual ocorria normalmente com o imigrante (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

diferentemente classificados pelos autores Imaguire Júnior (1993), Batista (2007) e Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008).

(a) Classificação de Imaguire Júnior (1993, p. 40-51)

O estudo tipológico apresentado por Imaguire Júnior (1993) considerou a construção teórica da casa de araucária a partir de fatores não fixos, desvinculados de modelos ou normas arquitetônicas, mas sim, fundamentados na análise e interpretação de várias circunstâncias que faziam parte do universo da casa descrita. Este foi o parâmetro classificatório escolhido para a descrição dos casos discutidos por esta pesquisa.

- Primeiro Tipo: Casa Luso-Brasileira

Abrangeu as construções de madeira mais antigas, relacionando-se às características estabelecidas entre estas casas e os seus terrenos principalmente. Localizavam-se em regiões mais afastadas dos centros das cidades, ocupando áreas pequenas e planta bastante simplificada, evoluindo de um quadrado, dividido em quatro partes iguais, ao qual a adição de uma varanda frontal, cozinha e banheiro aos fundos, assim como outros espaços necessários pelo morador, poderiam conferir um formato retangular à habitação.

- Segundo Tipo: Casa da Imigração

Compreendeu os casos mais comuns de casas de araucária em Curitiba e regiões próximas, pois se desenvolveu durante os fluxos migratórios mais intensos à capital e ao Estado como um todo. Sua marca mais alusiva era o estilo chalé centro europeu, com traços ecléticos e condição indicativa de modernidade. Nele as varandas surgiam como prolongamentos das águas do telhado, mais espontâneas do que no Primeiro Tipo.

A ampliação dessa casa se mostrou mais favorecida do que no modelo mais tradicional, considerando-se a existência de grandes pés direitos, amplas tábuas (em obediência à legislação a respeito) e flexibilidade para expansão em qualquer

direção. A sua representatividade, em termos de sistema construtivo, seria repercutida no desenvolvimento dos próximos dois tipos de casa.

- Terceiro Tipo: Casa com Chanfro

O chanfro – caracterizado pelo corte nas extremidades da cumeeira, a 45º em relação ao plano – possuía forte presença na arquitetura do imigrante alemão, sendo, por isso, tal construção mais comum em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul do que no Paraná. Esses indícios se tornavam ainda mais destacados quando a sua volumetria – superior a dos primeiros tipos – e a reduzida ocorrência de lambrequins iam de encontro às exigências do Código de Obras, o que endossava a suspeita de não ser uma casa frequente no Estado.

- Quarto Tipo: Telhados de Quatro Águas

Casas com essa configuração poderiam ser facilmente ampliadas em qualquer direção, por meio de varandas em três elevações, por exemplo, ainda que não fossem tão usuais. Propunha um volume menos leve e elegante do que os três tipos de casa precedentes. Apesar disso, a ornamentação, como a produzida por lambrequins, era um efeito constante.

- Quinto Tipo: Modernista

Simbolizado por uma casa de tendência vanguardista diante dos demais tipos, demonstrou compatibilidade maior com casas de alvenaria nesse estilo do que outras casas de madeira. As várias águas do telhado, desencontradas em um jogo de planos inclinados, abstinham-se da cumeeira em favor de rufos, que se mostrariam mais problemáticos.

Os vitrôs no lugar de guilhotinas de madeira seriam outra novidade nessa construção.

A defasagem de peças longas e o elevado custo da madeira contribuiriam para a redução do pé direito em pelo menos um metro, comparando-se com casas de tipos antecessores. Essa condição acarretaria a alteração do Código de Obras até então vigente, o qual passaria a aceitar as últimas mudanças.

(b) Classificação de Batista (2007, p. 47-53)

Partindo de aspectos relacionados ao sistema construtivo, à singularidade na produção, à atuação da industrialização e à miscibilidade entre elementos de madeira e alvenaria, no esquema de reprodução em série de casas, Batista (2007) sugeriu uma classificação mais técnica do que a de Imaguire Júnior (1993).

Quanto a casas de produção singular, haveria:

- Tipo 01: Casa Polaca - Construção de imigrantes poloneses típica da segunda metade do séc. XIX, conhecida também como *dom wegowy*;
- Tipo 02: Casa Eclética - Aludiria a edificações do estilo luso-brasileiro, conforme proposta por Imaguire Júnior (1993); a casas Tipo Chalé, denominadas de Casa da Imigração por Imaguire Júnior (1993); e, por fim, as construções do Tipo Bungalows ou de Chanfro, chamadas simplesmente de Casa com Chanfro por Imaguire Júnior (1993);
- Tipo 03: Casa com Telhado de Quatro Águas - Com nomenclatura e descrição similares às apresentadas por Imaguire Júnior (1993); e
- Tipo 04: Casa Funcionalista ou Moderna - Representaria construções que acompanhariam o avanço tecnológico da indústria de construção civil, do mesmo modo que colocado por Imaguire Júnior (1993), na classificação de Quinto Tipo.

No tocante a casas de produção seriada, ter-se-ia a tipologia:

- Tipo 02/ com produção seriada - Abrangeria casas do Tipo Luso-brasileiro, porém, produzidas a partir de *kits*, apresentando o pé direito mais baixo e menores proporções que o exemplar eclético. Raramente contêm lambrequins. Os chalés também seriam enquadrados nessa divisão, com características similares à Casa Eclética, porém, com dimensões mais reduzidas e um pé direito mais baixo. Esse segmento, finalmente, incluiria as construções Tipo Bungalows ou de Chanfro, mais sofisticadas do que as de produção singular em seus telhados, varandas e *bow-windows*;
- Tipo 03: Casa com Telhado de Quatro Águas/ com produção seriada - Contou com grande reprodução entre as camadas mais populares de Curitiba, pois sua construção se revelou mais simples e de dimensões mais reduzidas. Não dispunha de varanda; e

- Tipo 04: Casa Funcionalista ou Moderna/ com produção seriada - Não teve reprodução significativa, ainda que permitisse variações em sua forma.

Dentro dessas produções singular e seriada, dos tipos 02 a 04 se verificou a possibilidade de se associarem elementos em madeira com os de alvenaria, sejam estes na fachada, sejam em todo o invólucro, deixando as dimensões internas da moradia em madeira.

- Tipo 02: Casa Eclética/ construções em madeira e mista - Nas casas com implantação Tipo Luso-brasileiro, pode-se notar uma construção predominantemente em madeira, com a frente em alvenaria[86], ou uma habitação com o invólucro em alvenaria e divisões internas em madeira. Nas casas do Tipo Chalé e Tipo Bungalow ou de Chanfro, evidenciavam-se as mesmas manifestações dentro da construção mista;
- Tipo 03: Casa com Telhado de Quatro Águas/ construção em madeira e mista - Nas casas dessa classificação, a construção mista teve, igualmente à divisão anterior, a presença da alvenaria na fachada ou em todo o invólucro; e
- Tipo 04: Casa Funcionalista ou Moderna/ construção em madeira e mista - Observavam-se casas do Tipo 04 submetidas às mesmas conjugações das duas classificações anteriores.

(c) Classificação de Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008, p. 116-166)

Os autores apresentaram, no estudo das casas de araucária, outra tipologia, especificamente baseada em exemplos singulares da casa eslavo-paranaense, de produção não só polonesa, mas também ucraniana.

- Tipo A - Consistiu no modelo mais simples entre as casas desenvolvidas, voltado a atender necessidades frugais dos colonos do início da imigração. Seguia o arranjo de planta retangular (média de 36 m^2) e um telhado de duas águas, o qual poderia ter o seu plano quebrado para acomodar a altura do alpendre, na formação da varanda frontal (média de oito m^2). Não deixou de contar com a

[86] A Erkulit seria uma anexação em alvenaria utilizada sobre a madeira, em alguns tipos de casa, com fins estéticos ou para minimizar o preconceito existente em relação à casa de madeira, muitas vezes, associada à casa de pobre (BATISTA, 2007).

ornamentação característica da casa eslavo-paranaense. Como muitas das famílias de colonos, no decorrer do tempo, cresciam e buscavam maior comodidade por meio de outros compartimentos, esse estilo de moradia se tornou logo ultrapassado;

- Tipo B - Após a construção de uma segunda casa, a casa antiga poderia ser mantida, para atuar, por exemplo, como paiol, ou ser desmanchada para aproveitamento do material, sem maiores perdas, em outra construção. Casas do tipo B (média de 67 m^2) se assemelharam às moradias do tipo A quanto à cumeeira paralela à estrada, para onde se voltaram também os ornamentos da varanda. Na sua estrutura, destacaram-se compartimentos diversificados, como sótãos-depósito e sótãos-dormitório (média de 20 m^2 um ou outro), cozinhas com e sem despensas anexas, dormitórios térreos e a varanda frontal (12 m^2 em média), que, assim como nas casas do tipo A, serviu de acesso à casa por meio da sala. Imperou, nesse modelo, o trajeto “varanda-sala-cozinha”, ainda que esta última pudesse apresentar uma porta de serviços nos fundos ou na lateral;
- Tipo C - Entendido como o arquétipo da casa eslavo-paranaense, não só destacou suas principais características, como também valorizou um importante aspecto identitário dessa construção: o papel da cozinha. Este compartimento, além das funções igualmente desempenhadas em edificações de outros estilos, passou a ter a maior área útil da casa, sendo também acessada diretamente pela varanda, que deixou de apresentar apenas um único ramal frontal, sofisticando-se em formato e crescendo em suas dimensões; e
- Tipo D - Sintetizou o modelo mais desenvolvido da tipologia analisada, fornecendo abertura a necessidades mais amplas que a média, através de vestíbulos, até quatro dormitórios, duas salas, eventuais escritórios e, em alguns casos, uma sala com função de oratório. Assim como nas casas do tipo A, essas construções tiveram o acesso à cozinha fortemente marcado, destacando-se a participação de varandas no formato em Z, que permitiriam o acesso simultâneo à cozinha e à sala, interligando-os por um pequeno ramo transversal. As varandas poderiam ainda admitir o zoneamento entre porções destinadas à recepção de estranhos e de conhecidos.

2.4.3 Identidade materializada

Entre o histórico que antecedeu a vinda dos imigrantes poloneses ao Brasil até seu estabelecimento principalmente em colônias, alguns episódios importantes ocorreram. As transformações se faziam eventos tão corriqueiros na vida dos envolvidos que não seria de estranhar a sua provável dificuldade de se identificar em alguns momentos.

Presume-se que os imigrantes poloneses tenham passado por situações de dubiedade extrema no curso dos processos que culminaram na sua vinda ao Paraná, na segunda metade do séc. XIX. Uma sociedade que predominantemente saía de um sistema de produção feudal para o capitalismo – já em vigor na maior parte dos países da Europa há vários anos, o que revelava, portanto, em seu próprio contexto, um Estado polonês retrógrado na trajetória do desenvolvimento global – sem ter tempo para se adaptar às novas condições em seu próprio território, encontrou-se na condição limítrofe de precisar emigrar em busca da sobrevivência, pois a própria nação se encontrava afundada em conflitos. Essa instabilidade possivelmente ocasionou efeitos imensuráveis naqueles que viveram esse período, o que representaria enorme importância para se entender o polonês que chegou ao Brasil, trazendo uma bagagem não somente de experiência agrícola – como a que era buscada pelo governo provinciano com a atividade imigratória –, mas também repleta de valores sociais, políticos e culturais, que seriam paulatinamente semeados.

Os imigrantes europeus como um todo, pelo menos na primeira fase de seu contato com o território paranaense, nunca se mostram como indivíduos plásticos ao meio. Ocorreu, sim, a capacidade de demonstrarem assimilação – o que não deixou de ser uma plasticidade em duplo sentido –, permitindo-lhes se adaptarem ao ambiente de destino (MARTINS, 1989). Tal restrição, encontra-se estritamente ligada à expressão da identidade, que não estava apenas vinculada à razão ou à vivência, e sim, a um complexo existencial que ia bem além disso.

Castells (2010) compreendeu a identidade como a fonte de experiência de significado, com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevaleceu sobre outras fontes de significado.

Essa ideia poderia ser complementada a partir de uma perspectiva de construção cronológica por Buchmann (1995, p. 27), que enxergaria na identidade um “processo que caracterizaria as diferenças marcantes nas esferas da personalidade e da consciência”, constituindo por meio da determinação histórica –

qualitativamente transformada pelas atividades concretas que inseriam o indivíduo no complexo produtivo do seu tempo – a especificidade de cada um.

A constituição de identidades abrange desde a memória coletiva até rituais religiosos, encontrando-se enraizadas sob a forma de significados em indivíduos, grupos sociais e sociedades, conforme a dinâmica tempo-espaço (CASTELLS, 2010).

No caso do camponês, diante da sua relação intrínseca com a terra, participando ativamente dos ciclos da natureza, em meio a seus fatores bióticos e abióticos, do qual é apenas mais um componente, verifica-se que o conceito de valor material recebe por ele um sentido mais transitório, fluido, do que em indivíduos do meio urbano (BUCHMANN, 1995). A noção de atuar como um mediador desse fluxo de matéria, por intermédio da agricultura, confere ao homem uma condição de importância e autovalorização, a qual se mostra capaz de suplantar limitações que porventura tal atividade venha a desencadear. Isso explica a imensa dificuldade que a maioria dos agricultores poloneses, secularmente acostumada, teve em deixar a função servil em sua pátria, bem como em se adaptar a um cenário significativamente distinto enquanto colonos no Paraná, onde defrontar-se-iam não só com relações agrícolas de produção, mas como um modelo capitalista plenamente difundido.

O polonês demonstraria no Brasil uma gama de comportamentos que já nutriria desde a Europa, como seria o caso das rivalidades polono-ucraniana e polono-germânica, transladadas na imigração. Os alemães, que chegariam ao Sul do Brasil algumas décadas antes dos poloneses, em alguns contextos, tentariam reproduzir a relação de dominação que exerceriam sobre os poloneses desde a época de conflitos entre seus países, e estes os repreenderiam, de forma que os ucraínos, aportados no Brasil apenas em 1896, conservariam algumas relações de disputa contra os poloneses, e vice-versa (WACHOWICZ, 1974).

Todavia, o imigrante polonês expressaria outro lado diante do panorama conflituoso do qual provinha: ele também necessitaria de apoio. Se dos imigrantes alemães isso seria praticamente inviável, o governo provinciano do mesmo modo que forneceria incentivo político à colonização pareceria desconsiderar questões básicas, como a subsistência das famílias recém-chegadas, levando o polonês a recorrer aos pobres caboclos paranaenses em busca de uma aliança para assimilarem a nova realidade. Os caboclos, por sua vez, receberiam com satisfação

os imigrantes, porque junto a eles poderiam encontrar trabalho (WACHOWICZ, 1975).

Os primeiros anos se mostrariam desafiadores aos imigrantes poloneses, que passaram por grandes dificuldades de aclimatação e principalmente em decorrência de doenças, como o tifo. Superadas essas adversidades, os caboclos – habituados a cortar mato, plantar milho, limpar roças e colher erva-mate – estabeleceriam uma economia mútua com os poloneses, que lhes pagariam e alimentariam melhor do que os fazendeiros (WACHOWICZ, 1975).

Essa proximidade, entretanto, não agradaria aos latifundiários, pois os obreiros começariam a abandonar as suas terras e debandar para o lado dos imigrantes. Estes, aos poucos, comprar-lhes-iam lotes e mais lotes – fazendo jus à sua cultural "fome de terras" –, já que os fazendeiros se encontrariam em um período delicado. Construindo pontes, deslocando-se em carroças[87], organizando suas propriedades a seu modo, os imigrantes seguiriam plantando, demandando mão de obra e atendendo o mercado agrícola, o que reduziria progressivamente a influência do caciquismo e do coronelismo na região (WACHOWICZ, 1975).

Apesar dos laços estabelecidos entre colonos e caboclos, devido às suas diferenças culturais e de produção, emanariam disputas pelos mais variados motivos, como o costume caboclo de deixar gado e os porcos andarem à solta, causando prejuízos às plantações dos colonos. Outro problema ocorreria em relação ao fato de os caboclos serem adeptos da coivara, sem se preocuparem em controlá-la, permitindo que o fogo muitas vezes se alastrasse até as terras dos poloneses, gerando entre eles muita revolta, principalmente por essa prática – considerada normal pelos caboclos – tornar o sólido árido para o plantio. Com isso, divergências e processos se tornariam corriqueiros entre os dois grupos (WACHOWICZ, 1975).

O imigrante, estabelecido sobre os pilares da etnia, produção econômica e valorização espiritual, definiria em si mesmo um referencial a ser mantido – muitas vezes, de maneira inconsciente ou intuitiva –, mas que carregaria um significado muito forte, porque viriam de um passado recente de grandes dificuldades. Essa postura faria com que o colono assumisse um papel de teimosia e exigência frente aos nativos, a fim de que se levantassem econômica e culturalmente. Estavam, por

[87] O sistema de transporte do camponês polonês se sobrepujou desde o início ao utilizado pelos fazendeiros. Enquanto estes carregavam 4 sacos em dois burros, usando ainda um terceiro como montaria, o colono transportava na carroça 14 sacos com dois cavalos (WACHOWICZ, 1975).

isso, determinados a não gerarem vínculos matrimoniais com os caboclos, o que lhes permitiria seguirem por mais tempo amalgamados ao seu estilo de vida, sem se importar com a condição alheia (WACHOWICZ, 1975).

Os casamentos entre poloneses seria uma forma de não só manter predominante a etnia na colônia, mas também um caminho para assegurar a organização da comunidade em torno de valores familiares, sociais e religiosos, tão prezados pelos colonos. Por esse motivo, os casamentos seriam bastante celebrados. Os noivos geralmente iam para a igreja de carroça e as festas normalmente aconteciam na casa de um deles (MAROCHI, 2006). Católicos praticantes, levantar uma capela ou igreja e procurar atrair algum padre de língua polonesa, a fim de que este rezasse a missa na língua materna, seria quase uma missão de toda colônia, apesar dos muitos empecilhos. O sacerdote era visto como uma figura obrigatória em praticamente toda atividade realizada na comunidade (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

A organização dos imigrantes em colônias no Brasil abalaria o sentido gregário polonês, que, em seu país, agrupavam suas residências em aldeias. Nas colônias ao redor de Curitiba, como Pilarzinho, Abranches e Lamenha, as famílias eram geralmente fixadas em terrenos nos quais o vizinho mais próximo ficaria, no mínimo, a 300 ou 500 metros. Devido a esse fator, os colonos encontrariam na paróquia uma forma de “reagregar” a disposição comunitária antiga (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

Tratado como senhorio na Polônia, o padre – principalmente o de origem polonesa – receberia a mesma importância no Brasil, onde deveria dar continuidade a princípios tão essenciais aos imigrantes. Os colonos lhes ofereciam pão, manteiga, requeijão, ovos, vinho e toda sorte de alimentos para que não passasse nenhuma necessidade. Era uma questão de honra a comunidade servir ao seu sacerdote. A tradição de lhe beijar as mãos ao cumprimentá-lo, provinda da Polônia, seria mantida por homens, mulheres e crianças. O padre, além de reconhecido por sua importância religiosa, exercia um definido papel de liderança nas colônias, sendo, na maioria das vezes, a única pessoa estudada com a qual os poloneses teriam contato na Polônia e, por muitas décadas, no Brasil (WACHOWICZ, 1974).

A questão da falta de interesse pela informação através do estudo foi, entre outros, um grande mito criado no Brasil contra os imigrantes poloneses. Mesmo na Polônia, as condições de acesso ao ensino no meio rural, imerso em um sistema

feudal tardio, eram ainda bastante precárias. Nas colônias fundadas no Brasil, a realidade não seria muito diferente nos primeiros anos, mesmo porque os próprios nativos do campo padeciam da escassez de ensino.

No entanto, partiria da iniciativa dos próprios imigrantes – em parte analfabetos – a tentativa de proporcionarem a seus filhos ao menos as primeiras letras e as quatro operações básicas da matemática. Nasceria, desse esforço, a Escola-Sociedade, instituição presente em cada colônia com o intuito de promover atividades recreativas – celebrações em datas importantes, recepções de autoridades e visitantes, e eventos para encontro e diversão da juventude –, visando a arrecadação de fundos para o pagamento de um professor temporário. Esta seria a primeira manifestação coletiva da aculturação do imigrante polonês no país. Em complementaridade à Escola-Sociedade, seria posteriormente criada a Sociedade-Escola, formada por chefes de família da colônia, a qual era encarregada de manter parte das despesas com o docente contratado e a escola (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

Nos primórdios, as escolas eram improvisadas, pois dificilmente as colônias tinham condições de arcar com um espaço próprio para esse fim. Apesar disso, as aulas eram normalmente realizadas. As crianças, porém, sentiam a falta de uma cartilha ou material bilíngue, o qual lhes facilitasse no aprendizado da língua portuguesa na medida em que estudavam o polonês. Em 1851, no entanto, o professor Hieronim Durski chegaria ao Brasil e lançaria o *Elementarz dla Polskich Szkôl w Brazylii* (Cartilha para as Escolas Polonesas no Brasil). Por esse trabalho e sua atuação no ensino em colônias, Durski seria posteriormente cognominado de “pai das escolas polonesas no Brasil” (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

Em 1878, contudo, Durski[88] – que atuava na Colônia Orleans – e outros professores dos núcleos coloniais seriam surpreendidos pelo corte de verbas por parte do Ministério da Agricultura, o que praticamente lhe impediria de continuar em suas funções. O governo tinha a intenção inicial de substituir os docentes de então por professoras, que, sob o estigma do preconceito, aceitariam a receber menos e demonstrariam menores exigências. Além disso, a província alegaria a baixa

[88] Durski, no período, percebia 70$000rs de vencimento mensal, o qual seria reduzido para somente 15$000rs, com possibilidade de receber retribuição por parte dos alunos. Todavia, a maior parte dos professores não disporia mais de nenhum salário (WACHOWICZ, 1976b).

frequência dos alunos à escola, o que seria duramente contradito por Durski (WACHOWICZ, 1976b).

> O motivo de não frequentarem todos, declaram os pais que é necessidade domestica, que lhes obriga seus filhos em casa. Uns precisam para pastorejar o gado; outros, pra ajudarem trabalhar na terra; outros, para vigiar seus irmãos menores; outros, alugam seus filhos para lhes ganharem dinheiro, e assim acham suas desculpas.
> Esta irregularidade não se acabará, si o governo não preservará o castigo pela cada falta injustificada e mandará executar o pagamento por ditas[89].

Não obstante essas discordâncias, de um modo geral, em reduzido intervalo de tempo, as escolas polonesas cresceriam e se desenvolveriam em vários lugares, alcançando, em 1914, um total aproximado de 2.465 alunos (QUADRO 5).

Estado	*Número de escolas*	*Número de alunos*
Paraná	46	1.860
Rio Grande do Sul	17	425
Santa Catarina	9	180
São Paulo	1	?
TOTAL	**73**	**2.465**

QUADRO 5 - NÚMERO DE ESCOLAS POLONESAS E DE ALUNOS EM QUATRO ESTADOS EM 1914
FONTE: CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL (1999) (ADAPTADO)

Das 73 escolas em funcionamento, 61 eram instituições leigas e particulares[90] e 12 de orientação confessional, dirigidas por congregações religiosas femininas provenientes da Polônia. Esse número se expandiria ainda mais com a recuperação da independência pela Polônia, em 1920 (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

Essas instituições normalmente ministravam aulas de todas as disciplinas em polonês pela manhã, ao passo que à tarde, as mesmas disciplinas eram oferecidas em português (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

---

[89] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Correspondência do Prof. Jerônimo (de origem: Hieronim) Durski com o Presidente da Província, em 19/10/1879**. REQUERIMENTOS, 1879, vol. 5, doc. manuscrito.

[90] Os estabelecimentos de ensino particulares contavam com o auxílio do governo, que sob fiscalização exigia em troca, por parte da instituição, a realização de um curso de língua portuguesa ao seus alunos (MARTINS, 1989).

No último ano de atividade das escolas polonesas no país[91], em 1937, quando estas passariam a se adequar ao sistema educacional brasileiro, o número de estabelecimentos teria praticamente quintuplicado em relação ao levantamento de 1914 (QUADRO 6).

Estado	*Número de escolas*	*Número de alunos*
Paraná	167	6.296
Rio Grande do Sul	128	4.560
Santa Catarina	51	1.326
Espírito Santo	2	42
São Paulo	1	43
TOTAL	**349**	**12.283**

QUADRO 6 - NÚMERO DE ESCOLAS POLONESAS E DE ALUNOS EM CINCO ESTADOS EM 1937
FONTE: CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL (1999) (ADAPTADO)

Sobressair-se-iam, nesse contexto favorável ao ensino nas colônias, duas atividades extracurriculares, conduzidas tanto pelas Escolas-Sociedade quanto pelas instituições da rede escolar: o teatro – presente em todo estabelecimento de ensino bem dirigido –; e os esportes, concentrados no *Tow Wychowania Fizycznego Junak*[92] (Sociedade de Educação Física Juventus, atual União Juventus) (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

Outro relevante momento na trajetória dos colonos se deu em 1892, por ação do comerciante polonês Carlos Szulc, que criaria, em Curitiba, o primeiro jornal polonês no Paraná: o Gazeta Polska w Brazylii. Por conta de na época ainda não haver muitos poloneses na capital, Szulc teve dificuldades em lidar com o negócio, precisando vender sua tipografia em 1893 à Sociedade Gazeta Polska, da qual Saporski fazia parte (BARRETO, 2003). Nos anos seguintes, teria vários proprietários, perdurando até 1939, quando decreto promulgado na Era Vargas

[91] A partir de 1938, durante o Governo Vargas, entraria em vigor a “Lei da Naturalização”, que culminaria no fechamento de escolas polonesas, alemãs, italianas e ucranianas (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

[92] Por meio do Junak, o vôlei, ainda inédito no Brasil, seria introduzido por poloneses no Paraná, que teria os seus primeiros campeonatos disputados em Curitiba, além de revelar um atleta que seria destaque nacional na época, o juventino João Sobicinski (CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO, CESLA & BRASPOL, 1999).

fecharia a imprensa estrangeira no Brasil[93]. Entre 1900 e 1910 haveria mais publicações em polonês do que em português em Curitiba (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d) (ANEXO 10).

Entretanto, essa espontaneidade polonesa não era algo que fazia parte do seu universo nas pelo menos quatro últimas gerações antes da imigração. O camponês, acostumado a governos fortes e atuantes, dificilmente tinha acesso a escolas, que, quando disponíveis, eram impostas pelos domínios prussiano e russo, os quais lhes obrigavam a aprender em suas línguas. Por esse motivo, os poloneses, mesmo em meio a várias dificuldades, experimentavam no Brasil uma condição de "liberdade" única, na qual compreenderiam que eles mesmos deveriam cuidar de seus interesses, sob o risco de ninguém fazer isso por eles. Essa autonomia, contudo, não seria bem-vista pelas elites luso-brasileiras, que não desejariam a ascensão político-social ou o aumento da participação de filhos de imigrantes no âmbito da intelectualidade (WACHOWICZ, 1974).

Apesar de todo o avanço alcançado pela comunidade polonesa, repercutiriam sobre a mesma sintomas de uma sociedade que ainda padecia em meio a preconceitos e desigualdades. Um caso de destaque seria apontado por Ulisses Iarochinski, pesquisador da cultura polonesa, em uma entrevista de jornal, na qual criticaria um jornalista por não ver com bons olhos a intenção de duas jovens polonesas em ingressar na faculdade. Conforme este jornalista, elas mal falariam português. Anos mais, formar-se-iam duas das primeiras médicas e dentistas de Curitiba (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

Outra situação que recairia fortemente sobre o colono polonês estaria relacionada à sua denominação. Isso teria começado com o uso atribuído ao vocábulo polaco – considerado sinônimo de polonês pela maioria dos dicionários e linguistas na língua portuguesa. Enquanto em Portugal, à semelhança do que ocorre

[93] Em 1920, surgiria o semanário Lud (Povo), com caráter eclesiástico-conservador, considerado o mais destacado periódico paranaense da denominada "imprensa de imigração". Teria sua circulação interrompida entre 1940 e 1945, voltando a ser editado em 1946. Passaria a ser chamado de Nowy Lud em 1989. A partir de então sobreviveria por apenas mais dez anos (POLONICUS, 2014; FERNANDES, 2014).

POLONICUS. A imprensa da comunidade polônica brasileira. **Revista de reflexão Brasil-Polônia**. Disponível em: http://www.polonicus.com.br/site/biblioteca_interna.php?cod=29. Acesso em: 17 set. 2014.

FERNANDES, J. C. Jornal escrito em polonês procura leitores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jan. 2014. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1439024. Acesso em: 18 set. 2014.

na língua hispânica (*polaco*) e italiana (*polacco*), tornou-se mais comum empregar o termo polaco tanto para a língua quanto para a nacionalidade, no Brasil e, em especial, no Paraná, a palavra polaco ganharia um tom pejorativo (IAROCHINKSKI, 2000).

Os colonos nativos teriam sido os primeiros a tratar o polaco de forma ofensiva, pois corresponderia a uma forma de chamá-lo de burro, ignorante. Isso, contudo, não encontraria uma explicação linguística, porque a tradução de *polak*, habitante da Polônia, seria polaco para todas as línguas latinas, exceto o francês. A influência desta língua[94], por sua vez, como ocorreu em vários outros segmentos da sociedade brasileira, é que teria consolidado o uso da palavra polonês no país, fruto de um galicismo revelador de opressão aos imigrantes polacos (IAROCHINSKI, 2000).

A questão sociopolítica dos imigrantes poloneses seria apenas um dos motivos para que se estereotipasse a sua imagem na sociedade paranaense à época. O fato de terem vivido relativamente afastados dos centros urbanos, principalmente de Curitiba, por pelo menos trinta anos – convivendo pouco com outros imigrantes, ainda que compartilhassem de uma mesma colônia, e os próprios caboclos, com quem mantinham relações quase que exclusivamente trabalhistas – contribuiria para a solidificação de um rótulo de “herméticos” transmitido até recentemente.

Entre 1868 e 1937, teriam sido estabelecidos no Paraná em torno de 91 núcleos coloniais, com ou sem denominação, distribuídos principalmente no espaço hoje ocupado pela RMC e os municípios de São Mateus do Sul, Rio Claro, Lucena, Eufrosina, Apucarana, Antônio Olinto, Prudentópolis, Mallet, Ivay, Irati, Itapará, Vera Guarany e Cruz Machado (QUADRO 7) (ANEXO 6).

[94] Anísio Oleksy, ex-presidente da União Juventus, diria que uma *szlachta* (nobreza), a qual achava polaco feio e polonês mais chique, mais bonito, porque viria de *polonaise*, participaria da difusão de um termo impróprio (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

Colônia	Ano de fundação	Imigrantes	Localização	Distância do centro consumidor (Km)	Área (ha)	Nº de lotes
Argelina	1868	Italianos, poloneses e alemães	Curitiba	3	115,20	36 urb./ 36 rur.
Pilarzinho	1871	Poloneses, alemães e italianos	Curitiba	4	140,00	50
S. Venâncio	1871	Alemães, suecos e poloneses	Almirante Tamandaré	15	300,08	31
Abranches	1873	Poloneses, alemães e irlandeses	Curitiba	6	275,00	50
Santa Cândida	1875	Poloneses silesianos e prussianos, suíços e franceses	Curitiba	8	620,38	64
Orleans	1875	Poloneses, suíços, franceses e italianos	Curitiba	10	382,10	68
Santo Inácio	1876	Poloneses silesianos e galicianos	Curitiba	3	400,09	70
D. Pedro II	1876	Poloneses prussianos e silesianos, ingleses, franceses e italianos	Campo Largo	15	250,20	23
D. Augusto	1876	Poloneses prussianos	Curitiba	11	198,88	36
Lamenha	1876	Poloneses silesianos e alemães	Curitiba	12	921,41	139
Thomaz Coelho	1876	Poloneses silesianos, galicianos e prussianos	Araucária	17	1.625,45	275
Riviere	1877	Poloneses prussianos, silesianos e galicianos, ingleses, franceses e alemães	Curitiba	16	809,21	97
Antônio Rebouças	1878	Italianos e poloneses	Campo Largo	14	350,82	35
Zacarias	1878	Poloneses siberianos	São José dos Pinhais	6	318,28	28
Muricy	1878	Poloneses prussianos e galicianos, e italianos	São José dos Pinhais	32	875,01	73
Inspetor Carvalho	1878	Poloneses galicianos e italianos	São José dos Pinhais	10	318,28	34
Mendes Sá	1885	Italianos e poloneses	Campo Largo	4	2.880,00	180
Antônio Prado	1886	Poloneses e italianos	Almirante Tamandaré e Colombo	16	415,67	54
Santa Gabriela	1886	Italianos e poloneses	Almirante Tamandaré	12	216,00	40
Santa Cristina	1886	Poloneses e italianos	Campo Largo	8	433,07	60
Alice	1886	Poloneses e italianos	Campo Largo	9	63,97	9
Barão de Taunay	1886	Poloneses e italianos	Curitiba	-	360,00	51

(cont.)

Colônia	*Ano de fundação*	*Imigrantes*	*Localização*	*Distância do centro consumidor (Km)*	*Área (ha)*	*Nº de lotes*
Presidente Faria	1887	Italianos e poloneses	Colombo	17	493,43	51
João Alfredo	1887	Alemães e poloneses	Rio Negro	3	340,00	61
São Mateus (núcleos coloniais: Taquaral, Cachoeira, Canoas e Iguaçu	1890	Poloneses	São Mateus	-	5.068,00	245
Contenda	1890	Poloneses	Contenda	-	426,9	33
Águia Branca	1891	Poloneses	São Mateus	24	2.884,00	137
Santa Bárbara	1891	Poloneses, alemães, italianos e ucranianos	Palmeira	15	1.916,00	141
Palmyra (núcleos coloniais: Bromado e Lagoa)	1891	Poloneses	São João do Triunfo	19	1.605,50	88
Rio Claro (nove núcleos coloniais sem denominação)	1891	Poloneses e ucranianos	Rio Claro	-	35.000,00	1.400
Lucena	1891	Alemães e poloneses	Rio Negro	33	12.000,00	500
Augusta Victoria	1891	Alemães e poloneses	Rio Negro	43	-	-
Eufrosina	1892	Poloneses	São Mateus	13	5.000,00	200
Antônio Cândido	1892	Poloneses	União da Vitória	-	-	-
Alberto Abreu	1892	Poloneses	União da Vitória	-	-	-
Apucarana	1892	Ucranianos e poloneses	Guarapuava	-	15.000,00	400
Canta-Gallo	1892	Poloneses	Palmeira	30	493,2	30
Antônio Olinto (núcleo colonial: Água Amarela)	1895	Ucranianos e poloneses	Lapa	72	12.000,00	648

(cont.)

Colônia	*Ano de fundação*	*Imigrantes*	*Localização*	*Distância do centro consumidor (Km)*	*Área (ha)*	*Nº de lotes*
Prudentópolis (trinta núcleos coloniais sem denominação)	1896	Ucranianos, poloneses, alemães e outros	Prudentópolis	-	41.480,00	1.547
Mallet	1896	Ucranianos e poloneses	Mallet	-	8.500,00	150
Ivay (núcleos coloniais: Calmon e São Roque)	1907	Ucranianos, alemães, poloneses e holandeses	Ipiranga	60	16.274,00	691
Irati (núcleo colonial: Gonçalves Júnior)	1908	Alemães, poloneses, ucranianos e holandeses	Irati	12	6.240,00	285
Afonso Pena	1908	Italianos, poloneses e alemães	São José dos Pinhais	20	2.240,00	112
Itapará	1908	Ucranianos, poloneses e outros	Prudentópolis	-	7.016,90	300
Tayó	1908	Poloneses e alemães	Ipiranga	6	1.554,00	75
Vera Guarany	1909	Poloneses, ucranianos, alemães e outros	Paulo Frontin	6	17.946,00	803
Cruz Machado	1910	Poloneses, ucranianos e alemães	Guarapuava	-	73.000,00	2.200
Santos Andrade	1911	Poloneses	São José dos Pinhais	-	1.688,00	192
Marquês de Abranches	1926 - 1937	Poloneses	Bocaiúva do Sul	-	-	-

QUADRO 7 - COLÔNIAS DE IMIGRANTES POLONESES E DE OUTRAS NACIONALIDADES ESTABELECIDOS NO PARANÁ
FONTES: ARQUIVO DO ITCG (mimeo.)/ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (1878)/ RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA/ SECRETÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS E COLONIZAÇÃO/ INSPETORES DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Dentre os municípios que receberam imigração polonesa, observou-se que uma representativa parte apresentava área total abrangida pelas colônias superior a 5.000 ha, alguns com uma quantidade de lotes que ultrapassava a 1.000, como era o caso de Rio Claro, Prudentópolis e Cruz Machado. A maioria dos núcleos coloniais com imigrantes poloneses era formada por pelo menos mais um tipo de imigrante, que normalmente seria o italiano, alemão ou ucraíno. Atualmente, em decorrência dos 146 anos que já se passaram desde a formação do primeiro núcleo com imigrantes poloneses no Estado – seria muito difícil precisar o percentual de descendentes de cada uma dessas nacionalidades predominantes nas colônias, até porque, conforme debatido anteriormente, muitos imigrantes eram chamados (ou se consideravam) como membros de outra nação, por questões políticas, sociais, ou mesmo, étnicas. Tal aspecto provavelmente teria alterado o estado real da origem e identificação de muitas famílias.

Pelo fato de as colônias linistas terem sido historicamente as mais analisadas – por um aspecto até compreensível, haja vista sua contribuição para a formação de Curitiba, e, portanto, sua proximidade às principais instituições de pesquisa do Estado –, muitos elementos relacionados à organização territorial das colônias e o papel por elas desempenhado na conformação dos municípios aos quais se encontram ligadas permanecem ocultos. Assume-se, com certeza, porém, que a participação dos núcleos coloniais poloneses tenha sido fundamental na construção da identidade dos povos do Sul, Centro e Norte do Paraná.

À sombra das araucárias

Não aprofundes o teu tédio.
Não te entregues à mágoa vã.
O próprio tempo é o bom remédio:
bebe a delícia da manhã.

A névoa errante se enovela
na folhagem das araucárias.
Há um suave encanto nela
que enleia as almas solitárias...

As cousas têm aspectos mansos.
Um após outro, a bambolear,
passam, caminho d'água, os gansos.
Vão atentos, como a cismar...

No verde, à beira das estradas,
maliciosas em tentação,
riem amoras orvalhadas.
Colhe-as: basta estender a mão.

Ah! Fosse tudo assim na vida!
Sus, não cedas à vã fraqueza.
Que adianta a queixa repetida?
Goza o painel da natureza.

Cria, e terás com que exaltar-te
no mais nobre e maior prazer.
A afeiçoar teu sonho de arte,
sentir-te-ás convalescer.

A arte é uma fada que transmuta
e transfigura o mau destino.
Prova. Olha. Toca. Cheira. Escuta.
Cada sentido é um dom divino.

Manuel Bandeira

3 METODOLOGIA

3.1 PERCURSOS DO ESTUDO

De acordo com o que foi descrito anteriormente, no tópico 1.1 DA DISCUSSÃO INTERDISCIPLINAR, o Grupo AgroBIO ficou incumbido de elaborar um texto coletivo. Neste, estabeleceu-se o objetivo de “essencialmente analisar o uso e a conservação dos recursos naturais na Porção Sul do Bioma Mata Atlântica, nas perspectivas do planejamento territorial e das dinâmicas ecossocioprodutivas no meio rural sob as escalas regional e local” (PPGMADE, 2011, p. 4).

Os debates que se sucederam juntamente com os orientadores auxiliaram não só na construção do documento em si, como também dos projetos de tese, ainda indefinidos e desconectados dentro do grupo, à época. Alguns doutorandos, mesmo antes de ingressar no programa, por afinidade aos seus respectivos temas, já demonstravam uma previsão de desenvolvimento dos seus estudos, contudo, o autor desta pesquisa não possuía um assunto delimitado, mostrando-se, dessa forma, totalmente flexível a se adequar ao restante da equipe, na intenção de preencher uma das diversas lacunas esperadas dentro dessa macroabordagem. A única condição solicitada era a de que o seu trabalho estivesse vinculado à construção, tal como ocorreu, cada um a seu modo, nos estudos de conclusão dos cursos de especialização e mestrado. Era uma tentativa de se propiciar novos olhares ao pesquisador.

Pensou-se que, ao se aceitar a formação interdisciplinar do curso, mesmo a do tema da tese, assim como foi realizado nas etapas anteriores do doutorado – nos módulos disciplinares e na produção de artigos e do texto comum –, estar-se-ia preservando ao máximo o âmago que caracterizava o PPGMADE desde as suas origens, tornando-o um programa diferenciado no país.

O surgimento desta pesquisa ocorreu com a atuação de todos os colegas doutorandos e professores do AgroBIO, que, direta e indiretamente, contribuíram para o seu andamento até a sua finalização, fornecendo ideias, críticas, referências teóricas, auxílio para atividades de campo, contatos pessoais, além de terem proporcionado o estímulo e a motivação necessários ao delineamento deste assunto.

As etapas que antecederam à formulação do estudo atual poderiam ser divididas em cinco momentos, que não possuem relação proporcional com o número de encontros com os orientadores e demais colaboradores, pois estes foram diversos, sejam presenciais, sejam a distância:

- 1ª etapa: Elaboração do projeto de tese. Como parte de uma das etapas do último módulo disciplinar, convocou-se cada doutorando a desenvolver uma temática de pesquisa. Tendo em vista suas experiências anteriores, o autor chegou à proposta, então intitulada “Arquitetura Ecológica e sua participação identitária no meio rural paranaense”. O termo Arquitetura Ecológica, apesar de existente, tendo sido inclusive utilizado em algumas literaturas, acabou gerando certa polêmica a partir do uso que lhe fora atribuído no projeto. A tentativa de analisar o emprego de recursos naturais na construção, particularmente da madeira, a partir de representações de processos histórico-culturais que tivessem ocorrido no espaço de estudo ainda não definido naquele período, foi entendido como incompatível àquilo tratado pela expressão, o que poderia ocasionar futuramente divergências com seus fundamentos básicos. O seu enquadramento não se mostrava nítido diante da abordagem permitida, principalmente pelo fato do espaço analisado não ser puramente “ecológico”, como as atividades agrícolas no meio rural. Além disso, àquela fase não se fazia menção ainda ao grupo dos agricultores familiares, que só viria a ser incorporado à pesquisa na 3ª etapa desta trajetória metodológica;
- 2ª etapa: Em uma tentativa de substituição a um dos elementos-chave da proposta anterior, apresentou-se a Permacultura como representação concreta, ainda que não formalmente assumida, na arquitetura observada em parte do meio rural paranaense. A identificação de uma relação peculiar entre o surgimento da Permacultura, enquanto corrente de saber, com a agricultura ecológica, por intermédio dos seus criadores – Mollison e Holmgren (1983), em 1978 –, não se mostrou substancial o bastante para ser considerada o cerne de um estudo integrador como o que era pretendido, ainda que exemplos dessa relação tivessem sido analisados. A condição pouco solidificada academicamente da Permacultura e o “desvio funcional” a que era, muitas vezes, submetida, permitindo ramificações que a descaracterizavam parcialmente de seu contexto de origem, como o defendido pelo *Permadesign*, associado à formação de uma

base espiritual durante o seu exercício, fizeram com que os propósitos iniciais – baseados na análise da arquitetura do meio rural e a sua evolução com as atividades agrícolas – desvinculassem-se da fundamentação teórica que estava sendo adotada. Novas adequações, portanto, fizeram-se imprescindíveis ao trabalho;

- 3ª etapa: Provavelmente, na expectativa de corresponder esta pesquisa às demais desenvolvidas pelos integrantes do AgroBIO, a escolha de uma área de estudo tenha sido o passo mais complexo no processo de compactação deste trabalho. Sabia-se desde o início que a macroárea a ser analisada era a da Porção Sul do Bioma Mata Atlântica, o que abarcaria por si só três Estados brasileiros. No entanto, por motivos de acesso por parte dos pesquisadores, apenas os Estados do Paraná e de Santa Catarina seriam considerados. Ainda assim, a observação do bioma que se revela biologicamente o mais diverso do mundo, mais mesmo do que a própria Floresta Amazônica, era, no mínimo, intimidador frente à sua complexidade (MMA, 2002). Fazia-se indispensável recortar um território ou um espaço (retomando, mais uma vez, a discussão semiológica do item 1.3 DA DEFINIÇÃO DE TERMOS) que fosse mais específico e possibilitasse explorar satisfatoriamente o tema pretendido. Tinha-se, nesse momento, a perspectiva de considerar uma ou duas amostras de propriedades rurais para cada uma do que seria denominada de mesorregião, em seis ao todo, distribuídas pelo Estado do Paraná: Centro-Sul, Vale do Ribeira, Região Metropolitana de Curitiba, Complexo Palmeira-Castro, Corredor de Biodiversidade das Araucárias e Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná;
- 4ª etapa: Tendo-se em vista as limitações que surgiram no decorrer da pesquisa, como a inviabilidade de atender as seis mesorregiões previstas, sejam por questões logísticas, sejam pela indisponibilidade de financiamento para essa empreitada, optou-se por reduzir o objeto de estudo para vinte e cinco colônias de imigrantes italianos, poloneses e alemães, situadas em nove municípios da RMC. Esta redução foi baseada em alguns fatores-chave: (a) dentro da discussão que se pretendia promover, a RMC reunia exemplos diversificados de construção que faziam uso da madeira (daqui por diante subentendida como sendo a de araucária, na condição principal, se não único em alguns casos, recurso natural empregado nas construções de madeira do Estado, do período que abrangeu do início do séc. XIX à primeira metade do século seguinte); (b) a disponibilidade de

referências teóricas se mostrava mais congruente em trabalhos que abrangiam esse espaço, como ponto intermediário dos ciclos da erva-mate e da madeira, os quais influenciaram decisivamente o “registro” das manifestações histórico-culturais do meio rural, no período, por meio das construções; e (c) a abordagem da arquitetura de madeira a partir dos imigrantes refletiria um tipo especial de construção, distinta daquela executada pelo caboclo antes da chegada dos primeiros. O “registro” buscado se mostraria mais amplo ao analisar não somente as ocorrências marcantes da época para a organização do meio rural, como também aspectos tais quais a adaptação dos imigrantes à nova terra e as múltiplas relações que surgiriam a partir daí; e

- 5ª etapa: No último reajuste efetuado, decidiu-se por estreitar o elemento de estudo, após a fase de qualificação da pesquisa, partindo da concepção mais lógica: a de alcançar evidência do que se estava investigando e levantar algumas questões que ainda não tinham sido propostas na literatura, ou caso já tivessem sido, de ocorrência restrita, sobre determinadas relações envolvidas no meio rural, que teriam contribuído, em parte, para as novas conformações da agricultura familiar na RMC. Desse modo, reduziu-se o número de tipos de imigrantes a serem observados de três para apenas um – o imigrante polonês, no caso –, o que levaria também à diminuição no rol de colônias analisadas: de vinte e cinco para doze colônias, distribuídas em quatro municípios da RMC.

Finalmente definido o planejamento-base da pesquisa, iniciou-se a organização do objeto de estudo em função de alguns fatores, os quais serão abordados com maiores detalhes no tópico a seguir.

3.2 OBJETOS DE ANÁLISE

A seleção de critérios para se chegar ao presente foco de investigação requereu desprendimento da parte do autor, que se viu na necessidade de alterar as bases da pesquisa por diversas vezes, de maneira a acomodá-la à temática central, que foi essencialmente mantida ao longo desse processo: estudar a arquitetura de madeira no meio rural.

Refletiu-se que o principal propósito da tese estaria não somente em analisar as inter-relações entre a arquitetura e o meio ambiente, tendo a agricultura

familiar e a questão da imigração polonesa como panos de fundo, mas também as diferentes formas em que tal sintonia teria sido estabelecida. Para isso, porém, seria essencial deter as atenções para um único agente desse processo, facilitando o reconhecimento do seu papel, sem ao mesmo tempo deixar de integrá-lo aos demais participantes, não menos significativos na discussão pretendida.

Os poloneses, além de representarem o maior grupo de imigrantes do Estado do Paraná (MARTINS, 1944), revelaram ao autor desde os primeiros passos deste trabalho um quê de particular no modo como mediavam a relação meio ambiente-arquitetura. Observou-se que esse grupo, juntamente com os ucranianos, apresentava, aliado à técnica dele característica, um ritmo diferenciado na evolução de suas construções, na medida em que foram se adaptando à realidade brasileira.

O estilo como a madeira de araucária foi concebida pelos poloneses na atividade de construção mereceu destaque neste estudo, pois recebeu especial apreço histórico-cultural, no sentido de torná-la parte do *modus vivendi* e *modus operandi* desses imigrantes, sejam em suas casas, ambientes que convergiram plurais relações – de religiosas às familiares –, além serem praticamente os seus únicos espaços privados juntamente com suas terras; sejam em outras construções de significância a esses imigrantes, como as igrejas e associações.

A distribuição territorial que tiveram no Paraná como um todo, assim como na RMC, foi representativa, tendo estabelecido algumas colônias relativamente populosas para a época, geralmente associados a outros imigrantes, sem deixar de ter sua identidade definida por conta desse aspecto. A fundação das mesmas, por sua vez, ocorreria predominantemente entre as décadas de 1870 e 1910, à proporção com que os imigrantes chegassem à província (WACHOWICZ, 1976a).

3.2.1 Definição da escolha das colônias

Neste estudo, selecionaram-se doze colônias, habitadas por descendentes de imigrantes poloneses (das regiões silesiana, prussiana e galiciana) e de outras nacionalidades, localizadas em quatro municípios da RMC (FIGURA 6), partindo de três critérios, fundamentados em revisões teóricas e entendidos como base para a condução desta análise, estabelecidos a partir do direcionamento teórico previamente obtido: **(a) quantidade de construções erguidas com madeira de araucária; (b) presença de atividades agrícolas que caracterizassem a**

agricultura familiar sob os conceitos assumidos por esta tese; e (c) constatação do que se denominou de dinâmica morfofuncional entre os elementos da propriedade rural.

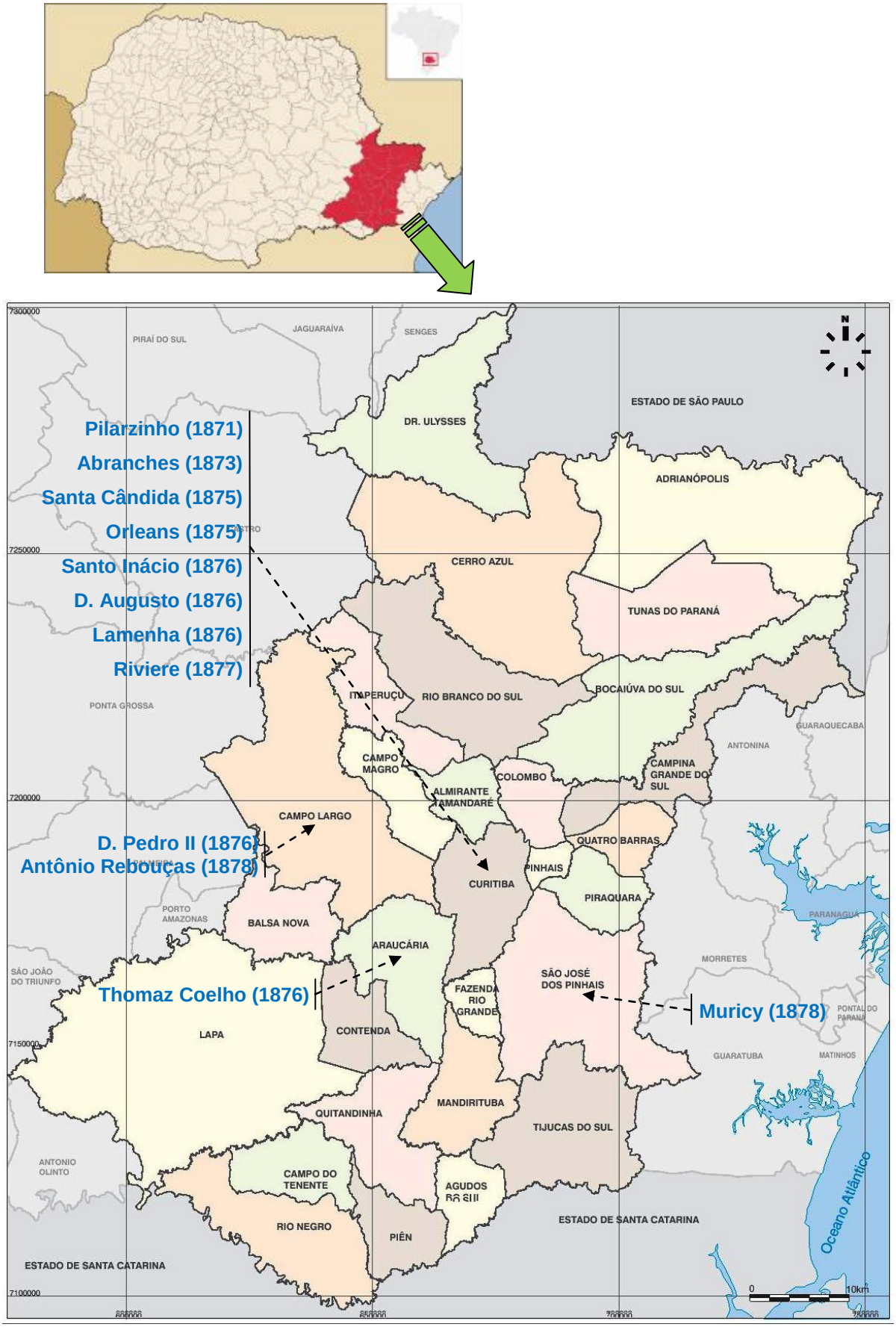


FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS DOZE COLÔNIAS CONSIDERADAS NA PESQUISA
FONTE: MAPA-BASE COMEC (2013) (ADAPTADO)

Esses três critérios metodológicos poderiam ainda ser justificados pelos aspectos abaixo:

(i) Inferiu-se que uma colônia com maior número de construções com madeira de araucária possuiria proporcionalmente um número maior de propriedades que se enquadrassem nos critérios (b) e (c);
(ii) Pelo fato de a agricultura familiar não ser atividade onipresente nas colônias atuais – embora no passado tivesse apresentado uma participação predominante no auge dos núcleos coloniais –, segundo os preceitos teóricos aqui defendidos – apesar de não ter sido interpretada sob essa classificação à época –, a sua verificação no presente se mostraria fundamental ao entendimento do cenário em que atividades tipicamente do meio urbano passassem a influenciar nas atividades agrícolas e rurais não agrícolas, derivadas da agricultura, conforme prognostica esta tese, como destino tomado pela maior parte das colônias analisadas; e
(iii) Partiu-se do princípio de que a mutabilidade seria um fenômeno que naturalmente compusesse o espaço, e com a propriedade rural não seria diferente. Dessa forma, criaram-se algumas perspectivas de análise. Levantou-se a condição em que a casa de araucária – que outrora servia de vivenda ao agricultor e sua família – hoje poderia ter se tornado um paiol ou uma residência secundária, após a construção de outra residência (em madeira ou alvenaria) maior e mais confortável, por exemplo. Em outra situação, o espaço da referida casa, por sua vez, poderia ter sido destinado à outra função na propriedade, como área de plantio, criação de animais ou simplesmente ter se tornado “vazio” em termos de construção. Presumiu-se, então, que essa ciclagem dependeria não só de variáveis como o tempo cronológico, mas também de disponibilidade de recursos, bem como interesses e desejos resultantes da manifestação histórico-cultural da identidade do agricultor/ carpinteiro em promover o que se chamaria de dinâmica morfofuncional da propriedade rural.

A dinâmica morfofuncional, expressão criada pelo autor para esse fim, representaria o processo de alternância funcional das construções que comporiam aquele espaço, a qual poderia ser dada pelo acréscimo de uma ou mais novas construções ou pela simples alteração de funções entre elas. Essa dinâmica

ocorreria, por exemplo, na função de moradia que uma casa de madeira representasse, que, com o tempo, poderia vir a ser substituída por outra casa (de madeira ou alvenaria de tijolos) nesse papel de vivenda, deixando à primeira a função de paiol ou de bem preservado por questões familiares, religiosas ou históricas. Existiria ainda a possibilidade de a construção de madeira ser desfeita para ceder lugar a um espaço de cultivo ou, simplesmente, a um espaço vazio (com ou sem função definida). Tal conceito, entretanto, será retomado com maior profundidade no item 4.3 COLÔNIAS E PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS.

Ao se conciliarem esses critérios dentro da macroárea considerada, a RMC, decidiu-se por escolher colônias que se enquadrassem no seguinte contexto: (a) estabelecimento nos primeiros anos da imigração polonesa na Província do Paraná, no período que ficou conhecido como Primeira Fase da Imigração Polonesa (1871 - 1872); (b) participação no que teria sido a Segunda Fase da Imigração Polonesa (1873 - 1876), no governo linista, quando teria se formado a “Nova Polônia” (ou “Nova Polska”) na província; e (c) distribuição espacial no cenário da RMC, de maneira a se verificar as possíveis alterações nas construções de madeira e a influência dos elementos urbanos sobre as colônias de imigrantes poloneses. Por fim, chegou-se à seguinte distribuição e caracterização básica de colônias, ordenadas de acordo com o ano de sua fundação, formação, localização e distância em relação ao centro da capital. Tais colônias, por sua vez, seriam na próxima etapa exploradas por atividades de campo (QUADRO 8).

Nesta pesquisa, optou-se por preservar a nomenclatura original das colônias, algumas delas atualmente bairros de Curitiba e em seus municípios, em detrimento de variações concedidas na escrita de alguns casos, como D. Augusto (hoje bairro Augusta), D. Pedro II (muitas vezes, denominada apenas de D. Pedro), Thomaz Coelho (no presente, conhecida mais pela grafia Tomás Coelho), Lamenha (bairro Lamenha Pequena), Riviere (bairro Riviera, em Curitiba, e parte da Ferraria, em Campo Largo) e Muricy (mais comumente representada por Murici, nos dias atuais).

Colônia	*Ano de fundação*	*Imigrantes*	*Localização*	*Distância do centro da capital (Km)*
Pilarzinho	1871	Poloneses, alemães e italianos	Curitiba	3
Abranches	1873	Poloneses, alemães e irlandeses	Curitiba	6
Santa Cândida	1875	Poloneses silesianos e prussianos, suíços e franceses	Curitiba	8
Orleans	1875	Poloneses, suíços, franceses e italianos	Curitiba	10
Santo Inácio	1876	Poloneses silesianos e galicianos	Curitiba	3
D. Augusto	1876	Poloneses prussianos	Curitiba	12
D. Pedro II	1876	Poloneses prussianos e silesianos, ingleses, franceses e italianos	Campo Largo	15
Thomaz Coelho	1876	Poloneses silesianos, galicianos e prussianos	Araucária	17
Lamenha	1876	Poloneses silesianos e alemães	Curitiba	12
Riviere	1877	Poloneses prussianos, silesianos e galicianos, ingleses, franceses e alemães	Curitiba	16
Muricy	1878	Poloneses prussianos e galicianos, e italianos	São José dos Pinhais	32
Antônio Rebouças	1878	Italianos e poloneses	Campo Largo	14

QUADRO 8 - COLÔNIAS COM IMIGRANTES POLONESES E DE OUTRAS NACIONALIDADES LOCALIZADAS EM QUATRO MUNICÍPIOS DA ATUAL RMC
FONTES: BALHANA (1969) & KANASHIRO (2006) (ADAPTADO)

3.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Esta pesquisa apresentou cunho analítico-histórico; caráter exploratório; natureza qualitativa – sendo conduzida por levantamentos teóricos acerca das colônias envolvidas –; e descritiva, por meio da caracterização da agricultura familiar desenvolvida nas propriedades observadas, da tipologia[95] atribuída a cada uma das casas de araucária selecionadas para representação, da discussão sobre a dinâmica morfofuncional identificada em cada caso estudado, e da interface estabelecida entre a construção de araucária e o agricultor familiar, descendente de imigrante polonês, nas manifestações histórico-culturais evidenciadas nessa relação, como parte da formação da identidade desse agricultor.

Dividiu-se, por conseguinte, o trabalho em três momentos, que incluíram os métodos aplicados e sua justificativa de uso:

(1º) Revisão teórica

Durante esta fase, buscou-se coletar um número diversificado de informações técnicas e não técnicas de fontes como livros, documentários, fotografias, registros, mapas, materiais de legislação, artigos em periódicos, jornais de época e atuais, e principalmente de profissionais ligados à área, sejam eles pertecentes à academia, sejam de outros ramos de atuação. Os dados levantados, posteriormente, foram agrupados por linha de abordagem e resenhados em um caderno de anotações, juntamente com os detalhes das referências consultadas (o QUADRO 9 traz uma síntese dos principais autores dialogados na pesquisa). Esse procedimento facilitou no controle das informações durante a elaboração do trabalho escrito. Este texto foi completamente manuscrito, seguindo a lógica de outras etapas do estudo.

[95] Considerou-se a classificação sugerida por Imaguire Júnior e Imaguire (2011).

Autor(a)(es)	*Obra*	*Tema principal*	*Tema(s) secundários*	*Métodos*	*Análise*
Balhana (1969)	Política imigratória do Paraná	Estudo sobre as políticas determinantes à imigração no Paraná, discutindo etapas que permearam esse período, com destaque às características demográficas evidenciadas nas colônias	Aspectos sociais que envolveram a fixação do imigrante no Brasil	Descrição histórica dos principais pontos englobados por esse processo	Fundamentada em revisão teórica específica, com representativo uso de dados quantitativos
Wachowicz (1976a)	Abranches: um estudo de história demográfica	Histórico e características gerais da população da colônia	Principais movimentos migratórios em direção à colônia	Pesquisa exploratória de fundo histórico	Desenvolvimento da colônia associado ao de outras colônias da Província
			Regiões fornecedoras de imigrantes com maior participação	Organização dos lotes e atividades laborais predominantes	Abranches como centro religioso das colônias da redondeza
Wachowicz (1976b)	Orleans: um século de subsistência	Origem, formação demográfica e principais atividades produtivas da colônia e de assentamentos próximos	Produção agrícola em termos dos principais cultivos e da quantidade gerada	Levantamento de informações censitárias, documentos históricos e registros particulares	Discussão generalizada de aspectos que foram essenciais ao estabelecimento da colônia
Wachowicz (1977)	Tomás Coelho – uma comunidade camponesa	Formação e desenvolvimento da Colônia Thomaz Coelho	Processo de criação de colônias linistas	Análise censitária e contextualização histórica	Escassez da mão de obra na Província do Paraná
			Caracterização social, religiosa e agrícola da colônia		Políticas migratórias do Estado
			Condição da colônia diante da industrialização proveniente de Curitiba		Produtividade agrícola nas colônias polonesas e sua influência na vida dos imigrantes
Wachowicz (1981)	O camponês polonês no Brasil	Contexto que antecedeu a vinda do imigrante polonês ao Brasil, seguido da	Características diversas relacionadas ao comportamento, à tradição e às crenças dos polacos	Analítico-descritivo de natureza predominantemente histórica	Descritiva e parcial (voltada à valorização do imigrante polonês)

		chegada à província e do relato das primeiras décadas após a migração	A questão da territorialização dos imigrantes em lotes dentro das colônias		
			Os reflexos da nova realidade na vida do imigrante		
Coelho Netto (1993)	A construção do sentido na arquitetura	Abordagem da linguagem arquitetural com referência a renomados teóricos da área	Semiologia do espaço	Leitura filosófica de distintos conceitos	Marcadamente teórica, voltada à consideração de diferentes variáveis dentro do debate de um tema
			Semiologia da arquitetura	Discurso integral, dotado de posicionamento definido da parte do autor	
			Semiologia do espaço arquitetural		
Bourdieu (2007)	A economia das trocas simbólicas	A religião e a política como símbolos sociais	Sistemas de Ensino	Construção sociológica do debate, com uso de estudos de caso como suporte ao teórico	Parte de elementos comuns na sociedade para formular teorias do saber
			Sistemas de Pensamento		
Bollnow (2008)	O homem e o espaço	Estudo do espaço sob um ponto de vista multidirecional, que vai além do conceito de habitação	A casa e seu papel (i)material	Discussão filosófica com aproximação a conceitos humanistas	Essencialmente aliada ao domínio do espaço mental, transitando por elementos que fundamentam a identidade
			Concepções de espaço a partir do viés psicológico		
Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008)	Casa Eslavo-Paranaense	A formação e evolução da casa eslavo-paranaense	Tipos de casa eslavo-paranaense	Descritivo, com informações históricas na construção do cenário abordado, seguido de detalhamento técnico das classificações possíveis dessas casas	Sequenciada dos fatos que envolveram desde a partida dos imigrantes dos seus países de origem até a forma como se adaptaram em suas colônias, desenvolvendo uma arquitetura própria no que se referia às técnicas implementadas, ao modo como ocorreu e às funções a ela atribuídas
		Histórico da colonização dos eslavos no Brasil			
		A trajetória do reconhecimento e exploração da madeira de araucária	Políticas relacionadas ao uso da madeira e ao planejamento da casa de araucária no contexto urbano, no início do século	Apresentação da realidade com uso da madeira de pinheiro, transcorrendo pelas etapas que incluíram o desenvolvimento da	Levantamento histórico

Imaguire Júnior (1993) *Imaguire Júnior e Imaguire (2011)*	A casa de araucária: arquitetura paranista A casa de araucária		passado	atividade extrativista e a forma como havia sido concebida a madeira na construção pelos imigrantes, traduzindo-a em uma representação diferenciada	
		Tipologia das casas de araucária	Técnicas construtivas fundamentadas na tipologia proposta		Discussão do cenário estabelecido pela extração de madeira no Estado do Paraná
					Interpretações sobre a construção de madeira surgida desse processo por ação de imigrantes
Batista (2011)	A casa de madeira: um saber popular	A casa de araucária e o seu entendimento a partir da arquitetura popular	Apresentação do possível embasamento histórico-formacional existente sob a casa de araucária, ligando-a a uma forma de expressão	Discursivo, com enfoque no aprofundamento de termos-chave, como arquitetura popular e a possível "participação intuitiva" dos imigrantes nesse processo	Desencadeamento integrado de ideias, complementar à discussão sustentada pelas duas outras obras da trilogia
			Analogia da construção em madeira estabelecida por imigrantes no Paraná com representações criadas por grupos de outros países, a partir do uso de coníferas		

QUADRO 9 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS QUE COMPUSERAM O ARCABOUÇO TEÓRICO DO ESTUDO
FONTES: BALHANA (1969), WACHOWICZ (1976A, 1976B, 1977, 1981); COELHO NETTO (1993); IMAGUIRE JÚNIOR (1993); KOCH E CORRÊA (2002); BOURDIEU (2007); BOLLNOW (2008); LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA E ALMEIDA LIMA (2008); IMAGUIRE JÚNIOR E IMAGUIRE (2011); E BATISTA (2011).

Em seguida, tentou-se relacionar as informações teóricas levantadas, de nível internacional até o local, ao contexto em que se previa encontrar as colônias do presente, ao longo dos trabalhos de campo, na RMC. Semelhanças e diferenças esperadas entre o que era apresentado nas fontes utilizadas com o que se poderia deparar *in loco* foram previamente registradas, a fim de se obter o desejado equilíbrio (ou uma condição próxima disso) entre os métodos analítico e descritivo, evitando-se ao máximo possíveis influências ou vícios informacionais na análise e discussão dos dados coletados em campo.

(2º) Aproximação da literatura ao objeto de análise

Com base nos três critérios empregados na definição das doze colônias, associou-se as informações teóricas ao que já havia sido organizado até a 4ª etapa do trabalho, na qual vinte e cinco colônias e três tipos de imigrante – italianos, poloneses e alemães – compunham o objeto de estudo. Conforme já justificado, optou-se por alterar essa escolha, que se revelou pouco exequível dentro das condições disponíveis, para outra mais específica e de maior potencial analítico.

O fator disponibilidade de arcabouço teórico para a discussão do tema, em torno dos seus alicerces básicos – arquitetura, meio ambiente, imigrante polonês e agricultura familiar –, no âmbito estadual e local, correspondeu a outro motivo para a confirmação do espaço de estudo.

(3º) Metodologia na caracterização do espaço estudado

Os métodos selecionados, em princípios práticos, receberam a seguinte aplicação:

- Analítico-histórica

(a) Discutiu-se o cenário construído pela presença da araucária na região, transitando por uma breve retomada dos ciclos da erva-mate e da madeira, que compuseram o “contexto de chegada” dos imigrantes poloneses no Brasil e, mais propriamente, na Província do Paraná. A trajetória descrita por esses colonizadores foi sinteticamente recordada, no intuito de facilitar a compreensão

dos processos que delinearam a fixação desses grupos em colônias, desde a sua partida da região de origem na Polônia até os dias atuais. Dialogou-se principalmente com os autores Balhana (1969); Wachowicz (1976a, 1976b, 1977, 1981); Coelho Netto (1993); Imaguire Júnior (1993); Bourdieu (2007); Bollnow (2008); Larocca Júnior, Larocca e Almeida Lima (2008); Imaguire Júnior e Imaguire (2011); e Batista (2011).

- Descritiva

(a) Classificou-se cada uma das propriedades analisadas, sendo uma por colônia, a partir do tipo de agricultura familiar nela encontrada – Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf E ou não pronafiano (IBGE/ MDA, 2006) – e do tipo de casa de araucária observado – Primeiro Tipo, Segundo Tipo, Terceiro Tipo, Quarto Tipo ou Quinto Tipo (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993), conforme descrito no próximo item; e

(b) Defendeu-se a existência de uma dinâmica morfofuncional em cada propriedade participante do estudo, bem como de uma comunicação singular entre o agricultor familiar, descendente de imigrantes poloneses, e o espaço ao seu redor, em particular a casa de araucária, condição em que afloraria um laço identitário, o qual iria além da noção de posse, estando provavelmente ligado a valores associados às lembranças, à religiosidade e ao senso de pertencimento (adoção) à (da) terra.

Como recurso de armazenamento das informações coletadas, junto às anotações de campo, fez-se uso de alguns instrumentos tradicionais a esse formato de pesquisa, explorados na sequência.

3.3.1 Entrevista

Tida como uma ferramenta essencial ao entendimento da organização do espaço estudado, no caso, uma propriedade rural, localizada em colônia ou bairro de origem polonesa, foi precedida nesta pesquisa pelos seguintes critérios: (a) formulação direcionada e sintética das perguntas com linguagem acessível, de modo a permitir uma fácil compreensão e aplicação em poucos minutos; (b) disposição dos

questionamentos com base em uma sequência lógica, na intenção de obter desde dados do passado até o presente; (c) abrangência dos elementos-chave tratados na pesquisa – espaço natural, arquitetura, identidade, agricultor familiar e imigração polonesa; e (d) atenção na escolha do entrevistado.

Esses critérios poderiam ser descritos do seguinte modo:

(a) Pelo fato de os entrevistados provavelmente estarem ocupados com outras atividades no momento da aplicação do questionário, buscou-se a clareza e a objetividade na elaboração e realização das perguntas, de forma a possibilitar uma conversação fluida e espontânea;
(b) Não se sabendo da idade do entrevistado antes da ida a campo, porém, presumindo-se que este se encontraria em uma faixa etária superior a 40 anos, tentou-se elencar no roteiro perguntas que fizessem referência tanto a aspectos do passado quanto do presente, possibilitando a visualização de um cenário construído na propriedade em relação à colônia (do passado ou atual) abordada;
(c) Buscou-se explorar dos entrevistados informações que permitissem compreender a organização dos componentes da propriedade em que habitava, assim como sua possível interação, na expectativa de agregar dados que viabilizassem o reconhecimento de uma dinâmica morfofuncional no espaço em questão; e
(d) Optou-se, em razão da eficiência e confiabilidade nas informações, por ordenar as perguntas do questionário em concordância com as etapas abordadas pela pesquisa: reconhecimento da propriedade, análise de elementos identitários, características da produção agrícola e a evolução da família de colonos desde sua chegada ao Brasil.

As entrevistas aplicadas (APÊNDICE 1) foram registradas por escrito e executadas na quinta fase do trabalho de campo, conforme descrito no item 3.4 ETAPAS DA COLETA DE DADOS. A sua elaboração e execução foram baseadas no método empregado por Wachowicz (1979) em diversos estudos historiográficos.

3.3.2 Fotografia

O elemento fotográfico, ao mesmo tempo em que auxilia na forma de expressar vivências, pode colaborar como meio de se pensar as relações sociais,

não só por sua condição de arte, que indubitavelmente apresenta em amplos contextos, mas também na formação de um sistema em que marcos de referência de origem psicológica, antropológica, ontológica, pedagógica e sociológica se encontram (MORAWSKI, 2006).

A captação de uma imagem abrange aspectos que vão muito além do concreto, desde o ato em que se aciona o aparelho para a produção da fotografia até sua materialização visual. O objeto representado em sua estática ou dinâmica original passa a desempenhar outra função quando reproduzido em fotografia, como se o mesmo tivesse adquirido uma nova natureza. A semelhança entre o registro e a realidade, muitas vezes, esperada pelos fotógrafos menos experientes pode se tornar frustração ao se verificar que a fotografia, dependendo da leitura realizada, possibilita infinitas interpretações, a começar pela decodificação da cor por quem a observa. Esta, por sua vez, será permanentemente distinta entre aqueles que a visualizam. A compreensão da imagem, nesse sentido, é capaz de gerar divergências a partir de um único referencial fotográfico, o que por si só já é suficiente para tornar ímpar a contribuição desse tipo de registro.

No entender de Morawski (2006, p. 204-218), o reconhecimento de uma fotografia, por meio de um observador, passa essencialmente pela atuação dos seguintes subsistemas:

> O psicológico, o qual supõe que cada indivíduo tem uma determinada atitude até o domínio da imagem, as subvariedades desta, os gêneros e as qualidades específicas ligadas a ela. (...) Isso envolve a capacidade individual de assimilação em consideração às disposições e hábitos sensoriais, emocionais e intelectuais. (...)
>
> O antropológico, que busca, como se fosse um processo de entropia, igualar todas as idiossincrasias individuais até o estado zero. (...) Esta condição encontra-se baseada no princípio de que a fotografia, como arte, é um dos fenômenos antientrópicos fundamentais, cuja regra de desordem pode funcionar neste domínio transitoriamente, enquanto que a regra de ordem é algo duradouro. (...)
>
> O ontológico, quando afirma que a obra artística (presumindo-se aqui a fotografia como tal) decide as suas próprias qualidades – individuais, genéricas e ramais.

As limitações que usualmente seriam denotadas pela pintura e pela escultura, na representação de imagens em três dimensões, a fotografia, ao contrário, demonstraria capacidade de obter uma melhora na reprodução da imagem sob a perspectiva dimensional. Isso não significaria, contudo, na total eficiência da fotografia dentro da arquitetura. Sobressair-se-ia justamente o oposto: no seu uso

ela possuiu restrições ao não poder registrar simultaneamente o espaço externo e interno de uma construção, ainda que não tivesse deixado de se tornar uma das ferramentas mais utilizadas na área (ZEVI, 1978).

3.3.3 Desenho

Sabe-se que o desenho tem acompanhado o trabalho dos arquitetos desde o período renascentista. Embora os modelos tridimensionais tivessem surgido nesse meio termo, causando uma revolução na maneira de se representar arquitetonicamente, as técnicas oriundas do desenho permanecem irretocáveis, ainda mais quando requerem estudo e interpretação na sua leitura (CERVERA, 1996).

Ao se empregar esse instrumento na pesquisa, desejou-se *a priori* estabelecer contato com a natureza e a complexidade que a mesma encerra, dificilmente compatível com ideias formalistas. Tentou-se extrair o que Cervera (1996) denominou de “registros de sensibilidade”, produzidos pela mão sobre o papel, quando funciona o hemisfério direito do cérebro, que rege a criatividade e a intuição. Obedecendo a essa intenção, cada linha do desenho criado deveria esconder um universo legado somente do seu autor, como possível síntese do que seria captado junto às formas de vida da paisagem e a arquitetura dela integrante. Dois grandes nomes nessa arte de representação arquitetônica, que serviriam de embasamento literário, seriam Frank L. Wright e Alvar Aalto.

A linguagem da produção da arquitetura é o desenho, o qual é responsável pela representação de uma ideia arquitetônica. Em termos didáticos, há duas formas básicas de desenho: o técnico ou arquitetônico, o qual atende às normas de representação amplamente reconhecidas, e o artístico, que possui uma flexibilidade construtiva – formal ou informal –, que possibilita uma maior variedade de leituras em relação ao primeiro tipo (FERRARO, 2003).

A história do desenho “artístico-arquitetônico” ou do “desenho autônomo” apresenta forte relação com as renovações promovidas a partir dos anos 1960, quando o tecnicismo passou a predominar na geração do desenho em detrimento da preocupação pela coloração, como ocorria com os pintores românticos do século XIX, como Constable, Delacroix, dentre outros. A “imagem manual” sofreu uma simplificação dentro da tarefa de formar e perceber a cor.

No cenário moderno, em que as mãos normalmente cedem lugar aos computadores em diversas situações, nas quais o desenho possui uma série de exigências, como coloração específica, representação de materiais e texturas e, sobretudo, de atender o “realismo fotográfico” (notando-se aí a sobreposição dos dois recursos usados no estudo) (CERVERA, 1996). Tais propriedades alheias à essa tendência de unificação, mostrar-se-iam como uma vantagem no objetivo de interpretar realidades que compreenderiam tantas mudanças, em um curto intervalo de tempo, à semelhança daquelas analisadas por este trabalho.

Cervera (1996) defende o “realismo fotográfico” em casos nos quais o objetivo principal está em mostrar ao observador a imagem mais parecida possível do que é normalmente visto. Não obstante, entende também que outras mensagens possam estar contidas na expressão gráfica manual, por esta possuir vínculo à personalidade do autor, seu mundo cultural, formação etc.

O grande desafio da arquitetura de hoje está em justamente separar esses dois estilos de representação, haja vista as progressivas tentações alimentadas pela praticidade, rapidez e “verossimilhança” dos produtos dos novos instrumentos em relação aos que buscam captar “sugestões do real”. Esquece-se, porém, que um desenho à mão, muitas vezes, carrega valores que ultrapassam os limites da visão, atuando como extensores de uma realidade observada.

No caso específico desta pesquisa, optou-se – em decorrência das limitações de formação do autor, segundo previamente informado – por adotar o desenho tradicional, alheio a técnicas específicas, como recurso de interpretação do objeto e dos aspectos imateriais a ele inerentes.

Entendeu-se que a representação não técnica da casa de araucária e das demais construções da propriedade rural favoreceria no reconhecimento de traços de identidade do agricultor familiar – estendendo-se a relação deste com o restante da família, e vice-versa – junto ao meio em questão, dentro de uma escala atemporal. Além do mais, acreditou-se que o desenho artístico seria “uma forma de expressão que resultasse não apenas do conhecimento, mas também da sensibilidade, da criatividade, do talento artístico, da história pessoal e da formação humana” do pesquisador (FERRARO, 2003, p. 1).

Apesar da subjetividade e abdicação de elementos formais, é possível que as propostas intuitivas dos desenhos, provenientes da sensibilidade, percepção e individualidade, possam levar a imagem de um processo imprevisível a uma

estrutura ordenada, coerente e expressiva (OSTROWER, 1998). Nessa linha de reflexão, buscou-se, em todo processo de elaboração dos desenhos, uma visão holística que considerasse, acoplada à razão e à sensação, a intuição e o sentimento como alicerces dentro do processo de criação da imagem (CARDOSO, 1995).

Neste estudo fez-se um esforço em identificar empiricamente, por meio de sensações advindas do próprio meio, a semiologia das construções, como elementos de uma propriedade e responsáveis por relações imateriais estabelecidas junto aos integrantes desse arranjo espacial, modelados pelos agricultores familiares e também membros de uma família de descendentes de imigrantes poloneses.

3.4 ETAPAS DA COLETA DE DADOS

Em um primeiro momento, as atividades de campo se desenvolveram em dois circuitos de visitação, nos quais todas as doze colônias foram exploradas por duas vezes cada, descritas e, finalmente, selecionadas de acordo com os critérios descritos nos tópicos anteriores. Tais procedimentos poderiam ser estruturados da forma abaixo:

- 1ª etapa: Antes de seguir para as colônias, investigava-se a presença de plantações em propriedades a partir de imagens de satélite gratuitas (da Google). Utilizava-se a mesma ferramenta para identificar nomes ou sobrenomes de imigrantes ou descendentes de poloneses em ruas que pudessem indicar uma maior concentração de propriedades de interesse na colônia ou no bairro considerado. Complementarmente, buscava-se a informação popular diretamente no bairro ou na colônia em questão – inicialmente, em instituições religiosas, de ensino ou atendimento turístico locais; em segundo, junto aos moradores mais antigos. Finalmente, sem excluir as estratégias anteriores, fez-se expedições aleatórias pelos locais selecionados. Foi realizado percurso a pé de todas as colônias e de bicicleta e a pé, no caso dos atuais bairros de Curitiba. Observou-se atentamente esses locais, de onde foram extraídas informações referentes à presença de casas de madeira, exercício de atividades agrícolas, condições atuais de acesso e outros fatores. Essa varredura foi efetuada duas vezes em cada colônia nesta fase;

- 2ª etapa: Elaboração de um perfil de cada colônia ou bairro visitado por meio do refinamento dos dados levantados;
- 3ª etapa: Escolha das colônias a serem analisadas dentro do rol dos doze espaços visitados, cuja quantidade dependeria da identificação de pelo menos uma propriedade rural por colônia ou bairro que atendesse aos seguintes requisitos: (a) presença de pelo menos uma casa de madeira (em tronco ou serrada) com fins de moradia; (b) existência de ao menos uma área destinada ao cultivo agrícola, que se caracterizasse como de natureza familiar, dentro da classificação assumida por esta pesquisa; e (c) identificação, não eliminatória, segundo os objetivos do estudo, de algum outro tipo de construção de madeira, com fins laborais ou de armazenamento, por exemplo, o qual pudesse fornecer a visualização do que se denominou de dinâmica morfofuncional dos componentes da propriedade rural;
- 4ª etapa: Seleção das possíveis propriedades rurais que cumprissem os requisitos citados na etapa anterior, de maneira a permitir a aplicação dos instrumentos de pesquisa, em cada caso, de acordo com a sequência – entrevista, fotografia e desenho. Foi utilizado o método de exclusões sucessivas e complementares, ou seja, para o estabelecimento ser classificado como de agricultura familiar precisava atender simultaneamente todas as condições estabelecidas pelos referenciais deste estudo, e daí por diante; e
- 5ª etapa: Execução dos procedimentos metodológicos definidos para a coleta de dados específicos. Empregou-se, em média, cinco dias de trabalho de campo (cerca de 40 h semanais) em cada colônia considerada para análise (aproximadamente 60 dias ou 480 h ao todo) até que as propriedades de interesse fossem selecionadas. Feito isso, mais dois dias (16 h) foram necessários para a aplicação dos instrumentos de registro – entrevista, fotografia e desenho – e caracterização das propriedades em cada caso (seis dias ou 48 h no total). A partir da interpretação comum dessas ferramentas seria gerada uma “planta” da propriedade rural, que visaria facilitar o reconhecimento das fases pelas quais a mesma teria passado em sua evolução.

Fé

Fé, é quando vemos
A gota de orvalho ou a folhinha pelo rio fluir
E sabemos que existem pois têm de existir.
E ainda que de olhos fechados nos deixemos sonhar
Só haverá no mundo o que havia
E as águas do rio a folhinha vão levar.

Fé, é quando ferimos
O pé na pedra e sabemos que as pedras
Lá estão para que os pés nos firam.

Vejam quão grande é a sombra das árvores,
Assim como a nossa e a das flores,
O que não tem sombra, não tem força para existir.

Czesław Miłosz

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Decorridos 143 anos desde a fundação da primeira colônia tipicamente polonesa no Paraná, no que hoje é o bairro Pilarzinho, em Curitiba, um intervalo de tempo não tão grande se comparado à colonização por parte de outros grupos em outras regiões, emerge a partir desse contexto histórico um tema ainda incipiente em termos de discussões.

Miscível a episódios que remetiam aos ciclos da erva-mate e da madeira, que movimentaram durante décadas a realidade local, a imigração polonesa surgiu como uma corrente harmônica às relações que estavam se firmando naquele período. Os colonos, não só por motivos sociopolíticos ou de outra ordem que os repelia de sua nação de origem na época, pareciam ter chegado ao Brasil em um momento diferenciado, fora do qual provavelmente não se poderiam observar as manifestações aqui analisadas.

As mudanças que envolviam a província e a maior parte do Sul do Brasil, na segunda metade do século XIX, incorporaram praticamente todos os que lá viviam ou transitavam. As atividades extrativas implicavam o desenvolvimento das cidades e de vários serviços a ela associados, aumentando a demanda por infraestrutura e bens de consumo.

Ao aportarem no Brasil, a maioria dos imigrantes tinha pela frente um futuro incerto. Ainda que muitos atuassem na agricultura e migrassem ao Brasil no intuito de continuar nesse ramo, o ambiente que encontraram possivelmente não seria o que esperavam. No entanto, para milhares de famílias, o risco se tornaria uma alternativa aceitável, levando-as inclusive a incentivar a vinda de muitos que haviam permanecido na Polônia.

Não se conseguiria precisar o papel que teria sido atribuído ao imigrante por parte do Estado, quando no seu assentamento em colônias, pois o mesmo, até certo ponto, mostrar-se-ia indefinido ao colocá-lo ora como bem-vindo na intenção de desenvolvimento da atividade agrícola na Província, ora como um gerador de preocupação a mais na escala social. Sob essa perspectiva, chegaria ainda a ser visto como um substituto da mão de obra escrava abolida, a quem deveria caber toda sorte de trabalho braçal e de baixa qualificação. Renegar-se-ia que, por detrás dos conhecimentos e habilidades no campo, revelados desde os primeiros anos, haveria indivíduos que carregariam um passado, cultivando valores e crenças, e que

simplesmente estariam buscando um lugar no qual pudessem construir o seu presente.

As surpresas com a paisagem que encontraram, mesmo que parcialmente transcritas por alguns imigrantes, na descrição da mata com frondosos pinheiros, da água abundante, dos animais de diferentes espécies, do clima de inverno suave em relação ao da Polônia, enfim, muitas devem ter sido as impressões que conduziram os poloneses a mudarem seu estilo de vida. E nessa linha da transformação teria possivelmente fortificado a identidade do colono, fazendo com que esta se tornasse expressa em sua “fome por terras”, no desenvolvimento de uma arquitetura em madeira única, na prosperidade do plantio, dedicação laboral, dentre muitas outras marcas que seriam atribuídas ao imigrante polonês em especial.

Integrando a população do Paraná, como membro da sua complexidade étnica reinante, o colono transmitiria hábitos e costumes e influenciaria aqueles com quem tivesse contato. O mesmo se daria, em desigual proporção, por parte da comunidade local em relação aos imigrantes, que precisariam se adaptar a uma nova realidade. A sucessão de gerações nas famílias de imigrantes viria a estabelecer uma nova conjuntura, ligada à herança recebida, porém, de estreita conexão com o universo contemporâneo. Compreender essa trajetória seria como imaginar o ciclo de vida de uma araucária, em que um pinhão carregado pela gralha-azul, germinaria, ganharia os primeiros ramos e raízes, desenvolver-se-ia em uma árvore jovem – com formato de cone, a qual, com o passar dos anos, cresceria ainda mais, mudando sua copa – adquirindo a conformação de uma taça, caracterizando-se como adulta. O tronco da árvore permaneceria praticamente com o mesmo aspecto durante toda sua vida, tais quais seus anéis de crescimento, contudo, parte de suas estruturas de sobrevivência precisariam ser alteradas para uma maior captação de luz, já que o ambiente exigiria que se tornasse mais favorável a esse recurso.

Coincidentes ou não, os caminhos de sobrevivência da araucária e do imigrante polonês se cruzariam, sustentados por múltiplos fatores, que renderiam uma relação particular, quiçá nostálgica ao tornar o imigrante mais próximo da paisagem e dos ofícios de suas origens. A casa de araucária, nesse entremeio, emergir-se-ia como a representação mais perfeita da moradia que poderia ser vista como uma extensão do meio. Um paiol, um criadouro, uma segunda casa ou uma média plantação, cada esperado componente de uma propriedade rural polonesa

consistiria em uma fusão do elemento madeira a aspectos imateriais, tornando-se predominante naquilo que se fazia essencial à vida do imigrante.

Desejando-se compreender o elo mantido entre o imigrante polonês e a paisagem da qual fazia parte, sintetizou-se por intermédio de categorias analíticas o traçado estabelecido para a apresentação dos resultados (QUADRO 10).

Eixo de análise	*Objetivos específicos*	*Categorias*	*Subcategorias*	*Variáveis relacionadas*	*Questões e/ou afirmações de pesquisa*	*Critérios de avaliação*
I - Conceitual *Floresta com Araucária* *Arquitetura em madeira* *Agricultura familiar* *Imigração polonesa*	Contribuir no resgate da trajetória descrita pela agricultura familiar sob a perspectiva da arquitetura em madeira, em colônias de imigrantes poloneses	Espaço físico	Construção popular	Emprego de técnicas próprias e trazidas do país de origem		
				Geração de uma arquitetura única e possivelmente "intuitiva"		
		Arranjo espacial	Representação do espaço arquitetural	Interpretações do meio a partir de fotos, desenhos e esquemas	Possibilidade de representação alternativa de um mesmo cenário pelo uso das ferramentas fotografia, desenho e esquema, favorecendo novas percepções	Aplicação dos instrumentos metodológicos fotografia, desenho e esquema na representação do espaço estudado
			Colonização	Adaptação à uma nova realidade		
		Paisagem natural e modificada	Relações harmônicas e desarmônicas entre o homem e o ambiente	Impactos socioeconômicos, culturais e políticos	Até que ponto a proximidade ao centro urbano poderia influenciar na conservação das características de uma colônia de natureza agrícola?	O tópico **Análise de elementos identitários** da entrevista visou levantar reflexões a respeito
					A especulação imobiliária e a dificuldade de manutenção da casa de araucária seriam duas fortes evidências para a mudança do cenário observado atualmente nos bairros e nas colônias analisados	O item **Da chegada dos ascendentes aos dias atuais** da entrevista buscou coletar informações que apontassem possíveis respostas a esse processo
				Desmatamento de floresta nativa		
				Enfraquecimento da agricultura familiar nos	O baixo incentivo oferecido pelo Estado ao agricultor familiar e a concorrência	A análise de políticas governamentais e de estatísticas elaboradas sobre esse setor

				bairros e nas colônias considerados	desleal da produção em larga escala contribuem para o abandono da prática agrícola por esse tipo de produtor	permitiram algumas conclusões. Em nível local, o tópico **Da chegada dos ascendentes aos dias atuais** coletou dados de cada uma das três propriedades rurais consideradas
II - Empírico *Identidade* *Manifestação histórico-cultural* *Dinâmica morfofuncional*	Interpretar a ocorrência de uma dinâmica morfofuncional dos elementos da propriedade rural a partir do uso da madeira de araucária em suas construções, assim como da atuação da identidade do agricultor na mediação desse fluxo	Espaço mental	Expressão sociocultural	Nostalgia, religiosidade e tradição	De que forma o tempo teria afetado as tradições polonesas, ligadas à agricultura e construção, valores que eram importantes no passado e adquiriram novas conotações no presente?	
					Viver em uma casa de madeira antiga não valeria mais a pena diante de outros tipos de construção disponíveis?	
		Dimensão verbal da arquitetura	Organização da propriedade rural			

QUADRO 10 - MATRIZ ANALÍTICA DA PESQUISA
FONTE: O AUTOR (2014)

4.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS COLÔNIAS

O espaço abrangido pelo estudo revelou, da sua distribuição à diversidade, um conjunto de aspectos que ajudou a explicar parcialmente o seu desenvolvimento, no intervalo entre 1871 e 2014, considerado dentro desta análise.

Apesar de similares em muitos aspectos, a começar pela localização entre elas, verificou-se que cada uma adotaria um ritmo de amadurecimento próprio.

4.1.1 Pilarzinho

A história dessa colônia, que se tornaria anos mais tarde bairro de Curitiba, está ligada à atuação de um nome em especial, que desempenhou papel decisivo na vinda dos imigrantes poloneses ao Brasil – Sebastião Wós Saporski[96] (BRASPOL, 2014).

Por intermédio de um casal de alemães que conheceu em Montevidéu, Saporski foi convidado a visitar a Colônia Blumenau, em Santa Catarina, um reduto de colonos alemães na época. Lá chegando, inspirou-se a também tentar a vinda de poloneses ao Brasil e, para isso, contaria com o apoio do Padre Antônio Zielinski, vigário da Paróquia de Gaspar (BRASPOL, 2014).

Em 10 de abril de 1869, solicitaram ao governo imperial brasileiro terras para serem colonizadas por poloneses, pedido que foi acatado pelo Ministério da Agricultura, em 11 de maio de 1869, data considerada de oficialização do processo de colonização polonesa no Brasil (BRASPOL, 2014).

A bordo do navio Victoria, em agosto de 1869, aportariam em Itajaí, Santa Catarina, as primeiras 16 famílias polonesas, provenientes de Siolkowice, representadas pelos nomes de Franciszek Polak, Mikolaj Wos, Bonawentura Polak, Tomasz Szymanski, Szymon Purkot, Filip Kokot, Michal Prudlo, Szymon Otto, Dominik Stempka, Kasper Gbur, Baltazar Gbur, Walentyn Weber, Antoni Kania, Franciszek Kania, Andrzej Pampuch e Szczepan Kachel. Essas famílias seriam assentadas em Sixteen Lots, na Região de Brusque, Santa Catarina. A elas se somariam alguns meses depois outras 14 famílias, que se deslocariam de Opole a

[96] Saporski, quando estava se preparando para estudar na Universidade de Breslau (Wroclaw), foi convocado para servir o exército prussiano, que ocupava Siolkowice, sua terra natal, na Silésia polonesa. Refutando o chamado, decidiu fugir, emigrando para a América do Sul. Antes disso, porém, alteraria o seu nome para Edmundo Wós Saporski (BRASPOL, 2014).

Itajaí: Baltazar Gebza, Andrzej Kawicki, Grzegorz Hala, Blazej Macioszka, Tomasz Szajnowski, Fabian Borak, August Waldera, Marcin Prudlik, Marcin Kempa, Pawel Polak, Walentyn Otto, Leopold Jelen, Józef Purkot e Wicenty Pampuch (BRASPOL, 2014).

Saporski e Zielinski encontraram, desde o início, forte resistência por parte das autoridades alemãs locais, fruto de uma rivalidade que havia transpassado fronteiras. Além disso, a região de relevo elevado e pouco fértil para a qual tinham sido encaminhados os colonos poloneses não se mostrava favorável à sua permanência, tendo sido inclusive previamente abandonada por imigrantes irlandeses que lá tentaram habitar (BRASPOL, 2014).

Saporski decidiu, finalmente, radicar-se no Paraná, onde percebeu condições mais propícias à fixação dos colonos por ele recentemente trazidos. Atuando como professor de uma escola de Curitiba, deu início a um projeto, no qual apenas em 1871 seria iniciado: o deslocamento de 78 poloneses (32 famílias) de Santa Catarina para Curitiba. Desse processo, surgiria, em 30 de setembro de 1871, a primeira colônia polonesa do Paraná, a Colônia Pilarzinho (FIGURA 7) (OLIVEIRA, 2009; BRASPOL, 2014).

Os colonos tiveram sua viagem financiada pelo Governo da Província do Paraná, que possuía como presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa[97]. Curitiba, por sua vez, valendo-se de suas terras livres, venderia a eles lotes rurais, cuja área total perfazia 500 ha (OLIVEIRA, 2009).

[97] O presidente da província havia criado poucos meses antes da chegada dos poloneses a primeira colônia de imigrantes após a emancipação da Província do Paraná da Província de São Paulo, a Colônia Dr. Venâncio, localizada a 12 km do Centro de Curitiba, com 116 alemães e 27 suecos (OLIVEIRA, 2009).

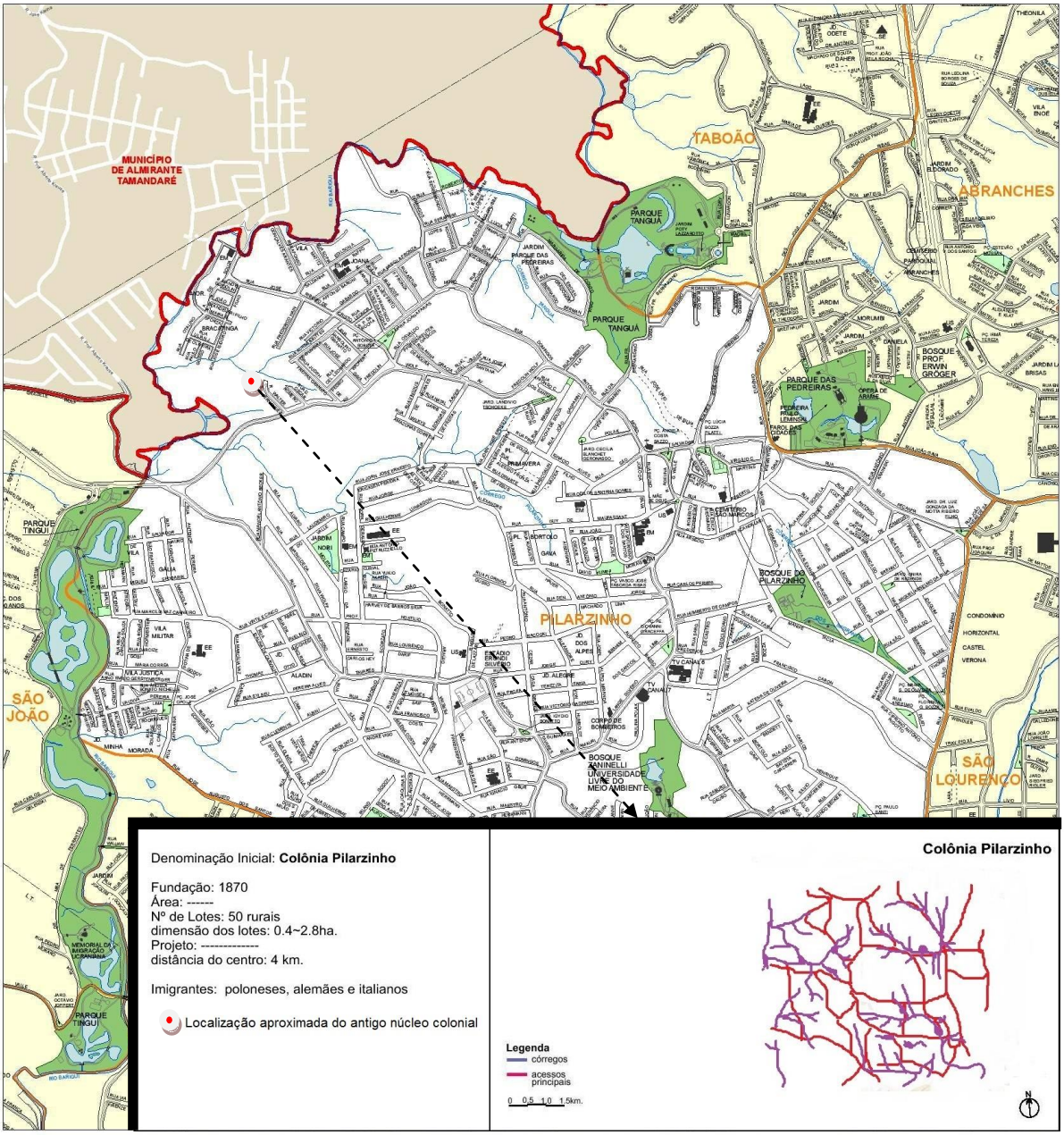


FIGURA 7 - PLANTA DA COLÔNIA PILARZINHO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO PILARZINHO
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.2 Abranches

Dois anos após a fundação da Colônia Pilarzinho, chegariam espontaneamente à província 258 imigrantes poloneses (64 famílias)[98], provenientes da Colônia D. Francisca, em Santa Catarina. Solicitaram à Câmara Municipal a demarcação de alguns lotes de terra, a qual seria efetuada em anexo à Colônia Pilarzinho, em uma área de 720 ha. Esta, em alusão ao então Presidente da Província, Frederico Abranches, seria denominada de Colônia Abranches.

Apresentaria a função de se tornar um centro das colônias e núcleos ao seu redor, como: Lamenha Grande, Lamenha Pequena, Pacatuba, Botiatuba, Cachoeira, Antônio Prado, dentre outros (WACHOWICZ, 1972).

A população da colônia era diversificada, como se pode observar pelo QUADRO 11:

Nacionalidade/ Região de procedência	***Número de famílias***
Poloneses (prussianos, silesianos, galicianos e do Reino da Polônia)	410 (2.280 indivíduos)
Italianos	60
"Alemães da Áustria"	15

QUADRO 11 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA COLÔNIA ABRANCHES EM 1909
FONTE: BRONNY (1909) (ADAPTADO)

O Imperador D. Pedro II e sua comitiva chegariam a Curitiba, no Alto da Glória, em 21 de maio de 1880. O colono Francisco Wós, em depoimento registrado no artigo D. Pedro II em Cândida e Abranches (1964), descreveria a reação da multidão diante do acontecimento (BOLETIM ..., 1971, p. 417).

> Os gritos de contentamento e entusiasmo da multidão eram imensuráveis. Tudo o que era vivente saudava o Imperador. Livres e escravos, brasileiros, autóctones e os estrangeiros recém-chegados, proporcionaram vivas de saudação, acotovelando-se todos, até os mais humildes, para poder ver o rosto do monarca e da Imperatriz, afamados por sua bondade de coração.

Na Praça 19 de Dezembro, os visitantes seriam recepcionados por representantes de diversas colônias locais, evento que começaria a se repetir três

[98] Trazidas pelos navios Terpsichon e Gutenberg, da Prússia Ocidental, teriam sido encaminhadas a Curitiba pelo Padre Carlos Boergershausen, Pároco de Joinville (BRASPOL, 2014).

dias depois quando D. Pedro II iniciasse sua visita por algumas colônias. Ao longo do percurso a Família Imperial seria calorosamente celebrada. Receberia todo tipo de atenção e conheceria um pouco da realidade agrícola dos imigrantes, que seria elogiada pela sua eficiência (BOLETIM ..., 1971).

Em Abranches, o imperador se dirigiria até São Lourenço, onde uma procissão o aguardaria, prosseguindo até a paróquia. Lá assistiria à missa e, posteriormente, participaria de um almoço com os colonos (BOLETIM ..., 1971).

Na colônia, todos possuíam escrituras definitivas dos seus terrenos, cujo valor aumentava à proporção que se aproximava do meio urbano. Os imigrantes produziam principalmente milho, centeio, feijão preto, batatinha, feno e palha. Alguns plantavam uvas e produziam vinho. Fabricavam cal, que era distribuída por todo o Paraná. Criavam gado bovino e suíno, equinos e galináceos (BRONNY, 1909).

A colônia apresentava relativa diversidade de estabelecimentos, contando com olarias, marcenarias, moinhos, serrarias, curtumes, sapatarias, barricarias, ferrarias e latoeiros, além de secos e molhados e armarinhos. No entanto, era comum que jovens fossem se empregar em outros locais, como na construção da Estrada de Ferro Rio Grande ou nos campos de Serro Azul. Entre as mulheres jovens, era corriqueiro o trabalho como domésticas em Curitiba (BRONNY, 1909).

À semelhança de Pilarzinho, tornar-se-ia um bairro de Curitiba na atualidade (OLIVEIRA, 2009) (FIGURA 8).

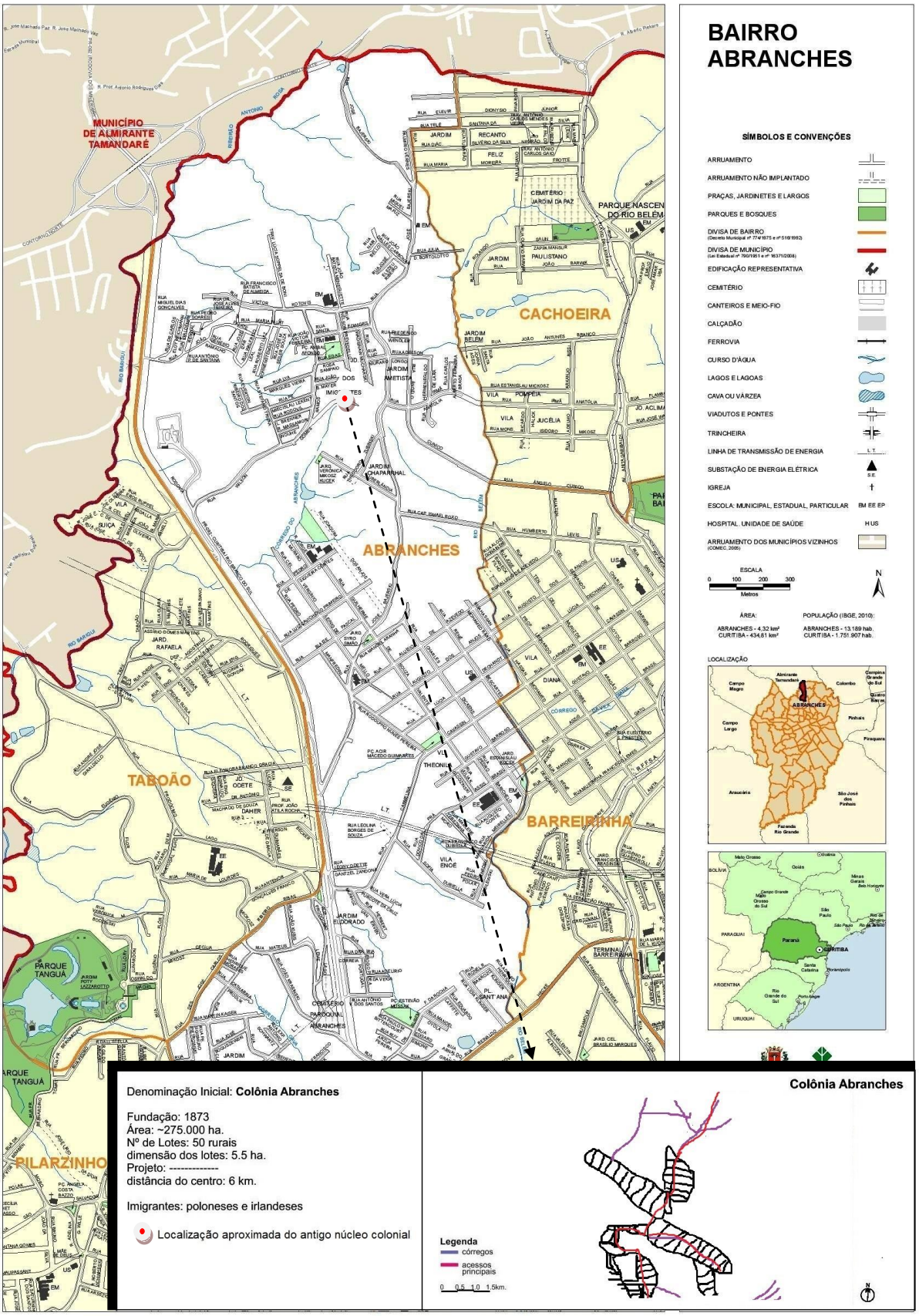


FIGURA 8 - PLANTA DA COLÔNIA ABRANCHES E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO ABRANCHES
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.3 Santa Cândida

O Relatório de 1873, promulgado em 13 de junho do mesmo ano, afirmava que 809 imigrantes teriam chegado espontaneamente à Província, dos quais 454 haviam se instalado no que seria a primeira “hospedagem de imigrantes” local, a “Barigui 370”. Em seguida, o Relatório de 1875 divulgaria a presença de outros 2.633 imigrantes, sendo cerca de 2.000 deles nos arredores de Curitiba (OLIVEIRA, 2009).

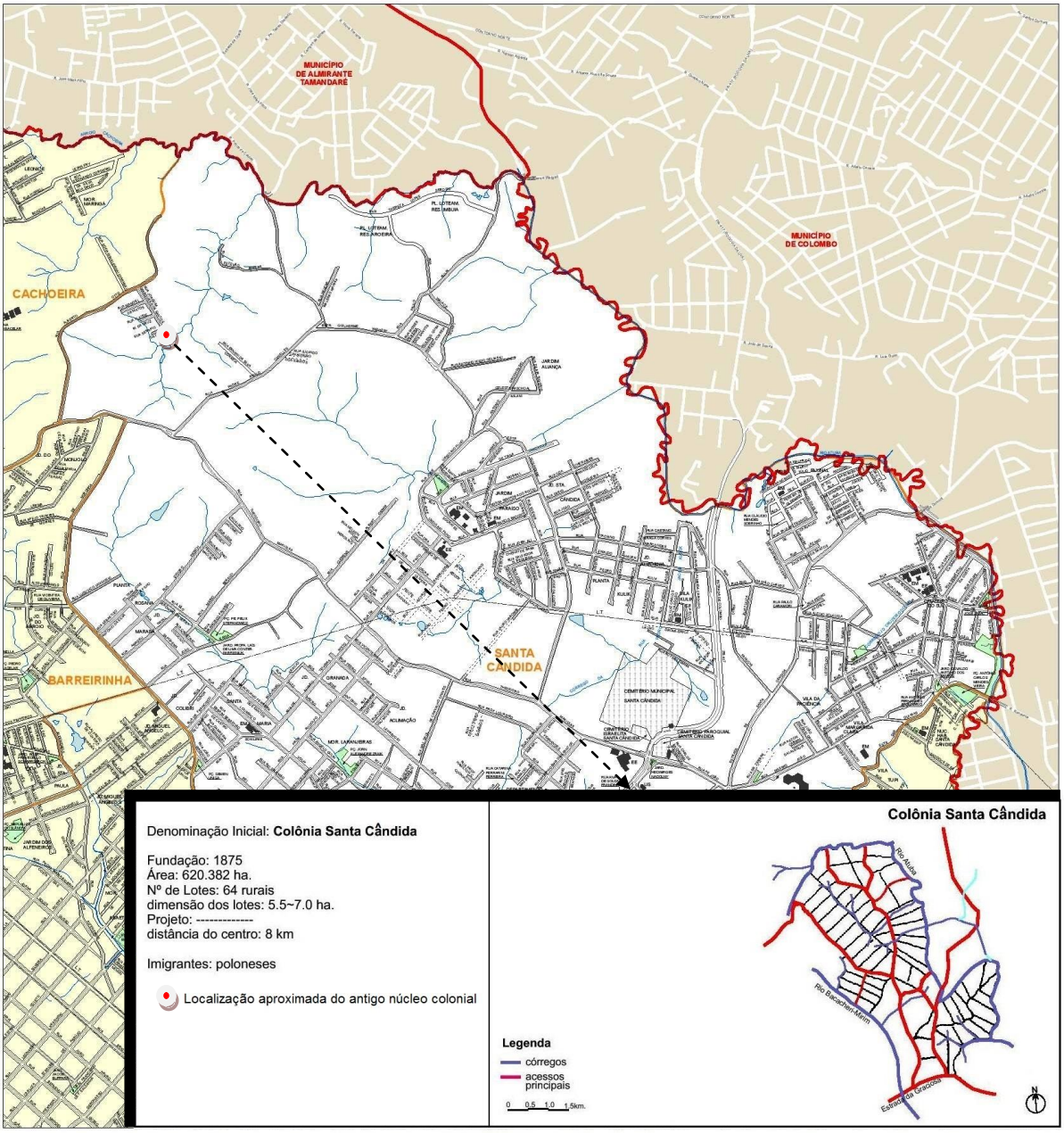
Sob esse cenário de crescimento acelerado da imigração polonesa, nasceria a Colônia Santa Cândida, que também se transformaria em bairro da capital anos mais tarde (FIGURA 9). A sua criação, juntamente com outras colônias que se firmavam, seria essencial para a continuidade do processo imigratório, o qual alcançaria seu auge no Governo Lamenha Lins, entre maio de 1875 e janeiro de 1878 (IAROCHINSKI, 2000; OLIVEIRA, 2009).

Acredita-se, com base nos registros do período, que, entre as colônias criadas na presidência de Lamenha Lins, Santa Cândida, não só por ter sido a pioneira, seria a sua preferida, por carregar o nome de sua segunda esposa, Cândida de Oliveira (IAROCHINSKI, 2000).

Localizada a 8 km do Centro da capital, às margens da Estrada da Graciosa, teve os seus 40 lotes iniciais (de aproximadamente 10,9 ha cada) comprados por José de Barros Fonseca, em 1875. Tais espaços foram ocupados por 168 poloneses e 40 suíços de língua francesa, procedentes do Porto de Antuérpia, na Bélgica (IAROCHINSKI, 2000).

As famílias de imigrantes logo passariam a produzir milho, trigo e centeio. Em 1876, nove lotes seriam acrescidos à colônia para acolher poloneses oriundos da Silésia e Pomerânia, as mesmas regiões que teriam fornecido a maior leva de imigrantes das colônias Pilarzinho e Abranches. A população de Santa Cândida teria, com esse incremento demográfico, 135 homens e 131 mulheres poloneses e 15 homens e 25 mulheres suíços (IAROCHINSKI, 2000).

No que tangia à produção agrícola, Santa Cândida, em 1886, demonstraria um perfil diversificado (QUADRO 12):



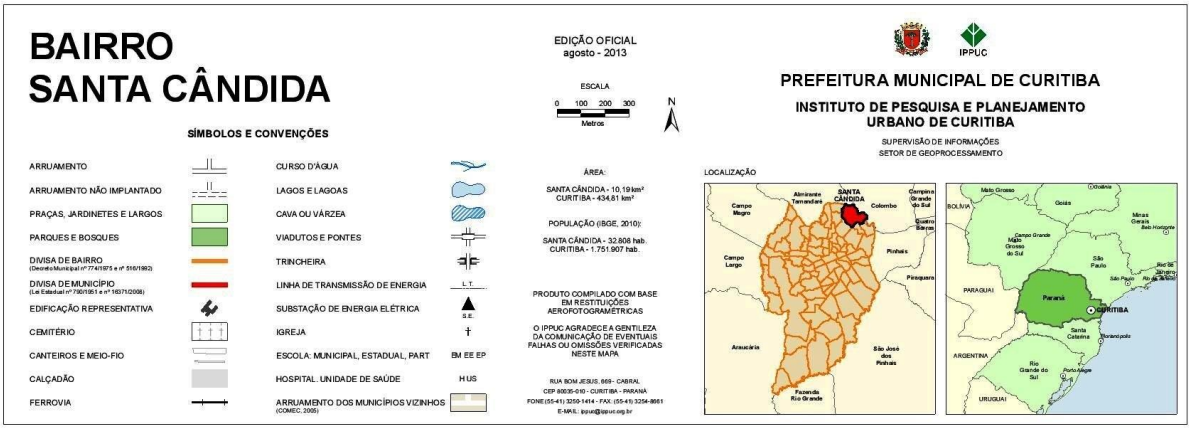


FIGURA 9 - PLANTA DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO SANTA CÂNDIDA
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

Cultivo	*Número de proprietários*	*Semeadura em alqueires*	*Colheita em alqueires*	*Produtividade por unidade*
Centeio	49	254,0	1.281,0	5,0
Milho	41	60,3	351,0	5,8
Feijão	30	11,1	56,9	5,1
Batata	48	224,5	425,0	1,8
Trigo	1	0,5	1,0	-
Cevada	1	5,0	10,0	2,0
Uva	1	-	5 pipas	-
TOTAL		**555,4**	**2.129,9**	

QUADRO 12 - CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA
FONTE: LIVRO Nº 6 (S/ D)[99]

O cultivo de centeio, milho, batata e feijão, em maior escala do que outros produtos, seria uma tendência também entre os agricultores das demais colônias. Essa escolha, além do marcante caráter de subsistência, por serem produtos básicos na alimentação polonesa, visariam a atender às necessidades do mercado consumidor local, que já havia criado uma demanda pelos produtos da colônia.

Em 1880, conforme fizera em outras colônias da Província, D. Pedro II visitou Santa Cândida. Foi recebido na casa do imigrante Franciszek Wós, de onde sairia impressionado com tamanha hospitalidade. Wós demonstrar-lhe-ia ainda algumas técnicas de separação de grãos, que revelariam um pouco da engenhosidade dos colonos (BOLETIM ..., 1971).

O imperador, em retribuição ao tratamento recebido na colônia, resolveu doar à capela local uma imagem de Santa Cândida, adquirida em Lisboa (IAROCHINSKI, 2000).

4.1.4 Orleans

Concebida no mesmo ano que a Colônia Santa Cândida, Orleans recebeu os primeiros imigrantes apenas em 1876. Situada a 10 km do Centro de Curitiba, próxima à antiga Estrada de Mato Grosso, abrangia uma área de aproximadamente 377 ha (LIVRO nº 5, s/ d).

[99] LIVRO nº 7. **Cadastro do núcleo "D. Pedro"**. Arquivo Público do Estado do Paraná, s/d.

Recebeu a denominação de Orleans devido à homenagem ao Príncipe Luís Felipe de Orleans, o Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel (WACHOWICZ, 1976b).

Os seus 66 lotes[100] variavam em tamanho, com uma média de 5,8 ha por lote, assim distribuídos: 42 lotes de 6,9 ha; 17 de 3,5 ha; 5 de 5,0 ha; e 2 de 1,7 ha. A maior parte dessas divisões destinava-se ao acolhimento de 249 habitantes (63 famílias), a maioria (182) composta por membros com mais de 10 anos de idade[101].

Lamenha Lins, em princípios de 1877, por meio de um relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, realizou a seguinte descrição da colônia:

> (...)
> Os colonos são excellentes lavradores; os terrenos de matto virgem estão hoje arados e cultivados, tendo já dado boa colheita de trigo e centeio.
> Consta a colônia de 68 (66) lotes que já estão cercados, e com boas casas feitas pelos próprios colonos, com auxílio do governo.
> A maior parte dos colonos possui carroça e animais, e todos estão contentes e animados. Os lotes são comunicáveis por 14.038 metros de estrada de rodagem (...).
> Trata de estabelecer em um lote reservado um moinho central para uso dos colonos. Já existia no lugar a casa própria e a roda motora, de sorte que a despesa a fazer-se limita-se ao machinismo. Este melhoramento é indispensável porque, tendo os colonos grande plantação de cereais, lhes é penoso trazer à capital a colheita para ser reduzida à farinha[102].

Alicerçados na agricultura, os poloneses, juntamente com outros imigrantes e os caboclos da região, confeririam aos poucos uma organização diversificada à colônia, que, em 01/01/1878, seria composta predominantemente por polacos prussianos (QUADRO 13):

[100] LIVRO nº 5. **Cadastro do núcleo "Orleans"**. Arquivo Público do Estado do Paraná.

[101] RELATÓRIO do engenheiro-chefe do 2º districto Olympio Rodrigues Antunes, ao presidente da Província, de 30.05.1879, vol. 8. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

[102] PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província**, Adolfo Lamenha Lins, no dia 15.02.1877. Curityba, Typ. da viúva Lopes. 1877. p. 85.

	Sexo		
Nacionalidade	*Masculino*	*Feminino*	*TOTAL*
Polacos prussianos	103	93	**196**
Polacos galicianos	21	22	**43**
Ingleses	12	15	**27**
Italianos	11	9	**20**
Franceses	8	3	**11**
Brasileiros	2	4	**6**
Alemães	2	2	**4**
TOTAL	**159**	**148**	**307**

QUADRO 13 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA ORLEANS COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (1878)[103]

Os polacos prussianos e galicianos que participaram da constituição da colônia chegaram a Curitiba antes do seu próprio loteamento, em um número próximo a 200[104]. Os demais colonos teriam vindo de outros assentamentos das províncias do Paraná e de Santa Catarina, como os ingleses (alguns irlandeses) que migrariam da Colônia do Assungui e da Colônia Itajaí, em Santa Catarina[105].

No entanto, com o transcorrer do tempo, os imigrantes não poloneses passariam a deixar a colônia, transferindo ou abandonando seus lotes. Após 1880, observou-se um processo de apossamento desses lotes por parte dos imigrantes poloneses, conforme certificariam diversos documentos, ratificando a fama dos colonos serem “famintos por terras” (WACHOWICZ, 1976b) (FIGURA 10).

Assim como outras colônias, Orleans também recebeu uma visita de D. Pedro II, em meio a seu percurso para Ponta Grossa. Nessa oportunidade, os colonos lhe solicitaram auxílio para a construção de uma igreja na colônia. Imagina-se que o imperador tenha se sensibilizado por conta da região da Nova Polônia

[103] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Quadro estatístico da população de immigrantes de diversas nacionalidades, estabelecidas nas colonias fundadas nas circunvizinhanças desta cidade de Curityba**, organisado pelo Agente Official de Colonização João Baptista de Proença, de 01.01.1878, vol. 1, doc. manuscrito.

[104] OFÍCIO do Inspetor do Thesouro Sebastião José Cavalcante ao presidente da Província, janeiro de 1866. **OFFICIOS**, 1876, vol. 2. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

[105] REQUERIMENTO do colono inglês John Welsh ao presidente da Província, de 23.03.1877. **REQUERIMENTOS**, 1877, vol. 1. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

REQUERIMENTO do colono inglês Simon Boyes ao presidente da Província, de 30.05.1876. **REQUERIMENTOS**, 1876, vol. 2. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

apresentar nomes de colônias ligados à sua própria pessoa e aos seus familiares – Príncipe Gaston de Orleans (Conde d'Eu), D.ª Augusta e o próprio D. Pedro –, decidindo doar uma imagem de Santo Antônio e dois sinos com a marca real para a torre da paróquia. Alguns meses depois chegariam os presentes prometidos, sendo os sinos utilizados até os dias atuais (BOLETIM ..., 1971).

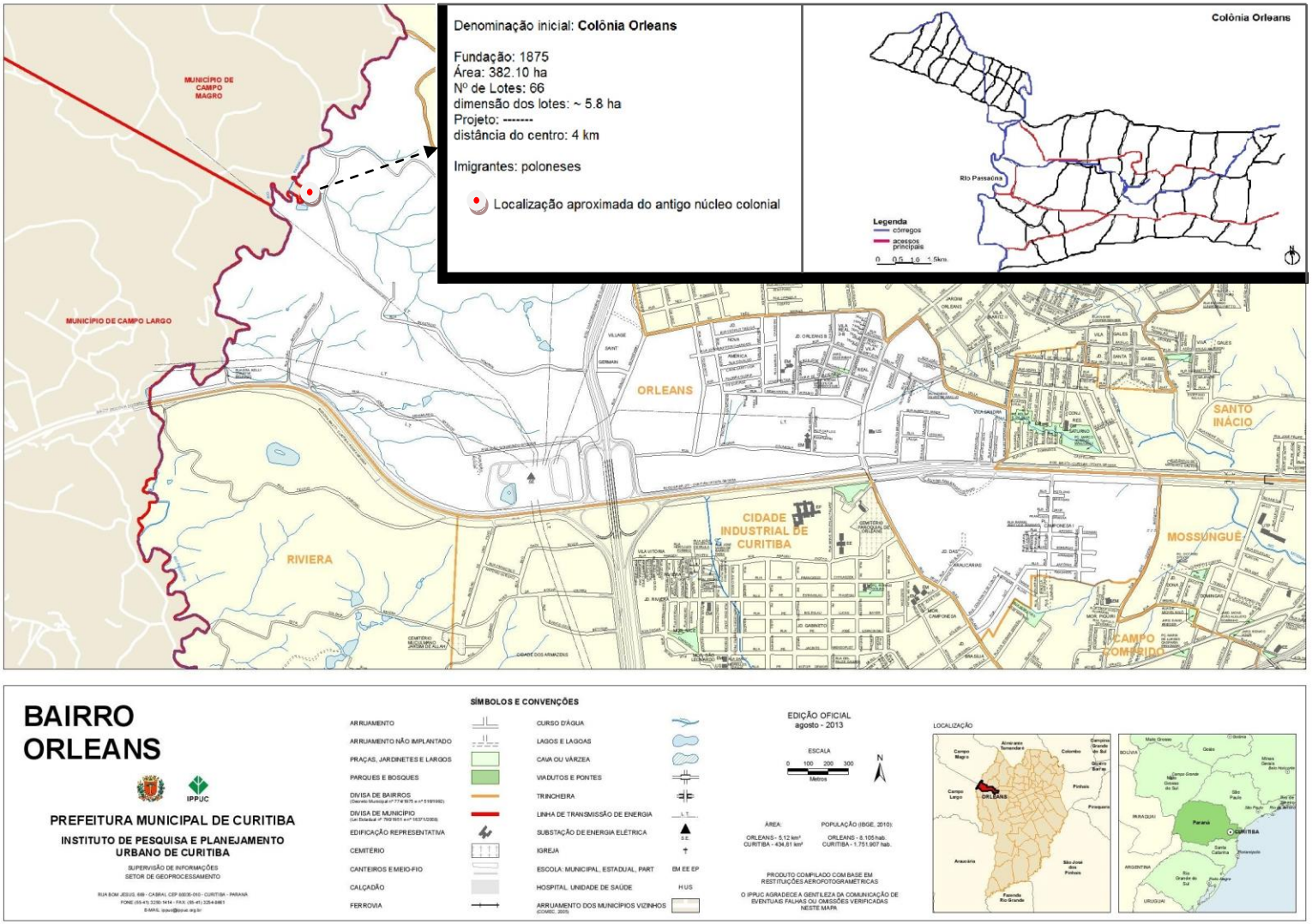


FIGURA 10 - PLANTA DA COLÔNIA ORLEANS E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO ORLEANS
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.5 Santo Inácio

Atendendo a uma fase específica do planejamento político da Província do Paraná, em relação à imigração europeia e ao povoamento de espaços adjacentes à capital, estabeleceu-se em 1876 a Colônia Santo Inácio, localizada a 4 km do Centro de Curitiba (BOSCHILIA, 2004).

O Relatório de 1877 ratificava a medição e demarcação de 70 lotes[106], com área total aproximada de 357,8 ha e média de 5,1 ha por lote, os quais seriam concedidos a imigrantes comprometidos em torná-los produtivos. Dentre esses lotes, 42 possuíam entre 5,1 e 5,8 ha; 22 entre 4,3 e 4,7 ha; e 6 mais do que 6,6 ha[107] (LIVRO nº 9, s/d)[108].

Em 1877, o contingente populacional estaria em torno de 334 habitantes (70 famílias), os quais veriam nas características do terreno, na abundância de água e na proximidade com a Colônia Orleans[109] pontos favoráveis ao seu desenvolvimento (BOSCHILIA, 2004). No ano seguinte, sua população estaria assim organizada (QUADRO 14):

	Sexo		
Nacionalidade	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos prussianos	144	159	**303**
Polacos silesianos	41	42	**83**
TOTAL	**185**	**201**	**386**

QUADRO 14 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA SANTO INÁCIO COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NA DIVISÃO POR SEXO
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (1878)[110]

[106] Do total de lotes, 4 foram vendidos a particulares e 1 serviu de sede para a capela (LIVRO nº 9, s/d).

[107] Ao final de 1878, os 70 lotes da colônia rendiam à Província em torno de 12.833 $ 648 (mil réis) em impostos (LIVRO nº 9, s/d).

[108] LIVRO nº 9. **Cadastro do núcleo "S. Ignacio"**. Arquivo Público do Estado do Paraná, s/d.

[109] A Colônia Santo Inácio se encontrava à margem do Rio Barigui de um lado e fazendo divisa com a Colônia Orleans de outro.

[110] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Quadro estatístico ...** de 01.01.1878, vol. 1, doc. manuscrito.

Nesse mesmo relatório, Lamenha Lins confirmaria a ordem para a construção de 23 casas de madeira provisórias aos colonos doentes ou incapacitados de fazerem-nas, além de outros serviços relacionados ao uso da terra fornecida (BOSCHILIA, 2004).

Entretanto, decorridos quatro anos desde a formação da colônia, Santo Inácio já acumularia problemas que não condizeriam com as expectativas de produtividade agrícola iniciais, pois seus habitantes "abandonão a lavoura e só se occupão em trazer lenha para vender[111]".

Apesar disso, a colônia não perderia a sua vocação marcadamente agrícola. Uma propriedade rural típica de Santo Inácio geralmente conteria uma casa de madeira ou de barro, um paiol, ao menos um equino (para transporte) e um bovino (para ordenha), além de animais de pequeno porte em quantidade variável, principalmente galináceos e suínos. Os produtos agrícolas predominantes encontrar-se-iam detalhados no QUADRO 15.

Cultivo	*Número de proprietários*	*Semeadura em alqueires*	*Colheita em alqueires*	*Produtividade por unidade*
Centeio	41	147,0	1.019,0	6,9
Milho	40	15,4	957,0	63,3
Feijão	40	15,0	328,0	21,8
Batata	40	200,0	440,0	2,2
Aveia	29	8,9	125,5	14,1
Ervilha	25	14,0	103,0	7,3
Cevada	22	7,8	118,0	15,1
Trigo	16	0,7	15,0	21,4
TOTAL		**408,5**	**3.105,5**	

QUADRO 15 - CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA SANTO INÁCIO
FONTE: LIVRO Nº 9 (S/D)[112]

Tal qual ocorreu com as colônias Pilarzinho, Abranches, Santa Cândida e Orleans, Santo Inácio se transformaria em um bairro de Curitiba, perdendo grande parte de suas características coloniais (FIGURA 11).

[111] RELATÓRIO do engenheiro-chefe do 2º districto Olympio Rodrigues Antunes (...).

[112] LIVRO nº 9. **Cadastro do núcleo "S. Ignacio"**. Arquivo Público do Estado do Paraná, s/d.

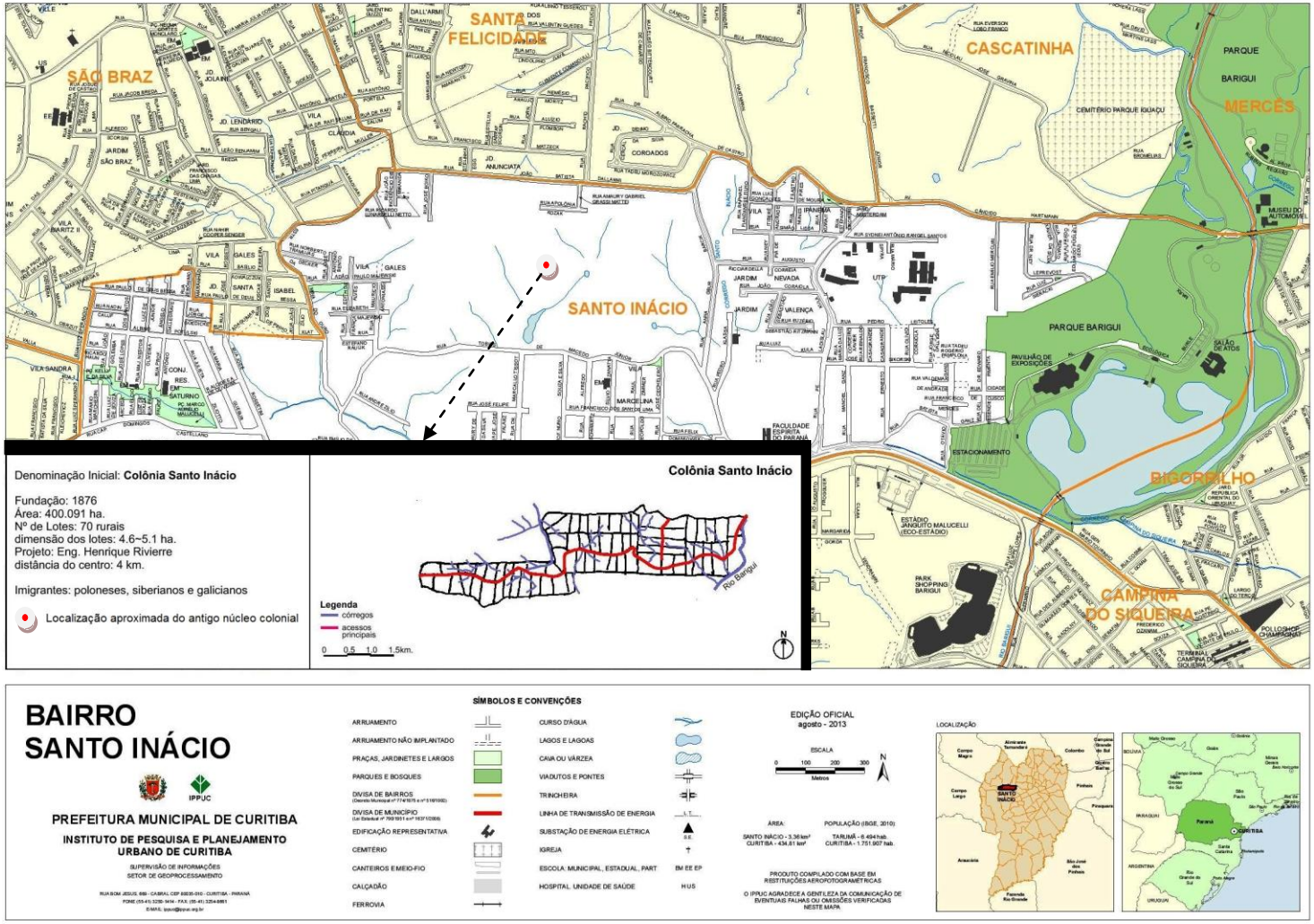


FIGURA 11 - PLANTA DA COLÔNIA SANTO INÁCIO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO SANTO INÁCIO
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.6 D. Augusto

Criada em 1876, ao lado da Estrada de Mato Grosso, a aproximadamente 9 km do Centro da capital, a Colônia D. Augusto recebeu esse nome em homenagem a D. Augusto de Saxe Goburgo, neto de D. Pedro II (LIVRO nº 8, s/d)[113].

Bastante próxima às colônias Orleans e Riviere, também associadas à Estrada Mato Grosso, D. Augusto foi estruturada em 36 lotes, perfazendo uma área total de cerca de 199,8 ha (média de 5,5 ha por lote). Entre os lotes, 30 apresentavam de 5,1 a 5,5 ha; 3 de 6,4 a 6,5 ha; 2 de 7,5 a 7,6 ha; e 1 possuía 4,7 ha. Caracterizavam-se por inicialmente estarem cobertos de matas e serem propícios à agricultura (LIVRO nº 8, s/d)[114].

Dos 140 colonos (36 famílias) que ocuparam esses lotes, 55 tinham mais de 10 anos de idade, enquanto 41 menos de 10 anos (LIVRO nº 8, s/d)[115]. Em relatório de 01/01/1878, constatou-se que a nacionalidade predominante nessa população era a polaca prussiana, com 65 indivíduos do sexo masculinho e 84 do sexo feminino (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1878).

A produção agrícola de D. Augusto em 1886 poderia ser representada pelo QUADRO 16:

[113] LIVRO nº 8. **Cadastro do núcleo "D. Augusto"**. Arquivo Público do Estado do Paraná, s/d.

[114] *Ibid.*

[115] *Ibid.*

Cultivo	*Número de proprietários*	*Semeadura em alqueires*	*Colheita em alqueires*	*Produtividade por unidade*
Centeio	33	82,5	741,0	8,9
Milho	33	20,8	1.077,0	51,7
Feijão	33	7,7	89,3	11,5
Batata	32	217,0	14,5	0,06
Ervilha	24	8,8	35,3	4,0
Aveia	11	5,5	1,0	0,1
Cevada	2	0,25	0,5	2,0
TOTAL		**342,55**	**1.958,6**	

QUADRO 16 - CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA NO CULTIVO E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA D. AUGUSTO
FONTE: LIVRO Nº 8 (S/D)[116]

Anos mais tarde, seguindo o caminho das colônias previamente discutidas, transformar-se-ia em bairro da capital (FIGURA 12).

[116] *Ibid.*

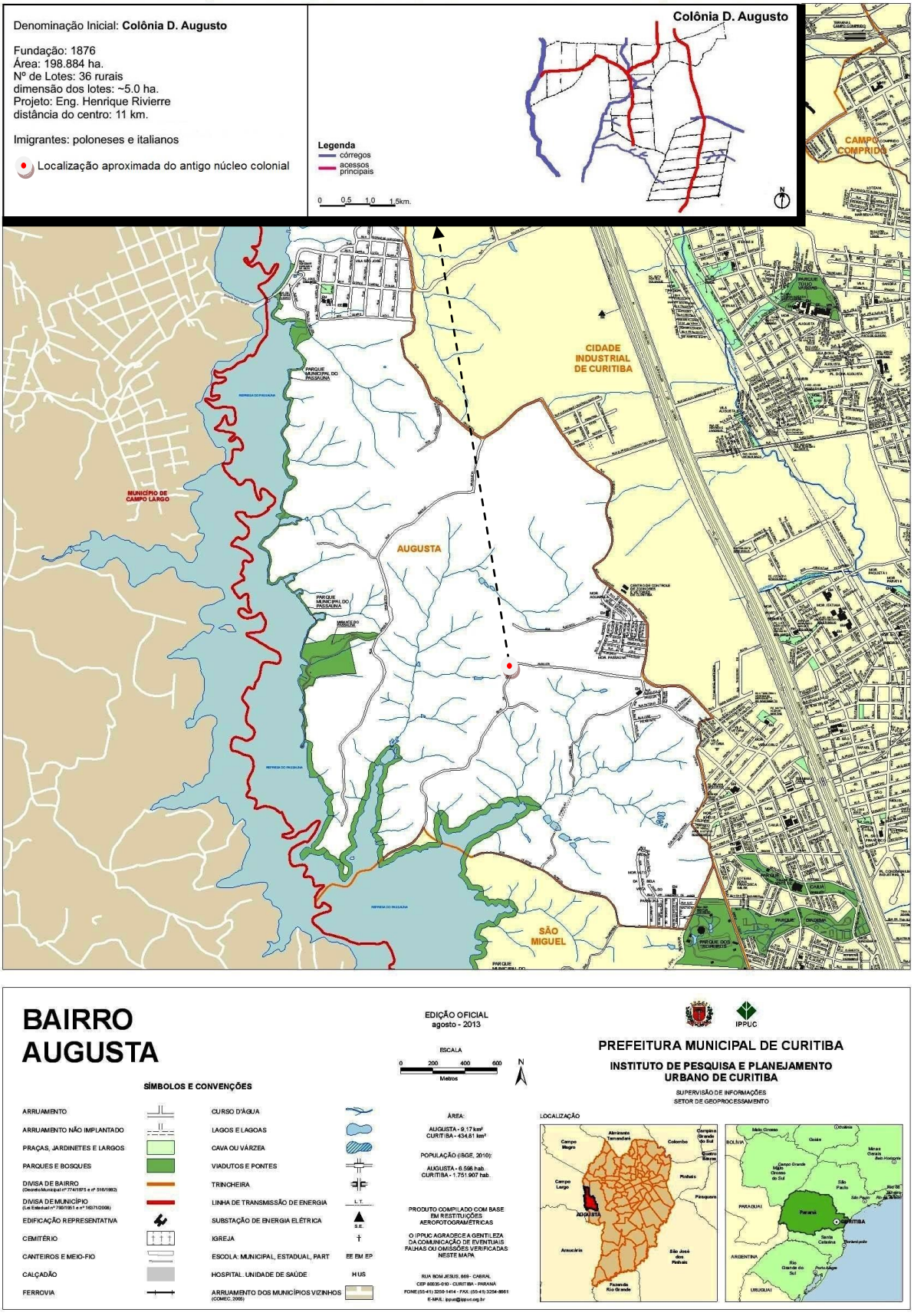


FIGURA 12 - PLANTA DA COLÔNIA D. AUGUSTO E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO AUGUSTA
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.7 D. Pedro II

Estabelecida em julho de 1876, próxima ao então Rio Poça Una (renomeado, posteriormente, de Passaúna), poderia ser entendida como um prolongamento da Colônia Riviere, tanto no que se referia ao território ocupado quanto à numeração dos lotes[117]. A Colônia D. Pedro II ocupava uma área total de cerca de 226,1 ha, dividida em 24 lotes. Destes, 21 englobavam uma área de 8,1 ha; 2 de 15,5 ha; e 1 de 16,2 ha (LIVRO nº 7, s/d)[118].

O tamanho médio dos lotes em D. Pedro II, 9,4 ha, era superior ao de várias outras colônias, haja vista a sua maior distância do centro de Curitiba, cerca de 17 km (WACHOWICZ, 1976a).

A sua população em 1876 era de 69 colonos (23 famílias), dos quais 52 tinham mais de 10 anos de idade e 17, menos de 10 anos[119]. Em 1877, o seu número de habitantes viria a sofrer um decréscimo, resultando na formação demográfica a seguir (QUADRO 17):

	Sexo		
Nacionalidade	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos silesianos	19	-	**19**
Suíços franceses	9	3	**12**
Ingleses	3	4	**7**
TOTAL	**31**	**7**	**38**

QUADRO 17 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA D. PEDRO II COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO EM 1876
FONTE: PARANÁ (1877)[120]

Cerca de um ano depois, em 01/01/1878, a composição demográfica de D. Pedro II viria a se alterar quase que por completo, em decorrência da chegada e

[117] A numeração dos lotes na Riviere ia de 1 a 97, enquanto que em D. Pedro II os lotes continuavam a sequência entre 98 e 121 (LIVRO nº 7, s/d).

[118] LIVRO nº 7. **Cadastro do núcleo "D. Pedro"**. Arquivo Público do Estado do Paraná, s/d.

[119] RELATÓRIO do engenheiro-chefe do 2º districto Olympio Rodrigues Antunes (...).

[120] PARANÁ. **Relatório do presidente da Província**, Adolfo Lamenha Lins, no dia 15.02.1877. Curityba, Typ. da viúva Lopes. 1877. p. 85.

saída de colonos de diferentes origens, levando a um significativo aumento tanto quantitativo quanto dos tipos de nacionalidades presentes (QUADRO 18).

	Sexo		
Nacionalidade	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos prussianos	51	37	**88**
Polacos galicianos	3	2	**5**
Italianos	3	-	**3**
Ingleses	3	4	**7**
TOTAL	**60**	**43**	**103**

QUADRO 18 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA D. PEDRO II COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO EM 1877
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (1878)[121]

Ainda no mesmo ano, em 10/11/1878, a Colônia D. Pedro II se tornaria emancipada politicamente (WACHOWICZ, 1976a).

A Colônia D. Pedro II, diferentemente dos casos anteriores, permaneceria anos depois sendo considerada colônia, ainda que muitas mudanças tivessem a ela chegado (FIGURA 13).

A produção agrícola de D. Pedro II estava centrada, similarmente ao encontrado em outras colônias fundadas no Governo Lamenha Lins, no cultivo do centeio e do milho, segundo o que se pode evidenciar pelo QUADRO 19.

[121] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Quadro estatístico da população de immigrantes de diversas nacionalidades, estabelecidas nas colonias fundadas nas circunvizinhanças desta cidade de Curityba**, organisado pelo Agente Official de Colonização João Baptista de Proença, de 01.01.1878, vol. 1, doc. manuscrito.

Cereais	*Número de proprietários*	*Semeadura em alqueires*	*Colheita em alqueires*	*Produtividade por unidade*
Centeio	21	58,5	688,0	11,7
Milho	21	10,2	438,0	42,9
Feijão	21	4,0	84,5	21,1
Batata	15	210,0	20,0	0,09
Ervilha	11	3,3	19,0	5,7
Cevada	1	1,5	2,0	1,3
TOTAL		**287,5**	**1.251,5**	

QUADRO 19 - CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA D. PEDRO II
FONTE: LIVRO Nº 7 (S/D)

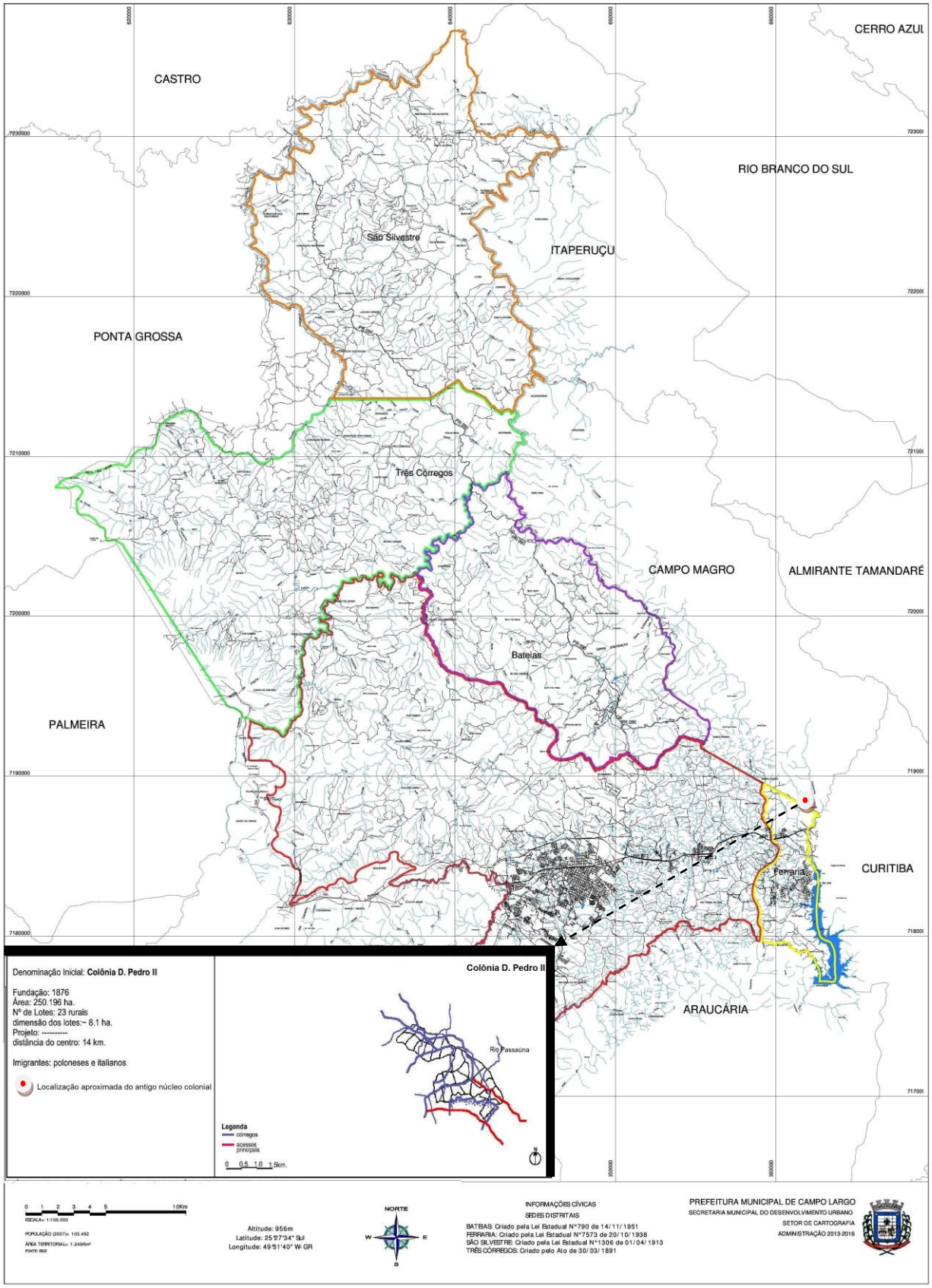


FIGURA 13 - PLANTA DA COLÔNIA D. PEDRO II E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA D. PEDRO II
FONTES: KANASHIRO (2006)/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO (2013) (ADAPTADO)

4.1.8 Thomaz Coelho

Considerada a maior colônia polonesa nos arredores de Curitiba, recebeu a partir de 1876 os primeiros imigrantes, originários da Galícia austríaca e da Silésia prussiana. Os números de lotes e as áreas individual e total ocupados, assim como a população inicial, foram dados que divergiram bastante no levantamento executado por esta pesquisa. Presume-se que os poloneses tenham sido acomodados inicialmente em 182 lotes de cerca de 6,5 ha cada, porém, com o rápido crescimento populacional – praticamente duplicou em um ano –, novos lotes precisaram ser delimitados e marcados[122] (QUADRO 20) (IAROCHINSKI, 2000).

	Sexo		
Nacionalidades	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos galicianos	449	434	**883**
Polacos silesianos	84	94	**178**
Polacos prussianos	8	4	**10**
TOTAL	**539**	**532**	**1.071**

QUADRO 20 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA THOMAZ COELHO COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NA DIVISÃO POR SEXO
FONTE: IAROCHINSKI (2000)

Em novembro de 1878, a população saltaria para 1.116 habitantes, dos quais 342 teriam menos de 10 anos de idade e 774, mais de 10 anos. Quatro anos mais tarde, tal número seria de 1.274 habitantes (IAROCHINSKI, 2000).

Percebe-se por esses dados, portanto, que Thomaz Coelho foi uma colônia com uma história à parte no contexto da imigração polonesa, marcada também por conflitos entre colonos e fazendeiros, colonos e caboclos da região, assim como entre os próprios colonos – na maioria dos casos, frutos de desavenças reportadas entre polacos galicianos e silesianos, muitos dos quais sem terem sequer provindo de tais regiões (consideravam-se apenas como pertencentes a elas). Desavenças essas que estiveram principalmente centradas nas questões de uso da terra (IAROCHINSKI, 2000).

[122] Dentro das demarcações municipais atuais, estender-se-ia por parte de Araucária, Campo Largo (parte de Ferraria), Curitiba e Lapa (ALMEIDA BARBOSA, 1984).

Até mesmo uma barreira fiscal foi estabelecida na estrada que ligava Thomaz Coelho a Guajuvira, ambas na Freguesia do Iguaçu (atual município de Araucária e parte do bairro São Miguel, em Curitiba), com a intenção de cobrar pedágio das carroças e mercadorias que passavam pelo local. Tal barreira foi destruída pelos colonos e reconstruída pelo Estado por diversas vezes, até que medidas legais fossem tomadas diante dos colonos para a sua consolidação de fato (IAROCHINSKI, 2000).

Em 1886, a colônia incorporou à sua área aproximadamente 262 lotes ocupados de um total de 270, que conteriam juntos 258 casas de madeira, quatro casas de tijolos, 114 carroças, duas máquinas de cortar palha, duas olarias e 57 arados (IAROCHINSKI, 2000) (FIGURA 14).

Em termos de animais de criação, possuíam, em quantidade variável entre os lotes, 370 bovinos, 302 equinos, 96 suínos e 17 bezerros (IAROCHINSKI, 2000).

No que se referia à produção agrícola da colônia, plantava-se na colônia centeio (em todos os lotes), milho (em 99,6% dos lotes), feijão, batata, cevada, trigo, aveia e ervilha. A extração madeireira, essencialmente por ação da serraria de Pedro Hey, mereceu destaque dentro do avanço da atividade na colônia, bem como na alteração de sua paisagem natural (IAROCHINSKI, 2000).

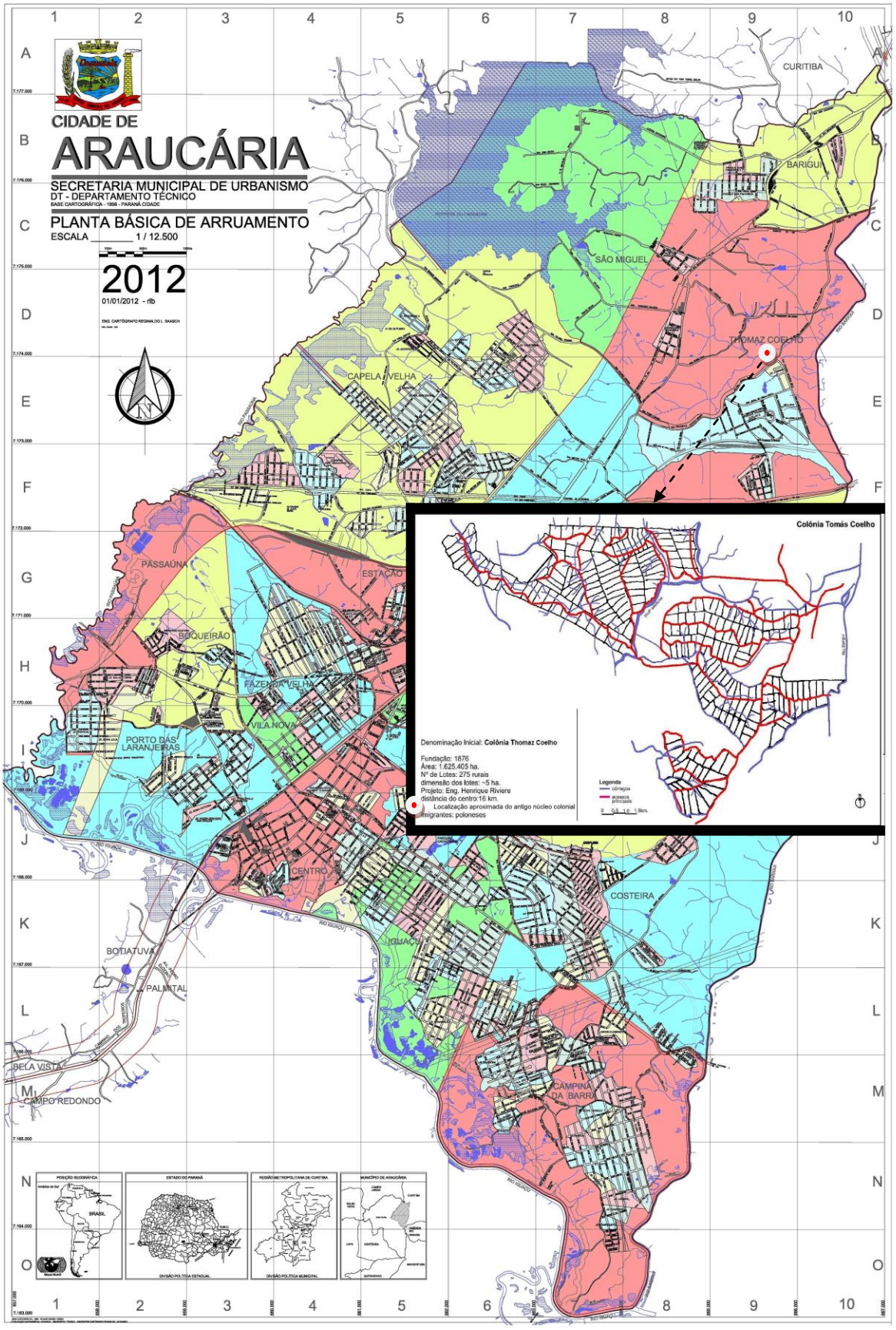


FIGURA 14 - PLANTA DA COLÔNIA THOMAZ COELHO E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA THOMAZ COELHO
FONTES: KANASHIRO (2006)/ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA (2012) (ADAPTADO)

4.1.9 Lamenha

Originou-se em maio de 1876, ao lado da Estrada do Assungui, a cerca de 9 km ao Norte do centro de Curitiba. A sua área compreendia aproximadamente 922,4 ha, dividida em 139 lotes, uma média de 6,6 ha por lote. Obteve a sua emancipação em 20/11/1878[123].

Recebeu essa nomenclatura em alusão ao seu fundador, o Presidente Adolfo Lamenha Lins (WACHOWICZ, 1976b). Anos depois, transformar-se-ia no que hoje é o bairro Lamenha Pequena, em Curitiba.

A população inicial da colônia era de 643 habitantes (139 famílias), sendo que 424 eram maiores de 10 anos e 219, menores de 10 anos. Mais a frente, apresentaria uma diversidade étnica interessante, segundo demonstrariam os dados de 01/01/1878 (QUADRO 21):

	Sexo		
Nacionalidades	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos prussianos	365	349	**712**
Polacos silesianos	9	12	**21**
Belgas	2	2	**4**
Lituanos	6	2	**8**
Alemães bávaros	1	-	**1**
TOTAL	**381**	**365**	**746**

QUADRO 21 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA LAMENHA COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO
FONTE: QUADRO ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO (1878)

A agricultura local não se diferenciava significativamente das demais colônias, tendo o centeio e o milho como principais produtos cultivados (QUADRO 22).

[123] RELATÓRIO do engenheiro-chefe do 2º districto Olympio Rodrigues Antunes (...).

Cereais	*Número de proprietários*	*Semeadura em alqueires*	*Colheita em alqueires*	*Produtividade por unidade*
Centeio	122	740,5	3.345,0	4,5
Milho	121	48,1	1.711,0	35,5
Feijão	114	31,3	1.343,1	10,9
Batata	122	51,5	680,0	1,3
TOTAL		**287,5**	**6.079,1**	

QUADRO 22 - CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM TERMOS DE PRODUTOS CULTIVADOS, PREDOMINÂNCIA E PRODUTIVIDADE NA COLÔNIA LAMENHA
FONTE: LIVRO Nº 6 (S/D)

Apenas mereceria ressalva o curto período de tempo decorrido, desde a formação da colônia, até o desenvolvimento das atividades agrícolas, condição que em outras colônias a própria ocupação demoraria meses ou até anos (FIGURA 15).

> Não querendo os colonos perder o tempo proprio para a plantação dos cereaes (junho), dedicaram-se logo a esse fim. Isso explica o facto de ver-se hoje, na colonia, plantações de cereaes, batatas e legumes, tendo apenas a colonia 6 mezes de existência[124].

[124] RELATÓRIO (...). *Ibid.*

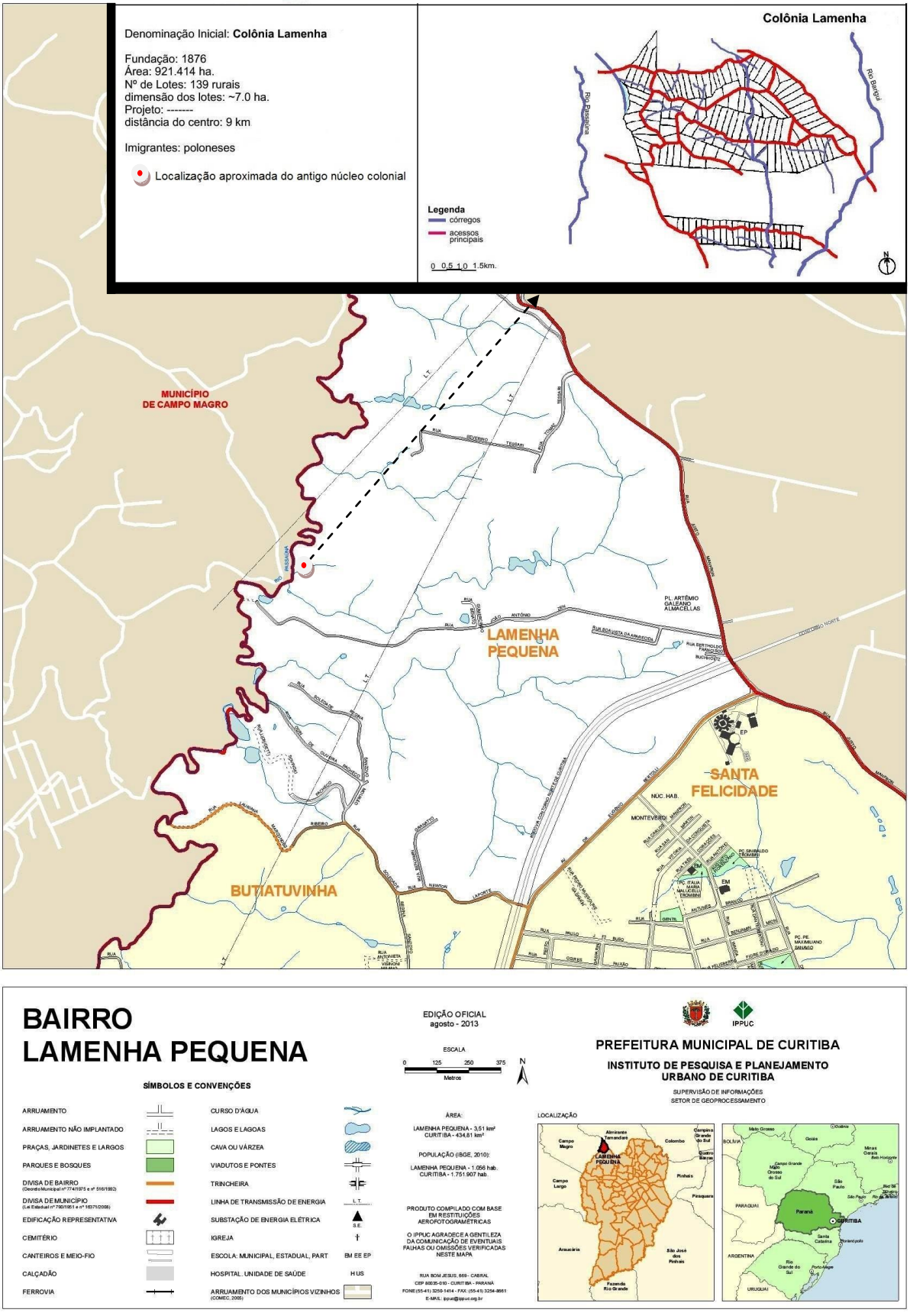


FIGURA 15 - PLANTA DA COLÔNIA LAMENHA E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO LAMENHA PEQUENA
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.10 Riviere

Formada em 1877 e emancipada em 10/11/1878, essa colônia cresceu vizinha à Estrada de Mato Grosso, a cerca de 16 km do Centro de Curitiba. Dotada de 97 lotes, que perfaziam uma área total de 825,0 ha, dos quais 30 tinham entre 6,3 e 7,9 ha; 58 entre 8,0 e 9,7 ha; e 9 entre 10,6 e 19,0 ha, uma média de 8,5 ha por lote[125].

A sua denominação provém de homenagem ao Engenheiro Henrique Riviere, pelos serviços prestados à colonização da província[126].

Em torno de 327 habitantes (97 famílias) compunham a população local, em que 258 pessoas eram maiores de 10 anos e 69, menores de 10 anos[127]. De acordo com levantamento executado em 01/01/1878, a população da colônia se encontrava assim distribuída (QUADRO 23):

	Sexo		
Nacionalidades	***Masculino***	***Feminino***	***TOTAL***
Polacos prussianos	192	176	**368**
Alemães	6	3	**9**
TOTAL	**198**	**179**	**377**

QUADRO 23 - FORMAÇÃO DA COLÔNIA RIVIERE COM BASE NA REGIÃO DE PROCEDÊNCIA E NACIONALIDADE E NA DIVISÃO POR SEXO
FONTE: QUADRO ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO (1878)

Uma das grandes reivindicações dos colonos de Riviere foi a abertura de uma estrada que permitisse o acesso direto à Igreja de Orleans. Chegaram a elaborar um abaixo-assinado em 02/09/1878 e endereçá-lo ao Governo da Província, contudo, o argumento da dificuldade de acesso – eram obrigados a passar por banhados até chegar à igreja – foi indeferido. Segundo destaca

[125] LIVRO nº 6. **Cadastro do núcleo "Riviere"**. Arquivo Público do Estado do Paraná.

[126] PARANÁ. **Relatório Adolfo Lamenha Lins**, 1877 ... p. 87.

[127] RELATÓRIO do engenheiro-chefe do 2º districto Olympio Rodrigues Antunes (...).

Wachowicz (1976b), é, no mínimo, curioso o parecer dado ao processo pelo chefe do 2º Districto de Colonização[128]:

> Em geral as estradas desta colonia estão boas, se bem que em alguns pontos assim não aconteça. Si o terrivel habito de procurar trabalho do Governo é que dá origem a frequentes requerimentos desta naturesa. Esta colonia ainda não teve trabalho este anno e eis-ahi o motivo do pedido.
> Entendo, pois, que systematicamente devem ser indeferidos todos os requerimentos como este, a fim de que, desse modo, os colonos se habituem a concertar as estradas coloniaes como são obrigados. É necessário, quanto antes, acabar-se com a constante e dispendiosa tutella do Governo sobre colonias antigas. Tal é meu parecer que submeto à illustrada apreciação de V. Sª.

No presente, a região da antiga colônia compreende o bairro Riviera, em Curitiba, e parte da Ferraria, no município de Campo Largo (FIGURA 16).

[128] ABAIXO-ASSINADO dos colonos de Riviere ao presidente da Província, de 02.09.1878. **REQUERIMENTOS**, 1878, vol. 4. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

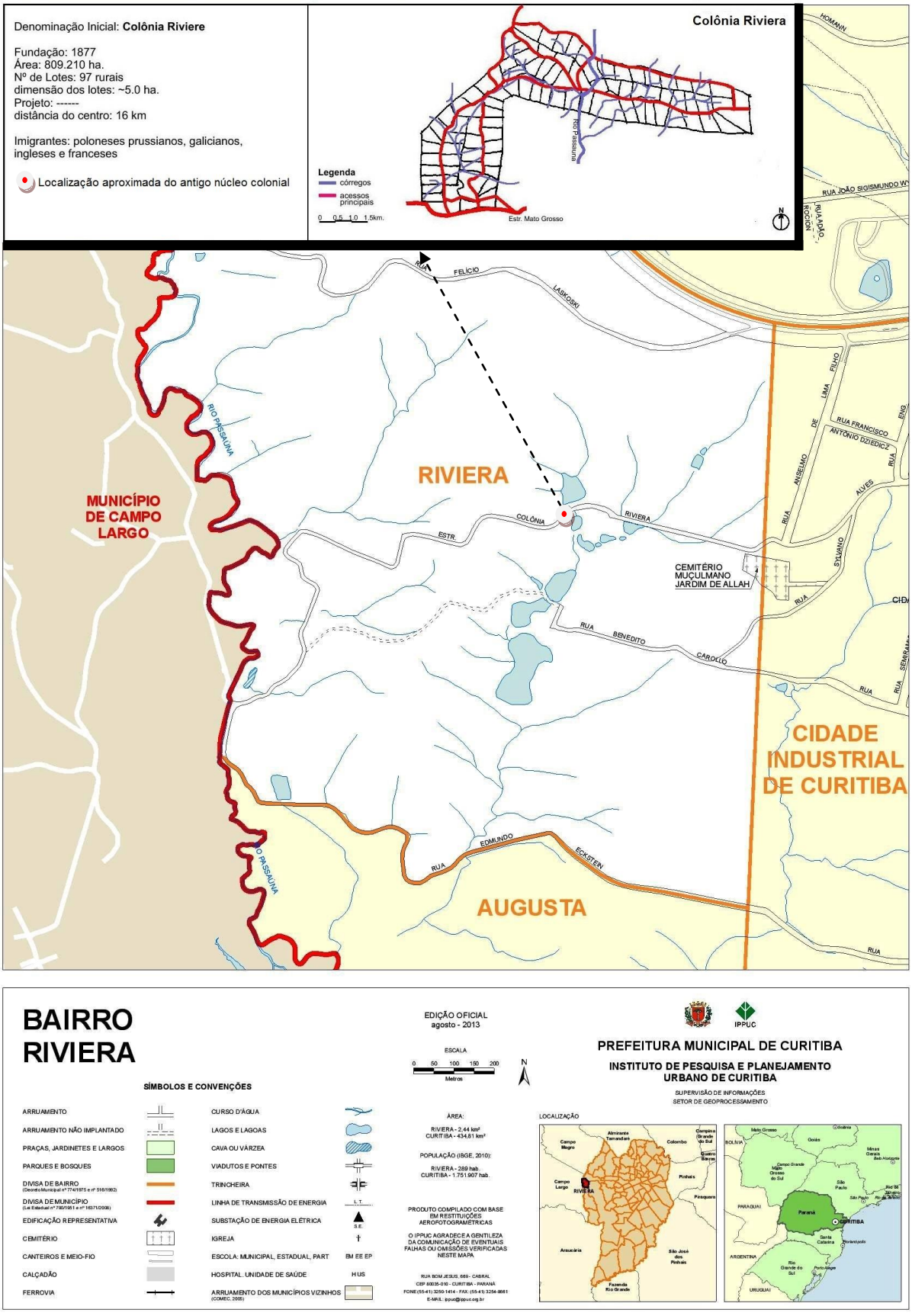


FIGURA 16 - PLANTA DA COLÔNIA RIVIERE E SUA LOCALIZAÇÃO NO MAPA QUE HOJE REPRESENTA O BAIRRO RIVIERA
FONTES: KANASHIRO (2006)/ IPPUC (2013) (ADAPTADO)

4.1.11 Muricy

Essa colônia emergiu na terceira etapa da colonização polonesa no Paraná, em que locais adjacentes a Curitiba passaram a também fazer parte desse processo. Foi o que aconteceu com o atual município de São José dos Pinhais, onde ainda se situa a Colônia Muricy (IAROCHINSKI, 2000) (FIGURA 17).

Nessa expansão por novas áreas, apenas 2.891 ha foram adquiridos, haja vista os problemas ocorridos na desapropriação, já que a maioria dos terrenos ao redor de Curitiba eram propriedades particulares. Mesmo assim, nesse período, surgiriam juntamente com a Colônia Muricy as colônias Zacarias, Inspetor Carvalho e Coronel Accioly (IAROCHINSKI, 2000).

Estabelecida em abril de 1878, mas oficializada em 21 de setembro de 1878, a colônia assentou 20 famílias em lotes entre os rios Miringuava e Pequeno. Dois meses depois chegariam, após passarem pelos portos de Paranaguá e Antonina, mais 60 colonos procedentes da Galícia (região de Gorlice, Malopolska e Podkarpacie) e Prússia Ocidental (região de Starogard, atual Gdansk) (IAROCHINSKI, 2000).

Após a divisão de terras entre as colônias criadas, Muricy ficou com 876 ha, os quais foram repartidos em 72 lotes. De acordo com levantamento de Saporski, em 1893, haveria na colônia 240 imigrantes poloneses, dos quais 82 já seriam nascidos no Brasil e 57, habitantes de outras nacionalidades – brasileiros, italianos e ucranianos (IAROCHINSKI, 2000).

Segundo o Livro Tombo da paróquia dessa colônia, os imigrantes poloneses, já fixados há dois anos no local, resolveriam aproveitar a presença de D. Pedro II em Curitiba, solicitando-lhe auxílio para a construção de uma capela de alvenaria, pois a que tinham era feita em madeira falquejada. Resolveriam, pois, redigir um documento em alemão por meio de André Haluch e direcioná-lo ao imperador, que compreendia bem a língua (BOLETIM ..., 1971, p. 420):

> Agora já estamos estabelecidos em Muricy, temos as nossas casas, terrenos e família, mas agora falta-nos o mais necessário, para que nos impulsione na vida e no trabalho, uma casa de Deus.

Como os colonos nativos raramente pediam apoio do Império para a construção de capelas em prol de seus serviços religiosos, D. Pedro II resolveu atendê-lo, encaminhando-lhes uma representativa contribuição à época e cinco

escravos com a missão de levantarem uma pequena “igreja de pedra”[129] (BOLETIM ..., 1971).

[129] Entre 1881 e 1884, a capela seria erigida, medindo ao final 8 x 8 m. Depois de seguidas reformas, anos mais tarde viria a ser desmanchada para abrigar a igreja atual (BOLETIM ..., 1971).

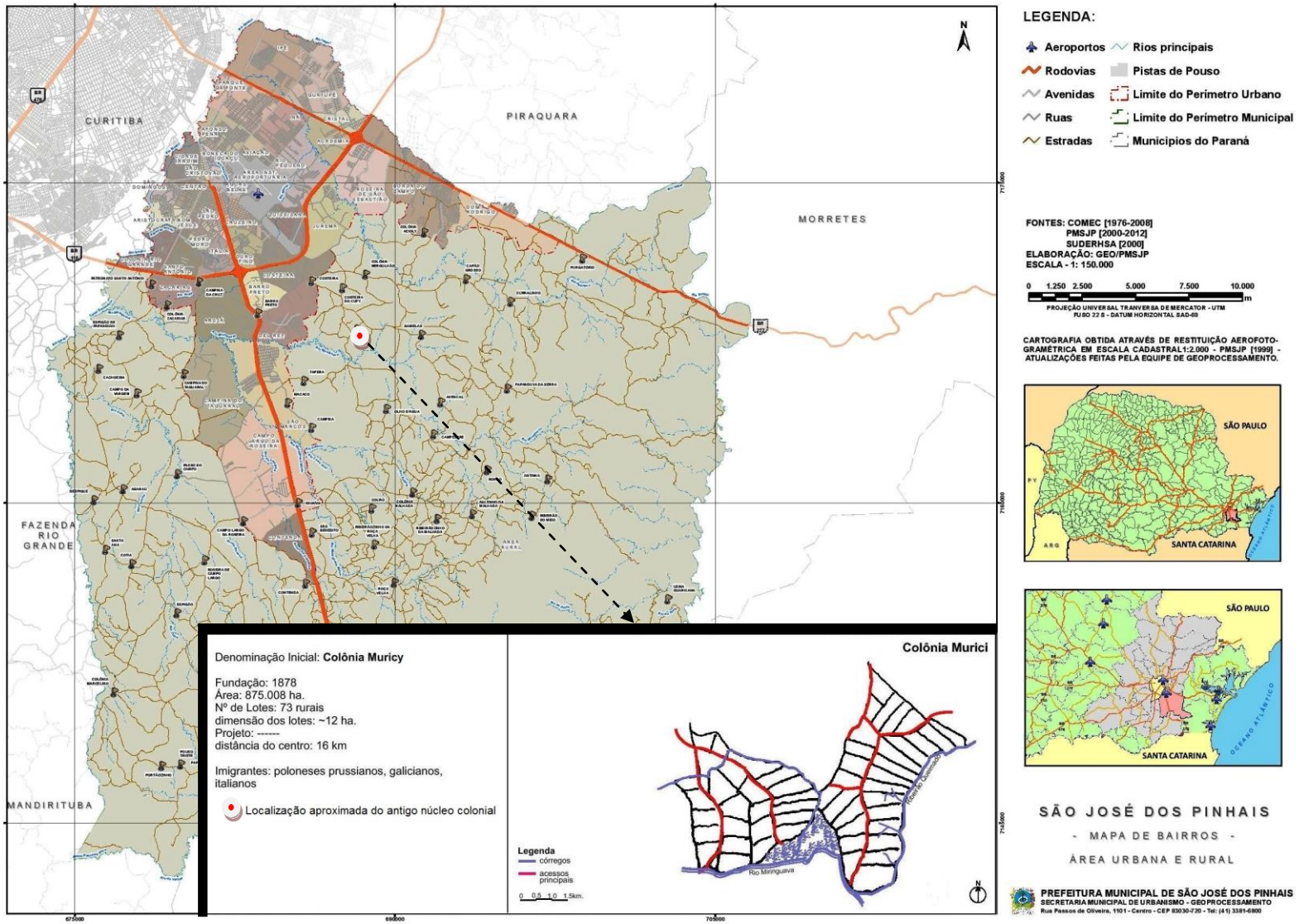


FIGURA 17 - PLANTA DA COLÔNIA MURICY E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA MURICY
FONTES: KANASHIRO (2006)/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2012) (ADAPTADO)

4.1.12 Antônio Rebouças

Estabelecida em Timbotuva, à margem da Estrada de Mato Grosso e ocupada a partir de 11 de outubro de 1878, foi uma das colônias criadas no Governo Linista. Com suas terras divididas em 34 lotes (com cerca de 10 ha cada), recebeu principalmente italianos vicentinos (27 famílias ou aproximadamente 156 indivíduos) e, em menor número, poloneses (17 famílias) (ALMEIDA BARBOSA, 1984).

O seu nome provém de uma homenagem ao engenheiro militar Antônio Pereira Rebouças, pelos diversos serviços prestados ao Paraná. O primeiro deles seria a direção da construção da Estrada da Graciosa, assumida em 1864; o segundo corresponderia às explorações para o traçado da Estrada de Mato Grosso; e o terceiro estaria ligado à contribuição indireta ao traçado da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, por meio de seus estudos prévios para a construção da Estrada de Ferro Imperial Dona Isabel, comunicando Curitiba a Antonina, a qual acabou por não ser concretizada (ALMEIDA BARBOSA, 1984).

Atualmente, a colônia faz parte do Município de Campo Largo, sendo vizinha à Ferrovia (FIGURA 18).

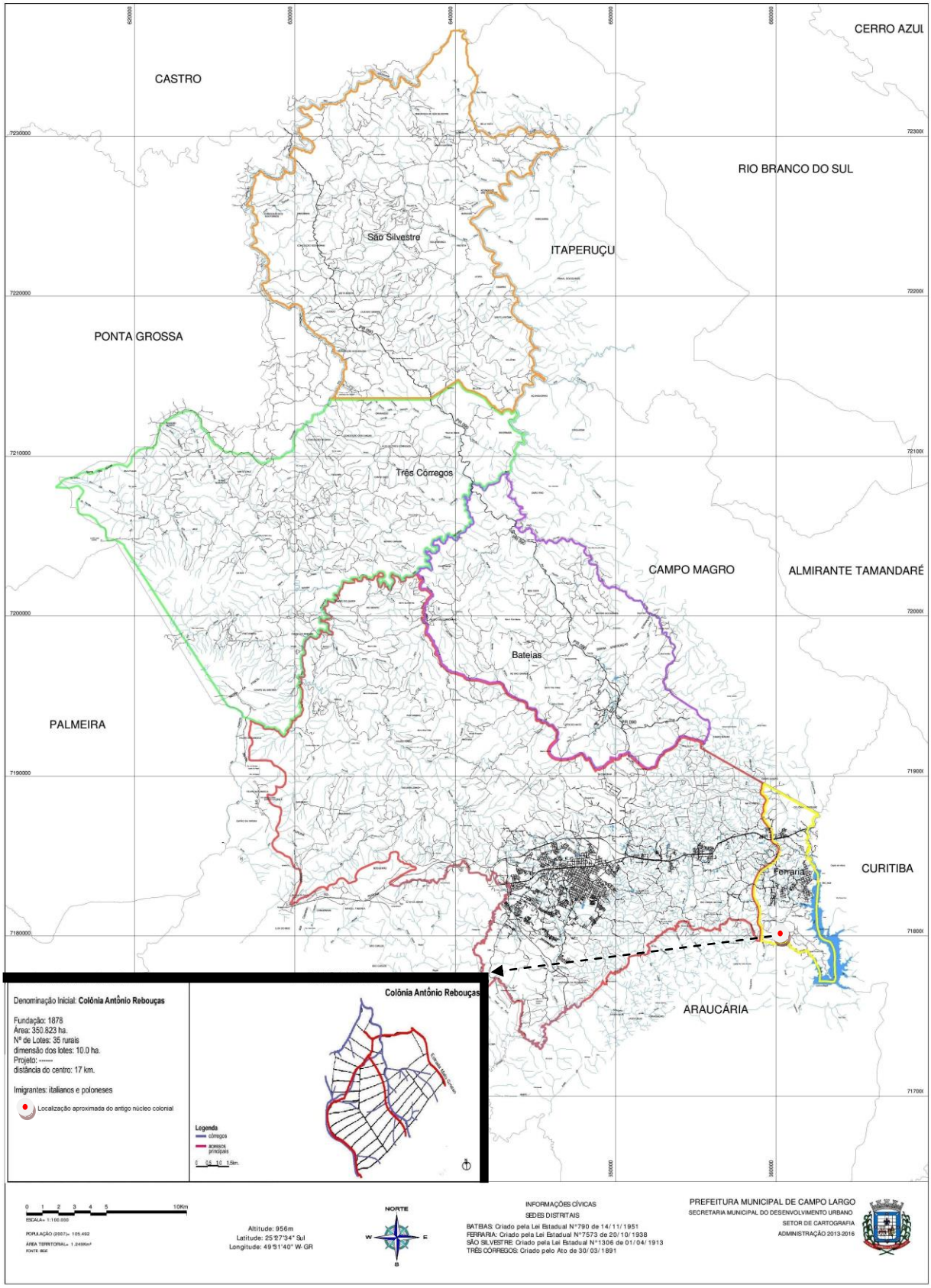


FIGURA 18 - PLANTA DA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS E SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO QUE AINDA REPRESENTA A COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTES: KANASHIRO (2006)/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO (2013) (ADAPTADO)

4.2 ANÁLISE INTEGRADA DAS COLÔNIAS

4.2.1 No passado

A vida dos moradores das colônias linistas não seria menos difícil do que a dos demais imigrantes. Faltava-lhes, muitas vezes, o básico, como a instrumentação agrícola para desenvolver os cultivos à forma como estavam acostumados na Polônia. Contavam com o machado, a enxada e a foice – que, por si só, já satisfariam aos caboclos –, porém, dentro do modo de produção dos imigrantes, a carência do arado[130] e de outros utensílios era notória (WACHOWICZ, 1976a).

Adicionar-se-iam outras adversidades no curso dos primeiros anos de colonização, como a falta de sementes; de estradas propícias ao transporte por carroças, principalmente nos períodos chuvosos; a infestação de plantações por pássaros, gafanhotos e saúvas, dentre outros problemas. Ainda assim, na maioria dos casos, apesar de todos os empecilhos, seria bastante seguro afirmar, com base nos relatos deixados, que uma representativa parte dos imigrantes poloneses apresentou uma melhoria na sua qualidade de vida em relação ao que tinham na Europa. Conquistaram bens; desenvolveram relações socioeconômicas, culturais e políticas, muitas vezes, em caráter de ineditismo; e encontraram uma terra onde puderam expressar, segundo condições variáveis, sua identidade adaptada.

A vinda dos imigrantes para próximo de Curitiba, de acordo com o leque de políticas estabelecidas pela Província, demandaria, junto a uma adequada distribuição territorial entre as colônias, a consolidação de um centro gestor específico. A partir dessa necessidade, a Câmara Municipal criaria, em 20 de agosto de 1892, um distrito administrativo, o qual seria denominado de “Nova Polônia”, em alusão à pátria de origem da maioria dos colonos imigrantes da região (BOLETIM ..., 1971, s/p.).

> A Câmara Municipal da Cidade de Curityba – Decreta:
>
> Art. 1º - Fica creado o districto Municipal denominado “Nova Polonia”, com sede no lugar Bariguy, sendo território desmembrado do

[130] O arado precisou ser improvisado pelos colonos. Para isso, utilizaram nós de madeira falquejados a machado. De acordo com depoimentos da época, na falta de animais, o pai geralmente guiava o arado, enquanto os filhos e a própria esposa substituíam os animais, trancionando o instrumento (WACHOWICZ, 1976a).

districto de Curityba.

Art. 2º - O districto creado por este Decreto terá os limites seguintes: do Sul ao Norte o rio Bariguy, a partir do engenho de Pedro Hey, até o engenho de Nicolau Pinto, d'ahi por uma linha que dividirá com o districto do Cruzeiro e a terminar no lugar denominado Timbutuva, no ponto em que o Município da Capital se divide com o de Campo Largo e dahi por uma linha que vá terminar no ponto de partida.

Concentradas majoritariamente na parte Oeste de Curitiba, as colônias da "Nova Polska" cresceriam em um curto período. Em meados de 1884, as oito colônias estabelecidas em seu governo no Governo Lamenha Lins possuíam juntas aproximadamente 3.827 habitantes (QUADRO 24)[131].

Colônias	*Habitantes*
Santa Cândida	315
Orleans	304
Santo Inácio	369
Riviere	453
D. Pedro II	109
D. Augusto	176
Lamenha	753
Thomaz Coelho	1.348
TOTAL	**3.827**

QUADRO 24 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NAS OITO COLÔNIAS SURGIDAS DURANTE O GOVERNO LAMENHA LINS
FONTE: RESUMO ESTATÍSTICO DA POPULAÇÃO (1884)

Compondo essa população nas colônias, existiriam grupos originários de diferentes regiões e países europeus, que, associados a caboclos brasileiros, formariam um verdadeiro prisma étnico nos arredores de Curitiba (QUADRO 25).

[131] RESUMO estatístico da população das 21 colônias já emancipadas, nos arredores da capital, São José dos Pinhais, Freguesia do Iguassu e cidade de Campo Largo, de 22.02.1884. **OFFICIOS**, 1884, vol. 4. Arquivo Público do Estado do Paraná, doc. manuscrito.

	Colônias								
Nacionalidades	**Santa Cândida**	**Orleans**	**Santo Inácio**	**D. Augusto**	**D. Pedro II**	**Thomaz Coelho**	**Lamenha**	**Riviere**	**TOTAL**
Polacos prussianos	58	196	303	149	88	10	712	368	**1.884 (54,4%)**
Polacos silesianos	241	-	83	-	-	178	21	-	**523 (15,1%)**
Polacos galicianos	-	43	-	-	5	883	-	-	**931 (26,9%)**
Suíços franceses	26	-	-	-	-	-	-	-	**26 (0,7%)**
Alemães	-	4	-	-	-	-	1	9	**14 (0,4%)**
Ingleses	-	4	-	-	7	-	-	-	**34 (0,9%)**
Italianos	-	20	-	-	3	-	-	-	**23 (0,7%)**
Franceses	-	11	-	-	-	-	-	-	**11 (0,3%)**
Belgas	-	-	-	-	-	-	4	-	**4 (0,1%)**
Lituanos	-	-	-	-	-	-	8	-	**8 (0,2%)**
Brasileiros	-	6	-	-	-	-	-	-	**6 (0,2%)**
TOTAL	**325**	**307**	**386**	**149**	**103**	**1.071**	**746**	**377**	**3.464 (100,0%)**

QUADRO 25 - FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS COLÔNIAS PRÓXIMAS A CURITIBA EM 01/01/1878
FONTE: BOLETIM ..., (1971) (ADAPTADO)

Tomando por base a localização das colônias em relação ao Centro da capital da Província, verificou-se que 1.068 (28%) habitantes – das colônias Lamenha e Santa Cândida – estavam assentados em lotes na parte Norte de Curitiba, ao passo que a maioria da população, 2.759 habitantes (72%), concentrava-se a Oeste.

Na situação atual, as populações das antes colônias e hoje bairros divergem enormemente em proporção ao que se tinha na época.

Nesse conglomerado, predominava o elemento polonês sobre qualquer outra nacionalidade, inclusive a brasileira. Isso fez com que uma identidade bastante forte em torno da valorização do modo de viver, pensar e se expressar do imigrante polonês aflorasse.

A ligação com a terra, trazida da pátria mãe, desde a chegada dos primeiros imigrantes representava, a quem quer os observasse, não só uma relação intrínseca, espontânea, que viria a se tornar um recurso de sobrevivência, mas também uma forma de comunicação.

A propriedade rural seria *grosso modo* uma espécie de representação de diversas características das colônias de imigrantes, onde se dariam inúmeras manifestações, organizar-se-iam construções e a partir delas atividades familiares e laborais, bem como se processaria uma dinâmica morfofuncional particular de cada *locus*.

De acordo com o censo efetuado em algumas colônias linistas, em 1886, poder-se-ia quantificar o patrimônio dos colonos da seguinte forma (QUADRO 26) (WACHOWICZ, 1976a):

	Construções e equipamentos						
Colônias	***Casas de madeira***	***Casas de barro***	***Casas de tijolos***	***Carroças***	***Estábulos***	***Paióis***	***Moinhos***
Santa Cândida	34	5	13	20	2	22	1
Santo Inácio	29	11	-	-	1	35	-
D. Augusto	31	2	-	7	7	23	-
D. Pedro	21	-	-	-	-	3	-
Lamenha	119	2	1	26	-	63	-
Riviere	93	3	-	-	61	81	1

QUADRO 26 - PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS EM PROPRIEDADES DE COLÔNIAS POLONESAS EM 1886
FONTE: WACHOWICZ (1976a) (ADAPTADO)

Os produtos gerados nas colônias e fornecidos para Curitiba e arredores possibilitavam o contato do colono com uma realidade contígua à sua, da qual se tornaria mais participativo a cada dia. A preferência pela semeadura do centeio, milho, feijão e batatas nas colônias da Era Lamenha Lins influenciaria tanto a agricultura familiar contemporânea da região quanto os elementos culturais manifestados na alimentação local[132].

O QUADRO 27 expõe a definição de certos cultivos entre as colônias e que, com o decorrer do tempo, seriam incorporados à produção de pequena escala no território hoje abrangido pela RMC.

	Colônias				
Cereais	***Santa Cândida***	***Santo Inácio***	***D. Augusto***	***D. Pedro II***	***Lamenha***
Centeio	45,7 (100,0%)	36,0 (100,0%)	24,0 (100,0%)	20,3 (100,0%)	55,5 (100,0%)
Milho	10,9 (83,6%)	3,7 (97,5%)	6,1 (100,0%)	3,5 (100,0%)	3,6 (99,1%)
Feijão	2,0 (61,2%)	3,7 (97,5%)	2,2 (100,0%)	1,4 (100,0%)	2,3 (93,4%)
Batata	40,5 (98,0%)	48,9 (97,5%)	63,5 (97,0%)	73,0 (71,4%)	38,6 (100,0%)
Ervilha	-	3,4 (61,0%)	2,5 (72,7%)	1,2 (52,3%)	-
Cevada	0,9 (2,0%)	1,9 (53,6%)	0,1 (6,0%)	0,6 (4,7%)	-
Aveia	- (2,0%)	2,2 (70,7%)	1,6 (33,3%)	-	-
Trigo	-	0,2	-	-	-
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

QUADRO 27 - PERCENTUAL DE SEMENTES UTILIZADAS NA PROPRIEDADE SEGUIDA PELO PERCENTUAL DE USO – ENTRE PARÊNTESES – DAS SEMENTES NA COLÔNIA
FONTE: PARANÁ (1887)[133]

Nas propriedades dos colonos imigrantes, era muito comum a criação de animais para consumo próprio, tanto direta quanto indiretamente por meio dos seus derivados. Conforme discutido previamente, eram criados em espaços cercados, o que gerava desavenças com os caboclos presentes na região (QUADRO 28).

[132] A soja – hoje o principal cultivo do Paraná, que é segundo no país em termos de produção (PARANÁ. SAB, 2014) – foi trazida ao Estado por um polonês, o Prof. Bienzako (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d)

PARANÁ. Secretaria da Agricultura do Abastecimento. **Produção agropecuária**. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137. Acesso em: 03 ago. 2014.

[133] PARANÁ. **Relatório do presidente da Província Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho**, de 17.02.1887. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense. 1887, p. 105.

	Colônias					
Cereais	**Santa Cândida**	**Santo Inácio**	**D. Augusto**	**D. Pedro II**	**Lamenha**	**Riviere**
Equina	68	54	36	30	187	164
Bovina	90	35	40	18	153	122
Suína	46	80	27	36	160	201
TOTAL	**204**	**169**	**103**	**84**	**500**	**487**

QUADRO 28 - QUANTIDADE DE ANIMAIS MAIS COMUMENTE CRIADOS EM PROPRIEDADES DAS COLÔNIAS, EM 1886
FONTE: BOLETIM ..., (1971) (ADAPTADO)

Essa distribuição apresentaria relação proporcional à quantidade de carroças, principal veículo de transporte dos imigrantes, presenta nas colônias, como em Santa Cândida, onde 38,04% dos proprietários as possuíam; 21,3% na Lamenha; e 21,2% em D. Augusto (WACHOWICZ, 1976a).

A localização das colônias e o desenvolvimento alcançado em cada uma, de certa maneira, refletiriam muitas das perspectivas que se teria a respeito das mesmas historicamente. A interpretação do que cada colônia representou antigamente e, no presente, significa, seja como colônia, seja como bairro de território urbanizado, auxiliaria a entender a trajetória que os elementos participantes desse processo teriam tomado com o tempo.

As áreas das colônias e as características dos lotes que as compuseram desde o Período Lamenha Lins possibilitaram, em determinados aspectos, não só uma descrição do que representaram em outro contexto, mas a compreensão parcial das mudanças ocorridas em cada cenário (QUADRO 29).

Colônias	*Superfície em ha*	*Número de lotes*	*Superfície dos lotes*
Santa Cândida	613,0	64	9,5
Orleans	377,0	66	5,8
Santo Inácio	357,8	70	5,1
D. Augusto	199,8	36	5,5
D. Pedro II	226,1	24	9,4
Thomaz Coelho	1.665,4	270	6,1
Lamenha	922,4	139	6,6
Riviere	825,0	97	8,5
TOTAL	**5.186,5**	**766**	**7,0**

QUADRO 29 - CARACTERÍSTICAS DOS TAMANHOS DOS LOTES E SUA CONCENTRAÇÃO NAS COLÔNIAS FUNDADAS NO GOVERNO LAMENHA LINS
FONTE: PARANÁ (1877)[134]

Constatou-se que, entre as colônias mencionadas, apenas D. Pedro II possuía uma média de superfície de lotes relativamente grande em relação à área ocupada pela colônia, uma das menores daquele período. As colônias Santa Cândida e Riviere apresentavam médias de áreas de lotes igualmente altas diante das demais colônias, contudo, ocupavam áreas proporcionalmente maiores.

De certa forma, parte dessas características foram mantidas nas configurações do que hoje consideramos como colônias de municípios da RMC ou bairros de Curitiba. A exceção nesse caso seria a Colônia Santa Cândida, que antes detinha amplos lotes e, no presente, corresponde a um dos bairros mais populosos e territorialmente segmentados da capital.

Riviere, atualmente bairro Riviera, e D. Pedro II, no município de Campo Largo, conservaram muito do panorama rural outrora predominante, além de ainda possuírem propriedades espacialmente maiores do que os outros bairros e a própria Colônia Thomaz Coelho (IPPUC, 2013; COMEC, 2014).

Orleans, Santo Inácio, D. Augusto (hoje Augusta), Lamenha (atual Lamenha Pequena), assim como os casos tratados anteriormente, apresentaram mudança na sua conformação em relação à evidenciada no período da colonização, tendo-se tornado bairros com o passar dos anos. Entretanto, pode-se dizer que essas colônias ao se adaptarem a condições de bairros sofreram alterações menos

[134] PARANÁ. **Relatório Adolfo L. Lins**. 1877 ..., p. 88.

drásticas no tamanho das antigas propriedades do que a então Colônia Santa Cândida.

Evidenciou-se também ao longo do levantamento teórico da pesquisa, uma variação nos dados quantitativos referentes à área das colônias, ao número de lotes e à distância das mesmas em relação ao centro da capital nos documentos analisados. De forma a evitar discordâncias ou aproximações falhas, esses foram mantidos conforme encontrados nos originais.

Conquanto os bairros e as colônias analisados tenham modificado nas últimas décadas, os seus limites, para mais ou para menos, requerendo periodicamente revisões pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), atuam nesse contexto variáveis mais significativas do que a questão territorial. Dois desses aspectos, os quais serão mais bem discutidos nos próximos tópicos, são a urbanização e a especulação imobiliária.

4.2.2 No presente

Estima-se que hoje viveriam no Brasil mais de dois milhões de descendentes de poloneses[135], sendo que no Paraná a ascendência eslava – incluindo, portanto, os ucranianos – abrangeria mais de 20% da população total do Estado. Estes indivíduos corresponderiam à quarta ou quinta geração dos imigrantes predominantemente ingressos até 1910 (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

O Brasil ou talvez a França tivesse sido o terceiro país que mais acolheu imigrantes poloneses. Em primeiro lugar, os EUA possuiriam mais de dez milhões de descendentes; e, em segundo lugar, viria a Rússia, sem um levantamento demográfico preciso (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

A herança cultural deixada pela comunidade polonesa foi inestimável. De elementos não-materiais a materiais, passando por construções, valores, técnicas, símbolos, ideias, ensinamentos religiosos, esporte, literatura, culinária, traços étnicos, dentre vários outros, facilmente observáveis na constituição de Curitiba e

[135] A título de comparação, a população aproximada de Curitiba, que teria sido a segunda cidade no mundo a mais receber imigrantes poloneses, está em 1.864.416 hab. (IBGE, 2014).

IBGE. **Cidades**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/p.erfil.php?codmun=410690. Acesso em: 18 set. 2014.

dos municípios que posteriormente se desenvolveram ao seu redor. Aliás, o Paraná como um todo deve muito aos poloneses, já que eles se mostraram fundamentais em diversos períodos de crescimento do Estado.

Com o avançar dos anos, o estranhamento inicial do imigrante daria lugar ao senso de pertencimento à nova terra, que mais do que nunca seria sua, pois nela adaptaria parte do seu passado, a fim de criar o presente e sonhar com o futuro. Para que isso fosse possível, uma espécie de "renascer" seria exigido aos colonos mais antigos principalmente – processo o qual nem todos suportariam –, porém, que se mostraria essencial à formação da base da comunidade polonesa no Paraná.

Evidentemente, cada colônia demonstraria suas particularidades, mesmo porque se localizavam em espaços distanciados uns dos outros, onde o contato entre seus membros nem sempre acontecia. Muitas vezes, isso sequer era desejado, já que os poloneses, além de trazerem da Europa desavenças entre eles mesmos – conforme suas regiões de procedência, com os imigrantes de outras nacionalidades, bem como por terem criado outras na sua chegada ao Brasil – como os desentendimentos com o caboclo nativo – mostrariam nas primeiras décadas um posicionamento social bastante arredio. Essa "divisão interna" entre as colônias de imigrantes poloneses contribuiria para uma heterogeneidade em cada uma delas, o que teria forte relação com a sua proximidade ao meio urbano e a interação demonstrada entre poloneses e imigrantes de outras nacionalidades, dentro das colônias, e aqueles que habitassem municípios vizinhos. Essa rede interacionista seria de crucial importância para a definição da atual conjuntura das colônias.

O processo de aproximação e trocas, em decorrência do que foi mencionado antes, ganharia maior intensidade por volta da metade do séc. XIX, sendo mais marcante em algumas colônias. Os laços que, no princípio, seriam quase que estritamente familiares, em uma escala micro, progressivamente abrangeriam uma escala média, por meio da filiação a diversas associações e grupos profissionais, os quais, mais a frente, evoluiriam para uma escala macro, difícil de ser exemplificada, mas compreensível através de manifestações, como festas, cerimônias religiosas, casamentos etc. (BÖHM *et al*., 1997-1998).

A materialização da herança cultural ocorreria sob as mais distintas formas, desde a recordação fotográfica dos quadros de família presos à parede da casa até o reconhecimento de símbolos, como a Águia Branca, ou de imagens religiosas que estão associadas à terra de origem, a exemplo da Nossa Senhora Negra de

Czestochowa, e, mais tarde, do Papa Karol Józef Wojtyla ou Jan Pawell II. Evidenciar-se-iam, desse modo, relações múltiplas que, à semelhança de um campo magnético, estariam polarizadas em dois pontos: a casa e a Igreja. Esses seriam ambientes tão particulares ao contexto do colono que, de determinadas formas, um parecia reportar ao outro, dando uma ideia de continuidade, a estrutura que por tantos anos proporcionaria a segurança pela qual os imigrantes buscavam.

A maior parte das colônias formadas por imigrantes poloneses e de outras nacionalidades apresenta hoje uma organização significativamente distinta daquela observada nas suas primeiras décadas de existência.

Em primeiro lugar, oito das doze colônias analisadas pela pesquisa se tornaram bairros de Curitiba, com delimitações territorial e administrativamente estabelecidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

Em segundo lugar, no caso deste estudo, incluindo-se as ainda denominadas colônias – D. Pedro II, Thomaz Coelho, Muricy e Antônio Rebouças –, identificou-se uma compartilhada modificação em nível estrutural, socioeconômico, produtivo e cultural desses locais, que, de certa forma, acompanharam o fluxo de desenvolvimento ocorrido em regiões próximas.

Utilizando-se de uma relação comparativa, fundamentada em registros fotográficos, documentais, literários e audiovisuais, foi possível afirmar que as, outrora predominantes, atividades agrícolas atualmente desempenham uma função econômica secundária, quando não terciária ou ausente, no cenário produtivo de cada uma das colônias, muitas das quais dominadas pela atuação industrial e do setor de serviços.

A expansão da RMC fez com que alguns bairros da capital praticamente se ”fundissem” a municípios vizinhos, a exemplo do que se identifica entre Curitiba e Campo Largo (na região em que se situam as colônias D. Pedro II e Antônio Rebouças) e entre Curitiba e Araucária (na região onde a Colônia Thomaz Coelho se mescla ao Bairro CIC). A proximidade física desses locais, estreitada não só pelas vias de acesso, mas também pela incorporação da imagem do espaço próximo, como se um fosse elemento da paisagem local do outro, gerou um estado no qual a divisão geográfica se tornou mais uma condição de formalidade do que uma tentativa de integração entre essas regiões.

À proporção que Curitiba crescia, o “fator urbanizador” se deslocava do centro da cidade em direção às extremidades, levando ao desenvolvimento de “novos” bairros, como aconteceria com algumas colônias de imigrantes, principalmente de origem polonesa e italiana. O estabelecimento de outras alternativas de acesso, além das já tradicionalmente utilizadas durante os ciclos produtivos e processos migratórios que marcaram a região, promoveu o deslocamento de parte da população antes concentrada no Centro para o que viriam a ser os bairros do Pilarzinho, Abranches, Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, Augusta, Lamenha Pequena e Riviera. Outros bairros, por sua vez, teriam apresentado destino semelhante. Tal transformação, contudo, não impediria pensar que essas antigas colônias não conseguissem crescer por si próprias, mesmo com o fim dos processos migratórios. Conforme se discutiu anteriormente, poder-se-ia esperar justamente o contrário, pois muitos brasileiros e migrantes de diferentes nacionalidades desde o início habitaram a maior parte dos núcleos coloniais e contribuíram, de certa forma, para o crescimento desses locais.

Por conta de uma carência de dados quantitativos evidenciada na maior parte das colônias e bairros estudados, não se saberia atribuir com precisão até que período a atividade agrícola teria predominado em cada local, mesmo porque apenas recentemente o levantamento estatístico por bairros vem sendo realizado dentro de trabalhos censitários em Curitiba. Nos municípios de Araucária, Campo Largo e São José dos Pinhais, que abrangem as outras colônias analisadas, essas dificuldades se revelam ainda maiores.

A conformação atual dos bairros e colônias considerados na análise indicaria que todos os casos tiveram um ritmo de evolução mediado pela interferência do meio urbano, que teria se intensificado a partir da década de 1970, período em que as atividades agrícolas começariam a perder força frente à industrialização trazida a esses locais (IPARDES, 1983).

De todos os bairros e colônias visitados, foram identificadas práticas agrícolas com fins de produção em sete das doze colônias, nos bairros Augusta, Lamenha Pequena e Riviera[136]; e nas colônias D. Pedro II, Thomaz Coelho, Muricy e

[136] Atribui-se a ocorrência de agricultura nesses bairros às propriedades de maior área neles encontradas – apesar da proximidade a grandes indústrias, como é o caso dos bairros Augusta e Riviera, principalmente – em relação a outros bairros visitados. Nestes, por sua vez, constatou-se o predomínio do plantio de um ou dois tipos de cultura, que normalmente não geravam produção significativa. As colônias – com exceção da Região de Roça Velha, em Thomaz Coelho, situada

Antônio Rebouças. Em todos os casos se verificou produção de subsistência e para comércio em pequena escala.

Atrelada à industrialização crescente, poder-se-ia apontar a não menos invasiva especulação imobiliária como um dos fenômenos mais atuantes na organização dos atuais bairros e colônias. A “fome por terras” dos poloneses recém-chegados à Província parece ter sido passada de forma distorcida a um conjunto de empreendedores, que viram, na região ocupada pelas antigas colônias, um espaço adequado a novas construções em diferentes escalas.

Em sua maioria, os empreendimentos realizados nessas áreas revelam pronunciada desarmonia em relação ao contexto original das colônias, embora os loteamentos atuais ocupem dimensões bem mais modestas do que as antigamente abrangidas pelas propriedades dos imigrantes. Normalmente, contam com fácil acesso por vias asfaltadas durante todo ou grande parte do percurso do centro urbano até a colônia.

A madeira, que há algumas décadas predominava entre as construções coloniais, com o tempo foi progressivamente sendo substituída pela alvenaria de tijolos, a “casa de material”[137]. No presente, são a minoria as construções à base de madeira, tanto nos bairros quanto nas colônias analisadas. Proporcionalmente ao número de casas existentes, é provável que as colônias Antônio Rebouças e D. Pedro II sejam as que mais concentram casas de araucária dentre os locais observados, tanto as construídas por imigrantes poloneses quanto por carpinteiros de outra nacionalidade, que também tenham feito uso desse recurso, como os italianos. Entre os bairros da capital considerados, possivelmente o Pilarzinho seja o que mais possua casas de araucária em relação ao total de casas existente. Os bairros Orleans e Santo Inácio, ao contrário, seriam aqueles onde praticamente

ao lado do Bairro CIC – apresentaram, no geral, características rurais mais destacadas do que os bairros considerados no estudo, o que lhes favorecia, em muitos aspectos, no melhor desenvolvimento da agricultura.

[137] Segundo Corona e Lemos (1972), o termo, atualmente difundido em alguns Estados do país, seria o recurso empregado para qualificar ou distinguir das outras, a casa de alvenaria de tijolos. Nas cidades “novas” do Norte do Paraná, por razões óbvias, as casas recém-construídas no período de adaptação eram de madeira. As casas posteriores, já definitivas, ou mais caras, eram de tijolos ou de “material”.

nenhuma construção em madeira teria sido verificada, o que caracterizaria a ampla modernização nessa região da cidade[138].

As casas de araucária identificadas nos bairros, na maior parte, situavam-se em terrenos de 300 a 1.000 m^2 em média, adjacentes a outras propriedades de área similar. Presume-se que essas dimensões sejam bem mais enxutas em analogia àquelas originalmente existentes nessas propriedades, quando antes da atuação da especulação imobiliária nessas regiões.

Ressalta-se também que, nas colônias e nos bairros em que foram visualizadas casas de araucária, muitas dessas construções apresentavam inserções posteriores de alvenaria, algumas vezes de Erkulit, ou peças reconstruídas inteiramente em tijolos, como seria o caso da cozinha e do banheiro, principalmente.

Em termos de presença de "traços de ruralidade"[139], considerou-se o bairro Lamenha Pequena como o local em que mais elementos ligados ao campo foram evidenciados dentro do espaço urbano, no rol amostral do estudo. Dentre as atividades constatadas nesse meio, sobressaía-se o plantio tradicional, a criação de gado bovino e a melicultura. As colônias, por estarem fora do perímetro urbano de seus respectivos centros, naturalmente demonstravam características de ruralidade de maior intensidade em comparação aos bairros de Curitiba. Em todos os casos

---

[138] Através de um estudo comparativo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Cracóvia, não só a semelhança entre as construções feitas na Polônia e no Paraná foram constatadas, mas o fato de que em ambos os lugares as casas de madeira têm se tornado casos cada vez mais raros (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ..., s/d).

[139] Ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartem, de fato, algumas características comuns que, no entanto, não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, bem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vêm intuitivamente reconhecido e depois medido. Com frequência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão empenhado nessa tarefa (ONU, OCDE, EU, escritórios de estatística) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que pode tempo limitado (SARACENO, 1996, s/p.).

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais: métodos de análise e políticas de intervenção, Roma 30 de outubro de 1996. s.n.t. Tradução do original italiano por Angela Kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp.

identificados a partir desse fator de análise, todavia, destacava-se a agricultura familiar como modo de produção predominante.

Outro aspecto que mereceu ser discutido foi o da presença de registros da imigração polonesa nos bairros e nas colônias considerados, seja através das representações materiais deixadas pelos ascendentes – como as casas de araucária –, seja por meio de expressões culturais manifestadas na identidade dos descendentes, agricultores ou não. Averiguou-se, sob as perspectivas observacional e informacional – esta desenvolvida a partir de relatos de moradores com os quais o pesquisador ia se deparando, ao longo da coleta de dados – que muitos dos costumes e das tradições de avós e bisavós originalmente poloneses não eram praticados ou haviam sido esquecidos. Em alguns casos, a religiosidade, o sotaque típico, a aparência física ou a culinária sugeriam ligação a um passado relativamente próximo, porém, na maior parte das vezes, desconectados entre si e de um contexto mais amplo, pouco representando diante da realidade descrita em obras de quarenta anos atrás ou mais. Essa impressão se tornou mais definida nos bairros de Curitiba, onde geralmente apenas os nomes das ruas pareciam dar ideia da participação polonesa no âmbito local. Mesmo as instituições públicas, praças, atrações turísticas, os parques e bosques, para citar somente alguns exemplos, a quase nada se referiam de relevância no que tangia ao passado do bairro em questão. Os próprios profissionais atuantes nesses espaços demonstravam certa surpresa ao saber da importância histórica desses bairros a partir do viés da imigração polonesa, quando informados pelo pesquisador. Muitos dos moradores, nascidos no local, sequer imaginavam que uma colônia predominantemente polonesa teria dado origem ao bairro que habitavam[140].

[140] Uma situação que vale um breve relato se deu durante a fase exploratória do bairro Pilarzinho, quando o pesquisador, percorrendo uma das margens da Rua Capitão Carlos Henrique Castor, avistou do portão de entrada do Bosque das Corujas – uma Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM) –, uma conservada casa de madeira falquejada, dentro do modelo inicial de construção da casa de troncos. Descobriu-se diretamente através do arquiteto e proprietário da reserva, Osvaldo Navarro Alvez, que a mesma havia sido adquirida por ele junto à uma família de descendentes de imigrantes poloneses e transladada desde a Colônia Thomaz Coelho até o local (obs. pess.). A área de 5.000 m^2 de mata nativa foi adquirida pelo atual proprietário em 1975 e em 16 de maio de 2012 foi oficializada como a quinta RPPNM de Curitiba pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) (SMMA, 2014). Esse espaço, por falta de divulgação, é bem menos conhecido do que outros locais ligados à imigração polonesa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. SMMA. **Parques e bosques**. Disponível em: http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma/267. Acesso em: 27 mar. 2014.

Infelizmente, uma das ínfimas divulgações que se promoveu nesse sentido aconteceu por intermédio de restaurantes, os quais não raramente ficaram limitados à arquitetura do imóvel e ao nome comercial do negócio. Os espaços destinados à preservação de objetos e divulgação de informações acerca da imigração polonesa – o Bosque João Paulo II, conhecido também como Bosque do Papa, em Curitiba; o Museu Tingui-Cuera, localizado no Parque Cachoeira, em Araucária; o Memorial da Imigração Polonesa, na região compreendida pela Roça Velha, na Colônia Thomaz Coelho, também em Araucária; a Casa de Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek, na Colônia Muricy; e o Museu da Etnia Polonesa, na Colônia D. Pedro II, em Campo Largo – denotam de maneira geral a superficialidade e o isolamento com que era tratada a questão, fruto do descaso que assola grande parte dos valores socioculturais do Paraná.

Os estabelecimentos de ensino visitados, quando na busca por propriedades rurais que pudessem ser de interesse ao estudo, também pareceram não demonstrar muito empenho em transmitir às novas gerações dados que estivessem relacionados à formação dos bairros e das colônias onde se localizavam. Mesmo os professores e demais funcionários não possuíam embasamento para fornecer muitas informações a respeito. No entanto, o direcionamento recebido a partir de observações pessoais nessas instituições mostrou-se fundamental, principalmente na Colônia Muricy, a fim de que a propriedade analisada fosse encontrada.

Logo, ao mesmo tempo em que o destino tomado pelas colônias tenha se diferenciado em vários aspectos, alguns problemas se tornaram comuns à maior parte dos casos observados, reforçando a hipótese de que processos similares teriam se manifestado nesses lugares. Ainda assim, previu-se que tal evolução nos bairros e nas colônias de origem polonesa continuaria por muitos anos, obedecendo ao ritmo ditado pela urbanização e efeitos dela decorrentes sobre esses espaços. Não se sabe se as casas de araucária ainda vistas no Pilarzinho, Abranches, Riviera, em Santa Cândida, na Augusta e Lamenha Pequena sobreviverão por bastante tempo, nem se as colônias D. Pedro II, Thomaz Coelho, Muricy e Antônio Rebouças manterão parte das expressões de ruralidade que hoje relativamente conservam. Levando-se em conta a aceleração da atividade industrial e da especulação imobiliária nas regiões que compreendem a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o Centro Industrial de Araucária (Ciar), bem como os perímetros urbanos dos municípios de Curitiba, Campo Largo e São José dos Pinhais, estima-

se que em algumas décadas o panorama atual esteja representativamente modificado.

Condensando-se os principais elementos desse universo levantado, sustentando-se nos critérios definidos para a escolha das propriedades rurais dentre as colônias analisadas, chegou-se à construção do perfil de três casos – Thomaz Coelho, Muricy e Antônio Rebouças –, com base em percepções de campo e na descrição da propriedade (observar itens 3.2.1 Definição da escolha das colônias, 3.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS e 3.4 ETAPAS DA COLETA DE DADOS).

4.3 COLÔNIAS E PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS

4.3.1 Propriedade em Thomaz Coelho

(i) Percepções de campo na Colônia Thomaz Coelho

A parte da Colônia Thomaz Coelho analisada pelo estudo antigamente integrava a Região de Roça Velha (ver mapa do item 4.1.8 Thomaz Coelho), em Araucária, a qual, hoje, por questões de reordenamento, ocupa o bairro São Miguel, no mesmo município, e uma porção da CIC.

No presente, a realidade da região é a de um contexto repleto de intervenções, margeado por indústrias de grande porte, comércio de materiais de construção, terminais de ônibus, chácaras com construções em alvenaria de tijolos e vias de acesso bastante movimentadas.

No entanto, nenhuma alteração no local é mais representativa do que a área alagada pela construção da Represa do Passaúna, finalizada em 1989 (DOUTSDAR, 1990). Grande parte das propriedades da colônia, algumas da quais expostas em fotos no Memorial da Imigração Polonesa, foi inundada pela represa[141].

Muitas das vias de acesso ao local surgiram em adaptação à obra, o que de certa forma contribuiu decisivamente para a mudança do ordenamento da região, como foi o caso da PR 421, que, devido à sua trafegabilidade, favoreceu o acesso à colônia.

[141] O Memorial da Imigração Polonesa de Thomaz Coelho preservava um acervo fotográfico e bibliográfico da história do local.

A visita de campo a Thomaz Coelho começou através do Portal Polonês, construído recentemente em local que, no passado, marcava o início da colônia. A arquitetura dessa construção, todavia, em nada lembrava às casas daquela que se poderia chamar de “colônia mãe” da imigração polonesa no Paraná. Parecia ser um sinal prévio de que a descaracterização teria se tornado uma marca do local a ser analisado.

Pela via principal, a Avenida Centenário, pode-se acessar os principais destinos da Roça Velha, como a Igreja de São Miguel, o antigo Colégio de Freiras e o Memorial da Imigração Polonesa, no Parque Romão Wachowicz.

Partindo-se do portal, a estrada era asfaltada parcialmente até um trecho, um pouco antes do memorial, que, em seguida, dava lugar à estrada de chão batido, a qual se prolongaria pela maior parte da Roça Velha.

Segundo os moradores e trabalhadores locais, essa parte da colônia havia se tornado perigosa nos últimos anos, sendo comuns os roubos e a invasão da Reserva do Passaúna para a prática de pesca e outras atividades predatórias. O acúmulo de lixo nas encostas das vias e próximo ao manancial também se tornou bastante evidente ao longo das visitas.

Era comum se observar, de diferentes ângulos, indústrias com amplos depósitos e chaminés fumegando incessantemente; algumas das quais chegando a servir de limite à colônia, encerrando-a em domínios que restringiam possíveis intenções de expansão por parte da comunidade.

De acordo com relatos de descendentes de moradores afetados pela construção da represa, muitas das famílias da região, ao serem indenizadas pela desapropriação de suas terras, teriam se mudado para Roça Nova, outra “divisão” de Thomaz Coelho, a fim de viverem próximas a parentes, ou teriam se deslocado para outros destinos, como o bairro Catanduva e o município de Campo Largo (ver item Da chegada dos ascendentes aos dias atuais do APÊNDICE 1).

(ii) Descrição da propriedade selecionada

A propriedade estudada ficava em uma rua particular (de nome preservado pelo autor), comunicada à Avenida Centenário. De um lado apresentava parte da plantação e de outro, um pequeno manancial, provavelmente formado a partir das

águas da represa. Este, por sua vez, era responsável por fornecer a água utilizada na irrigação dos plantios existentes.

O terreno se encontrava em uma elevação de aproximadamente 10 m em relação ao nível da represa, representando um indício da sobrevivência dessa propriedade à inundação que devastou essa parte da colônia.

A propriedade era composta por dois lotes destinados à plantação, que ocupavam a maior área do terreno, e por cinco edificações (sendo três ilustradas) de madeira, a saber (FIGURA 19) (ver item Reconhecimento da propriedade do APÊNDICE 1):

(a) Uma vivenda, aqui denominada de 1ª moradia – Construção *dom wegowy* (casa de troncos), com paredes de baixa altura, elaborada com peças falquejadas (vigas de madeira de aproximadamente 20 x 20 cm), dispostas na horizontal, encaixadas umas às outras por sambladuras retilíneas, e, portanto, de estilo arquitetônico próprio da primeira geração de casas polonesas no Paraná, antecessoras, portanto, à casa de araucária. Apresentava, em planta, o formato retangular simples, o mais tradicional para esse tipo de casa. Possuía compartimentos prolongados lateralmente em madeira serrada, apresentados na vertical, dando informações sobre sua contemporaneidade em relação à estrutura principal da casa. Tanto as portas quanto as janelas eram feitos completamente em madeira, salvando-se apenas as dobradiças em metal. O assoalho da casa era em chão batido. O telhado, em duas águas, com projeção frontal para a formação de uma proteção, era composto de telhas francesas. Não se sabia dizer se estas haviam sido precedidas por tabuinhas de madeira lascada (*gonty*) ou telhas “rabo de castor” em alguma fase da história dessa construção, contudo, o estado de conservação da cobertura atual daria a entender que a mesma teria sido refeita ao menos uma vez. O estado de conservação da casa, considerando-se a quase ausência de maiores intervenções, foi entendido como representativo. A construção não se encontrava mais habitada há alguns anos, tendo sido substituída por uma 2ª moradia dentro da função de residência da família proprietária;
(b) Outra habitação, chamada, neste caso, de 2ª moradia – Manteve o uso da madeira como matéria-prima, caracterizando o tradicionalismo existente sobre esse recurso. Com uma área um pouco maior do que a 1ª moradia, essa casa

apresentava mais divisórias e elementos que denotavam influências da época, como a expressão da religiosidade (no oitão, repousaria dentro de um nicho uma pequena imagem de santo), a organização da família, assim como o comportamento dos seus membros. Enquadrar-se-ia, por sua vez, na classificação de Quinto Tipo ou Modernista, segundo Imaguire (1993). Representaria, portanto, um modelo de tendência vanguardista em relação aos quatro outros tipos de casas de araucária no Paraná. Foi elaborada com madeira serrada (de aproximadamente uma polegada), distribuída verticalmente, associada por mata-juntas e pintada à tinta óleo. Apresentava-se complementada por repartições de alvenaria na área que abrangia a cozinha e o banheiro. Possuía base completamente preenchida em concreto ao invés de pilotis. As águas desencontradas do telhado, marcando, por conseguinte, a presença de rufos, foi outra característica encontrada na construção. Os vitrôs seriam outra marca identificada desse tipo de casa.

(c) Um paiol ou galpão – Constituído por peças serradas na vertical, sustentado por pilotis de alvenaria. O telhado também era de telhas francesas. Correspondia a um local para guardar equipamentos utilizados no plantio dentro da propriedade. Teria idade próxima à da 2ª moradia, sendo contemporâneo ao criadouro e à carpintaria, ambos construídos ainda no período útil da 1ª moradia.

(d) Uma carpintaria – Feita à base de madeiras serradas, organizadas na vertical, com cobertura em telhas francesas; e

(e) Um criadouro – Com peças serradas na vertical, divisórias e telhado de composição semelhante às construções anteriores.

(a)

(b)

(c)

(d)

FIGURA 19 - ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR (a) 1ª MORADIA, (b) 2ª MORADIA, (c) PAIOL, E (d) PARTE DE UM DOS LOTES DA PLANTAÇÃO
FONTE: O AUTOR (2014)

Essas construções foram erguidas a uma distância similar entre si, com exceção do criadouro e da carpintaria – os dois inativados no presente –, que se encontravam bem próximos à 1ª moradia.

As plantações contavam com cultivos de abóbora, milho e tomate, separados dentro dos dois lotes. Uma estrada de chão batido dividia a área abrangida pelas construções do espaço que incluía as plantações, atuando também como via de acesso à propriedade a partir de rua particular, comunicada à Avenida Centenário.

Por meio do relato do proprietário entrevistado, constatou-se que o local possuía esse arranjo espacial há várias décadas, caracterizando-se por ter passado por três fases distintas, divididas pela construção da 2ª moradia e possivelmente do paiol entre a primeira e a segunda fase, e pelo desuso da 1ª moradia, do criadouro e da carpintaria, entre a segunda e a terceira fase. Dessa forma – com base nos métodos e instrumentos empregados pela pesquisa: entrevista, fotografia, representação esquemática por "planta" e desenho –, identificar-se-ia em cada uma das fases uma dinâmica específica:

- 1ª fase

Os primeiros proprietários teriam se estabelecido no local ainda no final do séc. XIX, dentro das levas iniciais que contribuíram para a formação de Thomaz Coelho, em 1876. Todos os membros da família seriam de origem polonesa – porém, não se saberia precisar se eram poloneses siberianos, galicianos ou prussianos – e integrariam desde o início a área mais antiga da colônia, a Roça Velha. A 1ª moradia, conforme anteriormente descrito, representaria a utilização de técnicas típicas de casas de madeira eslavas (também observada em países escandinavos), dotadas de reduzida adaptação em relação aos modelos antes encontrados no Norte da Europa. A principal diferença estaria, sem dúvida, no tipo de madeira utilizado (ver item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).

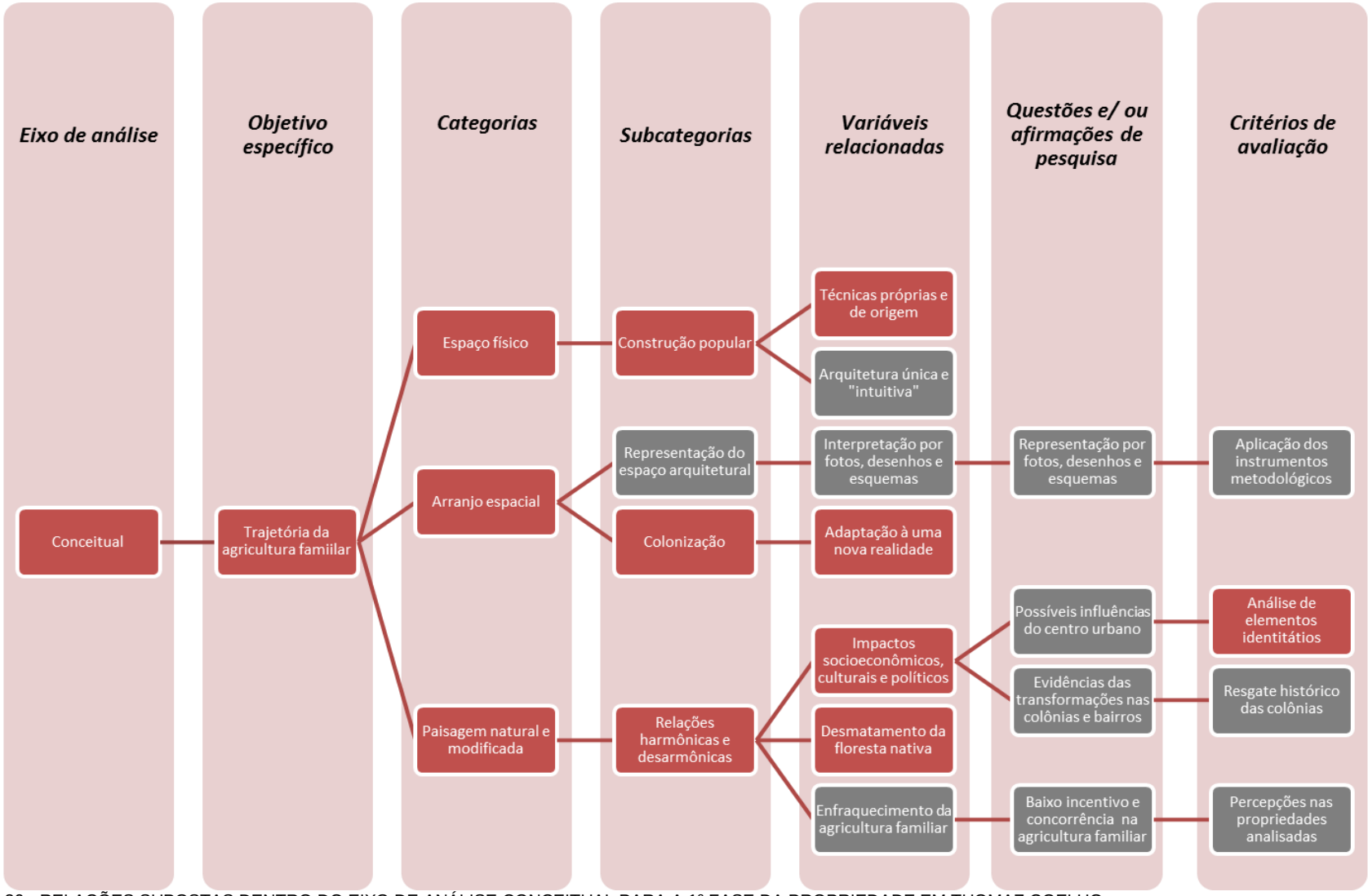
Nessa fase, perceber-se-ia a formação de um arranjo espacial orientado pelo processo de colonização, que implicaria a imersão em uma nova realidade. Naquele período, imaginou-se que a paisagem natural não tivesse sofrido marcantes interferências, já que o ciclo da madeira ainda ensaiava uma expansão. Mesmo

assim, o desmatamento ocorreu para possibilitar a construção de casas, abertura de estradas e formação de terras agricultáveis principalmente.

A comunicação com o meio urbano, no caso, Curitiba, ocorria, sobretudo, em uma escala muito mais com fins de abastecimento de insumos agrícolas da capital do que de alguma influência sociopolítica propriamente dita. Curitiba estava se desenvolvendo fortemente à época, contudo, os colonos revelariam justamente nessa fase – possivelmente próxima à "febre brasileira" – um senso de organização bastante peculiar, ainda envolvido na "atmosfera rígida" criada pela imigração.

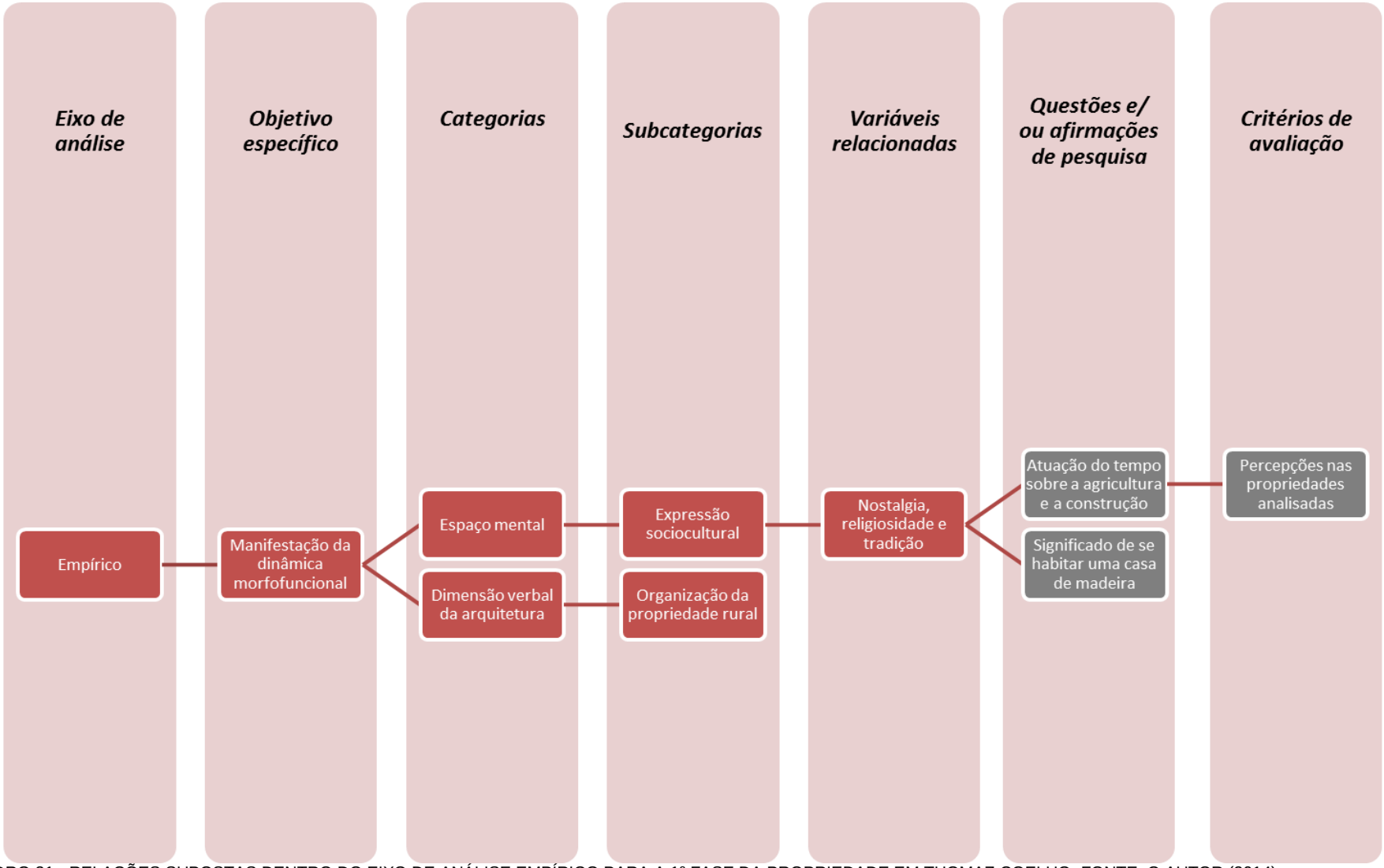
Aconteceria, dentro das hipóteses levantadas por este estudo, nessa fase de transição, uma transformação da figura do camponês polonês – fundamentado no cultivo de uma diversidade menor de produtos, até mesmo por conta das condições predominantes em seu país (lotes menores, restrições climáticas, baixo incentivo, modo de produção essencialmente feudalista, dentre outros) – para o agricultor familiar (apoderando-se, neste caso, de uma nomenclatura contemporânea, porém, de origem histórica no Brasil), com maior potencial de diversificação do cultivo, levando-se em consideração as novas variáveis encontradas (WANDERLEY, 2009) (QUADRO 30)[142].

[142] No quadro a seguir e nos demais quadros que compõem a análise das propriedades rurais, os retângulos hachurados correspondem a elementos que não foram incluídos ou considerados naquele momento específico do estudo.



QUADRO 30 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO
FONTE: O AUTOR (2014)

A propriedade na 1ª fase teria representações físicas do que seria a base da sobrevivência do colono na nova terra: a vivenda e, complementarmente a ela, a carpintaria, utilizada para a manutenção da primeira e outras finalidades; o espaço destinado à agricultura; e o espaço para a criação animal, essencialmente confinada. Esse arranjo característico receberia provavelmente influência da expressão sociocultural, nostálgica e tradicional por parte dessa geração da família, que geraria uma organização da propriedade compatível com essas relações (QUADRO 31).



QUADRO 31 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO. FONTE: O AUTOR (2014)

Esse conjunto de fatores, observados sob os dois eixos – conceitual e empírico –, permitiria supor uma dinâmica primária centrada na 1ª moradia, que, por sua vez, estabeleceria relações com a carpintaria e o criadouro, e ambos com os lotes destinados à plantação, e vice-versa (FIGURA 20).

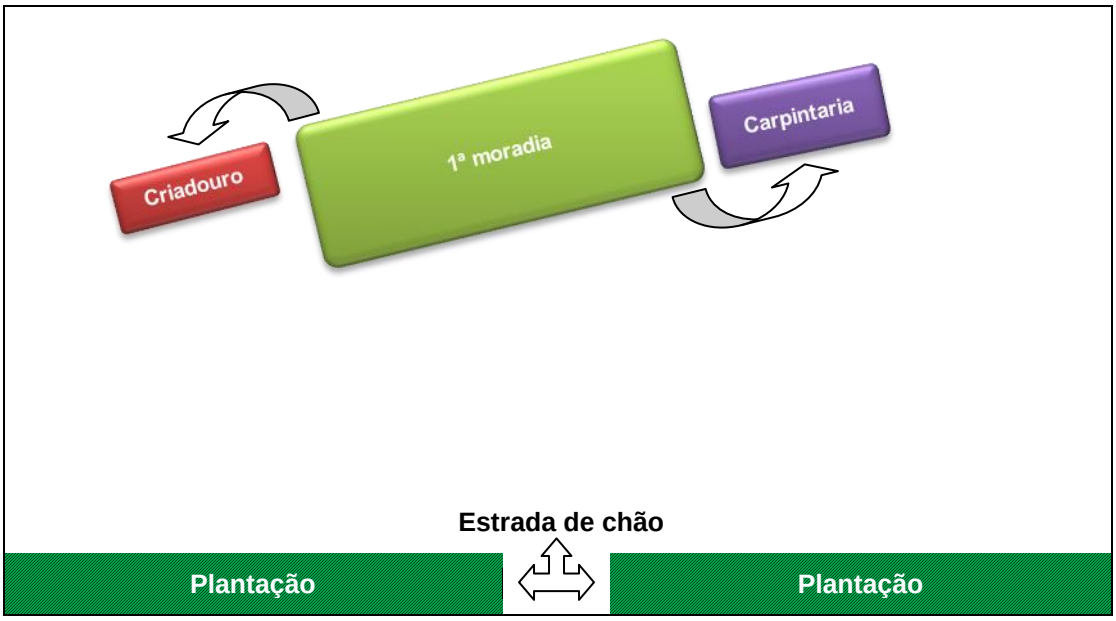


FIGURA 20 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 1ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E CRIAÇÃO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

- 2ª fase

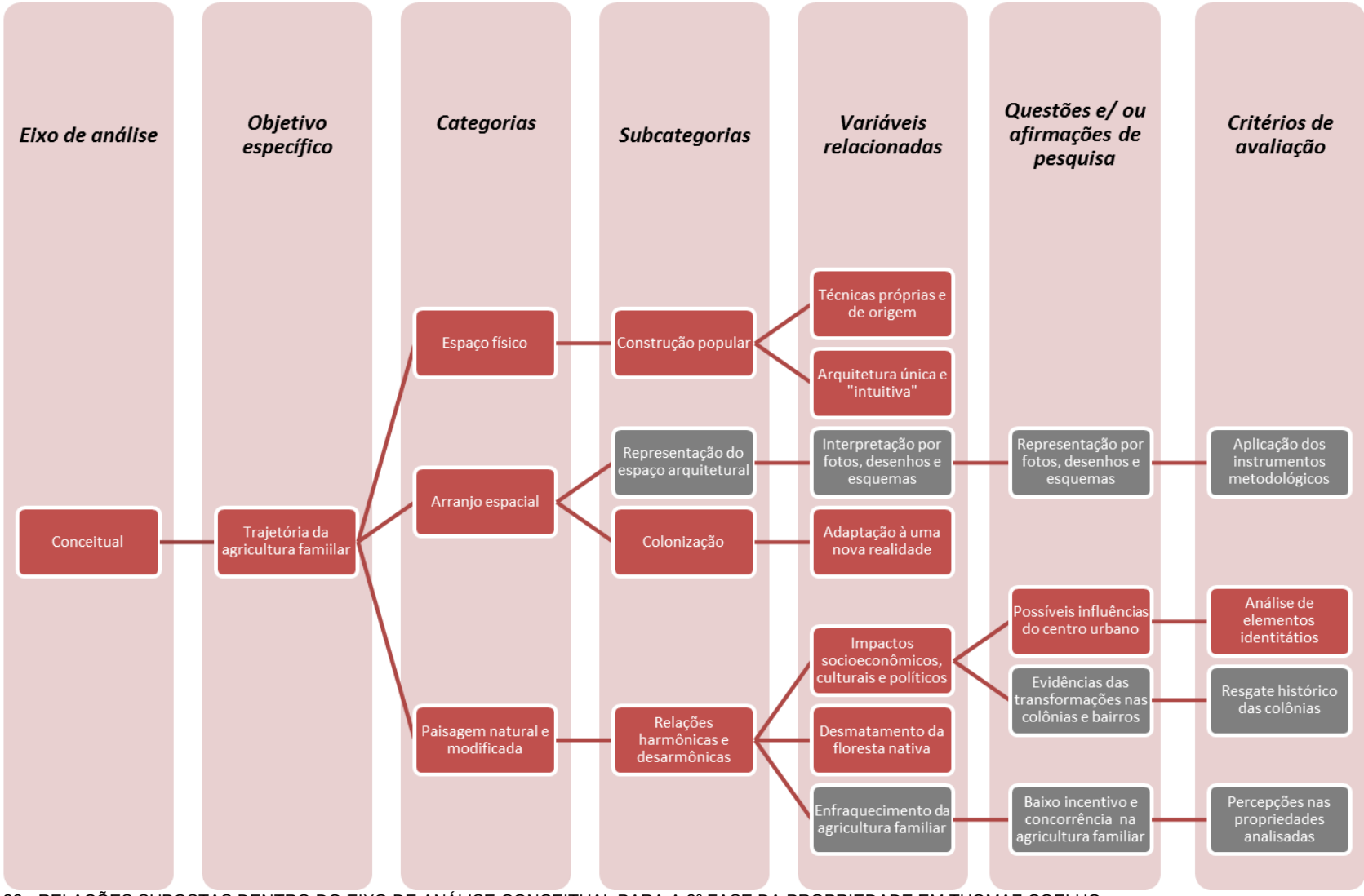
Algumas décadas depois da fixação na propriedade, com a consolidação de suas primeiras construções e o desenvolvimento da agricultura em seus domínios, uma nova etapa na história dessa propriedade seria iniciada. Outra habitação, aqui denominada de 2ª moradia, seria edificada juntamente com um paiol, ambos contando com um material “mais evoluído” em relação à 1ª moradia, refletindo a disponibilidade de peças de madeira industrializadas e adaptadas às condições locais.

As duas novas construções seriam mais altas (com tábuas verticais maiores) do que a 1ª moradia – em vigas horizontais empilhadas –, e a carpintaria e o criadouro, já presentes desde a primeira fase, embora estes fossem feitos também com tábuas verticais de aproximadamente uma polegada.

A 2ª moradia, com traços modernistas (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993), representaria possivelmente as novas necessidades da família, como o aumento no número de membros, interesse e possibilidade de assegurar mais conforto, divisão da família por questão do casamento dos filhos ou outros parentes etc. Nessa construção popular, evidencia-se de fato a arquitetura originalmente paranaense da casa de araucária, com traços intuitivos e “mais avançados” do que as técnicas importadas usadas na 1ª moradia. Logo, a adaptação ao novo cenário ficaria evidente.

Em consequência, com o passar do tempo, não só a propriedade estruturalmente teria mudado, mas também a paisagem ao seu redor, que teria sofrido maiores alterações pela expansão da colônia, ocasionando maior desmatamento, redução da fauna e outros impactos ambientais. Nesse período, seria bem provável que Thomaz Coelho já fosse a colônia de imigrantes poloneses mais representativa no Paraná, contando com melhor integração a Curitiba e outras colônias. Essa influência, todavia, teria sido mais no âmbito socioeconômico, cultural e político do que particularmente no estrutural de cada propriedade.

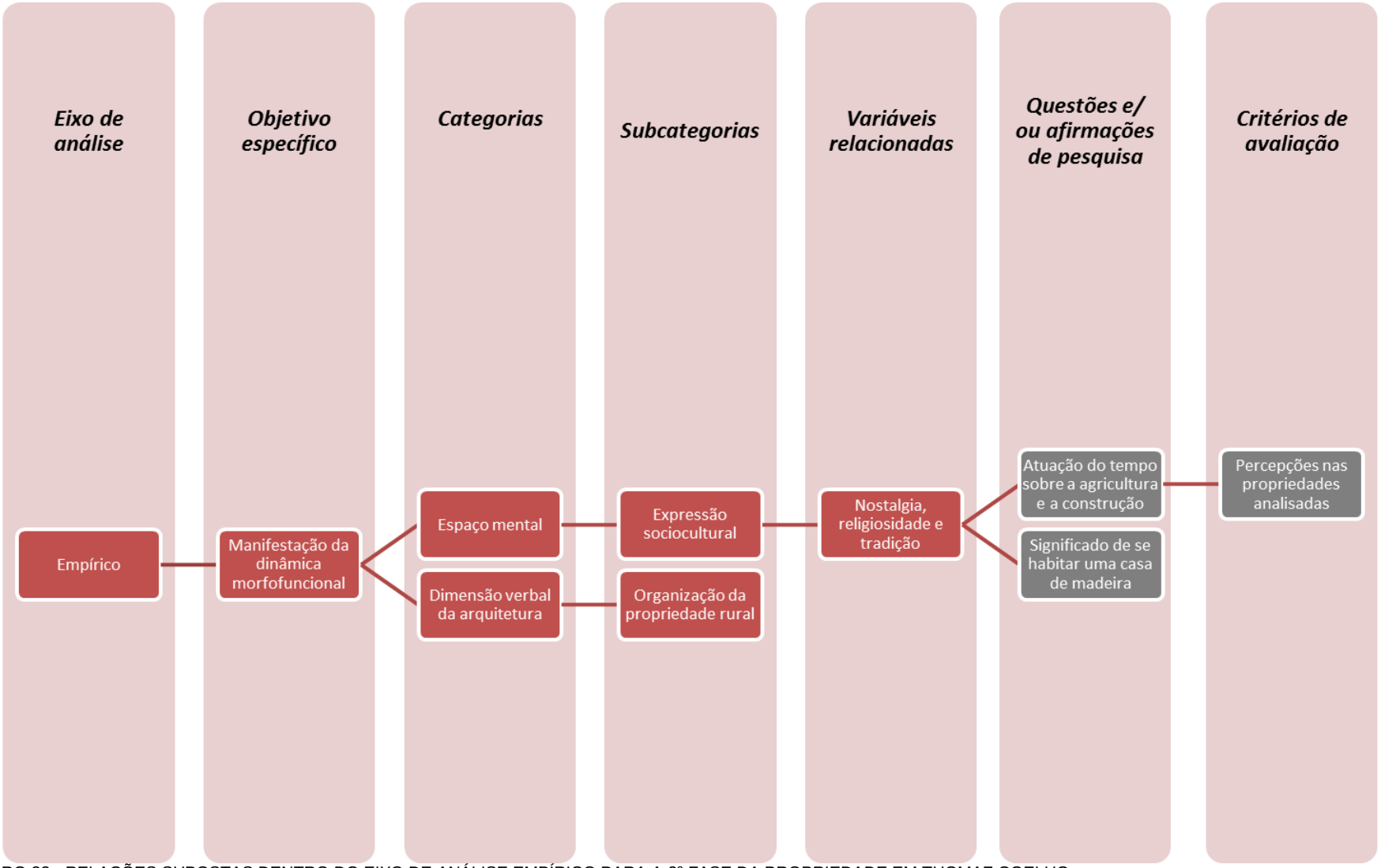
Da mesma forma que as construções da 1ª fase, os elementos estabelecidos na 2ª fase teriam sido produzidos pelos seus proprietários, utilizando madeira serrada e material já amplamente comercializado no período, como telhas francesas, metais, vitrôs, componentes de alvenaria, dentre outros recursos. Estimou-se um crescimento da produtividade agrícola, que teria conduzido à edificação de um paiol para fins de armazenamento (QUADRO 32) (ver item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).



QUADRO 32 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO
FONTE: O AUTOR (2014)

Dentro da disposição da propriedade nessa fase, inferir-se-ia uma maior flexibilização de sua organização frente a algumas influências da época, como o desenvolvimento de uma casa mais adaptada às condições do meio, sem perder em conforto e autenticidade de estilo. Essa abertura favoreceria a habilidade artística dos carpinteiros, que, de certa maneira, seria difundida a outras construções da propriedade.

O sucesso alcançado pela maior parte dos agricultores nas colônias, decorrente de diversos fatores, mas principalmente ligado à competência produtiva do colono e ao progressivo aumento da demanda por parte da capital, teria levado essa propriedade a provavelmente alcançar o seu clímax, em termos de desenvolvimento agrícola, nesse período. A 1ª moradia possivelmente deixaria de ser protagonista das principais relações, contudo, ainda desempenharia função de morada e se manteria como um elo construtivo mais próximo às lembranças trazidas da Polônia (QUADRO 33).



QUADRO 33 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO
FONTE: O AUTOR (2014)

A dinâmica primária, presente na 1ª fase, centrada na 1ª moradia, na conjuntura da 2ª fase, daria lugar a uma dinâmica secundária, na qual a 2ª moradia se tornaria predominante nas principais relações da propriedade. Esta possuiria atuação direta sobre o paiol, a principal construção com fins laborais da propriedade, que, por sua vez, teria influência no funcionamento do criadouro. Todos os elementos, à semelhança das construções participantes da 1ª fase, comunicar-se-iam diretamente com os lotes de plantação (FIGURA 21).

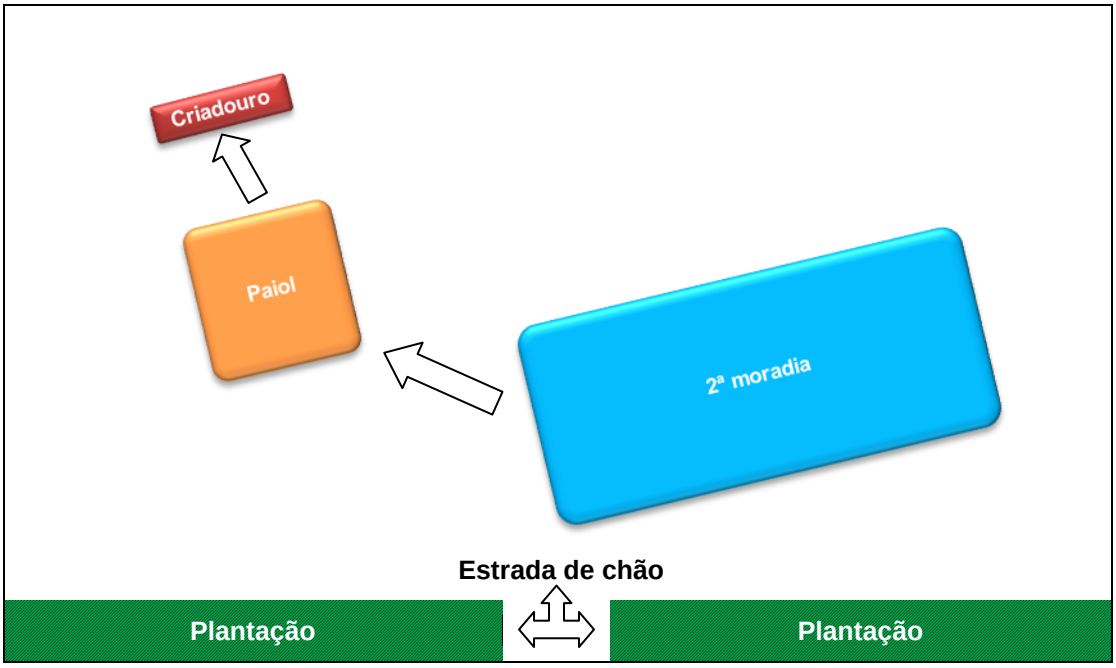


FIGURA 21 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E CRIAÇÃO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

- 3ª fase

No presente, após vários anos desde o estabelecimento da propriedade em questão na Colônia Thomaz Coelho, algumas prováveis relações teriam sido criadas, ao passo que outras desfeitas, no contexto organizacional das construções e atividades desenvolvidas no local.

A agricultura promovida na propriedade ganharia, na atualidade, outras conotações, bem menos representativas no papel de suprimento do que possuiriam diante da capital há várias décadas. Hoje, a produção em pequena é, em sua

maioria, escoada para o próprio município de Araucária, abastecendo comerciantes locais, além de continuar servindo como fonte de subsistência da família.

De acordo com o que foi debatido anteriormente, o camponês polonês, ao longo dos anos, teria espontaneamente assumido, do mesmo modo que a maior parte dos produtores rurais brasileiros (cerca de 74,4%, conforme o IBGE/ MDA (2006)), a função de agricultor familiar, na qual buscaria diversificar a sua produção para atender às necessidades do mercado e às suas próprias.

Nesse processo de transição, mereceria realce a figura da mulher – no papel de esposa, mãe e geralmente responsável pelas atividades domésticas –, que manteria, no caso dessa propriedade em específico e das outras duas analisadas por esta pesquisa, uma participação determinante nas atividades agrícolas e na organização familiar, considerada essencial às relações mantidas nesse meio.

No caso do descendente de colono polonês, a condição da família se tornaria ainda mais particular se entendida a partir de como ocorreu sua integração à realidade brasileira. Vindos de uma nação predominantemente alicerçada ao modo de produção feudal, lidar com o capital (econômico e patrimonial) – praticamente um privilégio para a maioria dos imigrantes camponeses, que possuíam propriedades entre 2,0 e 3,8 ha na Polônia – e manter um vínculo com o mercado representariam grandes desafios às primeiras gerações. Enquanto para o camponês polonês a capacidade de acumular capital não era tão clara, para os agricultores familiares contemporâneos e de grande parte do último século isso se tornaria uma necessidade.

Com a fortificação da ligação entre a produção familiar e os mercados, Thomaz Coelho e as demais colônias polonesas do Paraná se consolidariam como de base agrícola familiar, ainda que formalmente essa classificação e reconhecimento por meio do Estado tenham ocorrido vários anos depois, da mesma maneira que com os demais agricultores no país. Os imigrantes e, posteriormente, descendentes teriam mantido a reprodução geracional, tanto no que dizia respeito ao exercício das atividades laborais quanto na transmissão da propriedade dentro da família, com a contribuição normalmente de todos os seus membros – de mulheres a crianças – e haviam contado com mão de obra permanente ou temporária, principalmente de caboclos, sempre em quantidades menores do que o trabalho desempenhado pela família, uma característica particular da agricultura familiar.

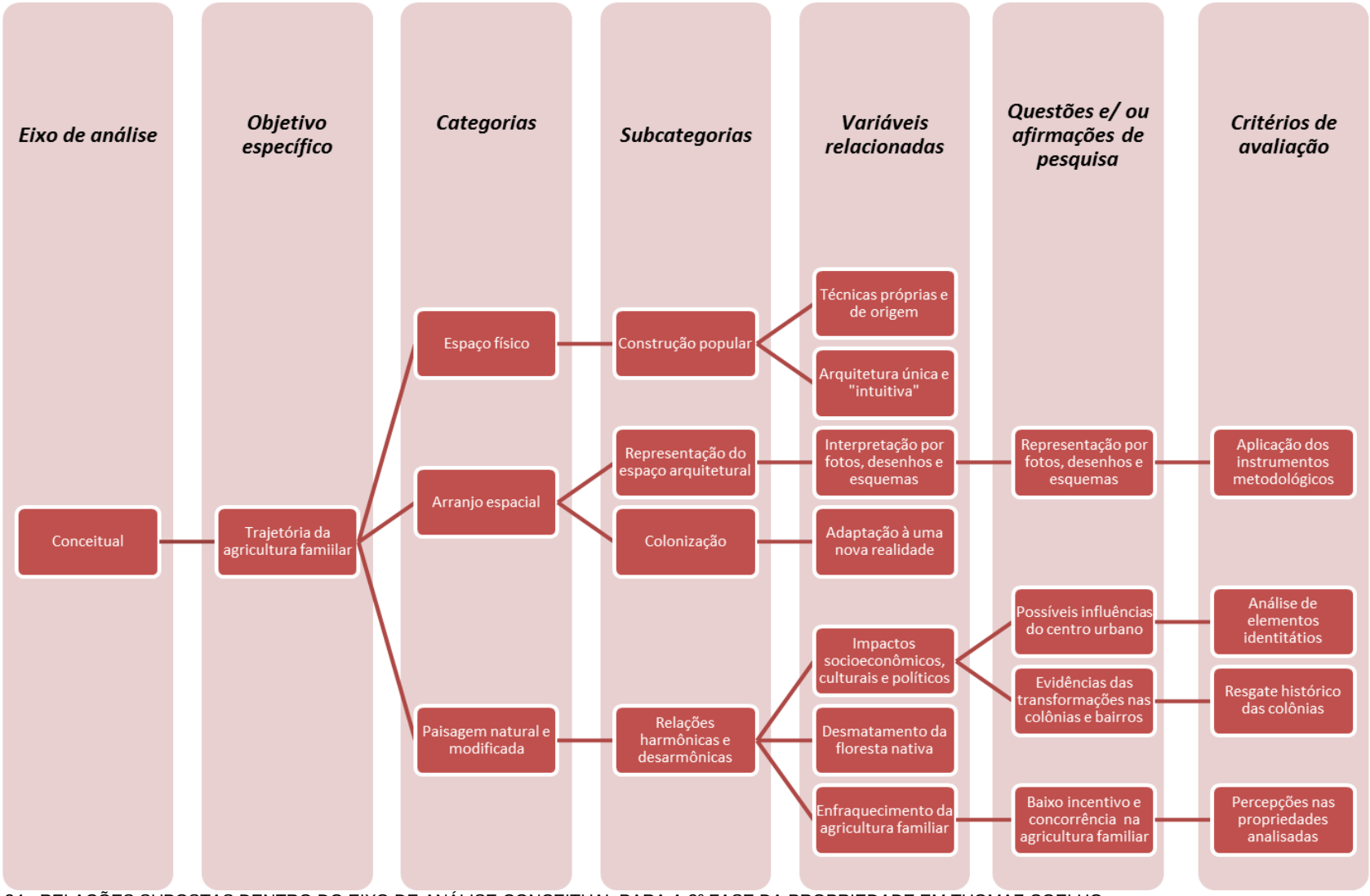
Em atendimento às diretrizes da Lei nº 11.326/06[143], com base também no Censo Agropecuário 2006 (IBGE/ MDA, 2006), poder-se-ia classificar a propriedade analisada como Pronaf B, por não ter contado com empregados temporários por 180 dias ou mais e por apresentar renda familiar com rebate – 30% da renda familiar com rebate – menor ou igual a R$ 3.000,00 (ver item Características da produção agrícola do APÊNDICE 1).

Os produtos cultivados no local, durante o período da coleta de dados, eram abóbora, milho e tomate, os quais atendiam o mercado do município de Araucária e o consumo da família. Utilizavam-se nos lotes equipamentos manuais e um trator de pequeno porte. A irrigação, segundo afirmado previamente, era feita com encanamento abastecido com água da Represa do Passaúna, bombeada de uma margem lateral à Avenida Centenário, na parte de baixo da propriedade, onde havia se formado um pequeno lago (ver item Características da produção agrícola do APÊNDICE 1).

O agricultor entrevistado relatou a forte ligação que ele e outros membros da família ainda mantinham com as atividades agrícolas, aprendidas e praticadas desde a infância. Para ele, essa teria sido a principal herança deixada pelos seus antecessores, o que influenciaria na conservação das construções em madeira da propriedade, já que todas, com exceção da 2ª moradia, apresentariam uma participação direta nas atividades agrícolas, de acordo com o demonstrado nas dinâmicas primária e secundária.

Entretanto, segundo ele, alguns membros da penúltima e última geração haviam optado por não dar prosseguimento à tradição agrícola da família, resolvendo exercer outros ofícios em Araucária e municípios vizinhos. Em sua opinião, a falta de incentivo à agricultura, a concorrência do mercado de maior escala e, principalmente, o crescimento do setor industrial de Araucária – a ser novamente discutido no capítulo 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – teriam sido os motivos mais relevantes para essa mudança, desencadeada não só em sua família, mas na maioria das outras propriedades da colônia (QUADRO 34).

[143] BRASIL. **Lei nº 11.326/06**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 23 ago. 2014.



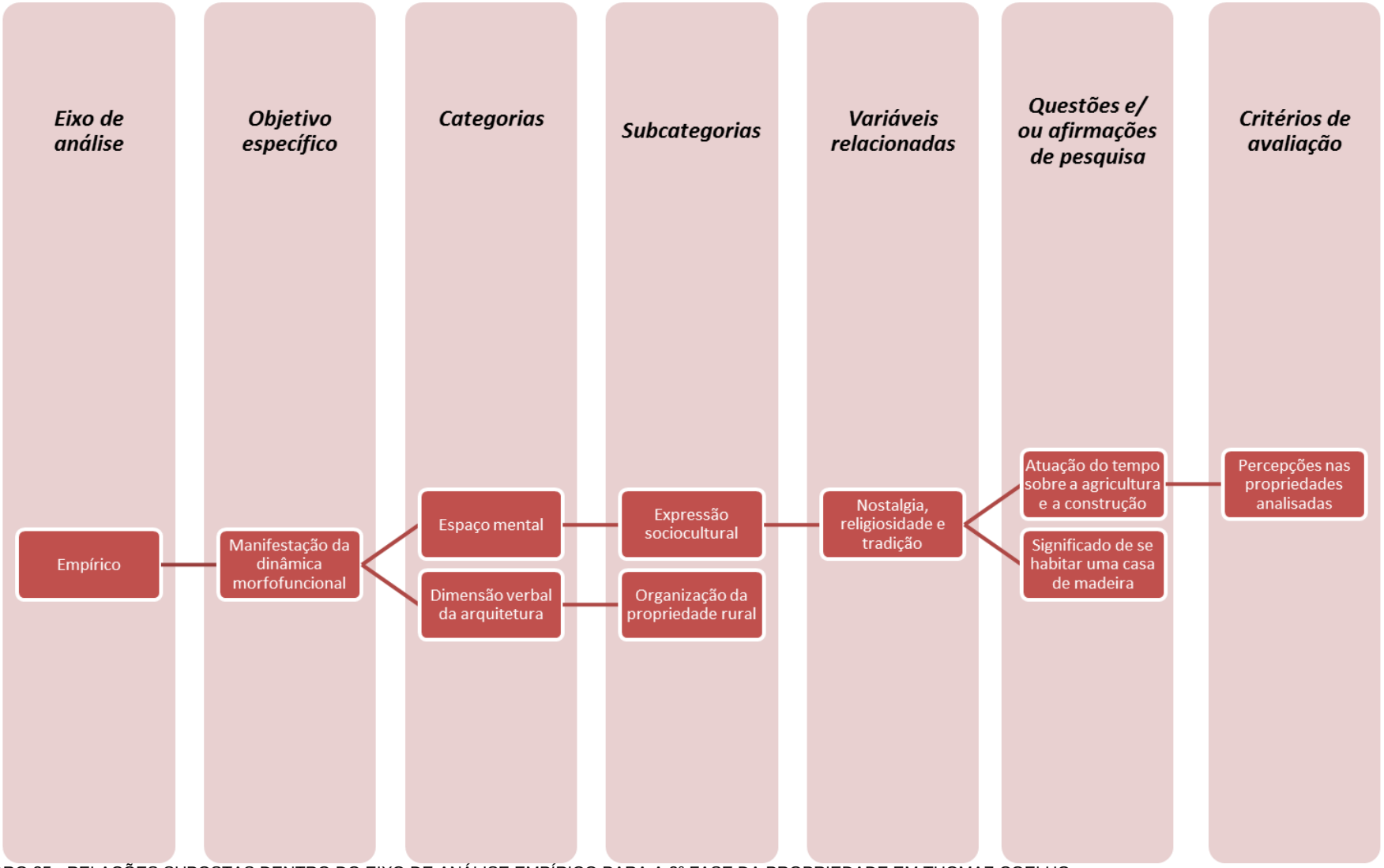
QUADRO 34 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO
FONTE: O AUTOR (2014)

A construção da barragem, iniciada em 1982 (DOUSTDAR, 1990), de acordo com o entrevistado, teria contribuído não só para a devastação de grande parte da Roça Velha, como também para a descaracterização ambiental da região, que passaria a sofrer forte interferência do meio urbano, da especulação imobiliária e do segmento industrial desde então.

O que havia resistido da parte mais antiga da colônia, fundada há 138 anos, estaria restrito a poucas propriedades, que, por motivo de suas posições geográficas – geralmente situadas em porções mais altas – ou do próprio acaso, haviam remanescido diante da inundação gerada pela obra e de outras intempéries.

No atual contexto da propriedade em questão, observou-se que sob os elementos da nostalgia, religiosidade e tradição, representados por intermédio das construções em madeira, seus interiores e pelo próprio comportamento dos membros da família, estavam sustentados em dois pilares que os remetiam de alguma forma ao passado: o espaço mental e a expressão sociocultural. Graças a esses referenciais de esfera imaterial, teriam sobrevivido ao tempo e enfrentado influências modernas, valores que se tornariam fundamentais à manifestação da identidade do agricultor familiar de origem polonesa.

Algo muito além de qualquer logicidade ou exatismo compreenderia o modo de viver e de se organizar dos agricultores dessa propriedade, os quais se ajustariam àquele ambiente com a forma prática exigida pela modernidade, porém, seguindo o ritmo natural das condições predominantes, sujeitos a mudanças e dispostos a fazer parte dela, na incerteza de terem o seu universo físico e mental mantidos pelos próximos anos (QUADRO 35).



QUADRO 35 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO
FONTE: O AUTOR (2014)

Acreditou-se que a valorização atribuída a elementos do passado – entendendo-os como indissociáveis do presente, sem necessariamente renegarem novas relações – teria sido fundamental à resiliência[144] demonstrada por essa família no cenário mutável que a estaria acompanhando nas últimas décadas. Enquanto muitos terrenos na vizinhança haviam dado lugar a empreendimentos diversos, casas de madeira seriam substituídas por casas de alvenaria de tijolos, a estrada de terra se tornaria uma avenida asfaltada, dentre várias outras alterações, a propriedade estudada se manteria em uma dimensão à parte, alheia a muitas dessas metamorfoses. Em consequência, as dinâmicas primária e secundária que teriam atuado durante a 1ª e 2ª fases, respectivamente, combinar-se-iam, adaptando-se às novas condições produtivas e organizacionais da propriedade, em um processo que seria chamado de dinâmica morfofuncional (FIGURA 22).

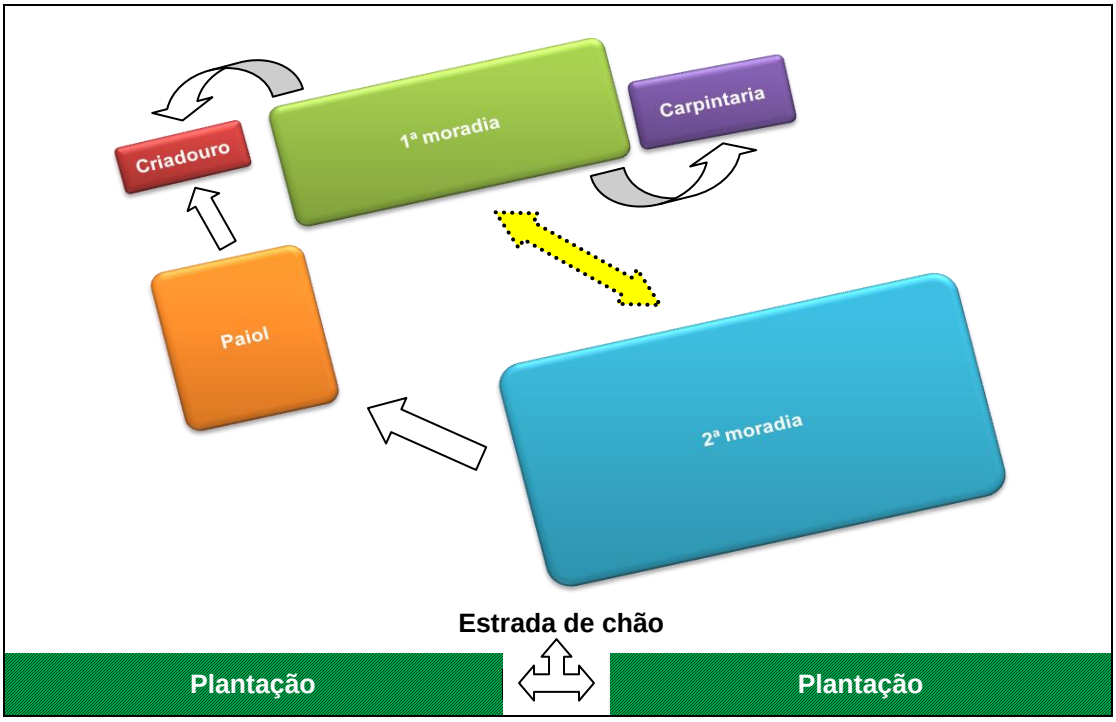


FIGURA 22 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA THOMAZ COELHO. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, CRIAÇÃO E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

[144] Compreende-se por resiliência, neste caso, a relação distúrbio-reorganização, focada na sustentação e desenvolvimento do sistema (FOLKE, 2006).

FOLKE, C. Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, Inglaterra, v. 16, p. 253-267, 2006.

Nesse complexo de relações abstratas, estariam comunicadas todas as construções, de diferentes períodos de existência da propriedade, as quais manteriam ou assumiriam outras funções, no sentido de estabelecer um equilíbrio e a manutenção de condições básicas dos indivíduos que a compusessem. Logo, a troca da função de habitação da família entre a 1ª e a 2ª moradia, decorridos alguns anos após a fundação da propriedade, faria com que a primeira assumisse um novo papel: inicialmente, o de vivenda complementar à 2ª moradia e, em seguida, de um espaço funcionalmente análogo ao paiol. Mesmo assim, a "estima" apresentada pela família por ambas corresponderem a casas de diferentes gerações seria conservada até o presente. O paiol, por sua vez, apareceria como um anexo resultante das demandas surgidas por mais espaço e outros serviços voltados à agricultura, de modo que a carpintaria deixaria de ter a função característica de outrora – participando mais como um pequeno galpão de ferramentas no presente – e o criadouro se tornaria uma fonte secundária de alimento diante dos lotes destinados à plantação.

Interpretou-se esse sistema sob a ótica do desenho tradicional, uma análise múltipla de cada componente da propriedade a partir de um único ângulo de observação. A espontaneidade do objeto como foco, dentro de uma perspectiva na qual a luz solar, o vento, as nuvens e vários outros coadjuvantes nessa representação se faziam presentes *in loco*, tornou-se uma imagem buscada não só fisicamente, como também empiricamente pelo autor. Através desse registro de sensações momentâneas, fluidas, cronológico e espacialmente delimitadas, ensejou-se criar uma semiologia de interpretação livre, na qual cada observador seria capaz de desenvolver suas próprias percepções acerca da imagem captada (FIGURA 23).

Na representação proposta, tentou-se dispor os principais fatores que formavam a visão quase que diária do agricultor familiar e membro de uma família proprietária a partir do interior da plantação, condição que provavelmente teria feito parte de suas sensações durante muitas décadas.

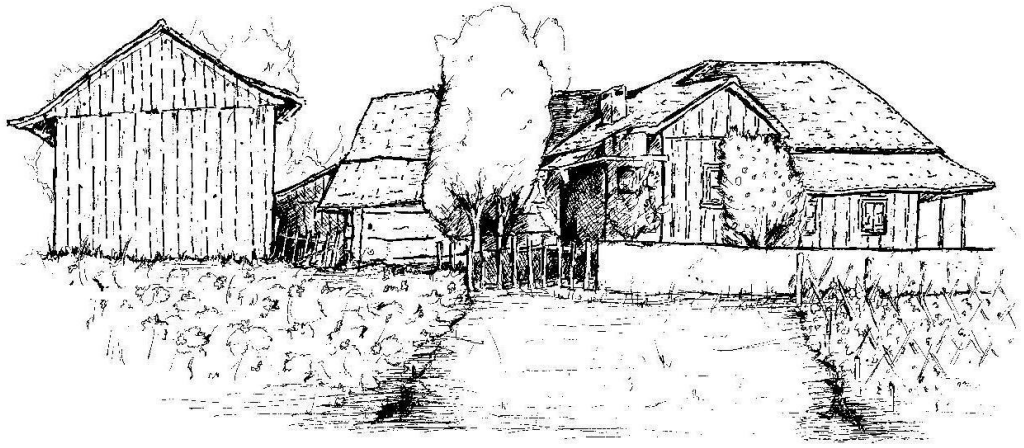


FIGURA 23 - DESENHO DA PROPRIEDADE EM THOMAZ COELHO. NELE SE PODEM OBSERVAR A 1ª E A 2ª MORADIAS (AO FUNDO E À FRENTE CENTRALIZADOS, RESPECTIVAMENTE), O PAIOL (À ESQUERDA) E PARTE DA PLANTAÇÃO (EM DUAS PARTES À FRENTE)
FONTE: O AUTOR (2014)

4.3.2 Propriedade em Muricy

(i) Percepções de campo na Colônia Muricy

Fundada em 1878 por polacos prussianos e galicianos, e, em menor número, italianos, a Colônia Muricy se situa a cerca de 10 km do centro do município de São José dos Pinhais, ao qual está subordinada, e a aproximadamente 32 km do centro de Curitiba, entre as colônias Mergulhão e Rio Pequeno (BALHANA, 1969; KANASHIRO, 2006).

Conta com fácil acesso por via asfaltada entre as zonas urbana e rural, onde se localiza, sendo abastecida por uma linha de ônibus coletivo e por transporte escolar, que conduz diariamente dezenas de alunos que residem fora da colônia às suas duas escolas.

O percurso feito pelo pesquisador do centro de São José dos Pinhais até a Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi marcado pela inexistência de aglomerados industriais ou quaisquer empreendimentos de maior porte. Apenas propriedades rurais de pequena e média extensão, normalmente dotadas de lotes para plantio, revezavam-se na composição do cenário. Muitas possuíam em seu interior *hoardings*[145] voltados à divulgação de festas, serviços ou mesmo à comercialização de produtos ali gerados, como mel, doces etc.

Quando na chegada da colônia, não se visualizava nenhum referencial informando o início da mesma, tal qual uma placa, muito menos um portal como foi descrito em Thomaz Coelho. Apesar disso, a Alameda Arpo (continuidade da Rua Dr. Murici), que interligava a colônia ao centro de São José dos Pinhais, era no todo bem sinalizada, haja vista o fluxo de veículos que por ela se deslocava frequentemente, dentro do circuito chamado Caminho do Vinho, focalizado na vizinha Colônia Mergulhão.

A princípio percorreu-se a colônia a partir do que tem sido ao longo dos seus anos de existência sua maior referência espacial: a Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Próximos a ela se encontrariam o cemitério, a Casa de Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek e a praça central, com os dois colégios paralelamente opostos. Algumas residências, por sua vez, apresentavam-se

[145] Vulgarmente conhecidos no Brasil como *outdoors*. *Billboards*, no inglês americano.

distribuídas ao longo da Rua João Lipinski, até que esta encontrasse a Rua Dr. Murici[146].

Mesmo com o calçamento parcial e a pavimentação dessa parte central da colônia, percebia-se um menor grau de intervenção externa no seu planejamento em relação ao que ocorria na colônia estudada anteriormente. O fato de não ter contato direto com a região industrial do município, muito menos com a de Curitiba (correspondeu à colônia pesquisada que se localizava a uma maior distância do seu centro), nem com estabelecimentos comerciais que realizassem uma negociação mais pronunciada, contribuía para a conservação de muitas das características que a maioria das outras colônias já não possuía. Evidentemente, ocorreriam períodos em que essa harmonia seria reduzida, principalmente nas datas de festas, contudo, os efeitos se mostrariam de menor escala em comparação a locais sujeitos à permanente interferência.

Os próprios moradores confirmaram a situação de relativa tranquilidade da colônia, ainda que, nos últimos anos, a criminalidade tenha crescido em decorrência do melhor acesso ao local, antes feito em estrada de chão batido. Uma prova disso seria o fato de muitos alunos se deslocarem de outros bairros do município para estudarem em uma das duas escolas – uma pública e outra privada – da colônia.

A maioria das residências encontradas junto à Rua João Lipinski e Dr. Murici eram de alvenaria de tijolos, podendo as poucas casas de madeira evidenciadas nessas regiões de maior deslocamento ser classificadas como predominantemente do Segundo Tipo (ou Casa da Imigração) (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

(ii) Descrição da propriedade selecionada

Situada na Rua Dr. Murici, extensão da Alameda Arpo, uma rota de acesso importante à porção central da colônia, por onde trafegavam ônibus, caminhões, tratores, carros particulares e poucos pedestres durante a maior parte do dia, a

[146] José Cândido da Silva Muricy (1827-1879), médico, político e militar soteropolitano. Foi um dos pioneiros da medicina no Paraná, principal incentivador da criação da Santa Casa de Misericórdia, além de ser um dos grandes idealizadores do Museu Paranaense ao lado de Agostinho Ermelino de Leão, em 1876. Seu nome foi concedido, como uma homenagem, à Colônia Muricy e à Alameda Dr. Murici, em Curitiba (MUSEU PARANAENSE, 2014).

MUSEU PARANAENSE. **Apresentação**. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48. Acesso em: 21 set. 2014.

propriedade que fez parte dessa segunda análise se encontrava em uma condição visualmente exposta em relação àqueles que habitavam próximo ou circulavam pela colônia.

À semelhança das características de relevo predominantes no restante de Muricy, a propriedade apresentava terreno bastante ondulado, sendo aplainado apenas na área dos lotes destinados à plantação. A vegetação ainda demonstraria melhor estado de conservação, com marcante presença de araucárias, ao contrário da condição mais degradada vista em Thomaz Coelho.

Com uma área dividida em duas partes por meio de uma estrada de chão, que a cortava desde o portão de entrada, a propriedade possuía de um lado um declive, destinado à pastagem de equinos, e de outro, dois lotes de formato retangular, perpendiculares entre si. Na parte central do terreno, aproximadamente, estava localizada sua única vivenda e, próximos a ela, quatro tipos de construção em madeira (sendo três ilustrados) (FIGURA 24) (verificar item Reconhecimento da propriedade do APÊNDICE 1):

(a) Uma moradia – Casa de araucária feita com tábuas serradas, verticalmente posicionadas e unidas por mata-juntas. Duas janelas frontais, com duas aberturas – vitrôs abrindo-se para fora; e janelas internas (escuras de madeira de encaixe macho-fêmea), abrindo-se para dentro –, assimetricamente posicionadas em relação à extensão frontal da casa; e uma porta de madeira com frisos e bandeira. Outras janelas laterais percorreriam a varanda, sendo uma delas – a da cozinha – resultante de uma substituição por estrutura em metal e vidro, diferente da original em madeira. Duas janelas pequenas em madeira se pronunciariam em cada lado da água furtada, protegida pelo telhado em duas águas, que se declinaria sobre a varanda frontal. No beiral dianteiro, como exemplo de ecletismo, sobressair-se-iam lambrequins, os quais não teriam prolongamento pelas laterais da varanda. O telhado era formado por telhas francesas desde a sua origem, possuindo, conforme informado antes, duas águas em uma primeira metade da casa – que abrangeria a sala e dois quartos, além do sótão – e, na segunda metade, uma cobertura também com duas águas, de pouco destaque anteriormente, mas com representativa extensão posterior, recobrindo toda a cozinha, em madeira, e o banheiro, em alvenaria de tijolos, resultante de uma ampliação mais recente. O assoalho da casa era em madeira, com exceção da varanda, que era cimentada,

em continuidade à base de tijolos, assim como a um dos beirais na lateral da varanda. Pelo conjunto de características dessa vivenda e sua flexibilidade para aumento em qualquer direção, conforme ocorrido com a construção do banheiro, interligado pelo encanamento da cozinha, poder-se-ia classificá-la como de Segundo Tipo ou Casa da Imigração (IMAGUIRE JÚNIOR, 1993).

(b) Um paiol – Elaborado também a partir de peças serradas, unidas por mata-juntas, possuía componentes de maior altura e largura do que os da moradia. Com abertura em três das laterais, tinha visibilidade para a maior parte dos dois lotes de plantação. O telhado, estruturado por telhas francesas, conformava-se em duas águas, contando com uma “quebra de linha” em uma das laterais, por conta de uma expansão na construção. O assoalho, elevado em cerca de 30 cm, era de madeira, pois era utilizado para o depósito de caixas com vegetais e plataformas de germinação. Seria de construção mais recente do que a casa e a carpintaria, porém, de idade similar ao barracão e aos criadouros;

(c) Um barracão – Feito com madeira de corte similar à do paiol, só que com peças de menor altura e largura, desprovidas de mata-juntas, desempenhava um papel complementar à construção anterior, armazenando algumas ferramentas e objetos que ocupariam espaço importante na outra construção;

(d) Dois criadouros – Constituídos de peças de madeira verticais, sem muita rigidez quanto à isometria, eram cobertos por lâminas do tipo Brasilit e se destinavam à criação de galinhas chocadeiras e filhotes, bem como porcos, inexistentes no período de visitas; e

(e) Carpintaria – Formada a partir de madeiras serradas, posicionadas na vertical, apresentava uma porta e uma janela também em madeira. O telhado era configurado por telhas francesas, abrangendo uma planta bastante reduzida, de formato retangular.

(a)

(b)

(c)

(d)

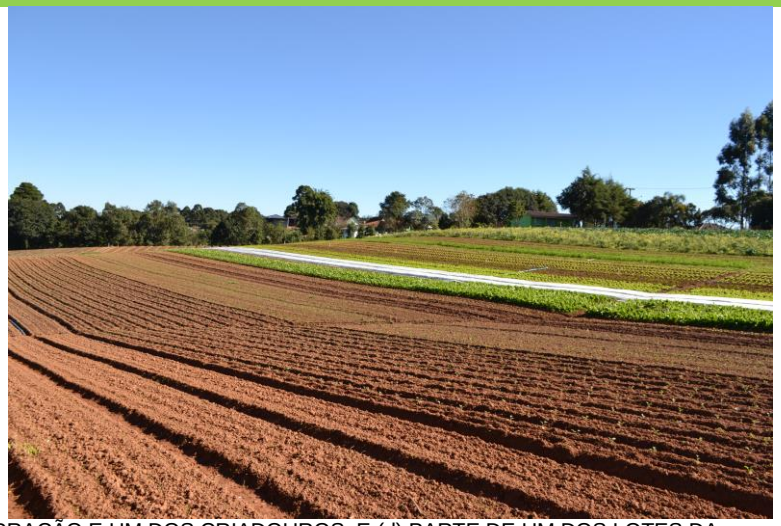


FIGURA 24 - ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR (a) MORADIA, (b) PAIOL, (c) BARRACÃO E UM DOS CRIADOUROS, E (d) PARTE DE UM DOS LOTES DA PLANTAÇÃO. FONTE: O AUTOR (2014)

Esses elementos da propriedade se distribuiriam ocupando quase totalidade um quarto do terreno, margeando o declive por um lado e os lotes de plantio por outro, distanciando-se variavelmente um dos outros, explicação que seria buscada por intermédio da interpretação das fases pelas quais teria passado essa propriedade. Mesmo assim, sob uma análise parcial do arranjo espacial das construções encontradas, pode-se afirmar que essa distribuição se tornou compatível com as relações estabelecidas no decorrer do tempo, permitindo-lhe atingir um estado de maturidade no presente.

As condições aplainadas do terreno, com vegetação de suporte no seu interior e ao redor da propriedade, provavelmente associada à melhor fertilidade no solo em relação à propriedade estudada em Thomaz Coelho, teria possibilitado um maior desenvolvimento da agricultura nesse local. Enquanto em Thomaz Coelho a superfície para plantio possivelmente sofria de carreamento de nutrientes, tendo-se em conta sua inclinação e altitude, na propriedade de Muricy se observava um definido favorecimento pedológico, o que seria uma vantagem na retenção de água e dos próprios nutrientes. A horizontalidade do terreno, nessa situação, seria tão importante que talvez tivesse influenciado na definição de algumas culturas nas duas propriedades, como era o caso das folhagens, que poderiam ser mais facilmente protegidas contra a geada (por cobertura) nos lotes aplainados da propriedade de Muricy do que na de Thomaz Coelho.

O plantio local era composto por alface, couve, brócolis, rúcula e milho, intercalados por faixas nos dois lotes da plantação. Um trajeto comunicaria os dois lotes ao paiol e ao espaço central da propriedade, do mesmo modo que poderia dar prosseguimento à estrada de chão de acesso principal, e esta à Rua Dr. Murici.

Através das informações fornecidas pela proprietária, que herdou a chácara da própria família, criando na mesma casa seus filhos e, até a data da pesquisa, uma neta, pode-se remontar a possível história das construções em madeira nesse local. De maneira a destacar as etapas mais importantes nesse processo, dividiu-se essa trajetória em três fases, separadas pela construção do paiol entre a primeira e a segunda fase, seguido da introdução do barracão e dos criadouros, na transição da segunda para a terceira fase. Cada fase teria sido separada uma da outra por um intervalo de tempo reduzido, sendo o maior período de duração de cada fase provavelmente inferior ao compreendido entre o término da terceira fase e o presente. Novamente, os métodos e as ferramentas de pesquisa selecionadas

seriam aplicados para o estudo desses momentos e das dinâmicas que teriam feito parte de sua organização:

- 1ª fase

A data de origem da propriedade era incerta, mas se calculou que fosse por volta do início do século passado, quando o avô da atual proprietária se encarregou de construí-la para viver com a família. Todos os seus integrantes teriam sido de nacionalidade polonesa, na primeira geração, e teriam trabalhado com a agricultura nas mesmas terras que até o presente a família utilizava. Mesmo as mulheres e crianças, desde pequenas, aprendiam a realizar tarefas no campo para auxiliar os homens. Era bem possível que o cultivo não fosse tão diversificado, identificando ainda o predomínio do trabalho camponês, diferentemente do que ocorreria no período da pesquisa, quando se evidenciaria a agricultura familiar.

A casa de araucária, à época de sua construção, era formada pelos mesmos componentes que a caracterizavam na atualidade, exceto pela janela da cozinha e pelo alongamento do telhado e das paredes dessa mesma repartição, a fim de abrigar um banheiro em alvenaria de tijolos, já na terceira fase da sua trajetória evolutiva. O restante dos itens teria sido predominantemente mantido (verificar item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).

Considerando-se a maior proporção dos lotes da Colônia Muricy se contrastada com a Colônia Thomaz Coelho, no final do séc. XIX e principalmente no início do séc. XX, embora a área total da primeira fosse menor do que a da segunda, seria normal que muitas das construções em Muricy se encontrassem mais distanciadas umas das outras, pois os lotes no começo da colonização geralmente eram maiores na primeira do que segunda colônia, respectivamente – em média, 12,1 ha em Muricy e 6,5 ha em Thomaz Coelho. Essa distribuição, mesmo com as alterações ocorridas no decorrer do tempo, teria ecoado na organização atual de parte dessas colônias, ainda que os contextos de inserção ao espaço de cada uma delas sejam significativamente diferenciados.

Acredita-se que Muricy tenha apresentado um desflorestamento menos intenso do que a maioria das colônias que compuseram o objeto deste estudo. Comparável *grosso modo* a ela, nesse aspecto, apenas a Colônia Antônio Rebouças poderia ser mencionada. Esse diferencial paisagístico seria importante porque se

tornaria mais comum ver propriedades ornamentadas com araucárias, no seu interior e adjacências, o que representaria uma valorização da madeira de distintas formas, seja na comparação das construções, seja na integração físico-funcional do ambiente.

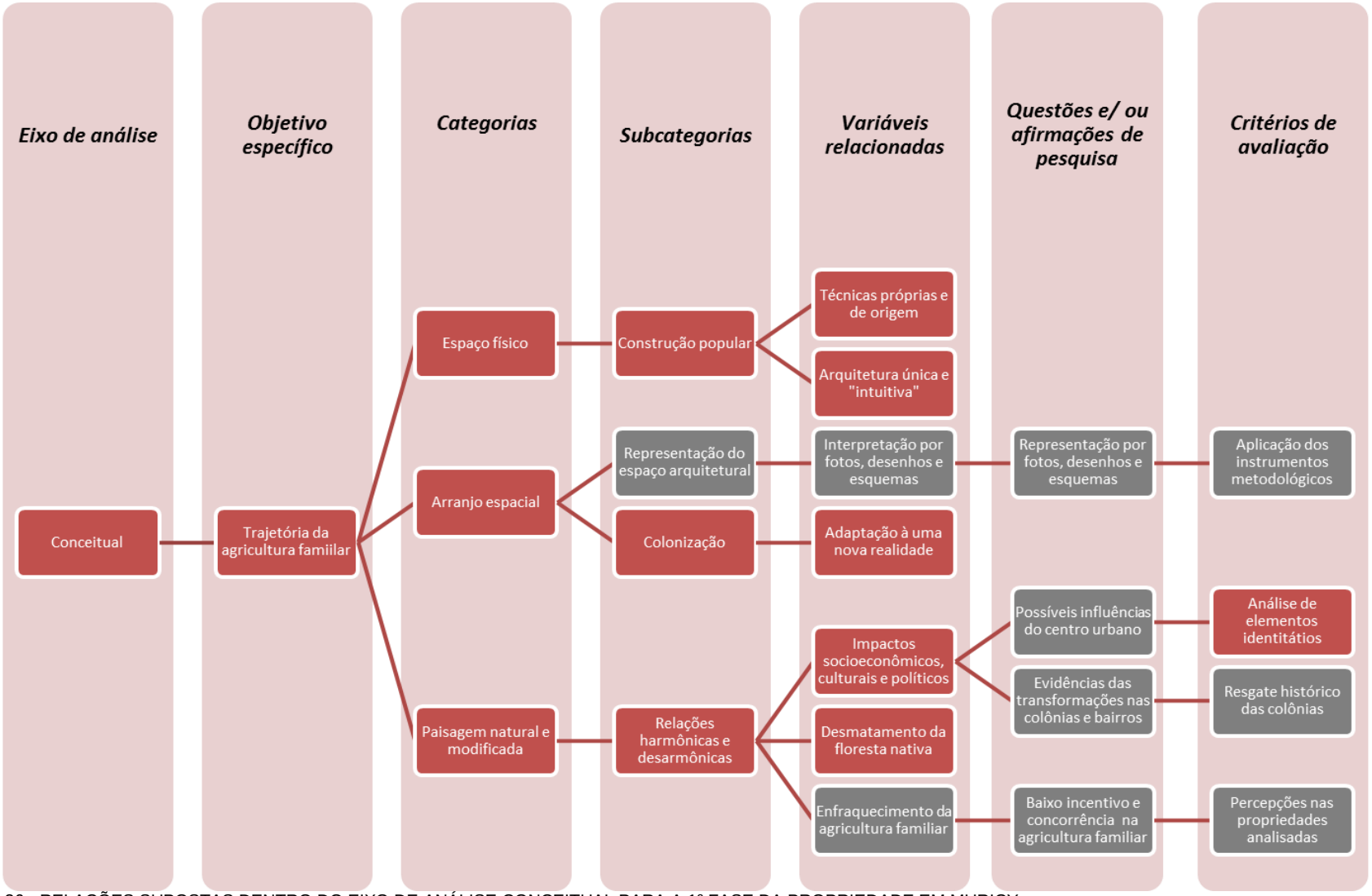
Com a abertura das primeiras vias (estradas vicinais) – as ruas Dr. Murici e João Lipinski –, ligando a colônia a estradas de acesso (tronco) aos núcleos urbanos, admitir-se-ia pensar que, na medida em que os lotes disponíveis fossem ocupados, começaria um desenvolvimento associado a esses principais caminhos para escoamento da produção. Conhecendo-se a distância aproximada entre o centro de Curitiba, principal mercado consumidor, até Muricy como sendo de aproximadamente 32 km – somando a esse fator a qualidade das estradas, agravadas em períodos de chuva, em especial na região hidricamente abundante de São José dos Pinhais –, os deslocamentos tenderiam a ser morosos e limitados, o que teria reduzido inevitavelmente a comunicação com a zona urbana por muitos anos. Essa condição influenciaria não só o seu “atraso modernizante” em relação a outras colônias – geralmente linistas – mais próximas a Curitiba, como também propiciaria o seu desenvolvimento junto a colônias vizinhas, como Mergulhão e Rio Pequeno, por exemplo. Ocorreria, nos primeiros anos de assentamento, um provável esforço em se adaptar a uma realidade que seria diferente de vários núcleos coloniais fundados no período.

Haveria em Muricy, em meio ao estabelecimento das propriedades, o emprego da construção popular fortemente baseada no estilo *dom wegowy*, tendo-se em vista também sua vantagem de relativo isolamento do núcleo urbano, o que aumentaria a disponibilidade de madeira para fins arquitetônicos. Tal estado permitiria que as construções típicas da 1ª geração de casas de madeira eslavas no Paraná predominassem durante os primeiros anos da colônia, até que passassem a conviver com as contemporâneas casas de araucária, resultantes de um possível sincretismo arquitetônico (BATISTA, 2007) processado junto ao meio.

No caso da propriedade pesquisada, não se possui registro se algum dia a mesma teria abrigado uma moradia de 1ª geração, já que a casa de araucária

existente possuiria mais de cem anos. Dentro dessas perspectivas, ter-se-ia uma representação pelo QUADRO 36[147].

[147] Ressalta-se, mais uma vez, no quadro a seguir e nos outros que vierem na sequência, que os retângulos hachurados se referem a elementos não incluídos ou que não participaram naquele momento específico da análise.



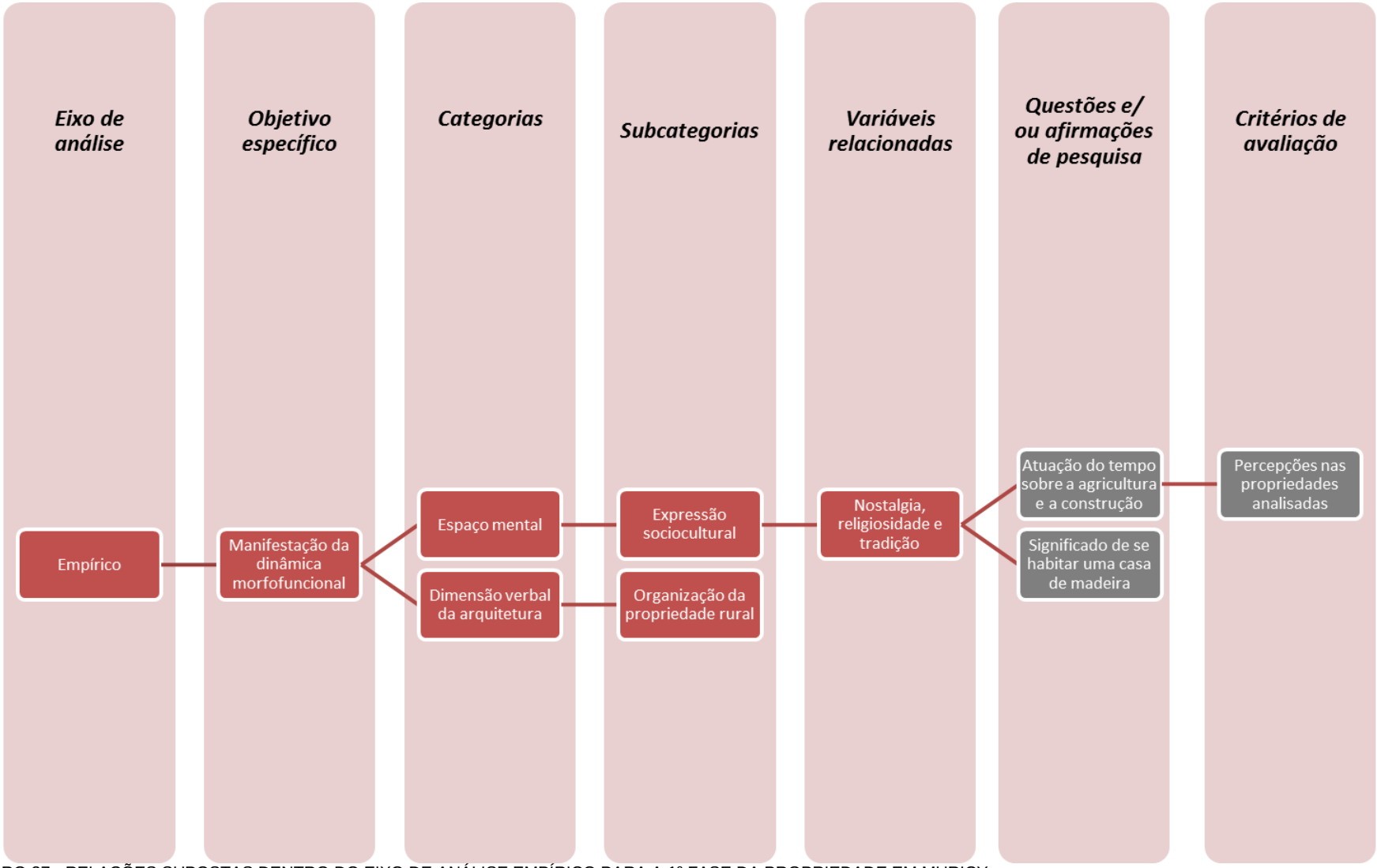
QUADRO 36 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

Os primeiros moradores da propriedade teriam ocupado o local e atribuído a ele um arranjo espacial muito próximo ao do presente. Devido ao tamanho da família, que, com o tempo, teria se expandido, todas as repartições, incluindo o sótão, precisariam ser ocupadas. Por esse motivo e em razão da própria tradição polonesa, voltada à agregação da família em torno de momentos de convívio – nas refeições, conversas, preces, dentre outros – a cozinha ocuparia quase a metade da casa, apresentando acesso tanto pela parte da frente quanto de trás da habitação, e contaria com vista para a maior parte da propriedade. A sala, do mesmo modo, representaria uma função singular no papel de acolhimento das visitas e do lazer da família, armazenando fotos, adereços religiosos e outros objetos que se replicariam na maioria das casas polonesas.

A carpintaria, no plano geral da propriedade, exerceria função de apoio importante à moradia. Por provavelmente não ter contado com a presença de um paiol por alguns anos, serviria de depósito para instrumentos agrícolas, sementes, além, logicamente, da realização de pequenos serviços de carpintaria. A sua proximidade à casa revelaria a destacada participação que possuía nessa 1ª fase.

As plantações, as quais em decorrência da limitação de recursos, como equipamentos adequados, variedade de sementes e mudas, dentre outros fatores presumíveis, enquadravam-se possivelmente em uma situação mais próxima à produção camponesa no seu início do que à da agricultura familiar, que viria a caracterizá-la anos mais tarde. Era esperado que o envolvimento da família no seu manejo tivesse predominado durante vasto período, tornando-as verdadeiras extensões laborais e pessoais da casa, frente à intimidade e ao estreitamento de laços que teriam proporcionado àqueles que a elas tivessem se dedicado. Não só o motivo de sobrevivência através do cultivo da terra estaria presente nesse cenário, mas também o estado de bem-estar trazido pela sensação de pertencimento por meio dessa prática, ainda mais no caso dos imigrantes poloneses, que haviam deixado sua terra de origem. Ao se buscar uma “Nova Polska” no Brasil, e mais particularmente no Paraná, os imigrantes tentariam, antes de tudo, manter e resgatar valores que os conservassem próximo de suas raízes, e o trabalho agrícola seria, juntamente com a unidade familiar e a religiosidade, um dos pilares que lhes sustentaria durante décadas nessa condição. Tamanha expressão sociocultural se tornaria tão destacada frente aos caboclos e àqueles com quem possuíam maior contato que os colonos não tardariam em demonstrar uma definida identidade

coletiva, a qual, em função das naturais resistências dos grupos externos, resultaria em preconceitos variados por parte da sociedade paranaense em relação aos colonos (QUADRO 37).



QUADRO 37 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

Transpondo-se os eixos de análise conceitual e empírico para o que teria sido a propriedade ao longo da 1ª fase, notar-se-ia a centralização das relações entre seus componentes na casa. A partir dela emergiria uma dinâmica primária, a qual atuaria sobre a carpintaria e os lotes destinados à plantação, e vice-versa. Embora não se evidenciasse, nesse caso, um número maior de construções, diagnosticar-se-ia uma maior dependência entre as mesmas, por possivelmente não haver outra fonte de sobrevivência que não fosse junto às plantações, por exemplo. Essa visualização, todavia, não impediria descartar a criação extensiva de animais na propriedade, apesar de que, por motivos comportamentais e organizacionais, tudo levaria a crer que isso não teria sido realizado pelos colonos, ao contrário do que seria de praxe entre os caboclos da região. Esse sistema, de alguma maneira, explicaria a forte ligação que a maior parte dos integrantes da família até hoje teria para com as atividades agrícolas, mesmo entre aqueles que não residissem mais na colônia (FIGURA 25).

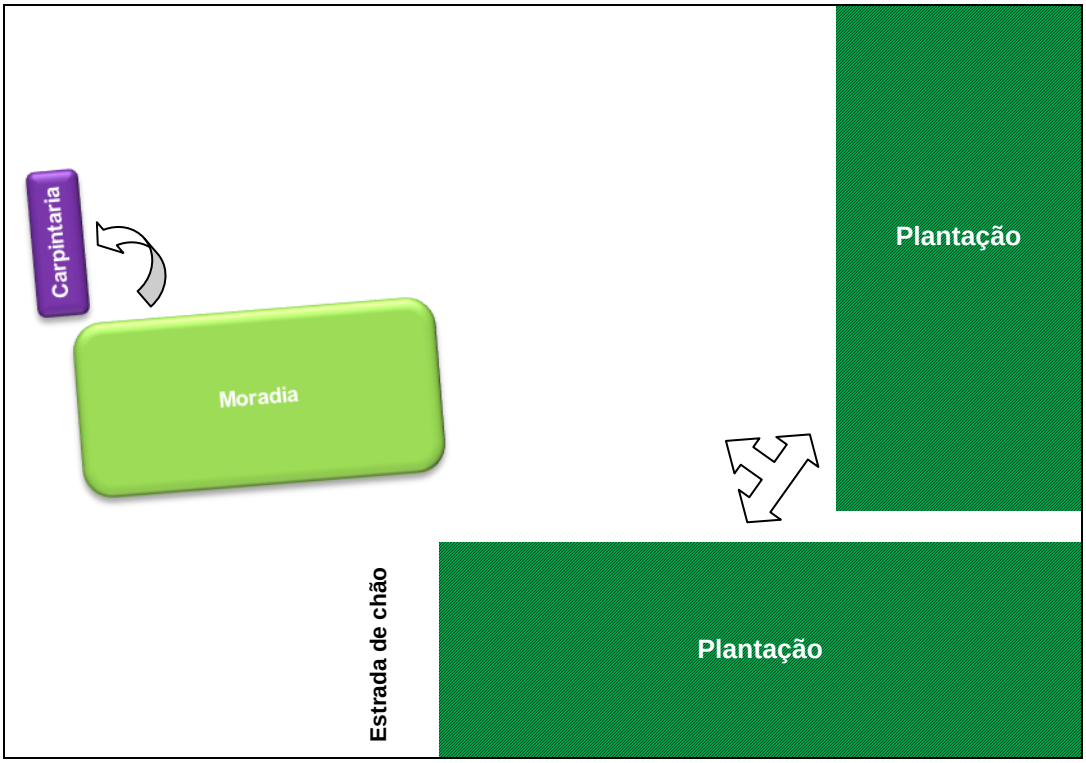


FIGURA 25 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 1ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA E TRABALHO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

- 2ª fase

Após um intervalo de tempo não tão extenso, com o crescimento esperado da produtividade dos lotes, até mesmo por uma questão de melhor adaptação dos colonos às características do solo e demais condições ambientais, surgiria a necessidade de se armazenar uma quantidade maior de instrumentos, bem como de adubos, alimentos, sementes, entre outros elementos ligados às atividades agrícolas. A carpintaria, cuja função original se encontraria provisoriamente dividida com outras aplicações, não estaria mais comportando os serviços com os quais era demandada. A solução estaria em construir um paiol.

Erguido em proporções comparáveis às da moradia, com janelas para favorecer a ventilação e a iluminação durante o dia, o paiol possuiria condições de atender o trabalho dentro e fora da área de plantio, onde a família poderia passar horas, preparando os produtos para a comercialização. Em determinadas épocas do ano, o galpão e os lotes seriam espaços em que os membros da família – com destaque às mulheres e crianças – dispenderiam mais tempo do que na própria casa.

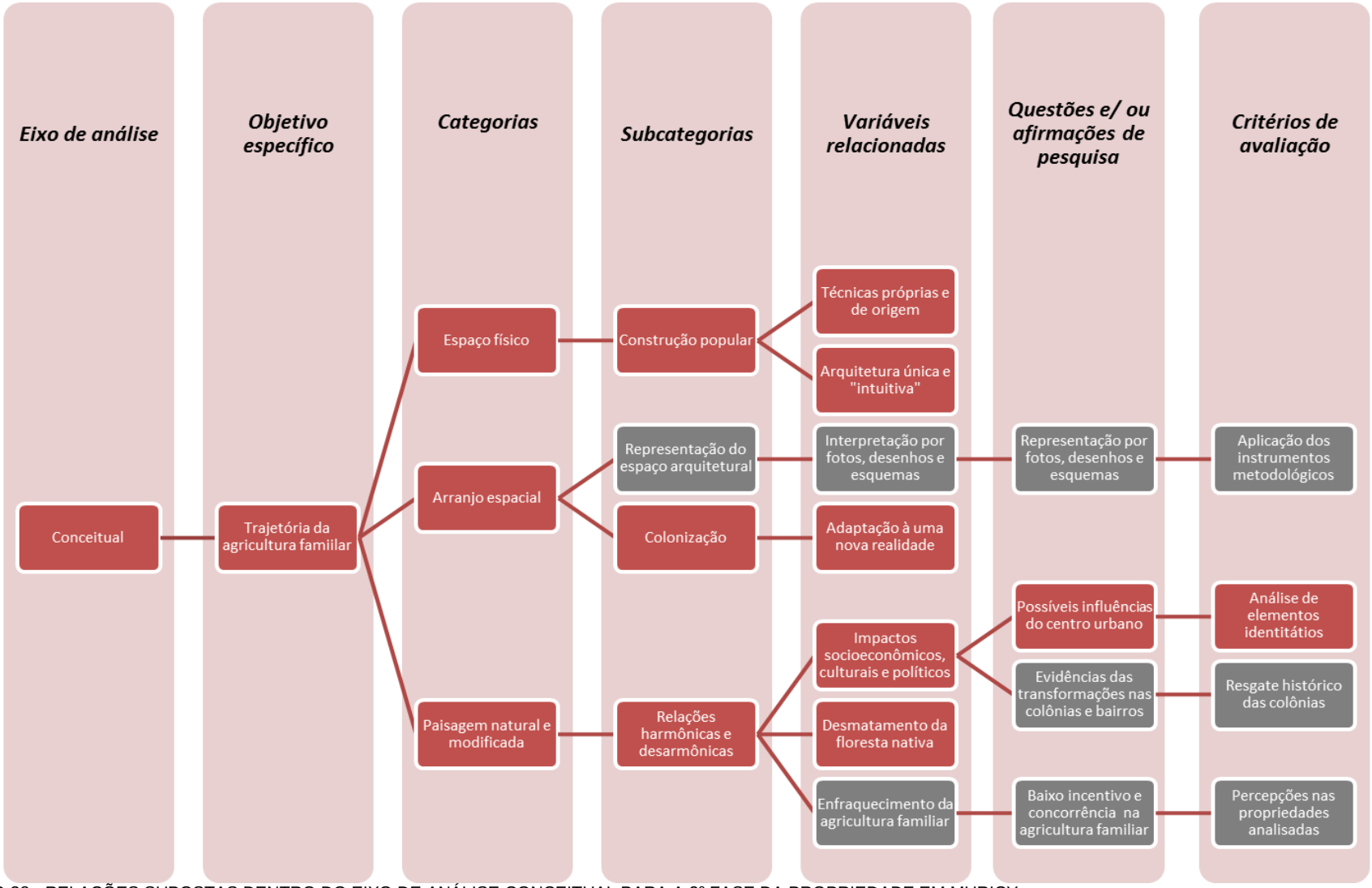
O paiol seria ainda utilizado como espaço de armazenamento de mudas, separação e organização de folhagens, bem como em outras funções complementares ao plantio, que geralmente o antecediam ou sucediam; neste último caso, antes de sua remessa ao distribuidor. Pelo fato de se localizar em uma posição estratégica da propriedade, entre a moradia e os lotes da plantação, a sua função de subsidiar o trabalho na terra acabaria por não envolver tão diretamente a casa, que participaria mais como receptora de produtos oriundos das atividades agrícolas do que fornecedora de quaisquer recursos físicos que não fossem a mão de obra familiar, como sucedia na 1ª moradia da propriedade estudada em Thomaz Coelho.

Montado com tábuas serradas, altas e largas, medindo cerca de uma polegada de espessura, permitiria a estocagem de produtos em um segundo piso incompleto, aproveitando com eficiência o espaço interno. Apesar de não se tratar de uma casa, o cuidado para garantir o mínimo de conforto à família enquanto trabalhava, assim como proteção aos produtos, estava evidente no emprego de mata-juntas para reduzir a umidade interna, bem como a entrada de correntes de ar, e principalmente na presença do assoalho em madeira, evitando o contato direto

com o chão e, consequentemente, reduzindo a ação da umidade, de insetos, roedores etc. Com a elaboração do paiol, a carpintaria perderia espaço entre as relações da propriedade, ainda que tivesse mantido algumas das suas funções iniciais (verificar item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).

Presumir-se-ia ainda, nesse período, uma possível melhoria das estradas de acesso à colônia, haja vista o aumento da população em Muricy e nas colônias próximas. Tal fator teria incrementado a mobilização dos próprios colonos em buscar o reparo das vias, quando necessário, pois toda a produção agrícola dependeria do transporte em carroças para ser comercializada. Por intermédio desse novo fluxo, esperar-se-ia, como consequência, uma maior aproximação da colônia à capital, gerando tanto benefícios quanto malefícios através de impactos de ordem diversa. Esse talvez tivesse sido o ápice da maturidade da colônia, como um sistema ao qual estivesse agregado o desenvolvimento da maioria da população colonial nas atividades produtivas responsáveis pela sua manutenção.

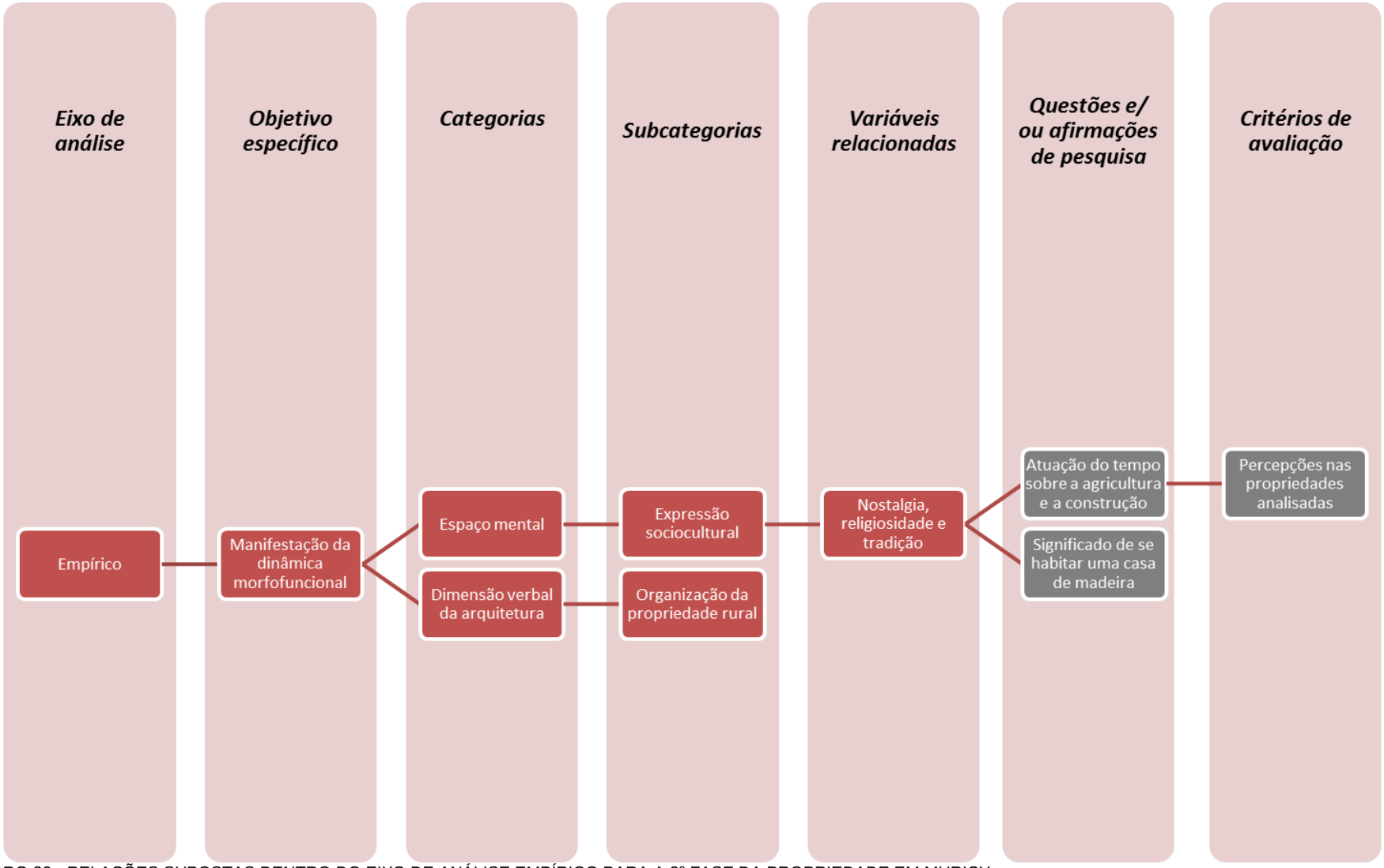
A 2ª fase teria apresentado duração superior à fase que a precedeu, marcando uma possível substituição de uma geração por outra na administração da propriedade, além da incorporação de conhecimentos obtidos a partir da realidade encontrada. Ao mesmo tempo em que teria se estabelecido um estado de harmonia do homem para com o ambiente, o efeito oposto teria ocorrido irreversivelmente por intermédio da destruição da mata nativa, do assoreamento de rios, da contaminação do solo e de muitas outras possíveis intervenções (QUADRO 38).



QUADRO 38 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

Com a construção do paiol, acabou-se por naturalmente reportar algumas das relações estabelecidas na casa, como as conversas na sala ou na cozinha, para um ambiente em que adultos dialogariam enquanto trabalhassem, as crianças brincariam sob o olhar dos mais velhos e os ajudariam sempre que fosse possível, enfim, o paiol se tornaria capaz de reproduzir o cenário de uma casa pela perspectiva de integração do convívio familiar ao trabalho, fazendo-se, em determinadas circunstâncias, ainda mais complexo do que a própria casa dessa propriedade.

Os colonos, conforme diversos relatos, eram pessoas bastante reservadas dentro de uma esfera de relações sociais. Geralmente, os contatos extrafamiliares que possuíam restringiam-se aos casamentos, às festas de colônia, à missa, às cerimônias fúnebres e outros eventos menores. Quando saíam da colônia, ou seria para se deslocarem até outra colônia, ou seria para a negociação dos seus produtos na capital, uma situação que requeria, no mínimo, dois dias para ser realizada, sabendo-se da distância e dificuldade de acesso entre Muricy e Curitiba durante alguns anos. Por essas e outras razões, o contexto intrafamiliar se destacaria fortemente entre as propriedades agrícolas polonesas, perpassando a concepção de microuniverso criada em torno da casa para outros componentes da propriedade, dentre eles o paiol e os espaços voltados ao plantio. Assegurar a integração entre os membros da família significaria mais do que diminuir a sensação de nostalgia, alimentada por lembranças de momentos marcantes e de parentes que teriam ficado na Polônia, mas também uma alternativa para assegurar o controle da propriedade, que, com o decorrer dos anos, deveria ser preferencialmente transmitida a quem pertencesse à família. Esse, por sua vez, seria um dos fatores que mais impulsionaria a introdução das crianças, principalmente dos meninos, nas atividades agrícolas desde cedo (QUADRO 39).



QUADRO 39 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

No que teria sido o segundo arranjo espacial da propriedade, segundo o discutido previamente, haveria o acréscimo de uma nova construção – o paiol –, que desenvolveria uma interação direta com as plantações e receberia influência da moradia. Esta, por sua vez, continuaria a desempenhar o mesmo papel da 1ª fase, só que com uma menor exigência sobre a carpintaria, que teria grande parte de suas funções transmitidas ao paiol. Todas as construções se inter-relacionariam, mas com predominância da casa sobre as demais, e todas se comunicariam diretamente com os lotes de plantação. A manifestação do processo em conjunto caracterizaria a dinâmica secundária, presente na conjuntura da 2ª fase, dando prosseguimento à dinâmica iniciada na fase anterior (FIGURA 26).

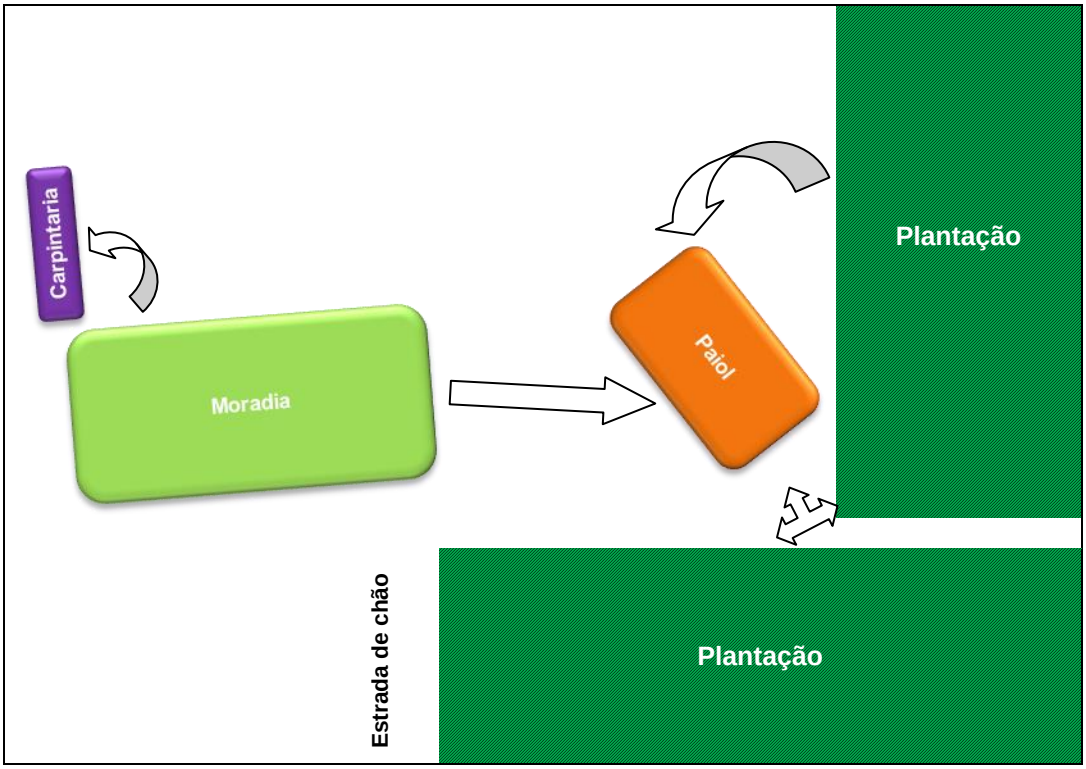


FIGURA 26 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA E TRABALHO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

- 3ª fase

A evolução da Colônia Muricy esteve sempre associada ao uso da terra para a agricultura, semelhantemente ao que ocorreria em todas as outras colônias

durante os seus períodos mais prósperos. O incremento da demanda elevaria, por lógica, a produtividade e as condições de se investir ainda mais nos cultivos, muitas vezes, pela expansão das propriedades. Do ponto de vista da colônia, o crescimento socioeconômico das famílias implicaria a melhora de várias das condições gerais da comunidade, pois muitas das colônias contariam com associações, das quais a maior parte da população se beneficiaria de alguma forma.

No caso de Muricy, diferentemente do que aconteceria em Thomaz Coelho, a produção agrícola sofreria menos interferência de outras atividades, como a industrial e a comercial, o que estenderia o seu ciclo de maior desenvolvimento por mais tempo do que em outras colônias. Esse panorama *grosso modo* possibilitaria, juntamente com aspectos que foram considerados no passado, uma conservação mais duradoura das características das propriedades, incluindo a arquitetura das casas de madeira.

> O bom estado das tábuas é por causa do cuidado que os antigos construtores tinham. Eles nunca cortavam madeira para construir uma casa no mês que possuía a letra "r" e ainda era cortada na lua minguante. O corte era feito nos meses de maio, junho, julho e agosto; em especial, nos meses de maio e junho, no início do inverno[148].

Mesmo com o acesso à colônia sendo aprimorado anos mais tarde, a manutenção dos seus moldes de produção originais demonstrava ser uma vantagem também aos núcleos urbanos que dela dependiam.

A provável transição de uma agricultura tipicamente camponesa, à guisa daquela desenvolvida na Polônia, no período da imigração, para uma agricultura de enfoque familiar encontraria condições favoráveis em Muricy, tanto devido à dimensão de seus lotes, superiores à média das outras colônias da região, quanto à distribuição dos mesmos em função das principais vias para transporte da produção. Entretanto, nenhum outro aspecto seria mais importante do que o envolvimento familiar, que resistiria em muitas propriedades apesar das adversidades surgidas com o tempo. A valorização de diversos elementos inerentes à colonização – por intermédio da religião e da educação, principalmente centrados nas instituições da igreja e das escolas locais, respectivamente – contribuiria de forma decisiva à "resistência identitária" da colônia frente a variadas externalidades.

---

[148] Depoimento dado pela proprietária em entrevista à Maria Angélica Marochi. Colônia Muricy, 03 de março de 2012. In: BERNARDO, J. **Madeira e técnica**: as edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba: Edições do autor, 2013. 168 p.

Não obstante o êxodo rural tenha feito parte da realidade da colônia nos últimos anos, essencialmente entre as camadas mais jovens da população, segundo depoimentos de moradores, a produção agrícola continuaria sendo encaminhada por dispor de uma mão de obra adulta, essencialmente masculina, de descendentes de imigrantes poloneses que teriam fundado a colônia. Contudo, isso não se livraria da substituição de casas de madeira por habitações de alvenaria de tijolos, assim como a construção de novas moradias nas propriedades, a transformação mais evidenciada entre as propriedades visitadas.

De acordo com a Lei nº 11.326/06[149] e o Censo Agropecuário 2006 (IBGE/ MDA, 2006), a propriedade analisada poderia ser classificada como Pronaf C, por não ter apresentado empregados temporários por 180 dias ou mais e por possuir renda familiar com rebate – 60% da renda familiar com rebate – menor ou igual a R$ 16.000,00. Este valor, gerado em família, serviria para manter a propriedade como um todo e, em parte, a propriedade vizinha, desprovida de espaço para plantio, pertencente a um dos filhos da proprietária entrevistada, sendo ele o principal responsável por manter os dois lotes em questão juntamente com o sobrinho. A quase totalidade desse valor seria obtida com as culturas da alface, couve, rúcula e dos brócolis, intercaladas com outras, conforme a época, cuja produção seria repassada a distribuidores locais, que buscariam os alimentos diretamente na propriedade (verificar item Características da produção agrícola do APÊNDICE 1).

Os agricultores contavam com instrumentos manuais e um trator de pequeno porte para o preparo do solo. A irrigação era predominantemente mecânica e não estava diretamente ligada a um manancial hídrico. O fato de, nas datas de visitação, apresentarem o seu cultivo baseado em folhagens tornava-os susceptíveis a perdas por causas naturais, como a geada, tal qual parcialmente constatado em uma das visitas. A instabilidade do clima, aliada à insuficiente mão de obra, que gerava excesso de serviço, dificultava a cobertura de pelo menos parte da plantação, o que não evitava prejuízos ocasionais.

Percebeu-se, fundamentando-se na entrevista, que os conhecimentos e a afinidade no trato com a agricultura eram valores compartilhados de geração em geração, mas que, no caso específico dessa família, não seriam assumidos pelos filhos de um dos responsáveis pelo cultivo, que optaram por residir na capital e

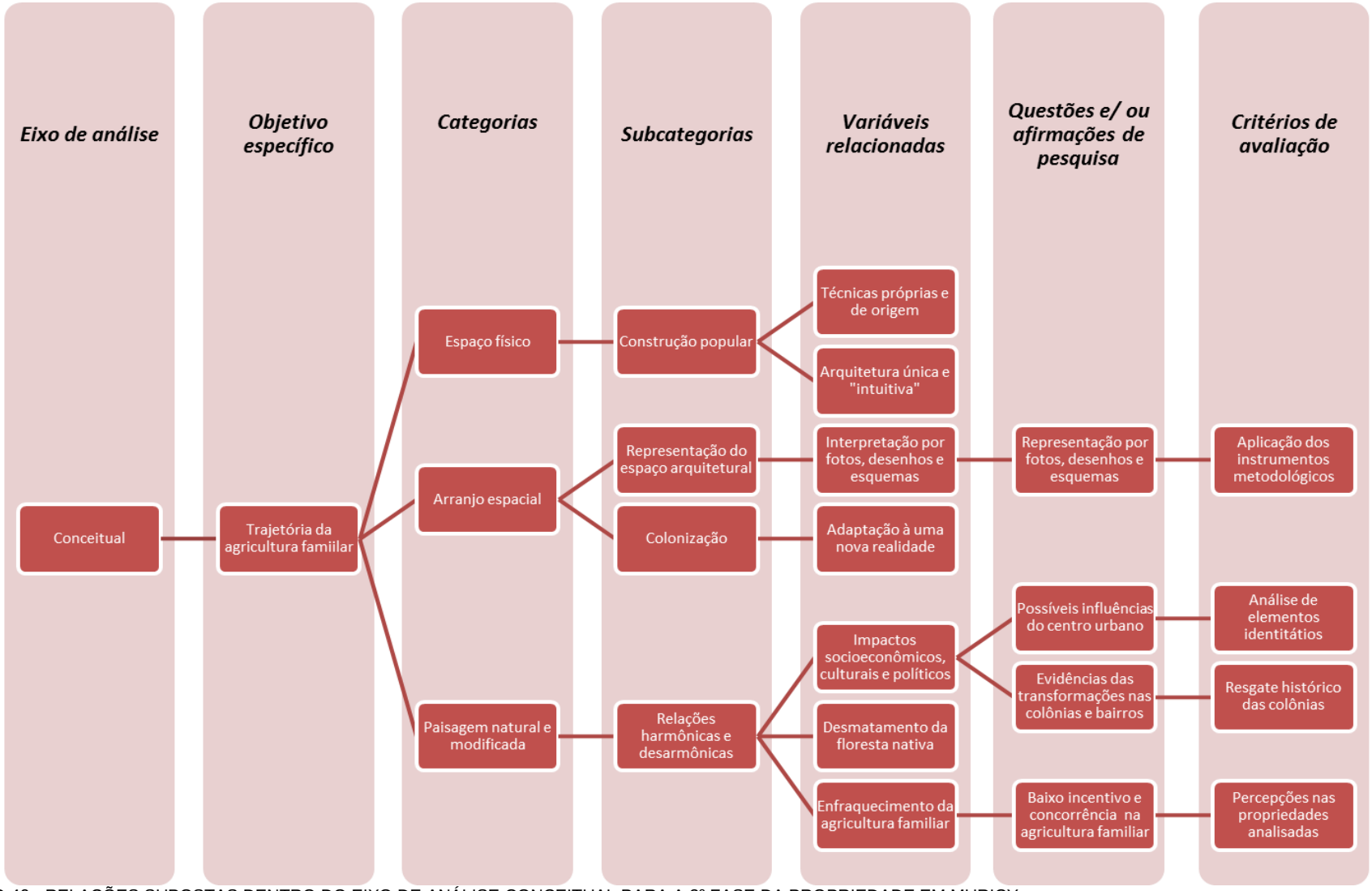
[149] *Ibid.*

adotar outras profissões. Esta, por sinal, seria uma tendência que poderia ser estendida a praticamente todas as colônias analisadas: abandonar a agricultura familiar e a vida na colônia para seguir em direção a centros urbanos ou regiões com melhores expectativas. Nesta família, alguns dos filhos da proprietária continuariam a exercer a agricultura, porém, em outros locais, como a Barra do Turvo, atraídos por novas oportunidades.

Observou-se também que a contratação de mão de obra – no período da imigração polonesa, abundante por causa dos caboclos – era inexistente nessa propriedade. O motivo principal não seria o problema por contar com alguém externo à família para participar das atividades agrícolas, ao contrário, seria justamente a indisponibilidade de pessoal na colônia e adjacências para atuar nesse ramo. Houve, por consequência, a necessidade de se adaptar a essa condicionante, sustentada pelo baixo favorecimento da agricultura familiar, tanto da parte do Estado, quanto dos grandes produtores, ao gerarem uma concorrência desleal.

A busca por opções de equilíbrio, em resposta às instabilidades que começariam a surgir, levaria à formação de outros elementos na propriedade, que funcionalmente não alterariam tanto as relações já consolidadas, contudo, seriam capazes de oferecer alternativas de alimentação, no caso do criadouro, e de armazenamento, por meio do barracão. Seria impreciso afirmar que essas construções teriam surgido para contrabalançar quaisquer perdas ocorridas na agricultura, no entanto, seria seguro dizer que com elas a propriedade ganharia em dinamicidade.

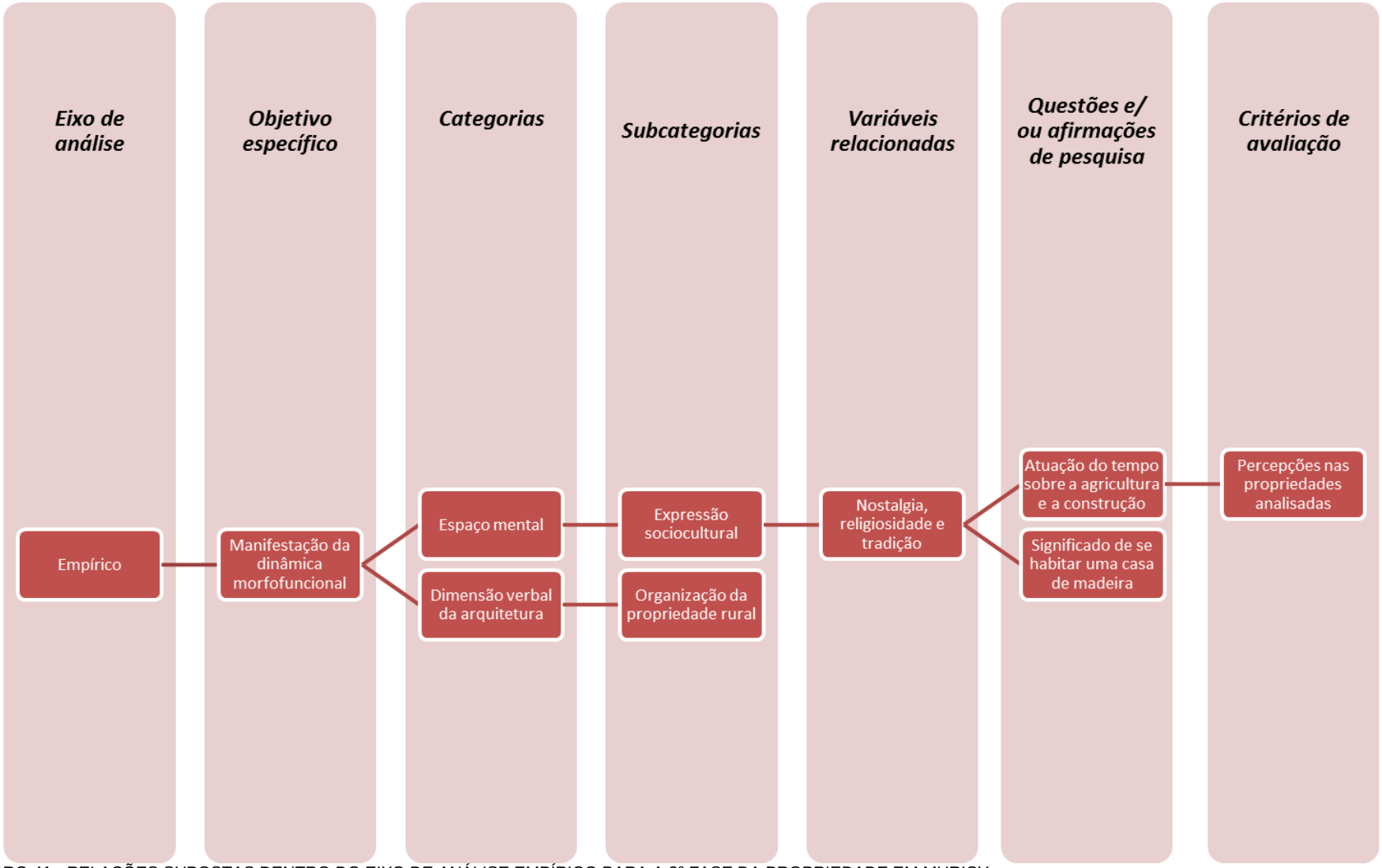
Nesse âmbito, não se poderia deixar de destacar, em contraposição ao que teria sido um dos motivos apontados para o desenvolvimento de Muricy da forma como ocorreu, a expansão do acesso aos centros urbanos mais próximos. Tal caminho viria a impactar sob os aspectos sociocultural e ambiental a colônia de modo irreversível, trazendo com ele problemas ligados à especulação imobiliária e outras moléstias de origem urbana (QUADRO 40).



QUADRO 40 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

Por intermédio da construção de novos empreendimentos, a agricultura perderia espaço físico e de produção, pois se tornaria menos rentável, em muitos casos, do que buscar uma fonte de renda na cidade. O meio, de modo similar, sentiria os efeitos de um crescimento desordenado, tendo sua paisagem, antes composta majoritariamente por araucárias, em um intervalo de 136 anos de existência da colônia, quase que por completo alterada. Os resquícios desse passado recente estariam armazenados nas propriedades com casas de araucária, que, por sua natureza, preservariam não só a interação homem-ambiente, mas também a dependência entre ambos para a sua coexistência.

Na casa de araucária pesquisada, encontrar-se-iam traços diversos que denotariam uma relação do carpinteiro com a madeira que transgrediria o simples trabalho manual, mecânico, aproximando-se de um sutil lidar com a matéria, tratando-a como arte. Os lambrequins da parte frontal da varanda representariam muito bem o estado de intimidade criado nessa relação moldada não só estruturalmente. Abrir-se-ia, por meio do colono polonês, uma dimensão para se pensar o espaço mental resultante da fusão de duas realidades: a da pré e da pós-imigração. A arquitetura da casa como um todo reteria abstratismos, que iriam muito além das técnicas e dos sentimentos a ela conferidos. O interior e o exterior da casa, mais uma vez, tentariam se mimetizar à espécie humana, envelhecendo juntos e adquirindo significados que os tornariam incomparáveis (QUADRO 41).



QUADRO 41 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM MURICY
FONTE: O AUTOR (2014)

Existiria, nessa propriedade, uma situação que não seria observada em Thomaz Coelho, quando ao se examinar as dinâmicas primária e secundária: nenhuma das construções teria a sua função principal substituída, mesmo que deixassem de executá-la com a mesma intensidade. Essa independência facilitaria sobremaneira o *modus operandi* dos membros da família, os quais considerariam essas construções como resultados do desenvolvimento alcançado pela propriedade no decorrer de anos.

As dinâmicas que movimentariam as duas primeiras fases se integrariam para constituir uma rede mais complexa de relações, aqui denominada de dinâmica morfofuncional. A mesma teria comunicações partindo da casa, provavelmente a construção mais antiga e importante da propriedade, a qual se encarregaria de determinar as funções de trabalho, criação e depósito de cada um dos outros elementos. Não ocorreria uma sobreposição de funções, e sim, uma complementaridade entre as mesmas, pois uma dependeria da outra para ser desencadeada. Nesse sentido, compreendeu-se que a evolução do local em fases, acompanhando os diferentes períodos da colônia, teria se mostrado essencial para que a propriedade chegasse a esse grau de compactação, imaterializado e fundamental para a manutenção das características da propriedade (FIGURA 27).

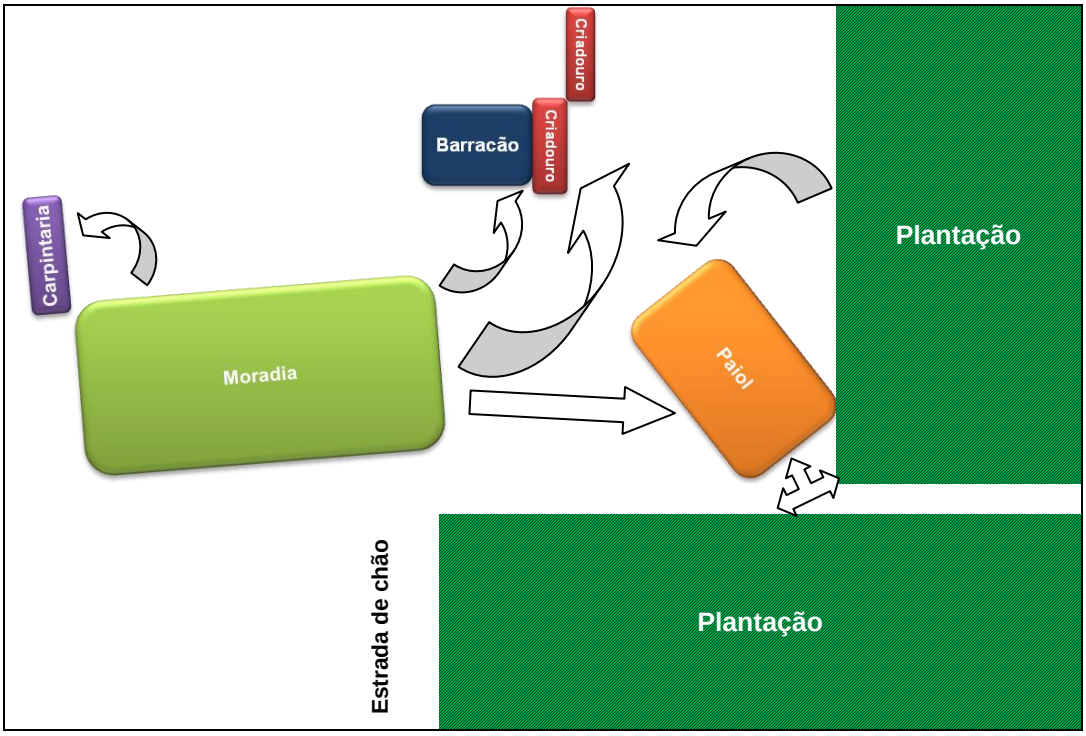


FIGURA 27 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA MURICY. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, CRIAÇÃO E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

O reconhecimento dessa organização dentro de uma perspectiva concreta pedia para uma mais eficaz interpretação daquele ambiente como um todo, segundo as sensações naturais transmitidas por ele, sabendo-se das limitações de quem fazia essa observação frente aos moradores daquela propriedade, acostumados a entendê-la como componente daquele meio, vista em diferentes circunstâncias cronológicas, históricas e de adequação à paisagem.

Saber o porquê de as construções terem sido estabelecidas nas posições em que se encontravam, livres de afirmações técnicas que as justificassem nessa configuração, passaria por tentar perceber os possíveis motivos que as teriam conduzido a tal trajetória. Desse modo, o emprego da ferramenta do desenho tradicional, desprovido de técnicas, portanto, meramente informal, buscaria simular as condições empíricas que teriam levado os carpinteiros a organizar a propriedade da forma em que foi encontrada na pesquisa. Esse exercício demandaria reconhecer através do desenho o motivo de estarem posicionadas de tal maneira, que de uma construção seria possível observar a outra e de que a partir da casa e do paiol os

lotes de plantações também se fariam visíveis, refletindo a semiótica que cada elemento possuía em meio às suas diferentes funções.

Pelo desenho, tentou-se modestamente aproximar por alguns instantes a concepção quase que diária do agricultor e membro de família descendente de imigrantes poloneses, enquanto participante daquele espaço, à interpretação alienígena do autor, registrada, a partir do ângulo proporcionado pelo posicionamento na estrada de chão (de acesso principal à propriedade), por uso do desenho. O contraste entre as mesmas seria algo incomparável na prática, porém, de utilidade reflexiva importante para compreender o material que se dispunha além do aspecto físico (FIGURA 28).

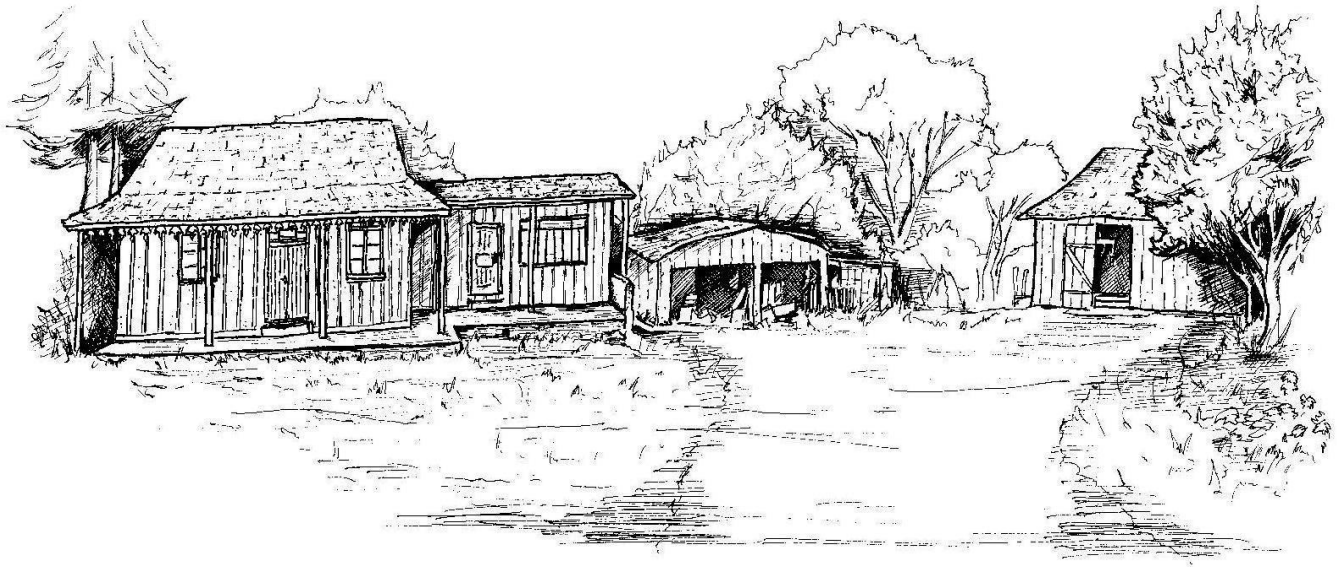


FIGURA 28 - DESENHO DA PROPRIEDADE EM MURICY. NELE SE PODEM OBSERVAR A MORADIA (À ESQUERDA), O BARRACÃO E UM DOS CRIADOUROS (AO FUNDO CENTRALIZADO), O PAIOL À DIREITA E UMA PEQUENA PARTE DA PLANTAÇÃO TAMBÉM À DIREITA. FONTE: O AUTOR (2014)

4.3.3 Propriedade em Antônio Rebouças

(i) Percepções de campo na Colônia Antônio Rebouças

No município de Campo Largo, próximo à Ferraria, a cerca de 14 km do centro de Curitiba, encontrava-se a Colônia Antônio Rebouças. Fundada por italianos vicentinos, em quantidade quase duas vezes superior a de imigrantes poloneses, surgiria à margem da antiga Estrada do Mato Grosso[150], na Região do Timbotuva (FEDALTO, 1978).

O engenheiro negro Antônio Pereira Rebouças Filho (1839-1874), que havia coordenado a construção da Estrada da Graciosa, em 1864, seria convidado a participar da construção da Estrada do Mato Grosso, finalizada em 1871 (ZUCON, 2014) (ANEXO 11). Este, quatro anos após seu falecimento, seria homenageado ao nomear a colônia em questão.

Estabelecida a princípio em lotes de 10,0 ha, medida intermediária entre aquelas encontradas em Thomaz Coelho (6,5 ha) e Muricy (12,1 ha), respectivamente, caracterizou-se por adquirir uma distribuição espacial significativamente distinta das duas colônias. Pela antiga Estrada do Mato Grosso – porção que atualmente representa a Rua Mato Grosso –, atravessando pela Rua João José Marchiori, não pavimentada, com margem escassamente habitada, o pesquisador seguiu até o final da via, que era interrompida pela Igreja Nossa Senhora do Carmo. A partir desta edificação, inspirada na arquitetura italiana, partiria de um dos lados da bifurcação formada a continuidade da Rua Bernardo Marochi, onde se localizaria a propriedade de interesse. Nas duas colônias debatidas previamente, as instituições religiosas, apesar de atuarem como referenciais dentro dos seus ordenamentos habitacionais, estariam localizadas em uma das margens das principais vias de acesso, não apresentando, portanto, um papel de destacada convergência física, visual e funcional como a evidenciada em Antônio Rebouças. Esse diferencial seria importante para entender as

[150] Caminho do planalto de Curitiba em direção ao Segundo Planalto paranaense, caracterizado pela cultura da erva-mate entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, seu percurso abrangeria inicialmente o que hoje corresponde à Praça Osório, prolongando-se pela Rua Comendador Araújo, Avenida do Batel, Rua Bispo D. José, Avenida Nossa Senhora Aparecida, Rua Eduardo Sprada, seguindo até o Rio Passaúna e, posteriormente, à Ferraria, em Campo Largo. Daí se estenderia por várias regiões do município no sentido da Serra do São Luiz do Purunã (ZUCON, 2014).

particularidades reveladas em cada colônia, bem como o quanto o aspecto das diferentes imigrações recebidas pelo Paraná poderia influenciar na composição de cada local.

Atendo-se à variável da diversificação da imigração europeia não-portuguesa no Paraná, ocorrida essencialmente entre os meados do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, observar-se-iam que influências que iriam muito além do componente numérico se manifestariam na caracterização das colônias, como: a reprodução de relações de dominância política, econômica e sociocultural entre alguns povos, frutos de desavenças históricas que se expressariam mesmo nos mínimos eventos; e as características arquitetônicas de cada imigrante, o que não implicaria afirmar que a miscigenação entre estilos ou mesmo a adoção de técnicas de outros imigrantes não tenha sido executada, ao contrário, ela se tornaria tão comum que talvez a própria casa de araucária tivesse surgido através dessa hibridização entre eslavos e outros imigrantes, o que não se comprovaria até o presente. O certo, porém, seria que a definição de estilos arquitetônicos entre os imigrantes de fato ocorria, principalmente nas primeiras décadas de sua chegada ao Brasil, em que o conhecimento trazido da nação de origem seria, muitas vezes, o seu principal patrimônio. Logo, genericamente os alemães se distinguiriam por meio dos enxaiméis, os italianos pela casa de concreto e os eslavos pelas casas de tronco.

Descobriu-se, entretanto, que a rotulação de imigrantes em função de suas características, inclusive arquitetônicas, incorreria em erros gravíssimos, haja vista a enorme dificuldade em se compreender a postura organizacional assumida por esses povos ao desembarcarem no país. Mesmo entre os Estados da Região Sul, que receberam as maiores leva de imigrantes europeus, as diferenças existentes entre as colônias com imigrantes de mesma procedência se fariam notórias ao longo dos anos, pois nenhum processo de adaptação se desenvolveria independentemente do seu meio de ocorrência. Uma concretização dessa adaptabilidade multiétnica poderia ser verificada em Antônio Rebouças.

Percorreu-se a colônia pelas direções orientadas pela igreja, na Rua Bernardo Marochi: a do lado do monumento em alusão à imigração italiana, com esculturas representando diferentes momentos da história local; e a do lado da torre com sino, de características combinadas àquelas exibidas pela igreja. Não havia na colônia em si nem na estrada de acesso alguma indústria ou estabelecimento

comercial que alterasse substancialmente o cenário da região, mesmo sendo relativamente próxima ao núcleo urbano de Curitiba.

A comunicabilidade da colônia com centros próximos seria acessível por ônibus, que atravessaria toda a Rua João José Marchiori até a igreja, bem como por outros meios de transporte tradicionais. Em Antônio Rebouças, tal qual a maioria das colônias, ocorreriam festas típicas ligadas principalmente à cultura italiana, bem como a preservação do costume – mesmo entre parentes e ex-moradores da colônia – de se assistir à missa de domingo pela manhã, um programa que se reproduziria nas demais colônias visitadas.

Muitas das propriedades localizadas na vizinhança da igreja possuíam dimensão reduzida em relação ao encontrado nas outras colônias mais afastadas da capital. Isso faria com que as casas ficassem bastante próximas às vias, reduzindo o espaço destinado a um possível cultivo em horta ou para outro fim. Na maioria das vivendas, seria possível perceber a capela cunhada no oitão com uma imagem religiosa, presente nas casas de araucária de famílias italianas ou polonesas. As habitações em alvenaria de tijolos seriam mais raras se comparadas às outras colônias estudadas, revelando-se um paradoxo frente à associação normalmente estabelecida entre os imigrantes italianos e a casa de concreto. Estes, por sua vez, apresentar-se-iam como prodigiosos carpinteiros e marceneiros no trabalho com a madeira de araucária, habilidade que teriam trazido de suas origens e, segundo alguns estudiosos, aprimorado com os imigrantes poloneses (observar item Da chegada dos ascendentes aos dias atuais do APÊNDICE 1).

(ii) Descrição da propriedade selecionada

Posicionada em uma das ramificações originadas da Rua Bernardo Marochi, na direção tomada pelo lado da torre, a propriedade selecionada se encontraria próxima a outros terrenos com dimensões significativamente maiores do que aqueles ao redor da igreja. O seu acesso, também por meio de estrada de chão, seria mais isolado do que o das propriedades de Thomaz Coelho e Muricy, embora se mostrasse mais invadido por infraestrutura de suporte urbano, como é o caso das antenas de alta-tensão, que cortavam a colônia e passavam a poucos metros do local de estudo, seguindo em direção a Curitiba.

O terreno ondulado, em menor proporção do que em Thomaz Coelho, predominaria nos lotes destinados ao plantio, ainda que em nada aparentasse intervir, principalmente por grande parte da área ser tomada pela cultura de trigo. O provável maior tamanho dessa propriedade diante de outras chácaras adjacentes encontraria resposta no fato de pertencer à Família Fedalto, sobrenome de distinção na colônia.

Em Antônio Rebouças, tal qual aconteceria em outras colônias, os lotes não necessariamente corresponderiam, no passado, ao número de famílias. Existiam, para isso, dois critérios básicos: a possibilidade de aquisição direta de lotes ou a solicitação baseada nas famílias que possuíssem mais casais ou adultos em sua formação, as quais teriam o direito de requerer mais lotes, o que seria o caso da Família Fedalto (FEDALTO, 1978).

O Sr. José Fedalto, filho de Jacinto, enquadrando-se na segunda situação mencionada, pediria ao Governo do Paraná 100.000 m^2 para si e 100.447 m^2 para seu pai, de modo que pudessem construir suas moradias e evidentemente atuarem na agricultura (FEDALTO, 1978).

Tal condição levaria, ao longo dos anos, à fusão entre os dois lotes, adquirindo as medidas da propriedade destacadas em seu contexto atual. Além disso, outro aspecto tornaria a sua condição especial para Antônio Rebouças: o fato de nessa propriedade estar a casa onde Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto havia nascido e passado parte da vida.

Dom Pedro Fedalto, como é mais conhecido, foi arcebispo de Curitiba entre 1971 e 2004, destacando-se nesse papel pelos múltiplos trabalhos sociais e religiosos desenvolvidos, com destaque para a recepção, em 1980, do Papa Karol Wojtyla[151], um verdadeiro ícone para os descendentes de colonos poloneses até a atualidade[152].

A propriedade da Família Fedalto há anos não contaria mais com a presença do seu membro mais popular, no entanto, preservaria características que a aproximariam dos critérios assumidos por esta pesquisa. Contendo dois lotes

[151] O Papa João Paulo II é tão adorado pela maior parte dos descendentes de imigrantes poloneses, principalmente os mais idosos, que é quase impossível se visitar uma casa de madeira e não observar uma fotografia ou lembrança do pontífice santificado. Sua figura teria possivelmente gerado, na segunda metade do século passado, uma reaproximação dos descendentes à terra de origem, tendo como alicerce sua quase onipresente religiosidade.

[152] ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto**. Disponível em: http://www.arquidiocesedecuritiba.org.br/mitranovo/aba/1/noticia/24. Acesso em: 09 out. 2014.

maiores e dois espaços menores, todos em utilização para plantio, preenchendo majoritariamente o terreno, a propriedade possuiria ainda quatro construções (sendo três ilustradas), a citar (FIGURA 29) (observar item Reconhecimento da propriedade do APÊNDICE 1):

(a) Uma habitação, chamada aqui de 1ª moradia – Construção feita em madeira serrada, com tábuas na vertical variáveis em tamanho segundo a inclinação do telhado, acompanhadas de mata-juntas, apresentando janelas (escuras de madeira maciça) e portas em duas folhas. O telhado, organizado por telhas francesas, em duas águas, possuía angulação estabelecida na altura da água furtada. Enquadrava-se no estilo arquitetônico Primeiro Tipo ou Casa Luso-brasileira, em consonância com a classificação de Imaguire Júnior (1993). Com uma planta retangular, as antigas sala e cozinha ocupariam a maior área interna, ladeadas pelos quartos. O banheiro seria ainda externo, haja vista as várias décadas que essa casa não seria mais habitada. Com pintura antiga descascada, sua manutenção se resumiria aos reparos no telhado. O assoalho de madeira, flutuando sobre o terreno ondulado por intermédio dos pilotis em tijolos, preservaria quase intacto suas principais originalidades. O porão se mostrava exposto. A varanda era inexistente. De forma bastante simplificada, a habitação corresponderia a um exemplo de casa de araucária de características construtivas mais próximas do imigrante italiano, mas que hoje estaria sob os cuidados de descendentes de imigrantes italianos e poloneses, os quais teriam indiretamente participado da elaboração da casa a ela anexa. A sua estrutura geral acomoda repartições tanto destinadas ao uso da família que nela residia quanto a outras finalidades da época, como o armazenamento de ferramentas de emprego agrícola, carroças, dentre outras;
(b) Outra vivenda, denominada, neste caso, de 2ª moradia – A madeira, similarmente à construção anterior, foi a matéria-prima predominante, apesar de ela fazer parte com menos frequência das divisões da casa se proporcionalmente comparada à 1ª moradia. Nestas situações, denotadas essencialmente na varanda e no assoalho do banheiro, a madeira daria lugar ao tijolo ou ao concreto como elemento-base. Portando dimensões de comprimento e altura superiores às da outra casa, possuía portas em madeira, porém, vitrôs com esquadrias metálicas, reproduzidas em forma e tamanho por significativa parte da casa, sendo

interrompida por janelas do tipo guilhotina e basculantes na cozinha e no banheiro. O telhado, em duas águas, possuiria seu decaimento na altura do sótão, prolongando-se, em um dos lados, por sobre a varanda. Com tábuas serradas, dispostas na vertical, mais estreitas do que na primeira casa, dialogando com mata-juntas, as paredes contariam com pintura recente em tinta óleo e acabamento em perfeitas condições, sustentando, por meio das tesouras, um telhado constituído por telhas francesas. Corresponderia a uma construção da Casa da Imigração ou do Segundo Tipo, dentro da classificação proposta por Imaguire Júnior (1993);

(c) Barracão – Constituído por peças de madeira serrada, posicionadas vertical e lateralmente umas às outras, com pilares também em madeira e um compartimento fechado, ocupando cerca de um quarto da sua área. O telhado teria metades iguais, cobertas por telhas francesas; e

(d) Paiol – Estruturado em madeiras serradas, unidas por mata-juntas, possuía tamanho reduzido em relação ao barracão. Apresentava telhado, à semelhança das outras três construções, formado por telhas francesas.

1

2

3

4

FIGURA 29 - ELEMENTOS DA PROPRIEDADE REPRESENTADOS POR 1 - 1ª MORADIA, 2 - 2ª MORADIA, 3 - BARRACÃO E UM DOS LOTES DE PLANTIO MENORES, E 4 - PLANTAÇÃO EM UM DOS LOTES DE PLANTIO MAIORES. FONTE: O AUTOR (2014)

Todos esses elementos construtivos se encontravam a uma distância bastante reduzida entre si, tendo-se em conta o tamanho total da propriedade, a maior entre as analisadas por este trabalho. A condição de contar com plantações tanto nos lotes destinados a esse fim quanto no formato de horta, atrás da 2ª moradia, e de um cultivo de videiras, ao lado do barracão, seria um diferencial entre os casos discutidos. Tal arranjo seria relevante na interpretação das três fases que se definiriam a partir dessas características, já que algumas singularidades ocorreriam ao longo da existência da propriedade. Esses períodos poderiam ser demarcados pela provável construção da 2ª moradia, do barracão e do paiol entre a primeira e a segunda fase, após uma etapa de possível predominância da 1ª moradia. A outra transição teria acontecido pela desapropriação da 1ª moradia e atribuição à mesma de uma funcionalidade complementar à do barracão e do paiol, entre a segunda e a terceira fase. Essas mudanças teriam ocorrido em intervalos de tempo não tão espaçados entre si, estando, portanto, há várias décadas possivelmente em relação à atual organização.

No intuito de, mais uma vez, alcançar uma abordagem mais expandida desses eventos, buscando compreender, por meio de uma prospecção física e imaterial, os possíveis arranjos espaciais assumidos em um percurso histórico, utilizou-se os seguintes recursos metodológicos – entrevista, fotografia, representação esquemática em “planta” e desenho:

- 1ª fase

Antes mesmo de ser fundada, em 11 de setembro de 1878, por 27 famílias provenientes da região de Vêneto, Itália, a Colônia Antônio Rebouças já carregaria um passado de adversidades, a começar pela situação de dependência em que teriam permanecido cerca de 800 famílias frente às doações de alimentos por parte do governo, pois não teriam como se sustentar de imediato nas novas terras (MARTINS, 1995).

Com o transcorrer dos anos, no entanto, os colonos se adaptariam à realidade encontrada, passando a produzir e comercializar alimentos, organizar-se e a se consolidar enquanto comunidade. Esse crescimento seria marcado também pela chegada dos imigrantes poloneses ao local, em número bem menor do que os precursores, contudo, aqueles se mostrariam importantes na tomada de alguns

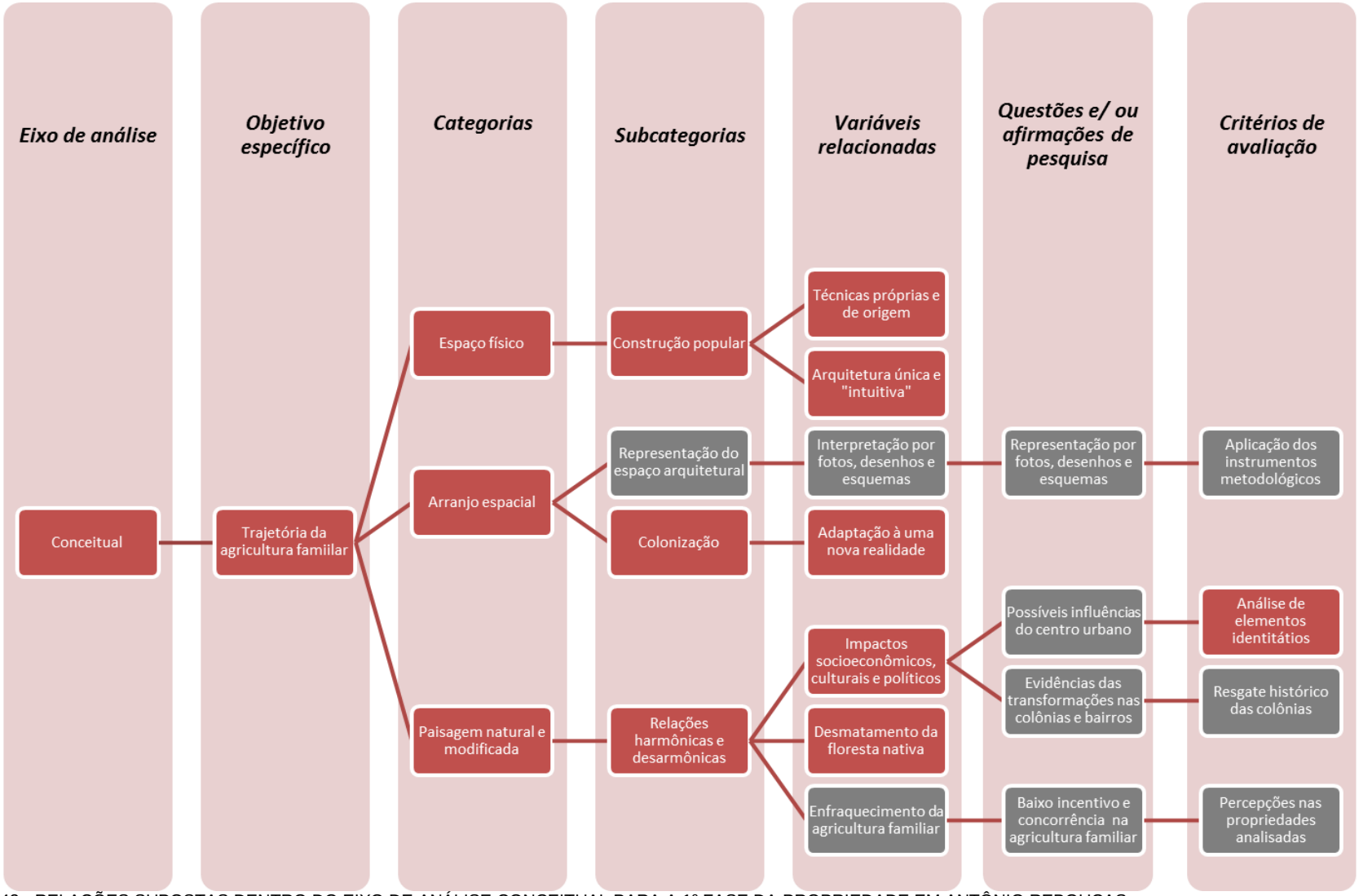
caminhos que a caracterizariam no presente. Os aspectos religiosos, mantidos pelo catolicismo destacado em ambos os grupos, e a relativa tolerância étnico-social entre eles, ao contrário do que se daria, por exemplo, se os imigrantes poloneses tivessem de conviver com colonos alemães ou ucraínos, que lhes suscitariam uma profunda rivalidade, teriam promovido o desenvolvimento mutualístico de ambos os grupos.

Em meio aos imigrantes que viriam para ocupar a colônia, a Família Fedalto, de origem italiana, seria uma delas. Nos lotes em que se encontraria até hoje, conforme episódios já relatados, teria prosperado e deixado descendentes, muitos deles não mais habitantes de Antônio Rebouças. Teriam construído a princípio a única casa que resistiria aos dias atuais, aqui denominada de 1ª moradia. Nela haveriam se criado vários membros da família, incluindo Dom Pedro Fedalto e um deles ainda vive na propriedade, só que na 2ª moradia.

A habitação mais antiga teria sido construída possivelmente para abrigar toda a família por alguns anos, até que os filhos crescessem e se casassem. A conformação da casa levaria a crer que inicialmente não existiria um paiol ou algum depósito que viesse a participar das atividades agrícolas nos lotes, pois ela contaria para tal com prolongamentos laterais junto à sua estrutura principal. Ter-se-ia criado, portanto, uma nítida integração de funções em uma mesma construção, aspecto que não seria constatado nos outros casos examinados (observar item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).

A 1ª moradia, de elaboração provavelmente italiana, apresentaria uma arquitetura bastante simplificada, desprovida de recursos que não fossem essenciais ao habitar. Nesse sentido, assemelhar-se-ia *grosso modo* à 1ª moradia, uma casa de troncos, da propriedade considerada em Thomaz Coelho, onde a funcionalidade estaria à frente de qualquer aspecto que pudesse destacá-la. A casa da Família Fedalto seria apenas mais uma casa de araucária entre tantas outras.

O tamanho intermediário dos lotes de Antônio Rebouças, em comparação ao das outras colônias analisadas, na época de sua fundação, apesar de ser a mais próxima a Curitiba, não faria com que sua paisagem, em termos de preservação, destoasse tanto diante das duas outras colônias. O desmatamento se sucederia para gerar não só a comercialização de madeira, mas também a produção de casas e outras construções, bem como fornecer espaço ao plantio e à abertura de estradas (QUADRO 42).

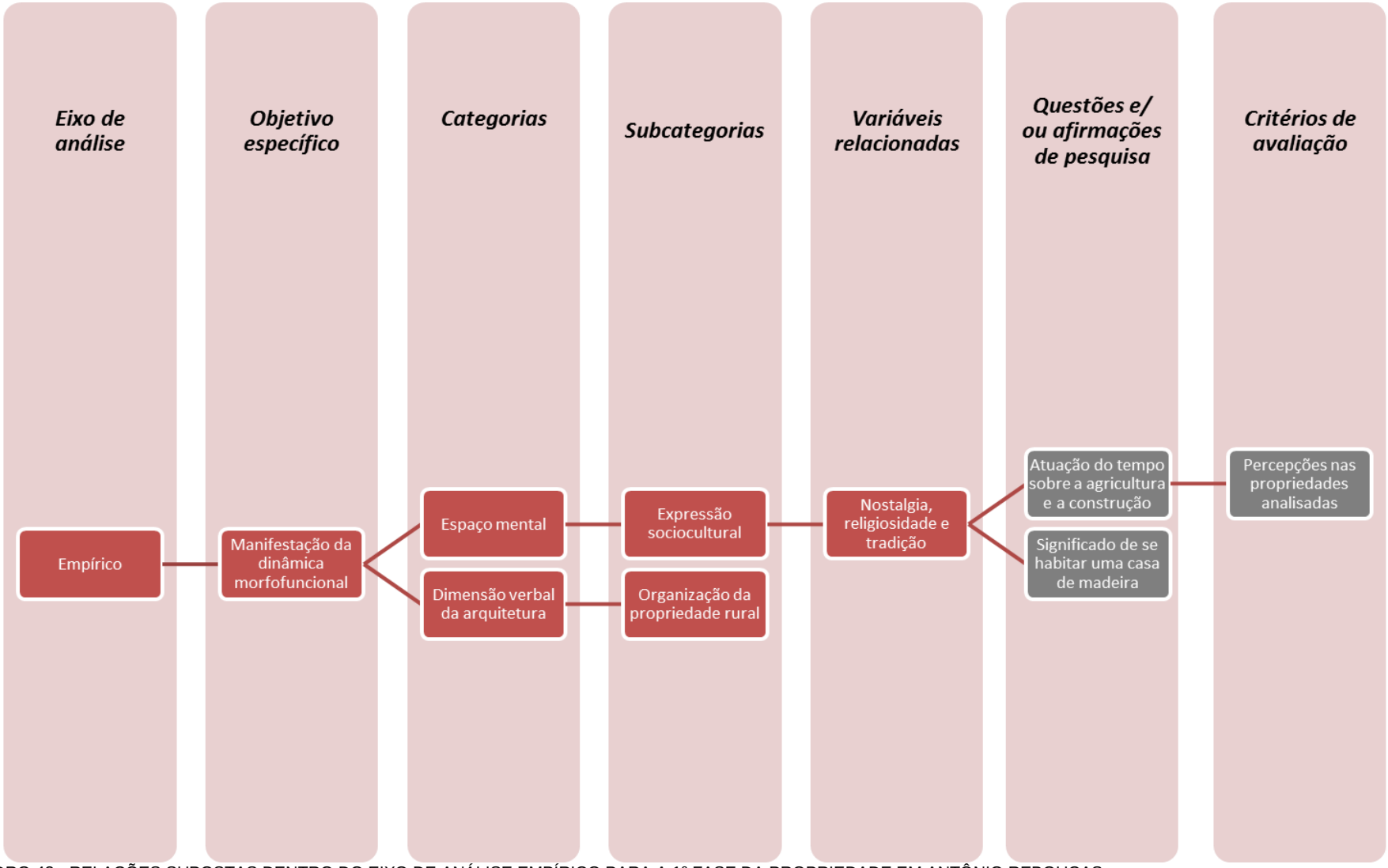


QUADRO 42 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTE: O AUTOR (2014)

A ligação do imigrante italiano, nessa 1ª fase da propriedade, provavelmente teria se diferenciado do imigrante polonês de outras propriedades em Antônio Rebouças ou mesmo, de outras colônias. Imaginou-se que o colono italiano já estivesse em um estágio de desenvolvimento agrícola – não implicando serem melhores tecnicamente – mais avançado do que o colono polonês, o qual teria chegado ao Brasil ainda como um camponês, posteriormente “transformado” em agricultor familiar (conforme nomenclatura contemporânea) a partir das adaptações que sofreria.

Os imigrantes italianos já trariam ao Sul do país um amplo conhecimento no plantio de diferentes culturas, em especial a da uva, fator que os tornaria mais “aparamentados à demanda colonial” inicial para abastecer o núcleo urbano de produtos. Isso teria presumivelmente conduzido a Família Fedalto a se dedicar, nos seus dois lotes (aproximadamente 20 ha ao todo), ao cultivo da uva e, em menor proporção, a outras culturas.

Simultaneamente à manutenção da tradição agrícola, teriam participado como subsídios identitários da família, nesse período, a religião e os laços com o passado, valores que lhes permitiriam avançar no cenário daquele momento, sem necessariamente abandonarem suas raízes (QUADRO 43).



QUADRO 43 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 1ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTE: O AUTOR (2014)

Embora a 1ª moradia tivesse assumido um papel de relativa independência na propriedade, sua possível inter-relação com os dois lotes maiores de plantio, assim como com os dois lotes menores, teria sido a responsável por promover uma dinâmica primária, na qual a 1ª moradia influenciaria o uso dos dois lotes menores e dos dois maiores e seria, reversivelmente, influenciada por eles, de acordo com a produtividade agrícola gerada e diversas reações imateriais que se tornariam fundamentais à organização familiar. Esse contexto também se atribuiria ao restante da colônia, composta quase que integralmente por colonos italianos nesse período inicial (FIGURA 30).

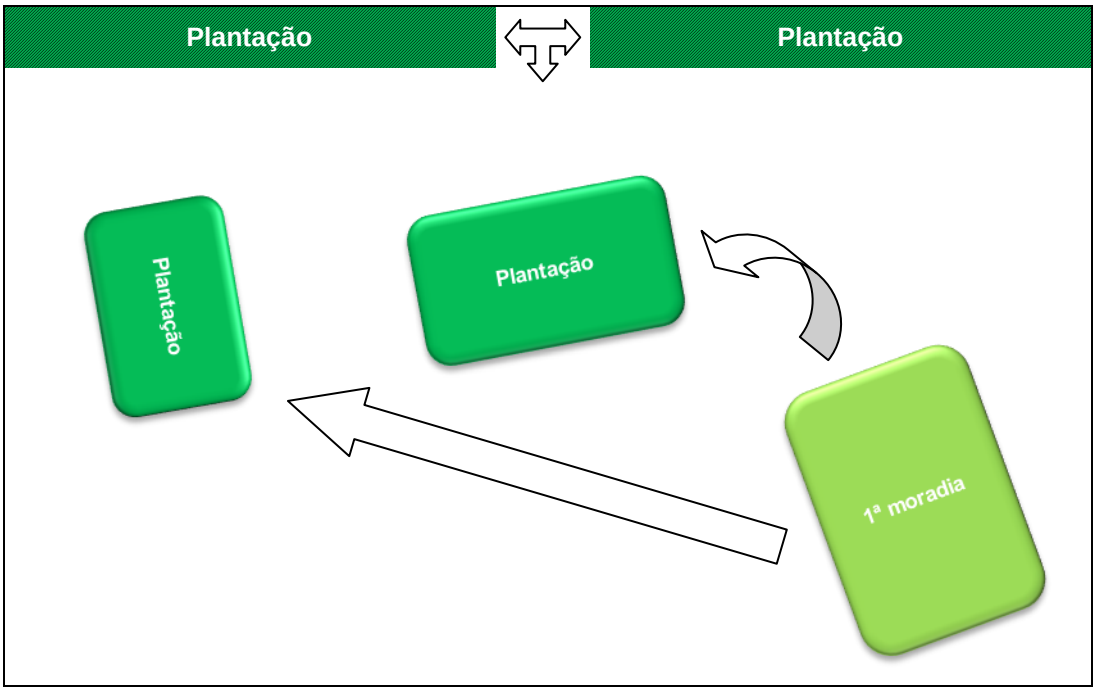


FIGURA 30 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA PRIMÁRIA IDENTIFICADA A PARTIR DA ÚNICA CONSTRUÇÃO PRESUMÍVEL NA 1ª FASE COM OS DOIS LOTES MENORES, POSSUINDO A MESMA FUNÇÃO DE MORADIA E DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTA E OS DOIS LOTES MAIORES
FONTE: O AUTOR (2014)

- 2ª fase

Com a presença dos imigrantes poloneses na colônia, além do contato entre diferentes culturas e características sociocomportamentais, ocorreria, ao longo dos anos, uma natural miscigenação, que se manifestaria também na propriedade em estudo. Por meio do casamento entre um membro da Família Fedalto com uma descendente de imigrantes poloneses, haveria o rearranjo de alguns elementos

formadores das construções, mediado pela participação de ambos os atores no cenário compartilhado.

A predominância exclusiva do elemento italiano na 1ª fase da propriedade daria lugar a uma fusão de valores, similares em determinados aspectos, marcadamente distintos em outros, mas que seriam unidos por um mesmo caminho: manter o desenvolvimento da propriedade. A 2ª moradia, construção de maior destaque nessa etapa, teria envolvido mão de obra polonesa e italiana na sua elaboração, destoando da hegemonia exercida por este último ator, até então, na propriedade. Essa perspectiva inédita entre os casos levantados por este estudo seria refletida igualmente no interior da casa, que passaria a contar com características, principalmente na decoração, que também remeteriam ao universo expressivo do polonês.

A 2ª moradia viria a existir em época próxima à construção de dois outros relevantes componentes: o paiol e o barracão. Estes, por sua vez, acompanhariam o desenvolvimento de pequenos lotes, por serem anexos a eles, mas, sobretudo, a expansão dos lotes maiores. Pela sua formação, seria subentendido o desuso da 1ª moradia para fins de armazenamento, função que teria, junto com o papel de moradia evidentemente, desempenhado por várias décadas e passaria daí por diante a ser compartilhada pelas supostas duas novas construções.

A 1ª moradia continuaria a ser habitada por um intervalo reduzido da 2ª fase, transferindo, em sequência, para a habitação mais recente a responsabilidade por mediar as inter-relações que seriam mantidas nas propriedades.

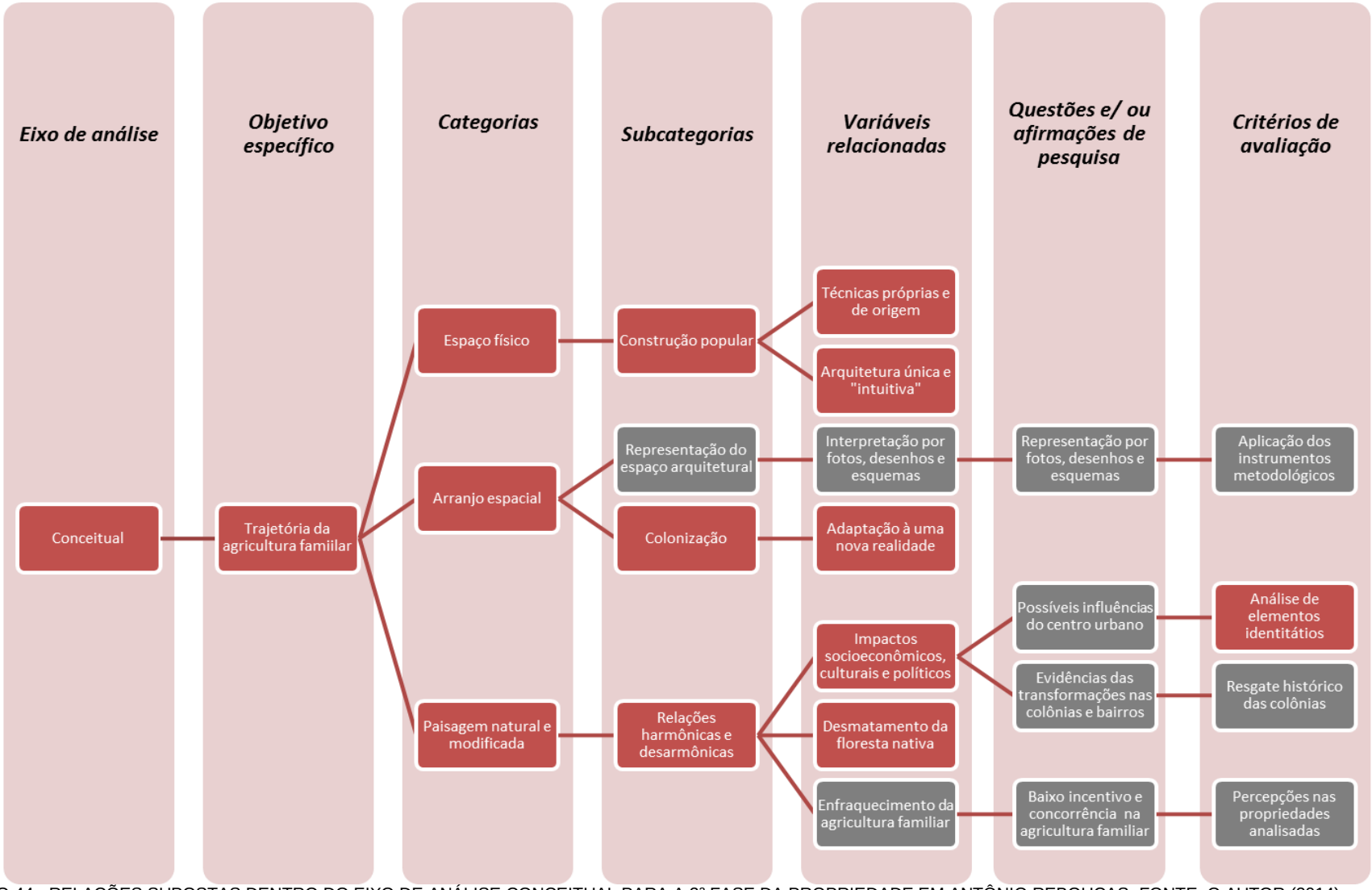
A 2ª moradia, com dimensões maiores do que a primeira, abrigaria predominantemente outra geração da família, com mais espaço e conforto. Suas características permitiriam também comportar mais pessoas, com a participação relevante da água furtada ao atuar como um quarto. A presença da varanda, um acréscimo destacado diante da 1ª moradia, que não possuía esse item da casa, possibilitaria, além de uma nova abertura para a habitação, a criação de um espaço destinado ao ócio, à contemplação da paisagem, às conversas intra e extrafamiliares, sem mencionar os favorecimentos técnicos, como a proteção da porta principal (e, consequentemente, do acesso de moradores e visitantes) e o sombreamento da área. A sua constituição em alvenaria de tijolos, com base também "de material", seria uma tendência entre as construções de madeira da época.

O exercício da construção popular da 2ª moradia complementaria os conhecimentos de um carpinteiro de origem italiana por meio da participação de um carpinteiro de procedência polonesa, e vice-versa, dentro de um processo de simbiose construtiva, na qual o esforço em empregar técnicas próprias de suas formações se aliaria à adaptabilidade requerida pelo meio, no contexto de criação da casa de araucária.

Por detrás dessa construção, esconder-se-ia um passado de convivência entre dois tipos de imigrante, que teriam participado da colonização local por razões específicas, provindos de cenários diferentes e que necessitariam, naquele panorama, manter sua sobrevivência, preferencialmente em melhores condições do que as possuíam na Europa. Ambos transmitiriam às suas ações, independentemente de serem voluntárias ou não, as influências de caráter socioeconômico, cultural ou político recebidas em suas origens e assimiladas também na realidade encontrada no Paraná.

O ambiente em que se passava tal crescimento da propriedade teria provavelmente se dado quando Antônio Rebouças já contasse com algumas famílias polonesas fixadas, em quantidade significativamente inferior à maioria da população, de raízes italianas. A necessidade maior de adequação ao contexto aconteceria, portanto, da parte do colono polonês, que ingressaria em uma estrutura social parcialmente consolidada. Além do mais, apesar da relativa facilidade de acesso à capital pela Estrada do Mato Grosso, a colônia não teria recebido ainda maiores intervenções físicas do centro urbano.

A paisagem responderia, em consequência, ao avanço da colônia com uma menor área de floresta, desmatada não só para dar lugar às casas e aos lotes de plantio solicitados junto ao Estado, como também devido à comercialização da madeira, que, conforme discutido, concretizar-se-ia como atividade extremamente lucrativa no período. Ancorando-se nessa ótica, a propriedade estudada teria incrementado seu desempenho agrícola, explorando com maior intensidade sua área de plantio e evidentemente as construções a ela ligadas (QUADRO 44) (verificar item Análise de elementos identitários do APÊNDICE 1).



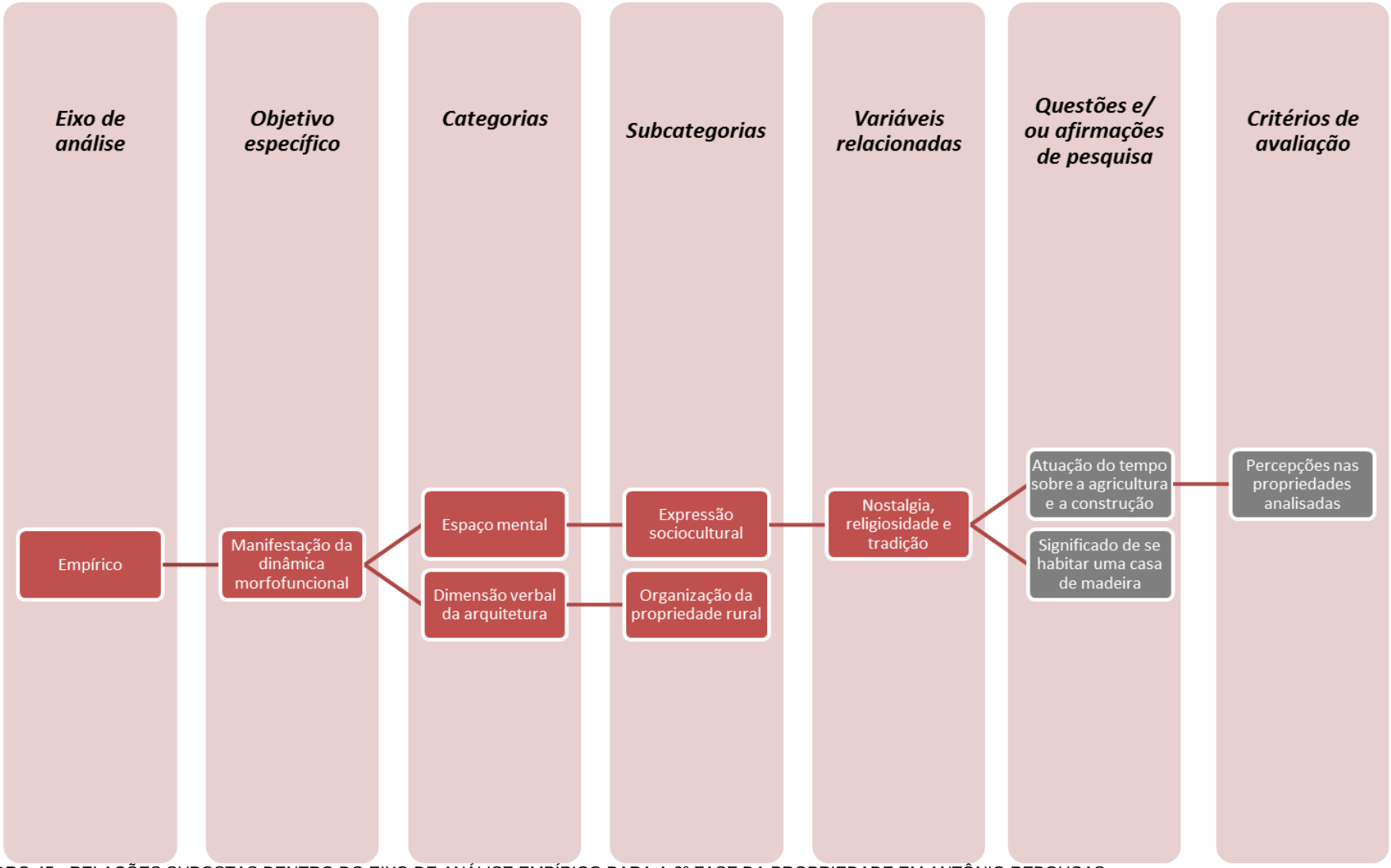
QUADRO 44 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS. FONTE: O AUTOR (2014)

O período em que a construção da 2ª moradia, bem como do barracão e do paiol, teria acontecido coincidiria com o de possível maior progresso da propriedade, em que grande parte dos lotes estivesse sendo ocupada e destinada ao desenvolvimento de culturas de subsistência, assim como à produção da uva e do vinho. Dessa forma, compartimentar-se-iam esses espaços de acordo com suas finalidades. Enquanto o lote menor localizado ao lado do barracão abrigaria o parreiral, o outro lote menor, entre o paiol e o barracão, se destinaria ao cultivo de hortaliças voltadas principalmente a atender o consumo familiar. Tanto o barracão quanto o paiol serviriam de base para abrigar instrumentos agrícolas, adubos, produtos que seriam comercializados, dentre outros. Propagar-se-ia essa relação de produtividade agrícola aos dois lotes maiores, que teriam servido para o cultivo em maior escala, direcionado à demanda proveniente de Curitiba, em especial. Todos esses componentes se inter-relacionariam, porém, com uma provável redução participativa da 1ª moradia, tornando sua influência uma situação à parte no complexo estabelecido nessa fase.

Elevar-se-ia, como pano de fundo, a intervenção do meio urbano sobre a colônia, principalmente a partir do fluxo gerado na Estrada do Mato Grosso, a rota mais importante de Curitiba em direção aos Campos Gerais naquele período, e talvez o caminho que não o ferroviário mais destacado partindo da capital, já que a Estrada da Graciosa entraria em decadência por conta da construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá. Tal facilidade de acesso, considerando-se as limitações de infraestrutura em alguns trechos, bem como os meios de transporte, viabilizaria a comercialização da produção agrícola, mas também interferências mais destacadas a partir dos núcleos urbanos, afetando a organização da propriedade rural.

Crê-se que nesse plano de contato, inevitável e necessário, entre as esferas urbana e colonial expressar-se-ia no imigrante ou descendente, neste último com mais nitidez, a necessidade de se afirmar como possuidor de uma identidade, calcada em restrições desde a chegada dos primeiros imigrantes ao país. A agricultura, no seu papel de comunicação do colono à terra, prática trazida de suas origens, e a atividade laboral, obrigatória à sua sobrevivência, conduziria provavelmente os membros da propriedade em questão a fortificarem ainda mais valores imateriais, menos passíveis a externalidades, porém, mais espontâneos, como seria o caso do tradicionalismo e da religiosidade. Os colonos com um todo – e não seria distinto com essa família de imigrantes e descendentes de poloneses e

italianos – enriqueceriam irracionalmente uma nostalgia como base de sua essência, a qual os manteria ligados a algo maior do que a própria compreensão pudesse lhes proporcionar (QUADRO 45).



QUADRO 45 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 2ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTE: O AUTOR (2014)

Essas variáveis abstratas se dissolveriam entre as construções preexistentes à 2ª fase com aquelas estabelecidas nesta etapa, a fim de confluírem em uma dinâmica, aqui denominada de secundária, a qual participaria do equilíbrio desse sistema baseado nas funções de moradia, trabalho e armazenamento, sem considerar outros inúmeros aspectos delas decorrentes. Esse fluxo teria se mantido no curso do período de maior estabilidade da propriedade, em que a 1ª moradia se encontraria em uma condição de transição, de uma habitação propriamente dita para uma construção preservada por motivos sentimentais. Tal estado, por sua vez, tornar-se-ia ainda mais consistente na fase seguinte, tratada no próximo tópico.

A hibridização de componentes construtivos, naturais e humanos, possibilitada pela manifestação de agentes de origens e situações de imigração distintas, representaria particularmente a diversidade organizacional que teria se constituído nas colônias do Paraná (FIGURA 31).

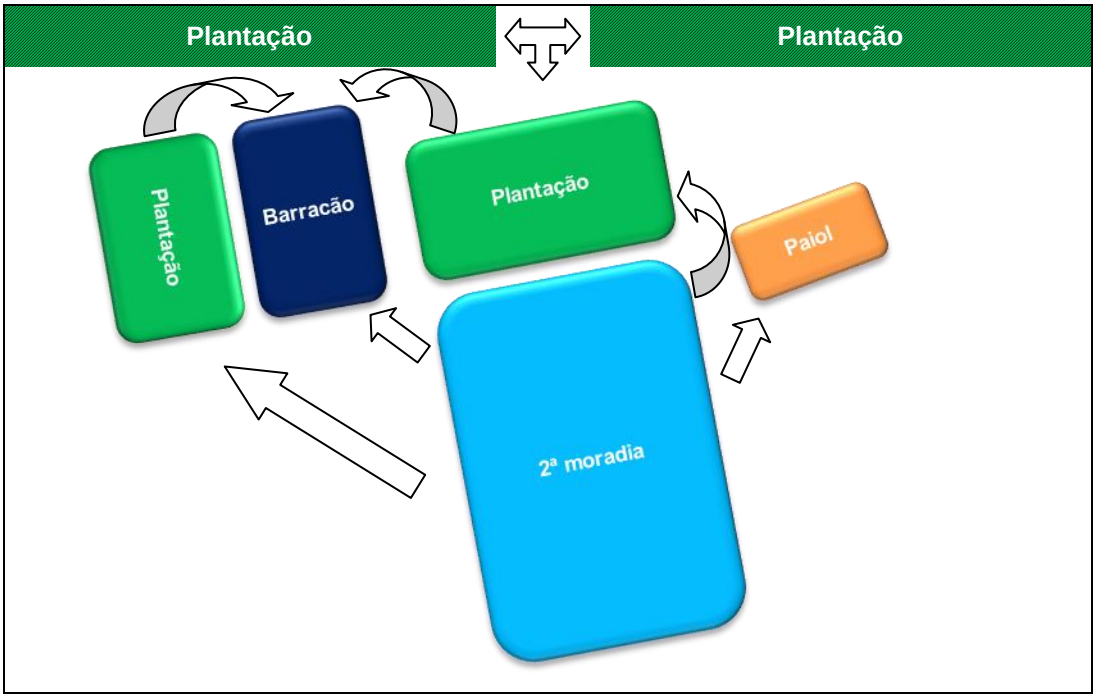


FIGURA 31 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA SECUNDÁRIA IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES PRESUMÍVEIS NA 2ª FASE, POSSUINDO FUNÇÕES DE MORADIA, TRABALHO E ARMAZENAMENTO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

- 3ª fase

Não obstante as variadas mudanças sofridas nas últimas décadas, Antônio Rebouças ainda resistiria como uma colônia predominantemente agrícola, à semelhança da maioria situada na RMC, excetuando-se as colônias que se tornariam bairros da capital. Ainda que a influência do meio urbano tivesse sido inevitável, principalmente devido à redução da distância entre este e as colônias, persistiriam fatores que imbricados ou não à modernidade manteriam seu principal modo de produção.

A mecanização das colônias, iniciada na primeira metade do século passado, de uma forma geral, mostrar-se-ia determinante à permanência da agricultura na região. Embora as extensões das propriedades não fossem, em sua maioria, amplas, a falta de mão de obra e a concorrência gerada por outros mercados a impulsionariam a ter um relativo padrão de funcionamento, de maneira a torna-las minimamente competitivas.

Na propriedade analisada, a “fusão” entre elementos concretamente distintos sob a representação dos descendentes de imigrantes poloneses e italianos possibilitaria que as relações intrafamiliares se disseminassem além dos aspectos da construção e das relações pessoais, como o casamento, alcançando também as atividades agrícolas. Essa interação promoveria um efeito benéfico à propriedade, que concatenaria qualidades de ambos os lados, favorecendo o rendimento dos plantios. Outra possível vantagem causada por essa situação estaria na inserção dos poloneses em um tipo de produção mais próxima ao da agricultura familiar atual por parte dos italianos, antecipando-os em um processo de adequação que se manifestaria mais tarde entre os demais imigrantes poloneses.

O fato de os dois descendentes de imigrantes – um de polonês e outro de italiano – habitantes da 2ª propriedade apresentarem culturalmente características comuns, como a afinidade em trabalhar com a agricultura e a valorização do envolvimento familiar nessa atividade, mesmo com dificuldades, contando com mão de obra familiar de outras propriedades e temporária por curto período, ambos conduziriam as plantações nos quatro lotes existentes. Esse cenário fortificaria a integração dos componentes locais, contribuindo para a manutenção da paisagem agrícola, tanto da propriedade quanto da colônia. Esse caminho se tornaria diferencial – e reproduzido – entre aqueles que se enquadrassem na classificação

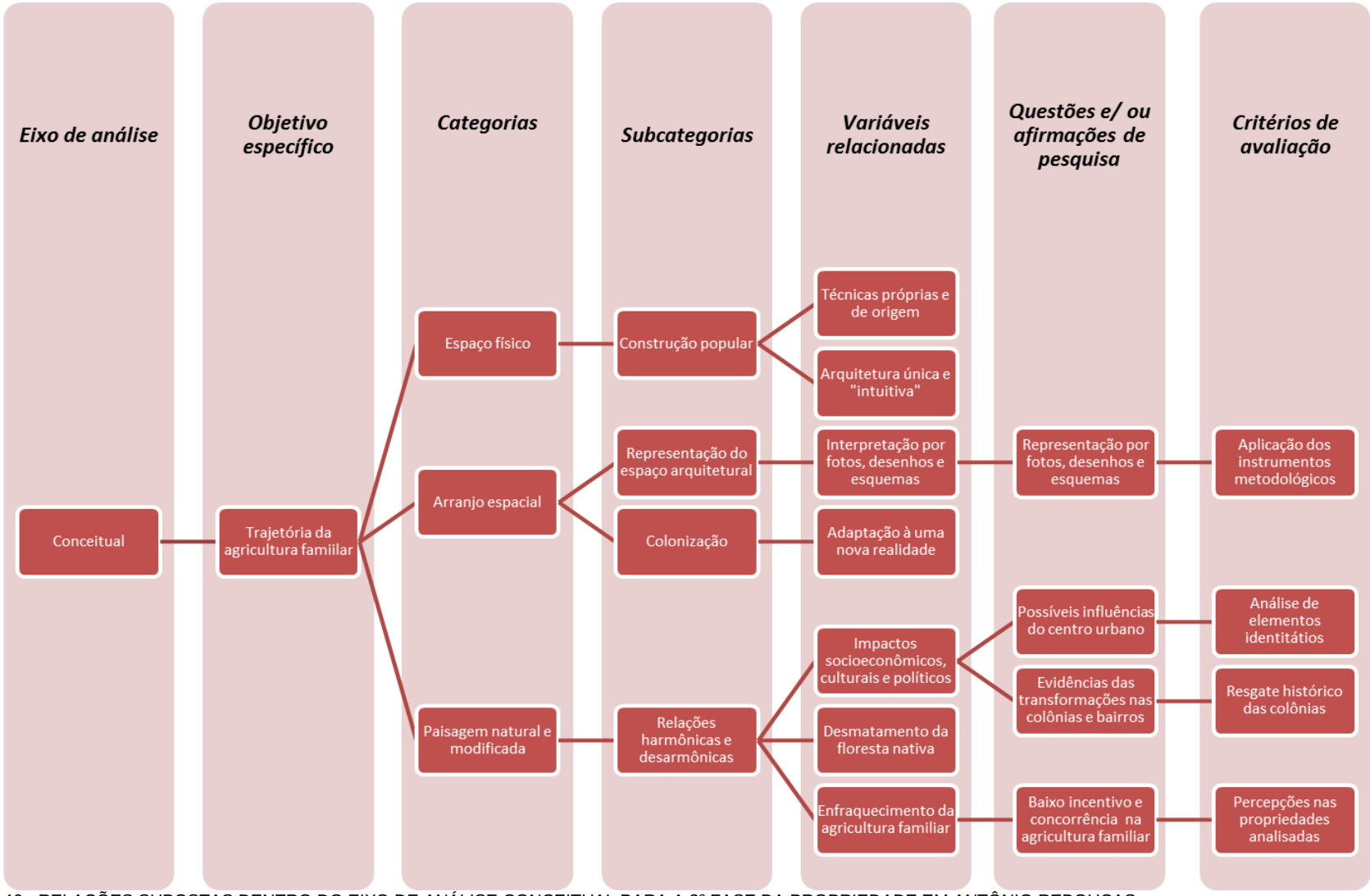
de agricultor familiar, numerosamente abrangentes e participativos na economia brasileira, no entanto, pouco assistidos em termos de políticas públicas voltadas ao financiamento, à capacitação e ao incentivo geral.

Segundo as diretrizes que constam na Lei nº 11.326/06[153] e no Censo Agropecuário 2006 (IBGE/ MDA, 2006), classificar-se-ia essa propriedade como Pronaf C, por não ter realizado contratação temporária de empregados por 180 dias ou mais ao longo de um ano e gerado renda familiar com rebate – 60% da renda familiar com rebate – menor ou igual a R$ 16.000,00. Através de uma renda mensal acima de R$ 3.000,00 (limite para a classificação da propriedade como Pronaf B) e R$ 16.000,00, a propriedade seria responsável por arcar com a maioria dos seus custos, o que envolveria o consumo de água, a aquisição da maior parte das sementes, adubos, além das despesas com as construções e gastos pessoais. Essas dificuldades se replicariam por outras propriedades de Antônio Rebouças, demais colônias e majoritariamente por outros locais onde se desenvolvesse a agricultura familiar (observar item Características da produção agrícola do APÊNDICE 1).

Os principais produtos agrícolas gerados pela Família Fedalto seriam o trigo, a uva e, em pequena quantidade, a alface e a couve. Somente o primeiro atingiria uma produção representativa, ao passo que os demais representariam menor participação nos negócios da família. Nos lotes de plantio eram empregados desde utensílios de uso manual até um trator de pequeno porte (ver item Características da produção agrícola do APÊNDICE 1).

Mesmo com a agricultura ocupando um papel de destaque no contexto atual, constatou-se que em diversas propriedades, principalmente as mais centralizadas, na proximidade da igreja, não se realizava mais nenhuma atividade agrícola, tendo-se em vista o reduzido tamanho de diversas propriedades para esse fim, situação provavelmente causada pela distribuição de terras e especulação imobiliária (QUADRO 46).

[153] *Ibid.*



QUADRO 46 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE CONCEITUAL PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTE: O AUTOR (2014)

Não apenas a tradição agrícola teria feito parte do histórico da Família Fedalto em Antônio Rebouças, a religiosidade desde os seus precursores teria sido uma marca definida, que atingiria sua representação máxima na figura do ex-arcebispo de Curitiba e destacado religioso no Paraná: Dom Pedro Fedalto. O fato de ter nascido, vivido a infância e saído da colônia para seguir a carreira religiosa seria motivo de muito orgulho não só aos familiares, mas a toda comunidade colonial. De acordo com os depoimentos obtidos de informantes locais, praticamente todos os moradores sabiam de quem se tratava e qual era a procedência de Dom Pedro Fedalto. O próprio religioso, ao longo de sua trajetória na Igreja, fazia questão de enaltecer o lugar de onde provinha, a propriedade e a casa onde havia nascido, preservada até o momento.

A 1ª moradia ou a Casa de Dom Pedro Fedalto seria mantida pela família sem alteração da sua estrutura, mesmo tendo sido transformada em paiol, no qual eram guardadas diversas ferramentas de trabalho, sacas de fertilizantes e outros materiais que não caberiam no paiol propriamente dito, de pequenas dimensões, ou no barracão, que era aberto nas laterais e se encontraria cheio de lenha no período das visitas.

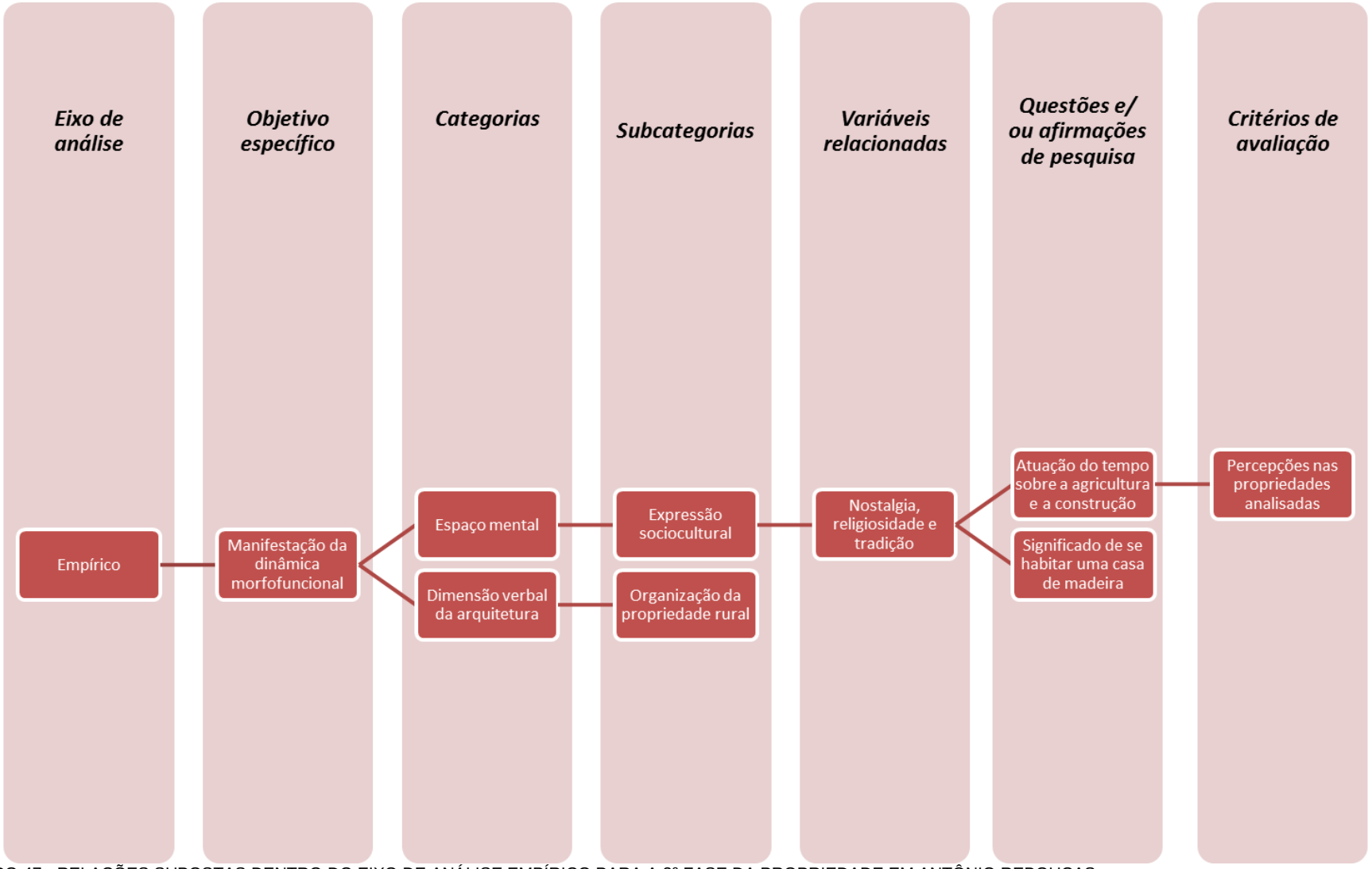
Criou-se uma aura sentimental muito forte em torno dessa residência, visto a importância adquirida pelo religioso no decorrer do tempo. A definida postura católica da família, enrijecida pelas suas próprias origens polonesa e italiana, destacadamente religiosas entre os grupos de imigrantes vindos ao Brasil, somada ao reconhecimento dos moradores locais, faria com que essa casa de araucária se tornasse até mesmo cenário de filme[154].

A casa não se tornaria ponto turístico após a promoção midiática da sua imagem, contudo, ficaria ainda mais conhecida por ter sido a habitação onde Dom Pedro Fedalto tinha vindo ao mundo e, anos mais tarde, seria emprestada a um filme que não faria referência diretamente à sua pessoa ou à Colônia Antônio Rebouças. Difundiu-se, portanto, entre os habitantes da colônia o sentido da religiosidade da construção, porque de lá havia saído o seu principal representante. Na família, entretanto, a vivenda receberia um significado mais profundo, pois ela

[154] "Oriundi – o verdadeiro amor é imortal", uma película brasileira lançada em 2000, dirigida por Ricardo Bravo, seria estrelada por Anthony Quinn e contaria com a participação de atores nacionais (WEBCINE, 2014).

WEBCINE. **Entrevista coletiva** – 05/06/2000. Disponível em: http://www.webcine.com.br/oriundi1.htm. Acesso em: 21 ago. 2014.

também seria o seu vínculo com o passado, onde teriam morado seus antecessores e uma das primeiras famílias a chegar à colônia. A 1ª moradia teria sido, conforme previamente discutido, a única construção da propriedade por alguns anos e, por meio dela, teriam surgido as demais construções e relações descritas pela primeira e segunda dinâmicas da propriedade, respectivamente (QUADRO 47).



QUADRO 47 - RELAÇÕES SUPOSTAS DENTRO DO EIXO DE ANÁLISE EMPÍRICO PARA A 3ª FASE DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS
FONTE: O AUTOR (2014)

Ao se analisar a conjuntura de processos que estaria envolvida na interpretação dessa propriedade, no âmbito da primeira e segunda dinâmica, sintetizando as percepções conceituais e empíricas de cada uma das fases, poder-se-ia visualizar a organização dessas relações no presente, sem desprendê-las do passado. A materialidade denotada por cada elemento serviria para entendê-lo como constituinte de um todo, uma peça da paisagem natural predominante, a qual se somariam fatores bióticos e abióticos formadores daquele ecossistema.

Se direcionada para uma concepção sociológica, notar-se-iam que os fluxos estabelecidos entre as construções seguiriam, em parte, as modificações ocorridas na família e de processos sob os quais ela estivesse sujeita, como as alterações no contexto agrícola e as influências exercidas pelo meio urbano. No cruzamento dessas relações, acusando a integração compulsória entre elas, referir-se-ia a uma dinâmica morfofuncional como o conjunto desses princípios (FIGURA 32).

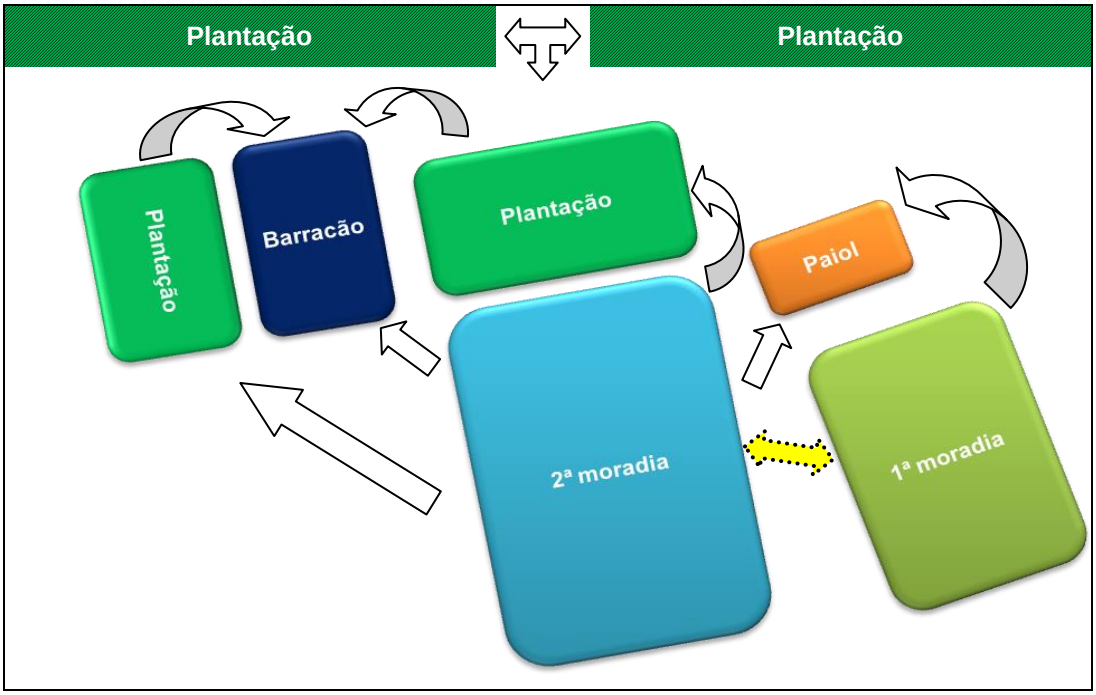


FIGURA 32 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA PROPRIEDADE ANALISADA NA COLÔNIA ANTÔNIO REBOUÇAS. AS SETAS INDICAM A DINÂMICA MORFOFUNCIONAL IDENTIFICADA ENTRE AS CONSTRUÇÕES COM FINS DE MORADIA, TRABALHO, DEPÓSITO, ALÉM DA RELAÇÃO ENTRE ESTAS E O ESPAÇO DESTINADO AO PLANTIO
FONTE: O AUTOR (2014)

Desafiar-se na observação de uma paisagem, visando compreender nem que fosse instantaneamente sua disposição, indo além da simplificada análise

visual, que poderia se mostrar inerte em relação a uma investigação mais apurada, levaria com que o pesquisador tentasse reflexivamente obter informações que não seriam possíveis de outro modo. O fato de um homem ser único em todas as circunstâncias de sua existência nunca o impediria de arriscar entender o que se passasse ao seu redor, mesmo que tal esforço se desse sem a presença da linguagem, do conhecimento ou da técnica.

Da mesma maneira que se procedeu com as outras duas propriedades estudadas, resolveu-se exercitar a formulação de uma imagem através de um desenho tradicional, com o intuito de facultar ao observador, no decorrer de sua elaboração, a identificação de um arranjo espacial a qual uma fotografia, imagem de satélite ou um croqui, por exemplo, não fossem capazes de apresentar. Dessa forma, tentou-se a partir de um ângulo em que a maior parte das construções da propriedade pudesse ser visualizada imaginar como seria a concepção do agricultor e membro da família proprietária em relação ao ambiente o qual integrava, interagindo por meio de múltiplas situações.

Na prática, contudo, essa, que seria considerada uma representação eficaz do cenário observado, mostrar-se-ia impossível, principalmente por depender da interpretação de quem a analisasse, pois a sensação que ela normalmente transmitiria, além de variar conforme quem a capta enquanto imagem, seria provavelmente modificada, dependendo da condição de ele ter conhecido ou não o local, vivenciado ou não *in situ* a realidade de interesse. Logo, não existiria dentro dessa lógica um ideal de representação, ainda que do ponto de vista da confiabilidade das percepções sensoriais e empíricas da propriedade, ninguém provavelmente superasse a leitura feita pelo próprio morador do local (FIGURA 33).

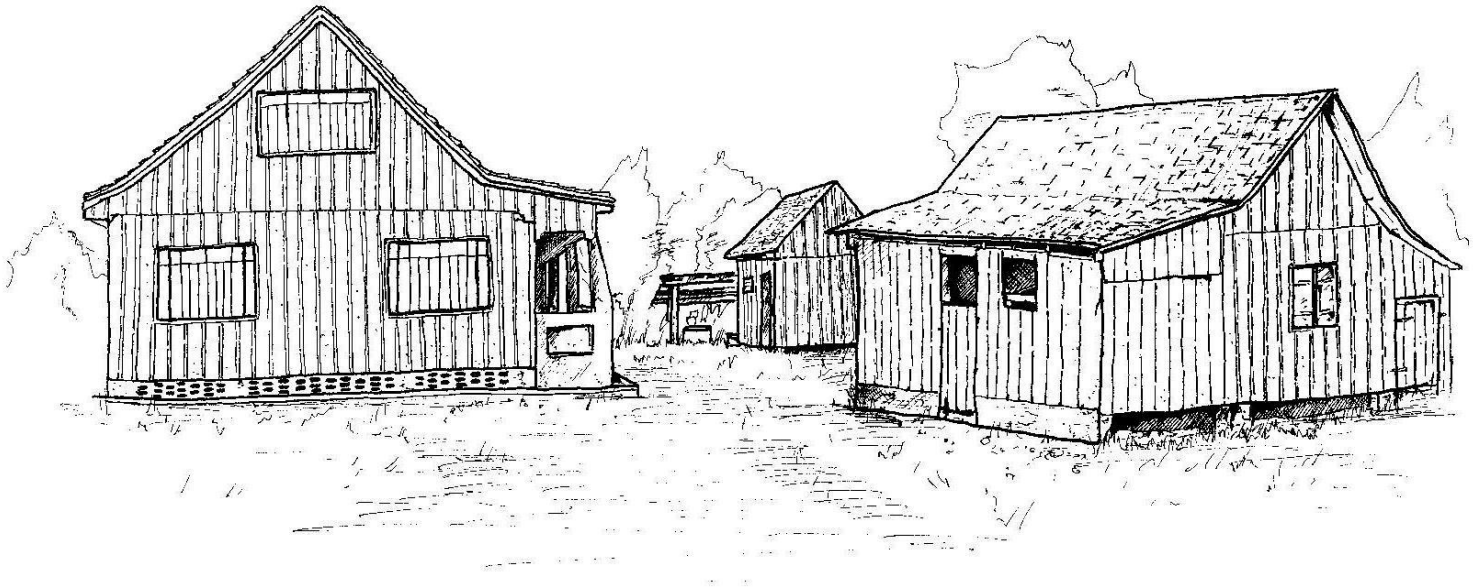


FIGURA 33 - DESENHO DA PROPRIEDADE EM ANTÔNIO REBOUÇAS. NELE SE PODEM OBSERVAR A 1ª E A 2ª MORADIAS (À DIREITA E À ESQUERDA, RESPECTIVAMENTE) E O PAIOL AO FUNDO CENTRALIZADO
FONTE: O AUTOR (2014)

4.4 COMPARAÇÃO E SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS

Tomando-se como referencial a matriz analítica elaborada, que foi aplicada a cada uma das três propriedades selecionadas dentro do número total de colônias analisadas, conforme os seus eixos conceitual e empírico, pode-se chegar a algumas constatações.

Por meio do levantamento das principais variáveis observadas nas colônias e, mais especificamente, nas propriedades detalhadas, propôs-se representar os aspectos mais relevantes através de matrizes feitas a partir da matriz analítica principal, aqui denominadas de submatrizes, que permitiriam estabelecer comparações entre as propriedades, segundo as três fases descritas em cada uma delas. Os critérios atribuídos às submatrizes – (0) inexistente, (-) baixo(a), (+ -) médio(a) e (+) alto(a) – foram criados pelo próprio autor com base nas evidências identificadas entre as propriedades, bem como na facilitação da análise integrada.

Primeiramente, como parte do eixo de análise conceitual, poder-se-ia apresentar as mudanças mais significativas no tipo de construção em madeira realizada (QUADRO 48).

	Propriedades analisadas		
Fases	***Thomaz Coelho***	***Muricy***	***Antônio Rebouças***
1ª fase	**-**	**+**	**+**
2ª fase	**+**	**+**	**+**
3ª fase	**0**	**-**	**0**

QUADRO 48 - GERAÇÃO DE UMA ARQUITETURA ÚNICA E POSSIVELMENTE INTUITIVA DE ACORDO COM AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA
FONTE: O AUTOR (2014)

Verificar-se-ia que apenas na 1ª fase da propriedade em Thomaz Coelho não se encontraria uma construção no estilo casa de araucária. Ela, por sua vez, teria como habitação principal uma casa de troncos, parte de uma possível primeira geração de casas do imigrante polonês, que antecederia o “ciclo da casa de araucária”. Nas demais propriedades, em contrapartida, a casa de araucária

predominaria desde o início do seu histórico. O crescimento das mesmas se cessaria ou perderia em significância a partir da 3ª fase.

Em termos da participação da atividade camponesa, nas primeiras décadas de colonização, e da agricultura familiar, possível evolução especulada em relação à primeira, perceber-se-ia uma situação homogênea entre as propriedades (QUADRO 49).

	Propriedades analisadas		
Fases	***Thomaz Coelho***	***Muricy***	***Antônio Rebouças***
1ª fase	-	-	-
2ª fase	-	-	-
3ª fase	+	+	+

QUADRO 49 - ENFRAQUECIMENTO DA ATIVIDADE CAMPONESA/ AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXO, (+ -) MÉDIO E (+) ALTO
FONTE: O AUTOR (2014)

Nas duas primeiras fases, seja por intermédio da atividade camponesa, seja por meio da agricultura familiar, em todas as propriedades teria ocorrido um pleno exercício da produção agrícola, condição que poderia ser estendida ao restante das suas colônias, haja vista a demanda estabelecida pela capital e outros centros urbanos menores. A agricultura começaria a ficar comprometida nas três propriedades e provavelmente em suas colônias nas 3as fases, quando a influência do processo de urbanização teria crescido e a agricultura familiar começaria a enfrentar problemas com falta de incentivo e concorrência de produtores em larga escala. Esse cenário, por sua vez, teria sido antecipado nas antigas colônias que se tornariam bairros de Curitiba anos mais tarde (QUADRO 50).

	Propriedades analisadas		
Fases	***Thomaz Coelho***	***Muricy***	***Antônio Rebouças***
1ª fase	-	-	-
2ª fase	-	-	-
3ª fase	+	+	+

QUADRO 50 - INTERFERÊNCIA CAUSADA PELO MEIO URBANO CONFORME AS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA
FONTE: O AUTOR (2014)

Da segunda metade do século passado até o presente, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, prolongando-se em menor intensidade por outros anos, teria ocorrido o chamado êxodo rural, que levaria não só à perda de mão de obra da agricultura, como também à sua desvalorização socioeconômica frente a outros setores. Grande parte da população do meio rural, incluindo nele as colônias, teria migrado para as grandes cidades, o que teria tornado o meio rural um espaço com menores expectativas, motivando a especulação imobiliária pelo menor custo de sua área em relação aos centros urbanos.

Diante de tantas perdas que têm acometido as colônias nos últimos anos, averiguou-se que a manutenção das construções, da produtividade agrícola e da organização das propriedades estudadas, bem como em outros casos em que um ou dois desses aspectos fossem observados nas demais propriedades das colônias, evidenciar-se-ia uma relação direta com os elementos empíricos trazidos pela nostalgia, religiosidade e tradição. Com exceção da 3ª fase de Thomaz Coelho, possivelmente pelo fato de a propriedade analisada se localizar na região de Roça Velha – a porção mais antiga da colônia, e também a mais urbanamente afetada, devido à inundação gerada pela construção da Represa do Passaúna –, todas as outras propriedades teriam demonstrado alta contribuição desses fatores para o seu estado atual (QUADRO 51).

	Propriedades analisadas		
Fases	***Thomaz Coelho***	***Muricy***	***Antônio Rebouças***
1ª fase	**+**	**+**	**+**
2ª fase	**+**	**+**	**+**
3ª fase	**+ -**	**+**	**+**

QUADRO 51 - PRESENÇA DE NOSTALGIA, RELIGIOSIDADE E TRADIÇÃO EM FUNÇÃO DAS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXA, (+ -) MÉDIA E (+) ALTA
FONTE: O AUTOR (2014)

Imaginou-se que essa situação poderia ser diferente em Thomaz Coelho, caso a propriedade considerada estivesse localizada na Roça Nova ou no Taquaruva, por exemplo, regiões para as quais a colônia teria se expandido posteriormente, tornando-se menos afetadas pela implantação da barragem, além de estarem mais afastadas da CIC e do Ciar.

Em suma, fundamentando-se nas análises conceituais (relacionadas à presença da Floresta com Araucária, arquitetura em madeira, agricultura familiar e imigração polonesa) e empíricas (sobre a identidade, manifestação histórico-cultural e dinâmica morfofuncional) obtidas de cada propriedade, resolveu-se prognosticar o nível de ameaça de desaparecimento da colônia a partir de uma interpretação conjunta das três fases. Subentendeu-se, nesse contexto, o desaparecimento como uma possível transformação do espaço naturalmente colonial em outro com características urbanas e industriais. Thomaz Coelho, frente às agravantes que tem sofrido no transcorrer das últimas quatro décadas, mostrou-se mais passível a esse fim do que Muricy e Antônio Rebouças (QUADRO 52).

	Propriedades analisadas		
Fases	***Thomaz Coelho***	***Muricy***	***Antônio Rebouças***
1ª fase	**0**	**0**	**0**
2ª fase	**0**	**0**	**0**
3ª fase	**+**	**+ -**	**+ -**

QUADRO 52 - NÍVEL DE AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO DA COLÔNIA EM RELAÇÃO ÀS ESCALAS: (0) INEXISTENTE, (-) BAIXO, (+ -) MÉDIO E (+) ALTO
FONTE: O AUTOR (2014)

Tanto Muricy quanto Antônio Rebouças, pelas suas próprias localizações mais distanciadas de vias de maior circulação, caso comparadas com a região da Roça Velha, em Thomaz Coelho, estariam supostamente menos expostas à intervenção de diversas ordens, tornando-as, na conjectura observada, menos vulneráveis[155] a modificações representativas no presente. Essa condição, entretanto, não implicaria afirmar que, com o tempo, o crescimento do núcleo urbano de Curitiba e dos próprios centros de São José dos Pinhais e Campo Largo, onde se situam Muricy e Antônio Rebouças, respectivamente, não pudessem impactar essas colônias. Por base no ritmo de crescimento do processo de urbanização ditado na

[155] Vulnerabilidade, constatada em uma polifonia de discursos, poderia ser conceituada sob um viés mais específico a este trabalho como uma situação em que estariam presentes três elementos ou componentes: a exposição ao risco, a incapacidade de reação, e a dificuldade de adaptação diante da materialização do risco (MOSER, 1998).

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, Nova Iorque, v. 26, n. 1, 1998.

RMC, na atualidade, seria, no mínimo, plausível considerar essa possibilidade, caso não sejam retardados os principais efeitos envolvidos nesse fenômeno.

As três palavras mais estranhas

Quando eu pronuncio a palavra futuro
a primeira sílaba já pertence ao passado.

Quando eu pronuncio a palavra silêncio,
Eu o destruo.

Quando eu pronuncio a palavra nada,
Eu faço algo que nenhum não-ser pode reter.

Wisława Szymborska

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do séc. XVIII teria início o desbravamento do território do Sul do Brasil. O Paraná, em meados do século seguinte, passaria pelo mesmo destino, que seguiria do litoral em direção ao sertão.

Ao longo dessa trajetória, a qual não deixaria de ser uma redescoberta da então Província do Paraná, chegar-se-ia à madeira de araucária, ainda pouco valorizada para fins de exploração. Existiriam no mercado produtos cujos lucros se mostrariam sobrepujantes a qualquer retorno obtido por meio da madeira: a erva-mate e o café. Essa mudança, contudo, seria apenas uma questão de tempo.

Enquanto isso, mesmo participando da exportação de produtos que se destacavam na balança comercial brasileira, o Paraná se revelaria limitado na geração de alimentos de subsistência, especialmente para abastecer aquela que, em 1848, tornar-se-ia sua capital: Curitiba. Além disso, o Paraná, na condição de Província, estaria por várias décadas subordinado à Província de São Paulo, alcançando independência apenas 1853.

Tal cenário se tornaria ainda mais retraído quando, anos mais tarde, os ciclos da erva-mate e do café começariam a arrefecer, face à sua desvalorização comercial e à concorrência que se estabeleceria.

A araucária, caracterizada essencialmente por sua madeira retilínea, de baixa densidade e desprovida de nós cruzados na parte inferior, revelar-se-ia a melhor das alternativas para reerguer a economia em baixa. No transcorrer de meio século, uma quantidade sem precedentes de madeira seria retirada da Floresta com Araucária, fluxo que se estenderia por um vasto território do Paraná, bem como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o então Presidente da Província do Paraná (1875-1877), Adolfo Lamenha Lins, considerando os problemas pelos quais passava a capital, resolveria dar início ao processo de colonização da Província, estimulando a vinda de imigrantes que estivessem em uma situação instável nas suas nações de origem, oferecendo-lhes terras e outras vantagens.

Antes disso, alguns eventos migratórios teriam ocorrido, inclusive envolvendo poloneses, contudo, não atingiriam as mesmas proporções que aqueles do Governo Linista.

Em curto período, próximas às estradas carroçáveis da Graciosa, Mato Grosso e Assungui, comunicadas por estradas vicinais, seriam criadas colônias que, pela predominância de imigrantes poloneses, viriam juntas a compor a “Nova Polônia”.

Originários de uma realidade fincada no modo de produção feudal, onde ainda predominava o tradicional campesinato, os colonos poloneses precisariam se adaptar às condições locais, que, nas primeiras décadas, representar-lhes-iam um grande desafio. Somado a esse fator, o governo tentaria dissolver o tripé latifúndio, monocultura e escravidão, mas, na prática, não deixaria de sugerir uma verdadeira continuidade do trabalho exploratório, até então predominantemente do elemento africano ou originário deste. Essa premissa, entretanto, seria uma forte contradição histórica.

O universo formado pelas colônias ganharia dinamicidade nas primeiras décadas do séc. XX, quando ocorreria a chamada “febre brasileira”, atraindo principalmente imigrantes poloneses, que se direcionariam em sua maioria ao Paraná. No agora Estado, desenvolveriam a agricultura de forma singular, adaptando-a e criando métodos, técnicas, ferramentas e recursos diversificados, os quais se tornariam verdadeiras colaborações ao cenário agrícola da época. Aprenderiam a conduzir e a expandir seus cultivos, rompendo provavelmente com as características que os ligariam à imagem pretérita do camponês, abandonada logo nos primeiros anos de colonização.

O legado polonês, todavia, teria chegado ao ápice a partir da criação da casa de araucária, uma construção provavelmente endógena, paranaense, e que caracterizaria sublimemente a interação do imigrante ao meio. Suas variações entre o que representaria uma arte da carpintaria e o funcional de uma habitação proporcionariam inúmeras interpretações focadas na casa de madeira em si e nas relações harmônicas que mantivessem junto a um arranjo espacial.

Os três elementos principais – o imigrante polonês, a agricultura familiar e a arquitetura em madeira da casa de araucária –, integrados no âmbito da RMC, que fariam parte do cerne deste trabalho, ganhariam mais importância por ainda dialogarem com relações do presente, possibilitando novas reflexões acerca das transformações em curso.

A participação étnica do imigrante polonês no Paraná mostrar-se-ia indiscutível, tendo-se em vista o número de descendentes no Estado, principalmente

em Curitiba, tida como a segunda maior cidade com descendentes eslavos nas Américas. Esse aspecto viria a influenciar sobremaneira a cultura, a linguagem, a culinária e vários outros componentes sociais que seriam incorporados à realidade contemporânea.

De certa forma, muitas das dificuldades encontradas pelos imigrantes há 143 anos ou mais, desde a fundação da primeira colônia tipicamente polonesa no Paraná, persistiriam em diferentes situações no contexto regional. As seis pesquisas da tese[156] que antecederam este estudo, dentro da atuação do Grupo AgroBIO, revelariam panoramas similares que compreenderiam não só o Estado como todo o país, superando as expectativas iniciais. Essas constatações, por sua vez, teriam partido do questionamento comum do grupo: “Conseguimos influenciar os processos de uso dos recursos naturais e estes, uma vez influenciados ou até modificados, poderiam contribuir para a transformação da racionalidade econômica hegemônica?” (PPGMADE, 2011).

Primeiramente, a utilização de recursos naturais existiria desde as mais remotas organizações sociais. Tomando como exemplo a construção de uma moradia, discutiu-se, ao longo deste estudo, que teriam sido empregados desde a própria madeira até a pedra como elementos básicos, o que refletiria uma extração, sem efeitos comparativos, analógica ao que ocorreria hoje. Sem dúvida, a intensidade com que essa interferência se manifestasse no meio, bem como as variáveis dela decorrentes, levaria a outras questões sobre como esse sistema socioeconômico estivesse formado. Contudo, no caso da exploração da madeira de araucária, no Paraná, a lógica predominante teria sido muito mais voltada à substituição de uma fonte extrativa existente – a erva-mate e o café –, que entrariam em decadência, do que necessariamente buscar uma maior independência

[156] Anésio C. Marques - As paisagens do mate e a conservação socioambiental: um estudo junto aos agricultores familiares do Planalto Norte Catarinense

Bruno Gasparini - A apropriação genética da agrobiodiversidade enquanto estratégia biopolítica dos impérios alimentares no contexto da Revolução Biotecnológica

Dailey Fischer - De corredor a mosaico: estratégias de diferentes governos para um mesmo fim?

Júlio C. B. V. Silva - Ecologização do agricultor familiar: avançando desde uma condição ecoformadora

Jurandir de Souza - Meio ambiente e prática cultural

Marcelo Limont - O papel da Rede Gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná

econômica, consolidando a maturidade do Estado. Os referidos trabalhos de tese demonstrariam, a partir de diferentes percepções, que o estabelecimento de uma racionalidade hegemônica estaria muito mais vinculado a um contexto externo do que especificamente ao local ou regional, levando a pensar que a origem dos vários problemas apontados nesta tese também estivesse representada dessa forma.

Estaria a referida racionalidade econômica predominante, desencadeadora de riscos, vulnerabilidades e resiliências no presente, relacionada às mudanças ocorridas nas propriedades rurais da RMC, tendo em vista as alterações geradas nas construções elaboradas com madeira de araucária e a influência do processo de urbanização sobre as colônias de imigrantes poloneses?

Esta pergunta, que teria dado início à presente investigação, conduziria o levantamento de algumas percepções sobre o que teria ocorrido com as colônias polonesas, partindo dos principais aspectos que teriam motivado a vinda dos imigrantes ao Paraná. O primeiro deles certamente, a exemplo de imigrantes de outras procedências, teria sido a busca por melhores condições de vida.

Ao deixarem um país imerso em conflitos de guerra, ideológicos e econômicos, que sustentava um sistema de produção agrícola extremamente arcaica, os poloneses, ao mesmo tempo em que abandonariam valores irrecuperáveis em suas vidas, estariam buscando fazer por eles próprios as mudanças que julgassem necessárias. Quando chegassem ao Sul do Brasil, tentariam, conforme suas limitações e as do próprio contexto do qual passariam a fazer parte, estabelecer uma condição de maior equilíbrio, baseando-se em elementos que os acompanhariam historicamente – o religioso, a agricultura e a família.

Em segundo lugar, a imigração polonesa almejava reafirmar a identidade de um povo caracteristicamente patriota – cujo histórico por si só já a justifica –, a qual se encontrava abalada frente às dificuldades que enfrentava. No Brasil, principalmente no início da colonização, encontrariam apesar das diversas restrições condições mais propícias à sua manifestação.

Finalmente, mas sem encerrar as possíveis influências que teriam atuado sobre a imigração polonesa, mencionar-se-ia o estado de desorientação com que haviam se desenvolvido dezenas de gerações de poloneses do campo, vivendo em um regime de base feudal, mesmo quando grande parte da Europa, há alguns séculos, já se encontrava totalmente inserida no contexto de produção capitalista. O

fato de terem se mantido por tanto tempo em uma realidade subalterna àquela preponderante tê-los-ia isolado de muitos progressos sociais, o que, consequentemente, comprometê-los-ia em suas decisões quanto ao futuro. A imigração ao Brasil, nesse ponto de vista, ter-se-ia revelado tardia em comparação à realizada em direção a outros países, principalmente os EUA, só que por outra classe de poloneses e sob outras circunstâncias.

Interpretar esses fatores que teriam se antecipado ao "recomeço" no Brasil apresentar-se-ia como essencial ao entendimento do que sucedeu no passado, fornecendo, até mesmo, importantes orientações sobre o que se poderia prever em relação ao futuro das colônias polonesas. Evidentemente, não seria esse intuito um pensamento que subestimasse, de alguma forma, a evolução do processo conduzido pelo imigrante polonês, ao contrário, conforme a própria complexidade em que o mesmo se deu, denotada simplificadamente por este trabalho, mas de buscar alternativas que pudessem preservar o que teriam mantido durante tanto tempo, e alcançariam no presente sua maior ameaça de desaparecimento.

Esta pesquisa, ao realizar um resgate histórico do período compreendido entre 1871 e 2014, com algumas passagens por épocas anteriores, convergiria para apenas 12 colônias diante de um universo que teria abrangido 91 colônias e núcleos coloniais com imigrantes poloneses no Paraná. As trajetórias que teriam sido trilhadas por cada um desses lugares provavelmente ajudariam a entender as mudanças ocorridas em suas regiões e como o imigrante teria se comportado em diferentes contextos.

No entanto, como este estudo confluiria para a RMC, mais especificamente em quatro municípios, apresentar uma visão que fosse compatível a todo o Paraná seria inviável, a começar pelas particularidades existentes em cada uma de suas sub-regiões. A condição de um verdadeiro complexo multiétnico adquirida pelo Estado – ao receber imigrantes de diversas origens, além dos colonizadores portugueses: alemães (1829)[157]; franceses e holandeses (1829)[158]; suíços (1851)[159];

[157] FABRIS, P. B. **"Enquanto nós dormimos o alemão trabalha"**: relações entre a comunidade étnica germânica e a sociedade curitibana (1870-1917). 64 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

[158] GABRIEL, K. **Geografia do cotidiano**: representação espacial e resistência cultural na Zona Pessoal Cotidiana (ZPC) de imigrantes em Castro - PR. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

norte-americanos (1865)[160]; espanhóis, austríacos e suecos (1865)[161]; poloneses (1871); ingleses (1873)[162]; italianos (1875)[163]; russos (1877)[164]; prussianos (1878)[165]; sírio-libaneses (1880)[166]; belgas e portugueses (1886)[167]; judeus (1889)[168]; irlandeses (1891)[169]; ucranianos (1896)[170]; e japoneses (1908)[171] – permitiria o desenvolvimento de valores culturais, socioeconômicos e organizacionais ímpares, no mundo.

---

[159] DYSARZ, C. M. **Os suíços de Superagui**: colonização e imigração no Paraná do século XIX. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

[160] HARTER, E. **A colônia perdida da confederação**: a imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra da Secessão. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

[161] NISHIKAWA, R. B. **Terras e imigrantes na Colônia Assunguy**. Paraná, 1854-1874. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

[162] LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora**: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1994.

[163] MASCHIO, E. C. F. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilitá (1875 - 1930)**. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

[164] OLIVEIRA, M. Imigração e diferença em um estado do Sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2007. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/5287#quotation. Acesso em: 14 out. 2014.

[165] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Registro de imigrantes**. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78. Acesso em: 14 out. 2014.

[166] STORTI, W. M. R. **Educação árabe em Curitiba**: a Escola Islâmica do Paraná (1969-1972). 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

[167] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Ibid.*

[168] GOUVÊA, R. R. **Comunidade judaica de Curitiba** – 1889 - 1970. 172 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

[169] ARQUIVO PÚBLIC DO PARANÁ. *Ibid.*

[170] GUÉRIOS, P. R. **A imigração ucraniana ao Paraná**: memória, identidade e religião. Curitiba: UFPR, 2012. 278 p.

[171] ANDRADE, J. C. **A Colônia Esperança** – o japonês na Frente Pioneira Norte-paranaense. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Demográfica) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1975.

Em parte, não seria pretensão afirmar que a forte tradição agrícola do Paraná se deveu à vinda do imigrante, com destaque para o polonês, o qual revolucionaria a relação de produção familiar, que hoje abarcaria um número aproximado de 12,3 milhões de agricultores familiares – 74,4% da mão de obra do setor agropecuário – em todo o país[172], população superior à da maioria dos países da UE (IBGE/ MDA, 2006; UE, 2014).

Esse contingente de agricultores, porém, não os livra de um risco que acompanha a visão pessimista sobre o futuro da agricultura familiar: a *self-fulfilling prophecy*. Esta teoria menciona que mesmo que ela se desvende como uma falsa profecia, ela se torna verdadeira pelas ações adotadas pela sociedade. Logo, se as instituições diretamente responsáveis pela gestão de políticas públicas, os mercados de compra e distribuição de produtos agrícolas e os demais agentes envolvidos no âmbito de desenvolvimento da agricultura familiar não estiverem articulados, esse postulado tende a se fortalecer (BRUMER, 2009).

Nos dias atuais, caso se queira preservar uma sociedade rural habitada por produtores familiares, é preciso levar em conta a adoção de políticas que possam, por um lado, melhorar as condições de vida e de produção dos agricultores familiares e, por outro, proporcionar condições de permanência na atividade agropecuária de produtores familiares pequenos e médios (BRUMER, 2009). Precisa-se explorar a erosão da fronteira imaginária que separava o urbano do rural, hoje comunicadas por meio de suas culturas, que permitem vínculos mais fortes entre as atividades rurais com as do ambiente urbano, e vice-versa (PIÑEIRO & MORAES, 2008).

A agricultura familiar no Paraná e no país de uma forma geral necessita de programas de microcrédito mais eficientes, acompanhados de medidas que visem a

---

[172] A Organização das Nações Unidas (ONU) elevou essa estimativa para cerca de 77% do total de empregos agrícolas no Brasil, de acordo com o relatório "Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe" (ONU, 2014). No mundo, esse número seria em torno de 1,5 bilhão de pessoas: 380 milhões em estabelecimentos rurais, 800 milhões com hortas urbanas, 410 milhões em florestas e savanas, 190 milhões de pequenos pecuaristas, e mais de 100 milhões de pescadores camponeses (AIAF, 2014).

AIAF - Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena. **Agricultura familiar**. Disponível em: http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar. Acesso em: 14 out. 2014.

ONU - Organização das Nações Unidas. **No Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos empregos no setor agrícola**. Disponível em: http://www.onu.org.br/no-brasil-agricultura-familiar-representa-77-dos-empregos-no-setor-agricola/. Acesso em: 14 out. 2014.

favorecer a comercialização de produtos agrícolas de qualidade, capacitação de agricultores, redução nos impostos em diferentes etapas da cadeia produtiva e a discussão sobre a possibilidade de se ampliar seguros contra perdas por desastres naturais e mudanças no clima. A deficiência desse tipo de apoio causa o agravamento do cenário das pequenas e médias propriedades, que se tornam mais vulneráveis à divisão de seus lotes, em decorrência da especulação imobiliária, à diminuição do seu potencial competitivo frente a grandes produtores, ao uso indiscriminado de agrotóxicos e de transgênicos, ao inadequado preparo do solo, dentre outras consequências, cujos efeitos finais muitas vezes são desconhecidos.

As interferências oriundas do processo de urbanização – repercutidas na descaracterização sociocultural das colônias e na desvalorização de elementos identitários, como o idioma, as celebrações religiosas, as festas típicas, as danças, a culinária, as vestimentas, os artesanatos etc – afetam tanto a memória de um povo quando as chances de progresso das gerações futuras. No caso do descendentes de imigrante polonês, o fato de não mais dispor do ensino de língua polonesa nas escolas das colônias – ao contrário do que ainda ocorre na Colônia Witmarsum, com a língua germânica – nem de receber estímulo algum à sua aprendizagem acarreta uma reação em cadeia sobre outros elementos essenciais à sua organização, como a religião e as relações familiares.

A arquitetura de madeira no Paraná, cujo clímax teria sido alcançado por meio da casa de araucária, seria outro alicerce fortemente abalado nas atuais condições. Esse tipo de representação se mostra fundamental à identificação do imigrante não somente polonês, mas europeu que migrou para o Estado, dentro do seu próprio reconhecimento na sociedade brasileira, constituindo-se um verdadeiro patrimônio nacional e paranista. Como tal, deveria ser valorizado enquanto bem histórico e pessoal, recebendo incentivos de ordem pública à preservação por meio de legislação específica, financiamento à manutenção e ao restauro (independente da condição de tombamento) e à isenção de taxas básicas, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A formação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), a atuação de associações comunitárias e de Organizações Não-Governamentais (ONGs), e principalmente o trabalho integrado entre o setor público e a população podem se tornar caminhos estratégicos contra o desaparecimento dessas construções.

Acredita-se que para as três colônias que tiveram suas propriedades analisadas, assim como para outras as quais se enquadrassem aos critérios assumidos pela pesquisa, como a D. Pedro II, mas que por limitações do pesquisador não puderam ser adequadamente desbravadas, existiriam duas alternativas que poderiam reduzir esse risco de desaparecimento: (1ª) priorização da agricultura familiar na economia local; e (2ª) promoção de um turismo sustentável de base comunitária. A primeira alternativa encontraria maiores subsídios em relação à segunda por historicamente compor a formação e o desenvolvimento das colônias de imigrantes até a atualidade. A segunda, por sua vez, consistiria em uma proposta de inovar, como complemento à atividade econômica principal, através da realização de um turismo vivencial, em que as propriedades rurais e as colônias como um todo pudessem apresentar ao visitante não somente o que teria feito parte do seu passado, mas o que garantiria a sua sobrevivência até presente, por meio da agricultura familiar. As construções em madeira, a religiosidade, as manifestações familiares, dentre outros elementos, viriam como consequência do primeiro aspecto. Sugerir-se-ia um turismo que fosse além daquele já tradicionalmente desenvolvido em algumas colônias, como o Programa Caminho do Vinho, coordenado a partir da Colônia Mergulhão, em São José dos Pinhais.

Deseja-se que alguns conceitos tratados nesta tese, como a dinâmica morfofuncional, possam ter seu uso difundido à compreensão de outros processos, organizações e sistemas, que permitam ser projetados a dimensões tanto físicas quanto imateriais do saber.

Este trabalho em sua essência tentou apresentar uma Polônia que não estivesse associada a grandes nomes como Chopin, Copernico ou Curie, mas um pedaço da Polônia que fosse construído no Brasil e a ele passasse a pertencer. Ainda que um magnetismo tivesse se estabelecido entre a pátria de origem e seus imigrantes, estes, ao adotarem a nova terra, usufruindo de seus recursos mais nobres – a terra e a vegetação – tornar-se-iam ainda mais ligados a ela, para nunca mais a deixarem.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES. Produção da Ord./ Sac. na Igreja Araucária/ Pastoral Rodoviária/ Pe. Tadeu Dziedziec. Curitiba. s. d. 1 videocassete (15 min.), VHS, son., color.

AECID - Programa de Cooperación MERCOSUR/ REAF - Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar del Mercosur/ Centro de Formación de la Cooperación Española en Montevideo. **Igualdad de gênero en la agricultura familiar del MERCOSUR**: desarrollo local, rural y fronteirizo. Montevidéu: AECID, 2009. 188 p.

ALBERTI, L. B. **De re ædificatoria**. Florença: Policiano, 1485. s/p.

ALMEIDA BARBOSA, J. A. **Campo Largo desde 1500**. Campo Largo - PR, 1984. 116 p.

ALTUCHOW, N. **Evolución y estructura de lenguas indoeuropeas**. “El Polaco”. Montevidéu: Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad de la Republica, 1973. 53 p.

ARQUIVO HISTÓRICO. **Centro de documentação da Casa da Memória**. Imigração polonesa. s/p.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Imagens do trabalhador imigrante no Sul do Brasil**: os poloneses do acervo Ruy Christovam Wachowicz. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2007. 76 p.

ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA: PERÍODO 2012 - 2013. Relatório técnico. São Paulo: SOS Mata Atlântica/ INPE, 2014. 61 p.

AVAS, M. N. *et al*. **Revista de divulgación científica**. Juventud y gênero. n. 1, Montevidéu, mai. 2011. 160 p.

AVILA, F. B. **L’immigration au Brésil**. Contribution à une théorie générate de l’immigration. Rio de Janeiro: Agir, 1956. 223 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço** [Trad. Antonio de Pádua Danesi; rev. trad. Rosemary Costhek Abílio]. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 242 p.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski** [Trad. Paulo Bezerra]. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BALHANA, A. P. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 2, mai./ jun. 1969. 16 p.

_____. Imigração e colonização. In: **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1976. s/p.

BARRETO, T. **Saporski**: uma vida dedicada à imigração polonesa. Curitiba: FCC, 2003. 61 p.

BATISTA, F. D. **A Tecnologia Construtiva em Madeira na Região de Curitiba**: da Casa Tradicional à Contemporânea. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. **A casa de madeira**: um saber popular. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011. 102 p.

BATISTA, F. D.; IMAGUIRE, M. R. G.; CORRÊA, S. R. M. **Igrejas ucranianas**: Arquitetura da imigração no Paraná. Curitiba: Instituto Arquibrasil/ Petrobras Cultural, 2009. 407 p.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade [Trad. Sebastião Nascimento]. São Paulo: Ed. 34, 2011. 383 p.

BENGOA, J. 25 anos de estudios rurales. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003. s/p.

BERNARDO, J. **Madeira e técnica**: as edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba: Edições do autor, 2013. 168 p.

BERRIEL, A. **Tectônica e poética das casas de tábuas**. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011. 108 p.

BLONDEL, J. F. Cours d'Architecture, ou Traité de la Décoration, Distribution e Construction des Batiments. In: **Cours d'Architecture Civile**, 1750. s/p.

BÖHM, A.; KOSINSKI, W.; ZACHARIASZ, A.; BYLINA, L.; SYKTA, I.; KARWINSKA, A.; BURY, B. **Herança arquitetônica da imigração polonesa no Brasil** (Relatório da realização do projeto de pesquisa - informações introdutórias). Cracóvia, 1997/98.

BOLETIM Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Edição Especial Comemorativa do 1º Centenário da Imigração Polonesa do Paraná. 28 nov. 1871 - 28 nov. 1971. Curitiba, 1971. 508 p.

BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins, v. XIII, n. 74, jul. 1985. s/p.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço** [Trad. Aloísio Leoni Schimid]. Curitiba: UFPR, 2008. 327 p.

BOLÒS, O.; CERVI, A. C.; HATSCHBACH, G. G. Estudios Sobre La Vegetación del Estado do Paraná (Brasil Meridional). **Collectanea Botanica**, Barcelona, v. 20, p. 79-182, 1991.

BONTEMPI, F. **System-based Vision for Strategic and Creative Design**. Holanda: Swets & Zeitlinger B. V., 2003. s/p.

BOSCHILIA, R. (Org.). **Reconstruindo memórias**: os poloneses do Santo Inácio. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004. 135 p.

BOUDON, P. H. **Sur l'espace architecturale**. Paris: Dunod, 1971. s/p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. s/p.

_____. **A economia das trocas simbólicas** [Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli]. São Paulo: Perspectiva, 2007. 361 p.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999. 326 p.

BRONNY, B. **Questionário respondido pelo Padre B. Bronny (datado de 08/07/1909)**. Arquivo Paroquial de Santa Anna de Abranches. s/p.

BROZEK, A. Emigracja zamorska z Górnego Slaska wII polowie XIX wieku. In: **Konferencja popularna naukowa** – 100 lat Polonii brazylijskiej. Opole, 23 e 24 out. 1969. p. 5.

BRUMER, A. As mulheres na agricultura familiar na América do Sul meridional. In: AECID - Programa de Cooperación MERCOSUR/ REAF - Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar del Mercosur/ Centro de Formación de la Cooperación Española en Montevideo. **Igualdad de gênero en la agricultura familiar del MERCOSUR**: desarrollo local, rural y fronteirizo. Montevidéu: AECID, 2009. 188 p.

BUCHMANN, E. T. **A trajetória do Sol**: um estudo sobre a identidade do imigrante polonês no Sul do Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 142 p.

CAMARGO, D.; BULGACOV, Y. L. M. **Identidade e emoção**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. 196 p.

CARDOSO, C. M. **A canção da natureza**: uma visão holística da educação. São Paulo: SUMMUS, 1995. s/p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** [Trad. Roneide Venancio Mayer]. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 698 p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO da Casa da Memória – Arquivo Histórico. **Imigração Polonesa**. s/p.

CERVERA, E. **Dibujo y representación arquitectónica**. Buenos Aires: Belgrano, 1996. 88 p.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013. 264 p.

CHOMBART DE LAUWE, P. *et al*. **Famille et habitation**. Sciences humaines et conception de l'habitation. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1959. 217 p.

COELHO NETTO, J. T. **A construção do sentido na arquitetura**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 178 p.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Mapoteca. **Mapa-base COMEC 2013**.

CONGREGAÇÃO SOCIEDADE DE CRISTO – Província Sul-Americana/ CESLA – Universidade de Varsóvia/ BRASPOL - Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil. **Projeções**. Revista de estudos polono-brasileiros. Edição semestral. Ano I - 1/ 1999. s/p.

CORBELLA, O.; YANNAS, S. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos** – conforto ambiental. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 288 p.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: EDART, 1972. 463 p.

COSTA, L. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: Bloch/ Fename, 1980. s/p.

DARWIN, C. **A origem das espécies e a seleção natural**. São Paulo: Hemus, 2003. 471 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira [Trad. Cid Knipel Moreira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGÍA. **Revista de Ciencias Sociales**. v. 26, n. 32, Montevidéu, jul. 2013, 163 p.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração polonesa**: raízes históricas de um preconceito. 157 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

DUDEQUE, I. J. T. **Espirais de Madeira**: Uma História da Arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 2001. 437 p.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2002. 276 p.

FATHY, H. **Construindo com o povo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 235 p.

FENIANOS, E. E. **Orleans, Riviera, Augusta e São Miguel** – a Polônia curitibana. Curitiba: UniverCidade, 2000. 54 p.

FEDALTO, D. P. **O centenário da Colônia Antônio Rebouças**. Curitiba: Voz do Paraná, 1978. 226 p.

FERRARO, S. W. **A importância do aprendizado do desenho para o desenvolvimento do projeto arquitetônico através da prática reflexiva**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses**: origens e significados de seus nomes. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 342 p.

FIORE, R. H. Arquitetura e “lugar”. **In**: WICKERT, A. P. (Org.). Arquitetura e urbanismo em debate. Passo Fundo - RS: Universidade de Passo Fundo, 2005. 358 p.

FREIRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do meio urbano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 405 p.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade** [Trad. Plínio Dentzien]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GLUCHOWSKI, K. **Wsród pionierów polskich na antypodach**. Warszawa, Nakladem Inst. Naukowego do Badán Emig. I koloni. 1927. p. 31.

GONÇALVES, E. G. **Morfologia vegetal**: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. 2ª ed. Nova Odessa - SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011. 512 p.

GOULART, M. C. R. K. **“A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro”** – uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil Meridional. Blumenau - SC: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1984. 85 p.

GRAF VON DÜRCKHEIM, K. Untersuchungen zum gelebten Raum. **Neue Psychologische Studien**. Munique, v. 6, p. 389, 1932.

GUBERT FILHO, F. A. História do desmatamento no Estado do Paraná e sua relação com a reforma agrária. **In**: Reforma agrária e meio ambiente. Curitiba: ITCG. p. 15-25.

GUERREIRO, A. (Org.). **Curitiba**: 300 anos de memória oficial e real. Curitiba: Phototypes, 1994. 303 p.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais [Trad. Adelaine La Guardia Resende *et al*.]. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. 410 p.

HANSER, D. A.; MORGAN, C. E. **Firmitas, utilitas, venustas**: architecture and society. Kendall Hunt, 1984. s/p.

HAUER, M. As florestas no Paraná: um processo de involução. **In**: Reforma agrária e meio ambiente. Curitiba: ITCG. p. 27-44.

HEEMANN, A. Considerações sobre alguns obstáculos à interdisciplinaridade na Pós Graduação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 47-51, jul./ dez. 2004. Editora UFPR.

HEIKKINEN, P.; LAIHO, J.; TIAINEN, J. **Wood works**. Helsinki: PARVS, 2007. 95 p.

HEMPEL, A. Os poloneses no Brasil. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba, 1973(7):12-122.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura** [Trad. Carlos Eduardo Lima Machado]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 272 p.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Nepo/ Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009. 290 p.

IAROCHINSKI, U. **Saga dos Polacos**. Curitiba: U. Iarochinski, 2000. 150 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A agricultura familiar em 2006** (segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006). s/p.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil, 2008. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2012. s/p.

IMAGUIRE JÚNIOR, K. **A arquitetura no Paraná**: uma contribuição metodológica para a história da arte. 1982. 135 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

_____. **A casa de araucária**. 126 f. Tese (Concurso para Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

IMAGUIRE JÚNIOR, K; IMAGUIRE, M. R. G. **A casa de araucária**. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011. 102 p.

INGOLD, T. An anthropologist looks at biology. **Man**, New Series, v. 25, n. 2, jun. 1990. p. 208-229.

_____. **The perception of the environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000. 465 p.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião & Sociedade**, v. 25, n. 1, jul. 2005. p. 76-110.

_____. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. EUA/ Canadá: Routledge, 2011. 270 p.

_____. Towards an ecology of materials. **Annual Review of Anthropology**. v. 7, n. 57, Utrecht, jun. 2012. p. 427-442.

INOUE, M. T. *et al*. **Projeto Madeira do Paraná**. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984. 260 p.

INVENTÁRIO DO PINHEIRO NO PARANÁ. Extrato do relatório da Coordenação do Projeto de Recursos Florestais à Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná (CEREMA). Curitiba, 1966. 45 p.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Convênio SUREHMA/ SECE/ COMEC/ FCC/ IPPUC/ IPARDES). **Caracterização socioeconômica da Colônia Tomás Coelho**. Curitiba, 1987. 57 p.

KANASHIRO, M. **Paisagens étnicas em Curitiba**: um olhar histórico-espacial em busca da entopia. 285 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

KERSTEN, M. S. A. A Colônia Polonesa de Tomás Coelho. **Boletim de Antropologia**. Nova Série. Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, v. 2, nº 1, jan. 1989.

KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. **Sellowia**, Itajaí - SC, v. 36, n. 36, p. 5-54, 1984.

KOCH, Z.; CORRÊA, M. C. **Araucária**: a floresta do Brasil meridional. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002. s/p.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011. s/p.

KRAUEL, J. **Arquitectura y diseño**: casas de madera. Barcelona: Links, 2010. 239 p.

KROK naprzód. **Przeglad Emigracyjny**. Lwów, 1 out. 1893, ano II, n. 18 e 19, p. 189.

KUTYMA, M. Przeczyny wychodzstwa ze Slaska opolskiego na przykladzie wsi Siolkowice w powiecie opolskim. In: **Konferencja popularna naukowa** – 100 lat Polonii brazylijskiej. Opole, 23 e 24 out. 1969. p. 10.

LAROCCA JÚNIOR, J.; LAROCCA, P. L.; ALMEIDA LIMA, C. **Casa Eslavo-Paranaense**: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do Sul do Paraná. 1ª ed. Ponta Grossa - PR: Larocca Associados, 2008. 240 p.

_____. **Manual de conservação e adaptação de casas de madeira do Paraná**. Ponta Grossa - PR: Larocca Associados, 2008. 144 p.

LE CORBUSIER. **Precisões sobre um estado presente na arquitetura** [Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura]. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza [Trad. Luís Carlos Cabral]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LIBERDADE, soberania, democracia: Polônia 25 anos. **Exposição**. Curadoria: Dulce Osinski e Everly Giller. Organização: Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba/ Casa da Cultura Polônia Brasil. Museu Paranaense, jun. 2014.

LIMONT, M. **O papel da rede gestora no planejamento do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná**. 217 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MAROCHI, M. A. **Imigrantes 1870-1950**: os europeus em São José dos Pinhais. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. 324 p.

MARQUES, A. C. **As paisagens do mate e a conservação socioambiental**: um estudo junto aos agricultores familiares do Planalto Norte Catarinense. 434 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MARSH, W. M. **Landscape planning**: environmental applications. EUA: John Wiley & Sons, 1983. 356 p.

MARTINS, R. **Origens do Povoamento de Curitiba**: Terra e Gente do Paraná. Curitiba: Diretoria Regional da Geografia do Estado do Paraná, 1944. p. 188-195.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 524 p.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. 470 p.

MARTINS DE ARAÚJO, R. M. **Paisagem iluminada**: análise em vias representativas da memória de Curitiba, Paraná. 213 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia** [Trad. Paulo Neves]. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

MAZZAROTTO, A. C.; BATISTA, F. D. **Arquitetura italiana em Curitiba**. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2013. 260 p.

MELO JÚNIOR, J. C. F. **Anatomia de madeiras históricas**: um olhar biológico sobre o patrimônio cultural. Joinville - SC: Univille, 2012. 132 p.

MENDES, B. **Na Zdrowie**. FCC - Fundação Cultural de Curitiba/ BRASPOL - Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil. Documentário. 1992. 45 min.

MIKRUT, G. H. Entrevista concedida à Maria Angélica Marochi. Colônia Murici, 03 de março de 2012. In: BERNARDO, J. **Madeira e técnica**: as edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba: Edições do autor, 2013. 168 p.

MINISTÉRE de l'Equipement, du Logement, de l'Aménagement du territoire et des Transports. **Habiter le bois**. Paris: MELAT, 1986. 190 p.

MINKOWSKI, E. **Le temps vécu**: etudes phénoménologiques et psychopathologiques. Paris, 1933. 367 p.

MIRANDA, N.; WOLFF DE CARVALHO, C. **Paraná de madeira**. Curitiba: 2005. 208 p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MOLITERNO, A. **Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira**. São Paulo: Blucher, 1981. 419 p.

MOLLISON, B.; HOLMGREN, D. **Permacultura um**. Uma Agricultura Permanente nas Comunidades em Geral. 1ª ed. São Paulo: Ground, 1983. s/p..

MORAWSKI, S. **De la estética a la filosofia de la cultura** [Tradução para o castelhano Desiderio Navarro]. 1ª ed. La Habana: Centro Teórico-Cultural CRITERIOS, 2006. 428 p.

MURICY, A. **O símbolo**: à sombra das araucárias (memórias). Conselho Federal de Cultura/ Departamento de Assuntos Culturais, 1976. 430 p.

NA ZDROWIE. Direção de Berenice Mendes. Curitiba: FCC/ BRASPOL, 1993. 1 videocassete (25 min.), VHS, son., color.

NASCIMENTO, H. M. A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da Região Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), ago. 2008, p. 103-132.

NAVOLAR, J. D. **A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011. 192 p.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius loci**: towards a phenomenology of architecture. Nova Iorque: Rizzoli, 1980.

OLIVEIRA, M. Origens do Brasil Meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871 - 1914. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan.-jun. 2009, p. 218-237.

OSTROWER, F. P. **A Sensibilidade do Intelecto**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PALLASMAA, J. **The eyes of the skin**: architecture and the senses. 2ª ed. Londres: Academy Press, 2005. 80 p.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística II**: princípios de análise. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PIÑEIRO, D.; VEIGA, D.; SOSA, S.; TRONCOSO, B. **Agricultura familiar y estratégias de sobrevivência**. Cuaderno nº 45. Cientro de Informaciones y Estudios del Uruguay (CIESU). Montevidéu: CIESU, 1983. 92 p.

PIÑEIRO, D. **El capital social en la producción familiar**. Aportes para el futuro de la granja: 40 años de INIA. Las Brujas - Uruguai, 2004. s/p.

PIÑEIRO, D; MORAES, M. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: **El Uruguay del siglo XX**. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales. Banda Oriental. Montevideo, 2008. p. 105-136.

POSSE, Z. C. S.; CASTRO, E. A. **As virtudes do bem morar**. Curitiba: Edição das Autoras, 2012. 232 p.

PPGMADE - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Texto Coletivo Grupo Agro/Biodiversidade**. Curitiba. 2011.

PMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA. Museu Tingüi-Cuera. **Da madeira ao aço**: a industrialização de Araucária. Araucária - PR: PMA/ Museu Tingüi-Cuera, 1999. 80 p.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **Entre o tempo e a eternidade** [Trad. Roberto Leal Ferreira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 226 p.

_____. **O fim das certezas**: tempo, caos e as Leis da Natureza [Trad. Roberto Leal Ferreira]. São Paulo: UNESP, 1996. 199 p.

RAVEN, P. H. **Biologia vegetal** [Trad. Ana Paula Pimentel Costa *et al*.]. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830 p.

REGIERUNGSBEZIRK Oppoln 1855-1858. K. 86. In: **Konferencja popularna naukowa** – 100 lat Polonii brazylijskiej. Opole, 23 e 24 out. 1969. p. 5.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 211 p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. Um livro-texto em ecologia básica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. 435 p.

ROGER, A. **Breve tratado del paisaje** [Tradução para o castelhano de Maysi Veuthey]. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007. 211 p.

SAIA, L. **Morada paulista**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 312 p.

SAMPAIO, C. A. C. (Org.) **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau - SC: Edifurb, 2010. 128 p.

SÁNCHEZ, F. *et al*. **Arquitetura em madeira**: uma tradição paranaense. Curitiba: Scientia et Labor, 1987. 106 p.

SANTOS, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. 150 p.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006. 384 p.

SAPORSKI, S. E. W. Memórias. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba, 1972(6):11-99.

SCHAMA, S. **Landscape and memory**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1995. 652 p.

SCHMID, A. L. **A ideia de conforto**: reflexões sobre o ambiente construído. Curitiba: Pacto Ambiental, 2005. 338 p.

SCRUTON, R. **Estética da arquitetura**. São Paulo: Edições 70, 1979. s/p.

SGANZERLA, E. **Os últimos artesãos**. Curitiba: Esplendor, 2004. 152 p.

SILVA, J. B. **Metodologia de análise e diagnóstico da madeira na preservação do patrimônio histórico**. 148 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SLAVID, R. **Arquitectura en madera**. Barcelona: Blume, 2005. 139 p.

SMA - Secretaria Municipal da Administração/ PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba. **Material de pesquisa** – imigração polonesa em Curitiba, 1990. s/p.

SOBON, J.; SCHROEDER, R. **Como es la casa de madera**. Diseño y estructura. México: Gustavo Gili, 1988. 202 p.

SOUZA, J. **Meio ambiente e prática cultural na Comunidade Quilombola do Varzeão no Vale do Ribeira - PR**. 164 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SOUZA, M.; DEL GROSSI, M. E. A evolução das ocupações das famílias na região não-metropolitana rural do Estado do Paraná: 1992-99. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. v. 40, n.4, Brasília, out./ dez. 2002.

STINGHEN, A. B. M. **A habitação de madeira como opção para o século XXI**: projeto modular em madeira de reflorestamento. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

STUNGO, N. **Arquitectura en madera**: nuevas tendências. Barcelona: Blume, 1999. 240 p.

SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. v. V, 1971. 123 p.

SUTIL, M. S. **O espelho e a miragem**: moradia e modernidade na Curitiba do começo do século 20. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009. 168 p.

TEIDER, D. J. **Paredes de tábua**. As eternas casas de araucária. 43 f. Monografia (Graduação em Design Gráfico) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012. 43 p.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America**: monograph of an immigrant group. v. I (Primary-group Organization). Boston: Gorham, 1918. 526 p.

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira**: História da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX. Caçador - SC: Universal, 1995. 212 p.

TILLY, C. **Migration in modern European history**. Michigan: University of Michigan, 1976. 44 p.

UHLFELDER, E. **The Origins of Modern Architecture**. Reino Unido: Constable and Company, 1998.

UE - UNIÃO EUROPEIA. **Os países da União Europeia**. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/index_pt.htm. Acesso em: 24 jun. 2014.

URBAN, T.; URBAN, J. **Tu i Tam**. Memória da imigração polonesa no Paraná. Curitiba: Mirabilia, 2004. 181 p.

VALADARES, A. A. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. In: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília/ Rio de Janeiro: IPEA, 1990. 35 p.

VALENTINI, J. **A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982. 78 p.

VALLARINO, A. (Org.). **[El vegetal en] el diseño del paisaje**. Montevidéu: Universidad de la República/ Facultad de Arquitectura/ Facultad de Agronomía, 2010. 148 p.

VERGER, S. **Las famílias productoras en el medio rural**. Caracterización, análisis y reflexión con enfoque de gênero para repensar nuestras prácticas. 92 f. Monografia – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevidéu, 2009.

VICTOR, N. **A terra do futuro**. Impressões do Paraná. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1913. 395 p.

VIDA E SANGUE DE POLACO. Direção de Sylvio Back. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1982. 1 DVD (56 min.), son., color.

VIOLET-LE-DUC, E. E. **Entretiens sur l'Architecture**. 10ª ed. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1978. s/p.

VITRUVIUS, P. **Les dix livres d'architecture**. Paris: Les Libraire Associés, 1965. s/p.

WACHOWICZ, R. **A Saga de Araucária** [Trad. Mariano Kawka]. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1975. 166 p.

_____. Entrevista sobre a biografia de Romão Wachowicz. In: WACHOWICZ, R. C. **Acervo pessoal**. Araucária - PR: p1979. Gravação digitalizada (1 h 04 min. 45 s).

_____. **Homens da terra** [Trad. Francisco Dranka]. 3ª ed. Curitiba: Vicentina, 1997. 337 p.

WACHOWICZ, R. C. D. Pedro II e os imigrantes em Curitiba (Extr. Do Boletim I. H. G. E. do Paraná - Vol. XIII - 1971). In: BOLETIM ESPECIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II - 1825 - 1875. Volume XXVII, ano 1975. 457 p.

_____. **Arquivo da Paróquia de Santa Anna de Abranches**. Boletim nº 18. Comemorativo ao Centenário da Colônia de Abranches - 1873 - 1973. Curitiba, 1972. 48 p.

_____. **O camponês polonês no Brasil** – raízes medievais da mentalidade emergente. 224 f. Tese de concurso à Docência Livre (Disciplina de História Medieval) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

_____. **Abranches**: um estudo de história demográfica. Curitiba: Vicentina, 1976a. 84 p.

_____. **Orleans**: um século de subsistência. Curitiba: Edições Paiol, 1976b. 92 p.

_____. **Tomás Coelho** – uma comunidade camponesa. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977.

_____. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural/ Casa Romário Martins, 1981. 152 p.

_____. **História do Paraná**. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360 p.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. s/p.

WEIMER, G. **A arquitetura da imigração alemã**: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-europeia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/ São Paulo: Nobel, 1983. 296 p.

ZAHAR, M.; GEORGE, W. **D'une doctrine d'architecture**. Vincent: Fréal, 1959. s/p.

ZANI, A. C. **Arquitetura em madeira**. Londrina - PR: Eduel, 2013. s/p.

ZANONI, M. *et al*. A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos. In: RAYNAUT, C. (org.) **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

ZEVI, B. **Il linguaggio moderno dell'architettura**. Torino: Einaudi, 1973. s/p.

_____. **Saber ver a arquitetura** [Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira]. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 219 p.

ZUCON, O. **Arquitetura dos sentidos**: uma viagem pela antiga Estrada do Mato Grosso. Curitiba: Memória.doc Informação e Documentação, 2014. 32 p.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de identificação do entrevistado (mantidos em sigilo)

Nome: _____

Idade: ___

Naturalidade: _____

Profissão: _____

Reconhecimento da propriedade

1) Quais são as construções que fazem parte da sua propriedade?

_____

2) Que funções possuem essas construções?

_____

3) Qual construção é a mais antiga? E a mais recente?

_____

Análise de elementos identitários

4) De quando são essas construções?

_____

5) Quem foi o responsável por construí-las?

_____

6) Elas sempre tiveram as funções que possuem hoje? (Em caso de resposta negativa, emendar-se-ia o questionamento: Que outras funções elas já apresentaram?)

_____

7) Por que essas construções foram preservadas?

_____

Características da produção agrícola

8) Quais produtos são cultivados na propriedade?

_____

9) Qual é o principal destino da produção?

_____

10) Quais são os seus principais benefícios e as suas maiores dificuldades como agricultor familiar?

_____

11) Qual é a renda familiar mensal aproximada com a atividade agrícola?

_____

12) A propriedade contou com mão de obra terceirizada durante o ano? Caso sim, por quanto tempo?

_____

Da chegada dos ascendentes aos dias atuais

13) Quem foi o primeiro familiar a chegar na colônia (no bairro)?

_____

14) Saberia dizer quando e como isso ocorreu?

_____

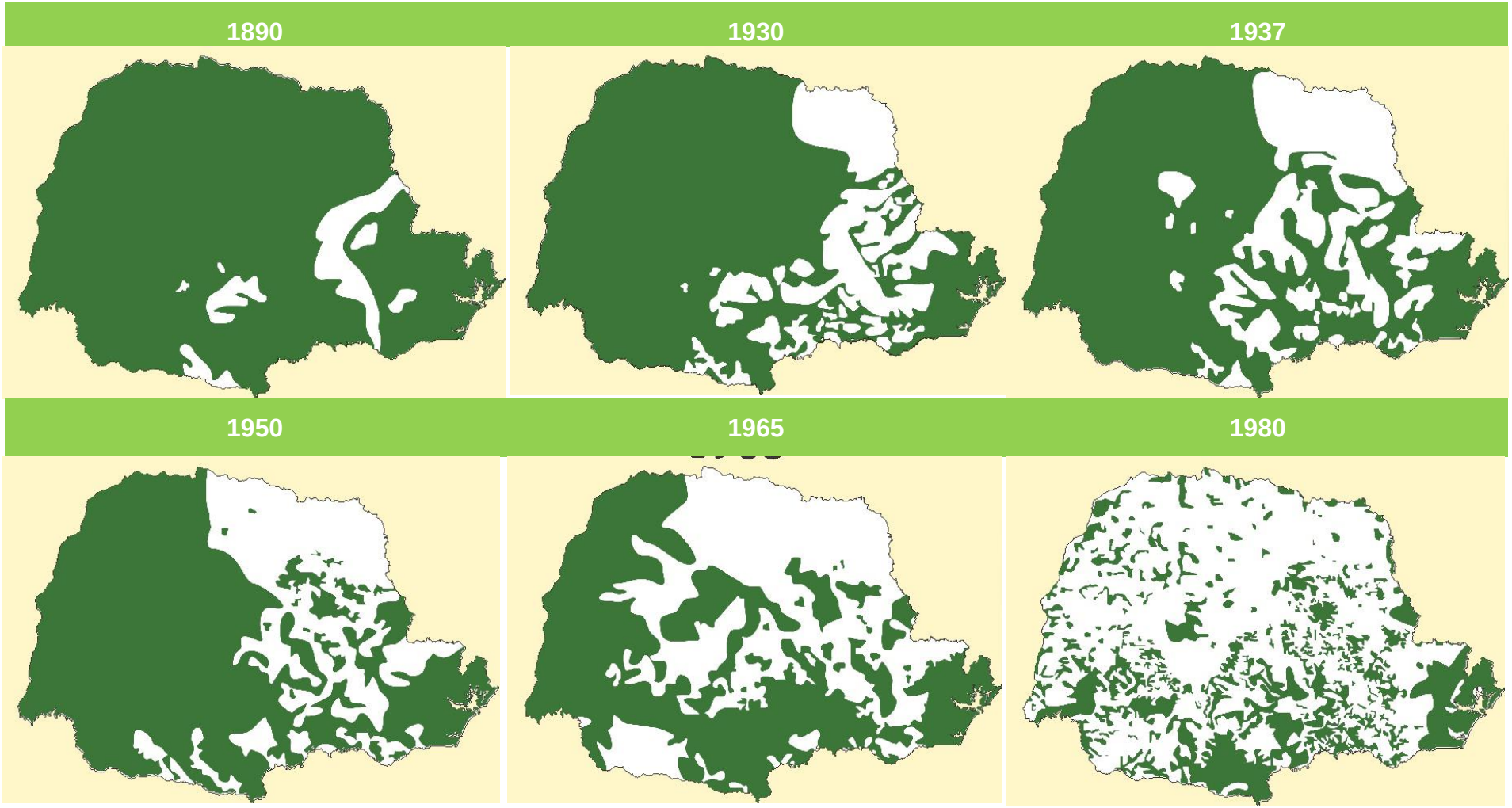
15) Como era a colônia (o bairro) antes e como é a colônia (o bairro) atualmente?

_____

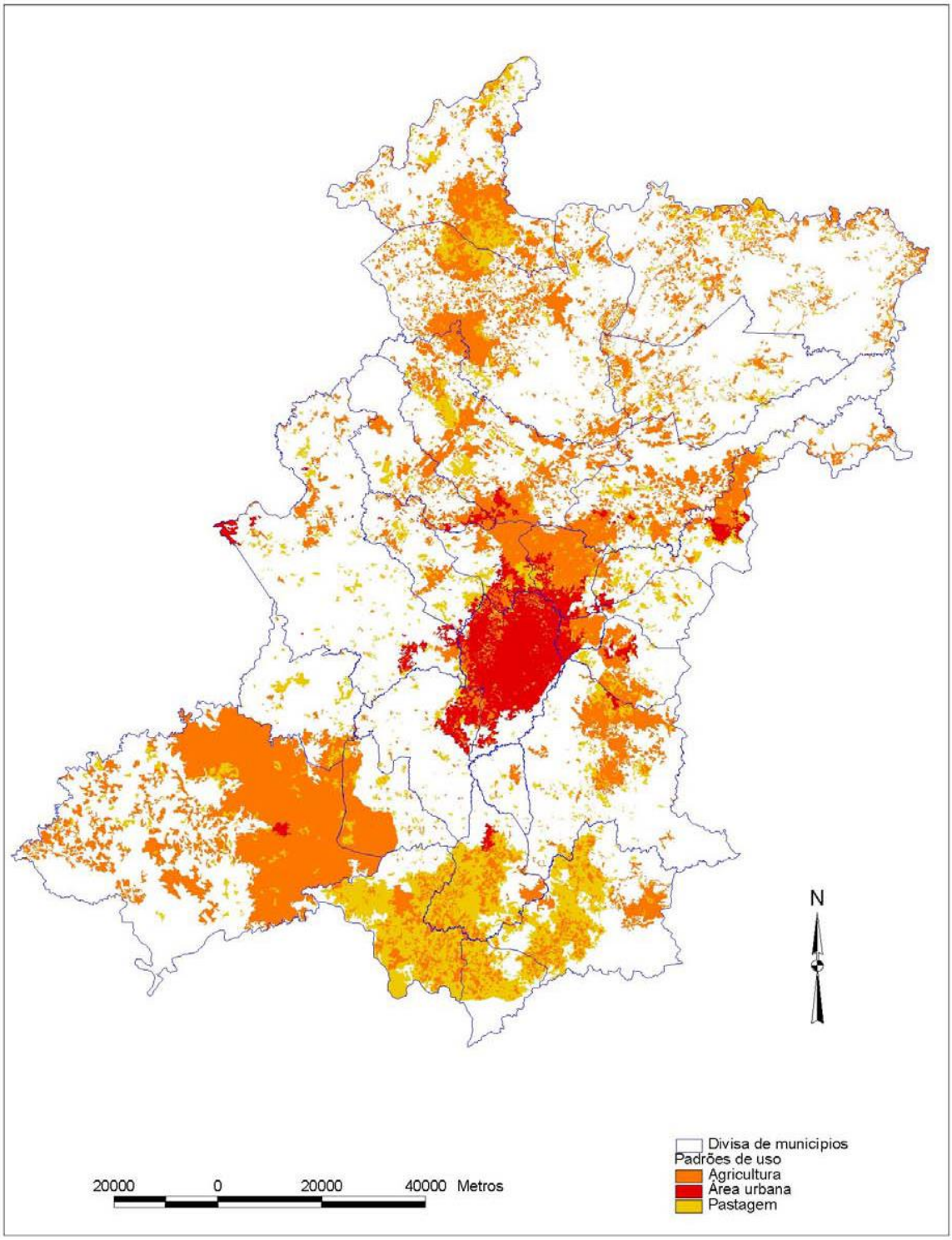
ANEXOS

ANEXO 1 - COBERTURA FLORESTAL NO PARANÁ - 1890 A 1980 (ADAPTADO)

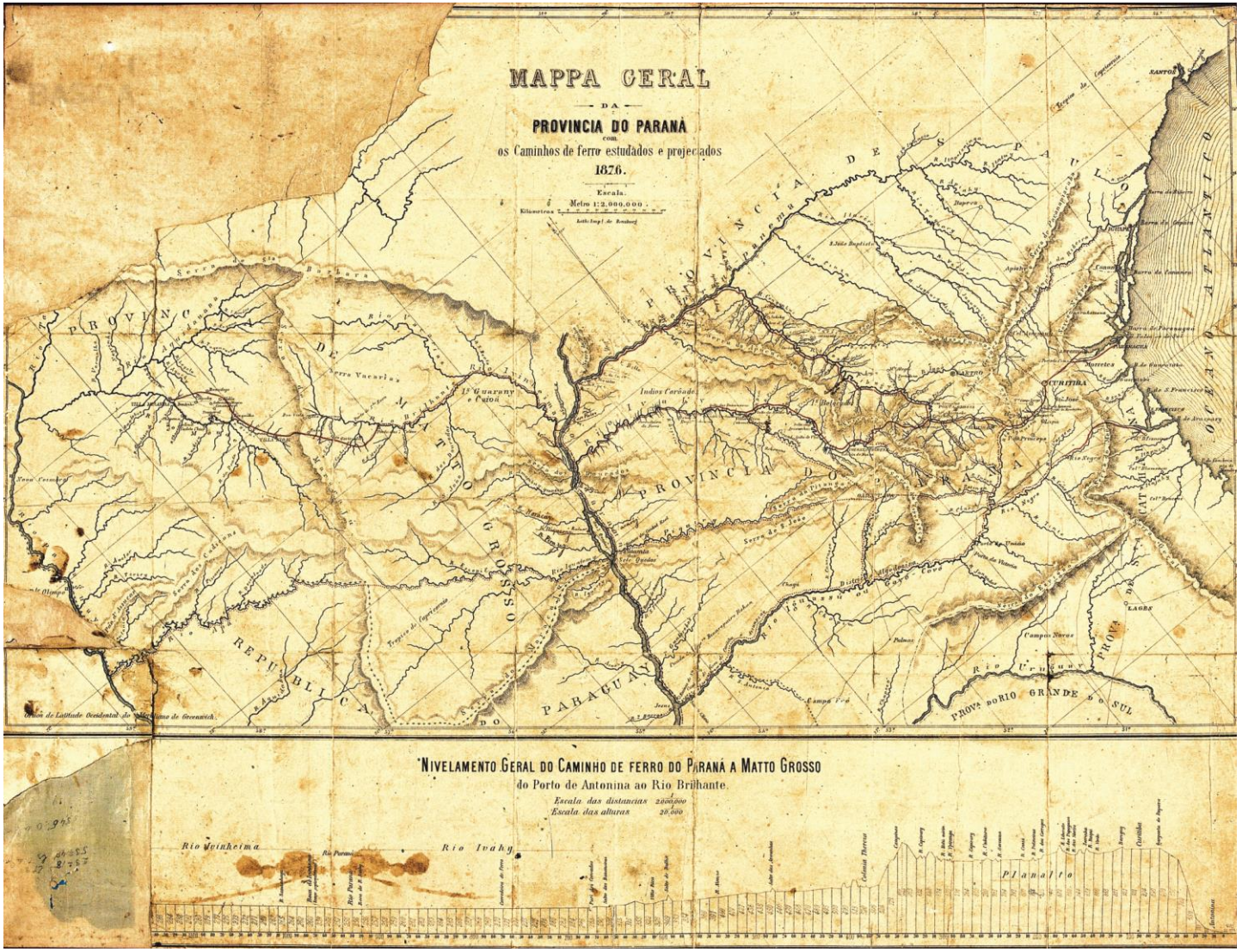
FONTE: ITCG (2010)



ANEXO 2 - PADRÕES DE USO DO SOLO NA RMC - 2000
FONTE: IPARDES (2003)



ANEXO 3 - EXTENSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NO PARANÁ EM 1876
FONTE: ITCG (2014)


MAPPA GERAL
DA
PROVINCIA DO PARANÁ
com
os Caminhos de ferro estudados e projectados
1876.
Escala.
Metro 1:2.000.000.
Kilometros
Lith. Imp.ª do Bonhoff
PROVINCIA DE S. PAULO
PROVINCIA DE MINAS GERAES
PROVINCIA DE MATTO GROSSO
PROVINCIA DO PARANÁ
PROVINCIA DE SANTA CATHARINA
PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL
REPUBLICA DO PARAGUAY
SANTOS
CURITYBA
LAGES
Rio Uruguay
Rio Ivahy
Rio Ivinheima
Rio Paraná
Serra do Mar
Serra Vacarias
Serra de S. Jeronymo
Serra de Maracaju
Serra dos Cayrizes
Serra dos Cadeados
Serra de Apucarana
Serra de Furnas
Serra de Itapirapuan
Serra de Itaqueri
Serra de Botucatu
Serra de Jaguariahyva
Serra de Paranapiacaba
Serra de Araraquara
Serra de Ibitiranga
Serra de Ibitiruna
Serra de Ibitirapina

ANEXO 4 - PLANTA DE CURITIBA - 1894
FONTE: ACERVO DE PAULO JOSÉ DA COSTA

ANEXO 5 - ESTRADA DE FERRO CURITIBA-PARANAGUÁ E MADEIREIRAS

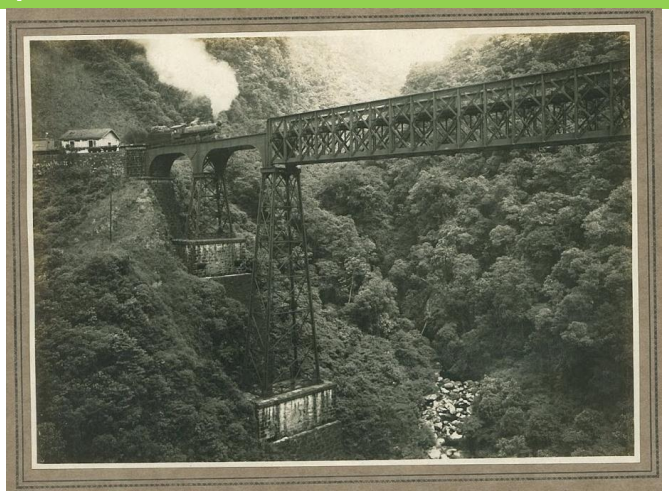
FONTES: ARTHUR WISCHRAL (1929) (ACERVO DE PAULO JOSÉ DA COSTA). DISPONÍVEL EM: http://www.paulodafigaro.blogspot.com.br/2014/02/wishral-e-estrada-de-ferro-curitiba.html

1

2

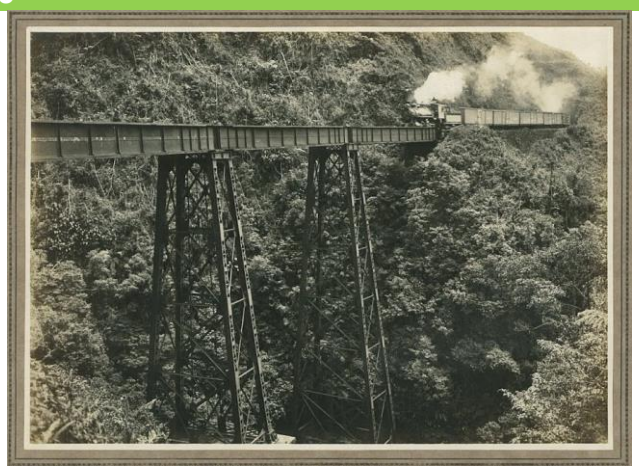
3

4

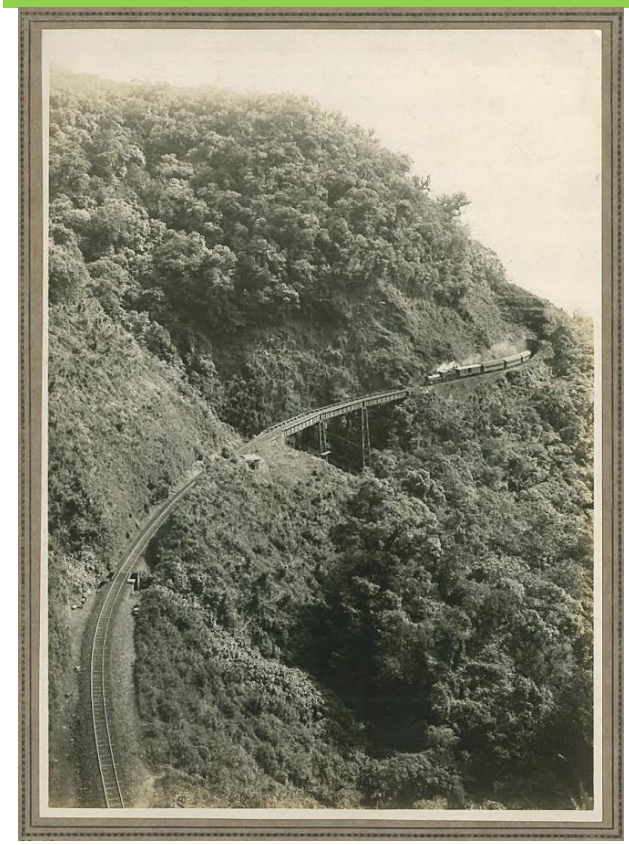


5

6



7

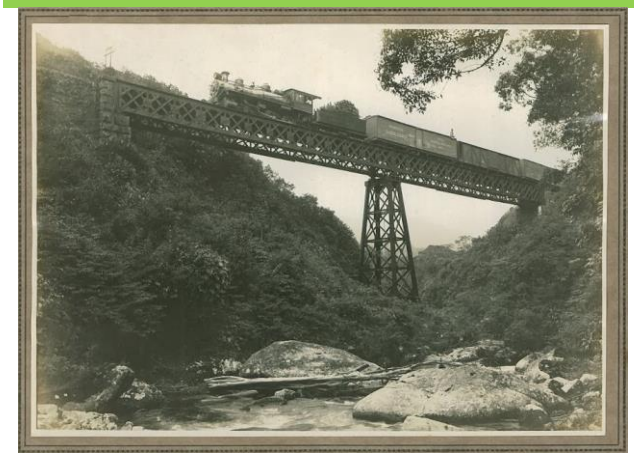


8

9

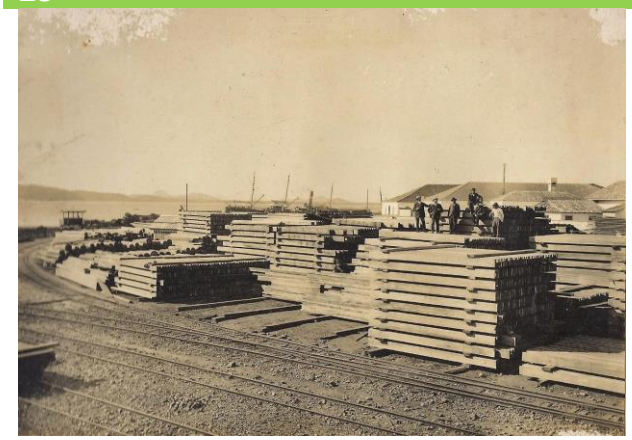
10

11

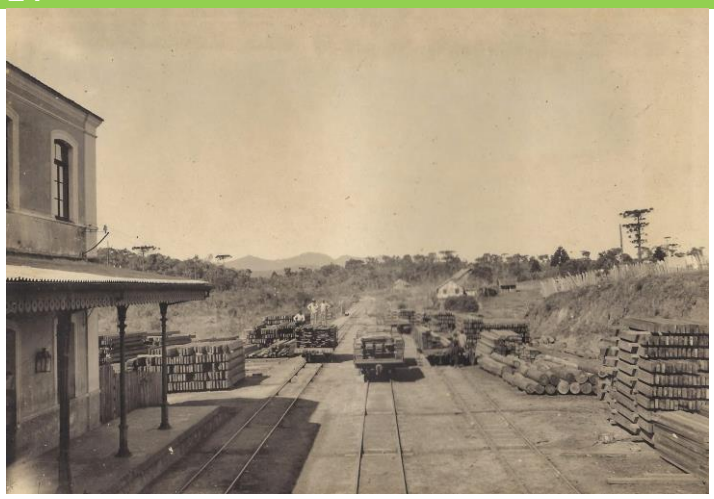


12

13



14



LEGENDA ORIGINAL

1 - Viagem de 1916

2 - Viaducto Presidente Carvalho, klm 60,293, comprimento 84 metros - Uma das mais famosas e arrojadas manifestações do saber da engenharia brasileira

3 - As “Tres Pontes”, situadas entre alcantis, sobre rochas - Um trem de carvão para a alimentação dos gigantes de aço da Cia. S.P.R.G.

4 - Outra vista da ponte de São João - Fim desse formidável traço de união entre montanhas

5 - Posto telegraphico do “Cadeado”. Como infatigavel sentinella, ao fundo o Marumby. Nessa casa almoçou S. M. D. Pedro II quando veio inaugurar a estrada

6 - Transpondo abysmos. O viaducto “Conselheiro Sinimbú”, servindo de formidavel traço de união

7 - Magestosa curva, contornando rochedos, anterior e posteriormente o viaducto “Conselheiro Sinimbú”, medindo 61,80 metros

8 - Photographia apanhada do interior da rocha à passagem de um trem

9 - Locomotiva offegando furiosamente para vencer ingrime subida, á sahida do tunel n. 13

10 - Tunel n. 13 - Ipiranga. Situado no klm 65,800, comprimento 65,60 metros. A topografia é de fortissimo declive

11 - Ponte sobre o Rio Ipiranga - É essa a maior ponte sobre o Rio Ipiranga, no klm 66,489 e mede 51,80 metros

12 - Piraquara klm 87,350/ alt. 896,91 metros

13 - Viagem de 1916

14 - Viagem de 1916

ANEXO 6 - COLÔNIAS E NÚCLEOS COLONIAIS DO PARANÁ - 1881

FONTE: ITCG (2014)

Colonias e Nucleos Coloniaes na Provincia do Paraná.

Colonia Octavio, Municipio da Ponta Grossa	Almas
[illegible]	16
[illegible] Rita	15
Tavares Bastos	10
Mauá	44
Uruguay	83
Kolonia	...
Herculia	...
Euridice	24
Trindade	32
Itaguary	12
Jurumirinha	...
Itararauna	18
Rio Verde	40
[illegible]	...
Portuguesa	24
Bahia + [illegible]	68
Total	242

Sinimbú, Municipio de Palmeira	Almas
S. João	....
Marcondes	64
Marthimauw	140
Alegretta	....
N.ra Gueteria	106
Papagaios Novos	18
Lago	198
Total	822

Alleman Russa	Almas
Joannisdorf	80
Wirmond	20
Marienthal	84
Total	184

Nova Italia	Almas
Maria Luiza	174
Rio do Sinos	241
Tesmania	694
Bella grande e Cary	226
Amerina	303
Margaret	225
Bella Lisa e Dourados	188
Caberlante	....
Rio Sagrado	178
Tapiranga	120
Fraiosa	29
Fulminea	76
Turvo	64
Total	2,800

Colonia Provincial	Almas
São Venancio	Total 138
Colonias Municipaes	
Abranches	270
Pilarsinho	....
Dantas	150
Total	437
Colonias Particulares	
Ferreira	45
Euphrasina	61
Superagny	600
Alexandra	330
Total	1,036

Curityba, Colonias estabelecidas nos arredores dessa Cidade	Almas
Thomaz Coelho	1,115
D. Augusta	340
Riviera	327
D. Pedro	69
Orleans	245
8.ta Cruz	334
Lamenha	643
8.ta Candida	298
Argelina	132
Mysiey	310
Antonio Ribeiro	161
Novo Tyrol	265
Affonso Penna	158
Inspector Carvalho	138
Zacharias	101
Total	4,407
Assunguy	Total 2,878

ANEXO 7 - ATIVIDADES NA ÁREA DE AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS NAS COLÔNIAS DO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)

ANEXO 8 - HABITAÇÕES DE POLONESES DE DIFERENTES TIPOS E ÉPOCAS NAS COLÔNIAS DO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)

ANEXO 9 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE DIFERENTES COLÔNIAS NO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)

ANEXO 10 - CAPA DE KALENDARZ LUDU (1934) E IMAGENS DE NOTÍCIAS PROVINDAS DAS COLÔNIAS

FONTE: ACERVO PESSOAL DE PAULO JOSÉ DA COSTA

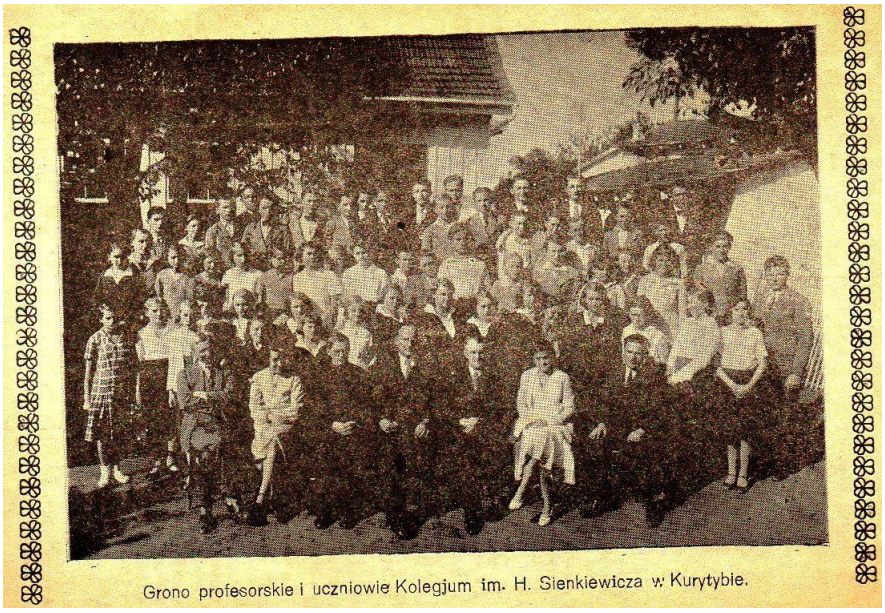
Kolonja Santa Candida

(Założ. 1875 r.)

Zaledwie siedem kilometrów od Kurytyby, stolicy parańskiej, poza rzeką Bacachery Mirim, na wzniesieniu dosyć znacznem bieleje, widoczna na całą okolicę, wieża, nowobudującego się kościoła na Św. Kandydzie. Na około zaś kościoła w promieniu kilkunastu kilometrów, na rozległych kępach i wśród bujnej zieleni osiadły białe, schludne domki kolonistów polskich. Zamieszkał tutaj w połowie roku 1875, twardy jak granit lud polski z dzielnicy Piastów, z pod Opola, z wioski Szalkowic w liczbie coś ponad 40 rodzin a prócz tego kilka rodzin, z Pomorza.

Kościół w Santa Candida.

Przybyli oni wspólnie z Europy okrętem »Porto Alegre«. Najpierw do portu Stanu Santa Catharina a stąd już mniejszym statkiem do Paranaguá, następnie wozami do Kurytyby i Św. Kandydy. Kilkunastu tych pionierów jeszcze dziś jest przy życiu; w długie wieczory zimowe opowiadają oni wnukom i prawnukom ciężką dolę lat pierwszych pobytu swego na gościnnej ziemi brazylijskiej, kiedy tu na miejscu dzisiejszych pól, rodzących zboża, szumiał potężny bór, ponad który strzelały w błękity niebios majestatyczne korony pinjorów. A nieraz w te opowiadania wplątają ze wzruszeniem wspomnienia o tej dalekiej, zamorskiej Ojczyźnie — Polsce, którą dla chleba opuścić byli zmuszeni. Naprawdę! wspomnieć im Polskę na kazalnicy lub w rozmo-



Colégio polonês na Colônia (hoje bairro) Abranches, Curitiba

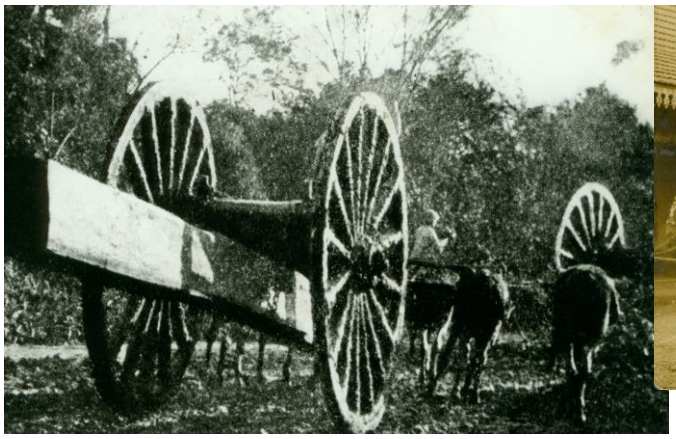
Escola polonesa na Colônia (atualmente bairro) Santa Cândida, Curitiba

ANEXO 11 - ESTRADAS UTILIZADAS NO DESLOCAMENTO DOS COLONOS DO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)

ANEXO 12 - MEIOS DE TRANSPORTE EMPREGADOS EM DIFERENTES FASES DA COLONIZAÇÃO POLONESA NO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)



ANEXO 13 - POVOAMENTOS EM DIFERENTES FASES DA COLONIZAÇÃO POLONESA NO PARANÁ

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (FUNDO RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ)

ANEXO 14 - POEMAS PÓS-MODERNOS NA LÍNGUA POLONESA

FONTE: REIS DE OLIVEIRA, B.; COSTA OLIVEIRA, F.; RODRIGUES, S. P. **Noite dilacerada**: *poezja* polaca de guerra. Edição bilíngue. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2010. 59 p.

Dzieci epoki

Wisława Szymborska

Jesteśmy dziećmi epoki,
epoka jest polityczna.

Wszystkie twoje, nasze, wasze
dzienne sprawy, nocne sprawy
to są sprawy polityczne.

Chcesz czy nie chcesz,
twoje geny mają przyszłość polityczną,
skóra odcień polityczny,
oczy aspekt polityczny.

O czym mówisz, ma rezonans,
o czym milczysz, ma wzmowę
tak czy owak polityczną.

Nawet idąc borem lasem
stawiasz kroki polityczne
na podłożu politycznym.

Wiersze apolityczne też są polityczne,
a w górze świeci księżyc,
obiekt już nie księżycowy.
Być albo nie być, oto jest pytanie.
Jakie pytanie, odpowiedz kochanie.
Pytanie polityczne.

Nie musisz nawet być istotą ludzką,
by zyskać na znaczeniu politycznym.

Wystarczy, żebyś był ropą naftową,
paszą treściwą czy surowcem wtórnym.
Albo I stołem obrad, o którego kształt
spierano się miesiącami
przy jakim pertraktować o życiu i śmierci,
okrągłym czy kwadratowym.

Tymczasem ginęli ludzie,
zdychały zwierzęta,
płonęły domy
i dziczały pola
jak w epokach zamierzchłych
i mniej politycznych.

Filhos da época

Tradução de Ana Cristina Cesar

Somos os filhos da época,
e a época é política.

Todas as coisas – minhas, tuas, nossas,
coisas de cada dia, de cada noite
são coisas políticas.

Queiras ou não queiras,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um brilho político.

O que dizes tem ressonância,
o que calas tem peso
de uma forma ou outra – político.

Mesmo caminhando contra o vento
dos passos políticos
sobre solo político.

Poemas apolíticos também são políticos,
e lá em cima a lua já não dá luar.
Ser ou não ser: eis a questão.
Oh, querida que questão mal parida.
A questão política.

Não precisas nem ser gente
para teres importância política.

Basta ser petróleo, ração,
qualquer derivado, ou até
uma mesa de conferência cuja forma
vem sendo discutida meses a fio.

Enquanto isso, os homens se matam,
os animais são massacrados,
as casas queimadas,
os campos se tornam agrestes
como nas épocas passadas
e menos políticas.

Przedmowa

Czesław Miłosz

Ty, którego nie mogłem ocalić,
Wysłuchaj mnie.
Zrozum tę mowę prostą, bo wstydzę się innej.
Przysięgam, nie ma we mnie czarodziejstwa słów.
Mówię do ciebie milcząc, jak obłok czy drzewo.

To, co wzmacniało mnie, dla ciebie było śmiertelne.
Żegnanie epoki brałeś za początek nowej,
Natchnienie nienawiści za piękno liryczne.
Siłę ślepą za dokonany kształt.

Oto dolina płytkich polskich rzek. I most ogromny
Idący w białą mgłę. Oto miasto złamane
I wiatr skwirami mew obrzuca twój grób.
Kiedy rozmawiam z tobą.

Czym jest poezja, która nie ocala
Narodów ani ludzi?
Wspólnictwem urzędowych kłamstw,
Piosenka pijaków, którym za chwilę ktoś poderżnie gardła,
Czytanką z panieńskiego pokoju.

To, że chciałem dobrej poezji, nie umiejąc,
To. że późno pojąłem jej wybawczy cel.
To jest i tylko to jest ocalenie.

Sypano na mogiły proso albo mak
Żywiąc zlatujących się umarłych-ptaki.
Tę książkę kładę tutaj dla ciebie, o dawny,
Abyś nas odtąd nie nawiedział więcej.

Prefácio

Tradução de Henryk Siewierski e José Santiago Naud

Tu a quem não pude salvar
Escuta-me.
Tenta compreender este simples discurso
porque tenho vergonha de outro.
Juro que em mim não existem as magias do verbo.
Te falo em silêncio como nuvem ou árvore.

O que me fazia forte, para ti foi letal.
Confundiste o adeus a uma época com o começo de outra,
A inspiração do rancor com a beleza lírica,
A força bruta com a forma perfeita.

Eis o vale dos rasos rios polacos. E uma ponte imensa
Furando a neblina branca. Eis a cidade quebrada,
E o vento arrasta o pio das gaivotas sobre o teu sepulcro
Quando eu estou falando contigo.

Que é a poesia que não salva
Nem as nações nem a gente?
Uma trama de mentiras oficiais,
Uma canção de bêbados cujas gargantas podiam ser cortadas de repente.
Uma leitura para meninas de colégio.

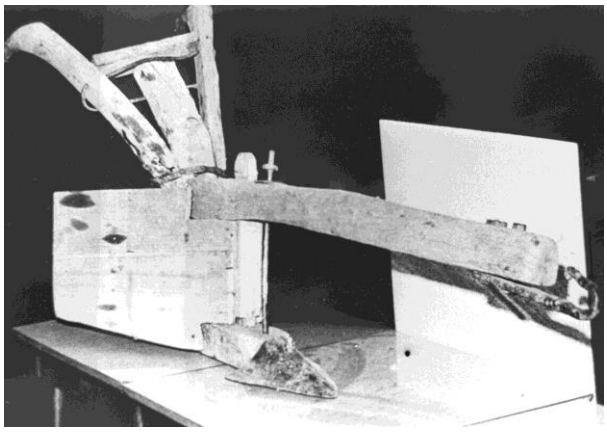
Que eu quisesse a boa poesia sem poder fazê-la,
Que eu tardiamente entendesse o seu fim redentor,
Isto e só isto é salvação.

Jogavam-se nas tumbas sementes de painço e papoula
Para nutrir os mortos que chegavam voando — pássaros.
Aqui deponho este livro para ti, ó antepassado,
Para que não voltes mais a visitar-nos.

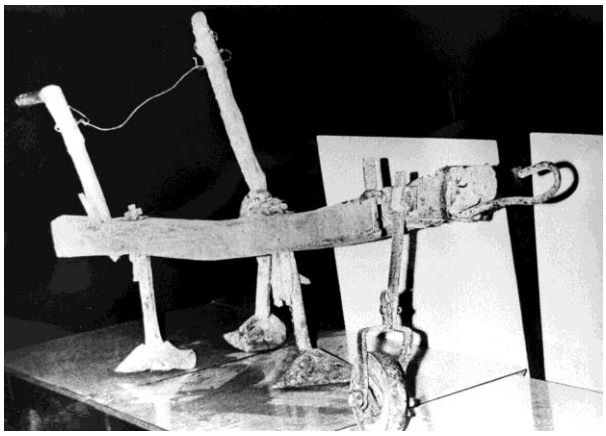
GLOSSÁRIO

Água furtada - Corresponde a uma parte do telhado constituída por uma aresta inclinada delimitada pelo encontro de duas águas que formam um ângulo reentrante

Arado sulcador - Equipamento de 1875. Um dos primeiros que sulcaram o solo dos arredores de Curitiba, na Colônia Campo Comprido. Peça localizada por Edwino Tempski. Fonte: Acervo da Casa da Memória/ Diretoria do Patrimônio Cultural/ Fundação Cultural de Curitiba



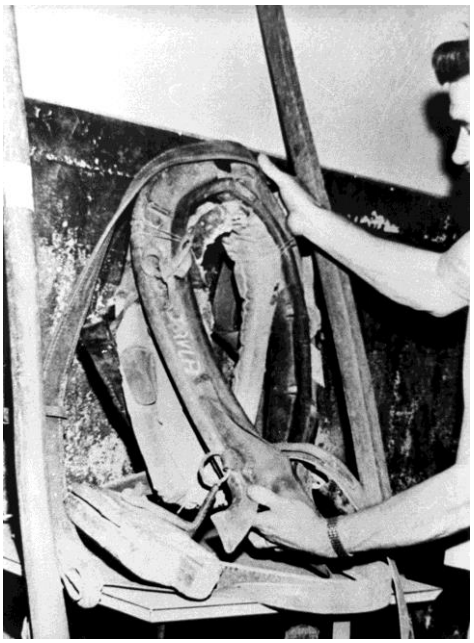
Arado tradicional - Instrumento utilizado largamente pelos primeiros colonos, dotado de maior mobilidade em relação ao caso anterior. Fonte: Acervo da Casa da Memória/ Diretoria do Patrimônio Cultural/ Fundação Cultural de Curitiba



Gadanha - Foice de cabo comprido para cortar erva; alfanje; gadanho.

Grade - Instrumento de metal ou madeira, de formas diferentes, para revolver e aplanar a terra lavrada; gradador.

Implementos de adaptação do cavalo na carroça - Eram dispostos junto ao pescoço do animal de modo a se obter melhor aproveitamento de seus membros peitorais. Peças localizadas por Edwino Tempski. Fonte: Acervo da Casa da Memória/ Diretoria do Patrimônio Cultural/ Fundação Cultural de Curitiba



Lambrequim - Palavra francesa de origem holandesa (*Lamperkijm*). Antigamente, na heráldica, nome que se dava a curtos ornatos dos elmos ou escudos. Depois, o nome passou a designar enfeites recortados de pano, metal ou madeira, colocadas nas beiradas dos pavilhões, dosséis, etc. Daí o fato de se dar o nome de lambrequim ao rendilhado de madeira recortada usado na decoração das extremidades dos beirais de certo tipo de construção europeia da zona alpina, o conhecido chalé, que entrou em voga no Brasil a partir do fim do século XIX, principalmente na arquitetura dos imigrantes europeus. A princípio, em sua origem europeia, desempenhava a função de pingadeira, protegendo as empenas laterais da construção em madeira dos estragos da chuva. No Brasil passou a funcionar como elemento de decoração das residências, assumindo variados formatos (CORONA & LEMOS, 1972; IPHAN, 1999). Fonte: IPHAN. Lambrequim: Ornamentos em Casas de Madeira. **Lambrequim**. nº 2, out. 1999.

Mangoal - Instrumento utilizado para malhar cereais, formado de dois paus (o mango e o pírtigo) unidos por uma correia; mangual.

Mata-junta - Pequena fasquia ou régua usada para cobrir fenda ou junta; cobre junta ou guarnição (CORONA & LEMOS, 1972).

Moinho manual - Equipamento semelhante à mó, pedra de moinho.

Lâmina de ferro semicircular - Ferramenta empregada no corte de cereais, como trigo e centeio.

Oitão - Nome da parede lateral de uma construção situada sobre a linha de divisa do terreno. A parede assim situada necessariamente não contém a empena delimitada pela cobertura; empena (CORONA & LEMOS, 1972).

Pé direito - Distância do pavimento ao teto.

Pilotis - Sistema construtivo no qual uma edificação é sustentada por um conjunto de pilares ou colunas em seu pavimento térreo.

Radnik - Utensílio usado para fazer sulcos no solo para semeadura.

Sambladura - É o tipo de ligação mais prática e natural entre duas peças de madeira e somente pode ser utilizada quando se tem uma das peças comprimida (MOLITERNO, 1981).

Segeiro - Fabricante de seges, carruagens.